

Difração normativa, comportamentos escondidos e identidades transversas

COORDENADOR

Casimiro Balsa



Alexandra Oliveira

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Casimiro Balsa

CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa

Cristina Albuquerque

CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Fernando Diogo

CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa e Universidade dos Açores

François Beck

Institut National de Statistique et des Études Économiques, INSEE

Guy Bajoit

Université Catholique de Louvain

Henri Bergeron

Centre de Sociologie des Organisations, Institut d'Études Politiques de Paris

João Castel-Branco Goulão

Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Alcool

João Filipe Marques

Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações (CIEO) e Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Luc Van Campenhoudt

Facultés Universitaires Saint-Louis, Bruxelles

Luís Fernandes

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Marc-Henry Soulet

Département de Travail Social, Politiques Sociales et Développement Global de l'Université de Fribourg, Suisse

† Policarpo Lopes

CESNOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

Viviane Châtel

Département de Travail Social, Politiques Sociales et Développement Global de l'Université de Fribourg, Suisse

**DIFRAÇÃO NORMATIVA,
COMPORTAMENTOS ESCONDIDOS
E IDENTIDADES TRANSVERSAS**

CICS.NOVA/EDIÇÕES

Editor: *Casimiro Balsa*, CICS.NOVA, FCSH, Universidade Nova de Lisboa

Editor-Adjunto: *Manuel Carlos Silva*, CICS.NOVA, Universidade do Minho

Editora-Adjunta: *Ana Romão*, CICS.NOVA, Academia Militar

Este livro foi submetido a um processo de avaliação cega por pares, de acordo com as normas da Academia, e é editado sob a responsabilidade científica do CICS.NOVA/Edições, CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa.

CONSELHO EDITORIAL CICS.NOVA/EDIÇÕES

Ana Brandão, Polo do CICS.NOVA na Universidade do Minho

Ana Paula Gil, CICS.NOVA, Departamento de Sociologia, FCSH/Universidade Nova de Lisboa

Antônio Dimas Cardoso, PPGDS, Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil

Fernando Diogo, Polo do CICS.NOVA na Universidade dos Açores

Jack Barbalet, Hong Kong Baptist University, China

Jordi Estivill, CICS.NOVA e Economia Social e Desenvolvimento Económico, Univ. de Barcelona

José Carlos Laranjo Marques, Polo do CICS.NOVA no Instituto Politécnico de Leiria

Luís Baptista, Diretor do CICS.NOVA e Departamento de Sociologia da FCSH/UNL - Coordenador

Luís Miguel Chaves, CICS.NOVA, Departamento de Sociologia da FCSH/UNL

Manuel Lisboa, CICS.NOVA, Departamento de Sociologia da FCSH/UNL

Marc-Henry Soulet, Politiques Sociales et Travail Social, Université de Fribourg

Maria José Roxo, CICS.NOVA, Dep. de Geografia e Planeamento Regional da FCSH/UNL

Renate Klein, Human Development & Family Studies, University of Maine, USA

Rui Pedro Julião, CICS.NOVA, Departamento de Geografia e Planeamento Regional da FCSH/UNL

Saudade Baltazar, Polo do CICS.NOVA da Universidade de Évora

<http://www.cics.nova.fcsh.unl.pt/>

CICS.NOVA, CENTRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Universidade Nova de Lisboa

Instituto Politécnico de Leiria

Universidade de Évora

Universidade do Minho

Universidade dos Açores

SECRETARIADO

Colégio Almada Negreiros, Campus de Campolide – Lisboa

Tel.: +351 918 832 000

E-mail: cicsnova.edições@fcsh.unl.pt

DIAGNÓSTICOS
& PERSPETIVAS

Difração normativa, comportamentos escondidos e identidades transversas

COORDENADOR Casimiro Balsa



**DIFRAÇÃO NORMATIVA, COMPORTAMENTOS ESCONDIDOS
E IDENTIDADES TRANSVERSAS**

Coordenação: Casimiro Balsa

Capa: António Pedro

Revisão e paginação: Margarida Baldaia

© EDIÇÕES HÚMUS, CICS.NOVA/EDIÇÕES, 2019

EDIÇÕES HÚMUS

End. postal: Apartado 7081

4764-908 Ribeirão, V. N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

CICS.NOVA/EDIÇÕES

CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, UNL

Colégio Almada Negreiros

UNL, Campus de Campolide – Lisboa

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Dezembro de 2019

Depósito legal: 465602/19

ISBN 978-989-755-459-9

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>		7
	João Castel-Branco Goulão	
<i>Introdução</i>	Difração normativa, comportamentos escondidos e identidades transversas	11
	Casimiro Balsa	
PRIMEIRA PARTE	DIFRAÇÃO NORMATIVA	
	Aqui e algures. Como pensar a não integralidade dos indivíduos nas relações sociais?	33
	Marc-Henry Soulet	
	Compreender as nossas razões de agir. Ensaio provisório de socioanálise	53
	Guy Bajoit	
	Dissimulações e identidades transversas como aproximação da má-integração	83
	Viviane Châtel	
	Entre opacidade e publicização: a gestão de regimes de ação plurais	103
	Cristina Albuquerque	
SEGUNDA PARTE	COMPORTAMENTOS ESCONDIDOS	
	Entre invisível e indizível. Aspetos metodológicos e epistemológicos em torno da reflexão sobre o uso de drogas	115
	François Beck	

Quando descrever significa explicar. Métodos qualitativos no estudo das políticas de saúde pública francesas face ao abuso de drogas	135
Henri Bergeron	
O que a droga faz à norma	167
Luís Fernandes	
Abordagem relacional do risco e da transgressão nas relações sexuais	193
Luc Van Campenhoudt	

TERCEIRA PARTE IDENTIDADES TRANSVERSAS

O pecado da “ganza” e a construção da identidade transversa	207
Policarpo Lopes	
A difração da norma e as identidades transversas como estratégias de adaptação psicológica dos atores do trabalho sexual	217
Alexandra Oliveira	
Não ser como os outros. Resistência à imposição identitária num contexto difícil	225
Fernando Diogo	
Ciganos portugueses. Fechamento identitário e racismo diferencialista	237
João Filipe Marques	

PREFÁCIO

João Castel-Branco Goulão*

É com grande satisfação que acolhemos esta excelente publicação, no âmbito das comemorações dos 20 anos da Estratégia Nacional de Luta contra a Droga, que, para além de proporcionar uma reflexão sociológica sobre diferentes modelos políticos, abre espaço ao cruzamento de saberes e à coexistência de metodologias e estratégias de investigação nestas áreas.

A Estratégia Nacional de Luta contra a Droga de 1999 surge da urgência de agir num cenário de perigo, em particular para os jovens. O pragmatismo e o humanismo, valores intrínsecos às políticas preconizadas, a coragem política de então que respaldou e facilitou a tomada de decisões fundamentadas na evidência científica, na experiência, nas práticas em curso e no conhecimento da situação do país, fizeram parte do pacote ganhador, com resultados positivos nos principais indicadores sociais e de saúde.

Desde logo a lei da descriminalização, em vigor desde 2001, foi um forte sinal no contexto dos normativos legais e morais. Encarar o (tóxico) dependente como uma pessoa que precisa de apoio, respeitar a sua dignidade e os seus tempos, responder às necessidades que apresenta, prevenindo e reduzindo os riscos a que está exposto por força da sua condição, mobilizaram-nos enquanto agentes desde o primeiro momento.

A decisão política de criar uma estrutura de Coordenação Nacional baseou-se na natureza multifatorial dos problemas associados aos consumos e na inegável mais-valia da cooperação interinstitucional. Ao colocar à mesma mesa os ministérios e serviços com responsabilidades e respostas convergentes na área, assistimos a uma maior eficiência na gestão

* Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool.

dos recursos disponíveis e a uma eficácia das intervenções, espelhada nos resultados da monitorização dos principais indicadores específicos. A ação qualificada dos profissionais, altamente competentes, resilientes, conhecedores da realidade e com uma forte motivação para a ação, bem como uma sociedade civil presente, com um papel relevantíssimo e cooperante na implementação das opções estratégicas nacionais, completaram o círculo virtuoso.

O balanço não suscita dúvidas; os resultados estão à vista. O número de consumidores problemáticos de heroína desceu acentuadamente, a saúde dos toxicodependentes melhorou francamente, os níveis de infeção por VIH relacionados com o consumo de drogas e as mortes por *overdose* caíram de forma inequívoca, o estigma associado aos toxicodependentes deu lugar a uma atitude integradora de apoio, os riscos para a saúde pública foram reduzidos, os níveis de insegurança das populações relacionados com a pequena criminalidade foram reduzindo... e poderia continuar a identificar os ganhos alcançados, também para as gerações de jovens que se seguiram e que beneficiaram de políticas esclarecidas e baseadas no conhecimento.

Este conjunto de textos que tenho a honra de prefaciар demonstra também que as identidades não são fixas, antes se constroem e se reconfiguram, designadamente em função de estratégias pessoais e de processos sociais. É neste paradigma que nos movemos. Com novos e velhos problemas, alguns com novos contornos, que nos remetem para respostas dinâmicas ajustadas a esta mobilidade e à evidência científica.

O alargamento das políticas de combate à droga e toxicodependência aos problemas ligados ao álcool e às dependências sem substância decorre precisamente deste olhar dinâmico sobre os problemas e da necessidade de se ajustarem os desenhos organizacionais às necessidades.

Não é tempo de limpar armas. Muitas preocupações nos convocam para novas abordagens ao nível do conhecimento, para alicerçar a decisão e a ação.

Desde logo o uso recreativo de *cannabis* e a atual discussão em torno da sua regulamentação, de certa forma desvirtuada, ao associar no mesmo debate a utilização desta substância para fins medicinais. A verdade é que ainda estamos longe de ver estudados com o rigor necessário os efeitos da utilização recreativa, designadamente nos países que legalizaram o uso recreativo e cujos primeiros resultados não são animadores.

Mas teremos também de falar do álcool e dos consumos preocupantes entre os jovens e os adultos, com um crescimento particular entre o género feminino, e das novas substâncias psicoativas, bem como dos consumos de medicamentos e anabolizantes, cuja realidade não é ainda muito conhecida.

Por outro lado, se há alguns anos a principal preocupação das famílias eram os consumos de substâncias psicoativas, neste momento, a preocupação crescente é, e desde idades muito precoces, a utilização abusiva e mesmo a dependência de ecrã.

Temos também de olhar para a redução da capacidade de resposta instalada aos problemas relacionados com os comportamentos aditivos e as dependências.

Estas são algumas das preocupações que nos convocam para a ação. Tal como no passado, a coragem e o investimento político, a inovação, a qualidade dos serviços e dos profissionais e a construção do conhecimento são fatores determinantes para enfrentar os desafios resultantes dos atuais problemas sociais do fenómeno, num contexto de elevada complexidade característico da Modernidade, que nos remete cada vez mais para a necessidade de novas abordagens ao nível do conhecimento, da decisão e da ação.

INTRODUÇÃO

DIFRAÇÃO NORMATIVA, COMPORTAMENTOS ESCONDIDOS E IDENTIDADES TRANSVERSAIS

Casimiro Balsa*

1. Apresentação da problemática

A sociedade não cessa de investir na construção de quadros normativos, ao mesmo tempo que constrói meios para os transgredir, através da construção de quadros alternativos ou contranormativos. No entanto, os efeitos de integração que estes diferentes quadros permitem não têm o mesmo sentido social, para além de se jogarem sobre valores, interesses e níveis de acesso aos recursos distintos, motivando, ao mesmo tempo, comportamentos divergentes e expectativas diferentes. A difração normativa resulta do entrelaçamento destes quadros referenciais da ação e das margens de jogo, que se abrem, assim, para sistemas de transação entre as ações e os posicionamentos dos atores quando estabelecem uma relação enviesada. Nestas circunstâncias, os comportamentos que aí se perfilam podem ser analisados nas suas dimensões escondidas ou através dos efeitos de dissimulação que eles produzem, e as populações visadas sob o prisma de identidades transversas.

Um comportamento escondido traduz sempre uma situação de inadequação entre as suas modalidades ou as suas intenções e o quadro normativo ou as expectativas dos contextos nos quais ele é realizado. Esse comportamento permite ao ator preservar uma posição, uma identidade, um recurso... dissimulando uma infração à ordem social no seio da qual ele age. Ao contrário do que ocorre em situações em que um comportamento fraturante é apresentado como a bandeira de uma qualquer

* CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

contranormatividade que se pretende exhibir, os comportamentos escondidos enviesam o sentido dos quadros normativos de referência e alimentam formas de posicionamento ou expressões identitárias transversas.

No plano intencional, o significado dos comportamentos escondidos deve ser procurado, em primeiro lugar, considerando os seus objetos e motivações. Um comportamento escondido pode desenvolver-se, por exemplo, no quadro de uma estratégia tendente a preservar a intimidade ou um qualquer domínio da vida privada. Nestes casos, a reserva é regulada pela definição do que é ou não conveniente fazer em determinadas situações, ou em presença de determinadas pessoas. O corpo e a relação com o corpo, por exemplo, são objeto de múltiplas convenções, que reservam certos comportamentos para espaços privados ou momentos preservados de olhares indiscretos. Esconde-se igualmente um comportamento por interesse ou em nome de uma convicção e como estratégia para manter, ganhar ou não perder uma posição ou uma identidade. Também se pode ocultar um comportamento que infringe a ordem legal vigente, uma convenção ou um simples acordo, para evitar as consequências que daí poderiam advir.

Ainda no plano da sua intencionalidade, como Marc-Henry Soulet o desenvolverá em seguida, para além de os comportamentos poderem produzir um efeito de dissimulação no âmbito de uma estratégia de ocultação, eles podem, não se escondendo, quer dizer, desenrolando-se de acordo com padrões convencionais, ser portadores de uma intenção que não corresponde ao seu valor (ou norma) facial. Erving Goffman estudou esta questão no quadro das “adaptações secundárias”. Sabemos também que determinados comportamentos, aparentemente pouco legíveis em relação direta com o seu contexto de expressão, só se compreendem quando os consideramos como “apostas adjacentes”, para retomar uma expressão de Howard Becker, e dão corpo a engajamentos que excedem o *hic* e o *nunc* desse contexto.

No plano da sua codificação normativa, os significados dos comportamentos escondidos são indexados em relação aos modelos culturais de referência, às ordens de censura que se lhes aplicam – social, moral, jurídica... – ou ainda aos quadros de ação suscetíveis de serem mobilizados para os qualificar e de acordo com as circunstâncias nas quais eles se realizam – a sociedade no seu conjunto, uma convenção entre parceiros, uma relação de confiança... O mais provável, no entanto, é que o significado

dos comportamentos escondidos resulte de uma combinatória de efeitos associados a estas diferentes ordens que ditam as suas possíveis consequências, que podem ir de um simples julgamento de conveniência até a uma sanção social e mesmo penal, podendo resultar numa discriminação de posições ou de acesso a recursos e privilégios suscetíveis de conduzir à exclusão ou até mesmo à segregação social.

Parece-nos importante considerar que, muitas vezes, estas diferentes formas de relação oblíqua às situações ou às posições, para além de poderem constituir indicadores de desvio, produzem, ao mesmo tempo, efeitos de integração. Mas qual é o sentido dessas formas de integração – transversas – para os indivíduos e para os quadros ou contextos interpelados? Ao centrar a nossa reflexão nesses comportamentos, pretendemos privilegiar os momentos de desfasamento que se insinuam no coração da produção das relações e dos laços sociais, partindo do princípio de que o social não se joga exclusivamente no proscénio. Neste sentido, um comportamento que se dissimula num determinado plano pode constituir uma marca de afirmação num outro. E que significa, afinal, “escondido”? Não se dissimula, por vezes, justamente para melhor mostrar aquilo que se quer? Qual é, em última análise, o peso da “obliquidade” na produção do laço e das relações sociais? Que importância tem, por outro lado, a mobilização de uma pluralidade de planos quando se analisam as lógicas de ação?

Esta abordagem dos comportamentos escondidos conduz-nos, naturalmente, a interrogar a noção de identidade. Há já algum tempo que o profundo trabalho de desconstrução dos quadros de referência fez perder consistência, unicidade e fixidez às identidades, em benefício de uma apreensão plural, em que estas surgem em permanente construção, assim como em tensão contínua entre diferentes registos. Neste sentido, as identidades podem ser entendidas como um desafio e resultado de um trabalho intencional dos atores, ou mesmo como um objeto de gestão, ao mesmo tempo que decorrem dos efeitos de mobilização e de classificação produzidos pelas instituições. Contudo, as identidades, mesmo assim, sempre em construção, têm a virtude de se apresentarem como uma totalidade, como uma representação de si e imediatamente apreensível pelos outros. Ora, haverá provavelmente que prosseguir o trabalho analítico de desconstrução e perguntar, como Marc-Henry Soulet o faz a seguir, se não haverá interesse heurístico em encarar a noção de identidade de forma “oblíqua”, postulando, não só que ela não se pode apreender sempre como uma totalidade

inequívoca, mas considerando, também que ela não se pode expressar inteiramente num mesmo espaço-plano. Por outras palavras, não haverá interesse em examinar a questão da identidade na perspetiva da sua não possibilidade, integralmente inscrita numa situação dada? Neste sentido, deveria considerar-se que a identidade pode comportar uma formulação transversa, o que sugerem particularmente esses contextos sociais em que se revelam comportamentos desajustados aos códigos normativos ou às expectativas, como nos casos de consumo de substâncias psicoativas ou de prática de prostituição, tratados a seguir. Essas situações onde o ator se revela devem levar-nos à interrogação sobre o que é colocado em cena no que se dissimula, sobre o que, sob uma intencionalidade aparente, se deve a engajamentos anteriores e aos constrangimentos do quadro de interação, sobre o que, na opacidade, remete para os diferenciais de recursos de ação e de identidade mobilizáveis, sobre o que, na obliquidade, constitui eco de outros contextos... Efetivamente, além das posições dissimétricas que os sujeitos podem assumir em determinadas situações, é evidente que eles não utilizam os mesmos recursos para produzir obliquidade. Torna-se, assim, essencial apreender os efeitos das desigualdades ou da diferenciação social sobre a obliquidade de certos comportamentos e sobre a transversalidade das identidades¹.

1. Esta problemática foi construída no seio do Comité de Recherches 30 da Associação Internacional dos Sociólogos de Língua Francesa (AISLF) consagrado ao tema das *Desigualdades, Identidades e Laços Sociais*, em conjunto com Marc-Henry Soulet. A publicação dos resultados desta reflexão, que agora se apresentam, pretende ser um contributo para a análise das modalidades e das condições de realização dos laços sociais, no seguimento de outros trabalhos já publicado sobre a problemática do CR30, designadamente:

- BALSA, Casimiro, CARDOSO, A. Dimas, RODRIGUES, Luciene e SOULET, Marc-Henry (Orgs.), *A Universidade e Modos de Produção do Conhecimento*. Edição portuguesa: CICS.NOVA/Húmus, Lisboa/V. N. Famalicão, 2016, 180 pp., ISBN: 978-989-755-238-0. Edição brasileira: Editora Unimontes, Montes Claros, 2016, 280 pp.
- BALSA, Casimiro, WESSLER BONETI, Lindomar, SOULET, Marc-Henry (Orgs.), *Políticas Públicas e Responsabilidade Civil: Uma problemática transnacional*, Col. *Método e Teorias*. Editora Unijuí/CEOS, Ijuí, Brasil, 2009, 264 pp.
- BALSA, Casimiro, WESSLER BONETI, Lindomar, SOULET, Marc-Henry (Orgs.), *Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: Uma abordagem transnacional*, Col. *Método e Teorias*. Editora Unijuí/CEOS, Ijuí, Brasil, 2006, 240 pp.
- BALSA, Casimiro (Org.), *Relações Sociais de Espaço – Homenagem a Jean Remy*, Col. CEOS/Inquéritos-4. Edições Colibri/CEOS, Lisboa, 2006, 230 pp.
- BALSA, Casimiro (Org.), *Confiança e Laço Social*, Col. CEOS/Inquéritos-3. Edições Colibri/CEOS, Lisboa, 2006, 300 pp.
- BALSA, Casimiro (Org.), *Confiance et lien social*, Collection Res Socialis, volume 24. Academic Press Fribourg, Friburgo, 2005, 344 pp.
- BAJOIT, Guy (Ed.), *Le Contrat social dans un monde globalisé*, Res Socialis. Academic Presse Fribourg, Friburgo, 2008, 260 pp.

2. A difração normativa na construção e na expressão das identidades

A problemática da identidade constitui assim um vetor-chave para compreender a emergência da modernidade (Taylor e Melançon, 1998). Alicerçada em torno de um sujeito reflexivo, a identidade moderna, seguindo Charles Taylor, constrói-se sempre entre a responsabilidade que é imposta a cada um de se singularizar e a fidelidade devida a um contexto de pertença fora do qual a singularidade não se revela (Pélabay, 2001: 91 e ss).

No entanto, nesta interface, as identidades podem declinar-se de acordo com várias inflexões. Posicionando-se em relação a um maior ou menor número de marcadores de pertença (nacionais, étnicos, profissionais, familiares...), os indivíduos podem aderir àqueles que participarão, provavelmente com pesos diferentes, na construção das suas identidades, tendo em conta as circunstâncias de tempo, de espaço ou de relações sociais da declinação. Aliás, os modos de declinação, para além de solicitarem o reconhecimento identitário, constituem já marcos decisivos para delimitar os modos de acesso a recursos, tanto materiais quanto simbólicos, cuja repartição, como se sabe, é socialmente discriminada. Este princípio social de discriminação pode conduzir, aliás, a que no interior de uma formação ou comunidade social determinada, as pertenças dos grupos sejam artificialmente bloqueadas em alguma das suas dimensões, de acordo com o efeito de discriminação que se quer produzir (por exemplo, jovens da periferia, identidades étnicas, nacionais, de género ou de idade, características individuais – deficiência... – ou comportamentais – consumidores de drogas...), escondendo sempre, no entanto, muitas outras dimensões das identidades.

BURNAY, N., KLEIN, A. (Eds.), *Figures contemporaines de la transmission*, Collection Transhumances. Presses Universitaires de Namur, Namur, 2009, 499 pp.

Ens, Romilda Teodora e Boneti, Lindomar Wessler, *Educação e Justiça Social*. Editora Unijuí, Ijuí, Brasil, 2015, 376 pp.

SOULET, Marc-Henry & Châtel, Vivianne (s/s la dir.), *Faire face et s'en sortir*. Volume 1: *Négociation identitaire et capacité d'action*. Editions Universitaires Fribourg Suisse, Friburgo, 2002.

SOULET, Marc-Henry & Châtel, Vivianne (s/s la dir.), *Faire face et s'en sortir*. Volume 2: *Développement des compétences et action collective*. Editions Universitaires Fribourg Suisse, Friburgo, 2002.

SOULET, Marc-Henry & Châtel, Vivianne (s/s la dir.), *Agir en situation de vulnérabilité*. Les Presses de l'Université Laval, Québec, 2003.

A um outro nível, os processos de (re)construção das identidades sociais e culturais podem resultar igualmente do cruzamento de diferentes temporalidades históricas – às quais correspondem referenciais da ação (Muller, 2000) diferentes, que são provavelmente reinterpretados a partir dos múltiplos lugares onde eles se projetam –, mas também das lógicas de ação e modelos de relacionamento distintos, que adequam ao tamanho de cada um as injunções que nos obrigam a dever-ser.

2.1. As narrativas da construção das identidades entre a institucionalização e a apropriação

Do lado das teorias sobre a construção das identidades, a literatura permite identificar vários quadros de leitura que seria impossível retratar aqui no seu conjunto. De uma forma abrangente, no entanto, podemos situar esses quadros entre o paradigma essencialista, o paradigma do conflito, que procura explicar a construção de identidades em situações de tensão e de desajustamentos motivadas pela mudança social, e o paradigma das identidades negociadas.

De acordo com a sistematização feita por Daniel Cefaï (2007), a partir dos anos 50 do século passado as teorias visaram compreender a forma como os indivíduos e as suas comunidades de pertença procuravam construir novos sentidos para as suas vidas ameaçadas pela desagregação das tradições e pela massificação. Esta orientação sobrepõe-se e renova as leituras tradicionais de inspiração essencialistas e reificantes que indexam as identidades a características psicofisiológicas (género, raça...) que, supunha-se, subsumiam o sentido de toda a sua existência. A partir dos anos 1970, a teoria dos novos movimentos sociais procura explicar o surgimento de reivindicações identitárias que surgem com o anúncio do fim da sociedade industrial e o enfraquecimento dos critérios de estratificação e de identificação social que lhe correspondem. Estas reivindicações caracterizam-se, por um lado, por deslocar o centro de gravidade da construção das identidades da produção para o consumo, para os modos de vida ou para causas ou direitos que se pretende valorizar (identidades de género e de orientação sexual, grupos etários, preservação do meio ambiente, etc.) e, por outro lado, pelo facto de os movimentos sociais que elas promovem serem conduzidos, à partida,

fora das instituições de enquadramento tradicionais (partidos políticos, igrejas, sindicatos...). A partir dos anos 1980, finalmente, orientações teóricas inspiradas no interacionismo simbólico desenvolvem instrumentos que permitem analisar a expressão, na “arena pública” (Cefaï, 2001) de uma “coprodução negociada de definições da realidade e da identidade” (*Ibidem*: 71).

Em 1954, Raymond Firth (Firth, 1954) identifica bem a polaridade que baliza os sentidos divergentes que perpassam a sucessão de quadros de leitura enumerados acima. É significativo que esta polaridade só comece a ser claramente dinamizada no interior desta escola de pensamento a partir desta data. Com efeito, Firth vai propor o conceito de organização social para combater, diz ele, o conceito de estrutura social, “cujo efeito de encantação envolveu, durante as últimas duas décadas, a abordagem estruturalista”, mas que “começa a dissipar-se” (*Ibidem*: 1). Através do conceito heurístico de organização social, Firth procura dar conta das “conexões mais flexíveis” que envolvem os indivíduos, aquém das estruturas, mas cujos efeitos não poderão ser descartados. Sabemos que Firth vai desenvolver um ponto de vista analítico centrado num agir individual, caindo no viés inverso ao que ele imputava à leitura estruturalista.

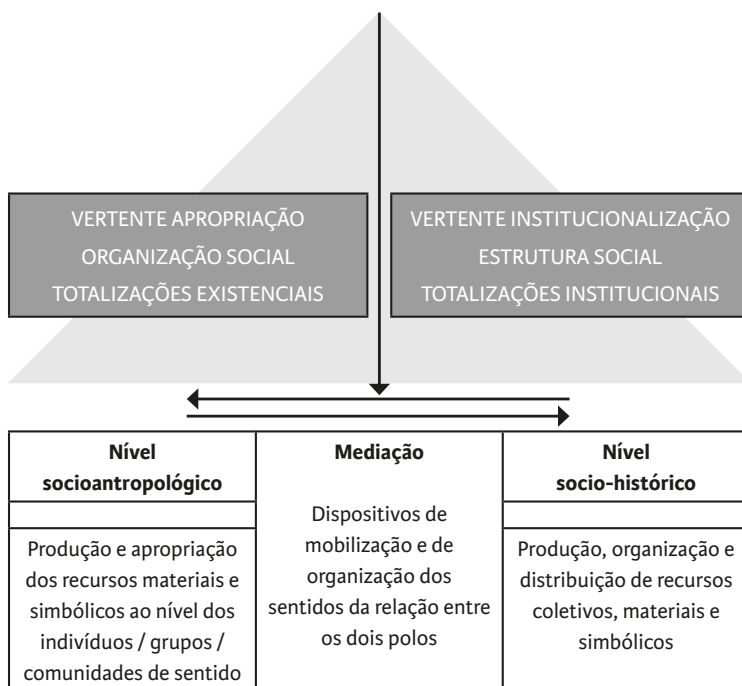
Quase 70 anos depois, a leitura das identidades continua a perder-se entre esta oposição analítica, quando o importante é perceber, parece-nos, que as duas entradas só podem ser entendidas quando associadas, como elementos estruturantes de uma relação dinâmica polarizada.

Neste sentido, a oposição de Firth entre “estrutura social” e “organização social” ajuda-nos a construir, no plano sintagmático, o esquema que utilizamos para projetar a construção/expressão das identidades/pertenças. Por um lado, consideramos uma polaridade que nos permite aproximar as dimensões mais rígidas ou estáveis das identidades à qual fazemos corresponder a vertente mais instituída da construção. Partindo de dimensões mais sedimentadas e estáveis das existências, ou dos seus quadros de referência, a vertente institucional permite dar conta das dimensões da identidade que, de alguma forma, se impõem aos indivíduos ou aos grupos e que têm um potencial de ação tendencialmente coercivo. Por outro lado, e articulada com esta primeira polaridade, consideramos, em conjunção com a “organização social”, uma leitura mais focada na capacidade de criação e de produção de sentidos dos próprios indivíduos e das comunidades que eles constituem.

A primeira vertente comanda a leitura das situações sob o modo da determinação ou da imposição; a segunda abre para os modos de apropriação que permitem compreender como, e em que medida, o que é imposto se vai ancorar na experiência dos indivíduos ou dos grupos (ver esquema).

Michel Oriol (Oriol e Hilly, 1988; Oriol, 2004), de quem emprestamos esta representação esquemática, distingue os dois registos da produção que se adequam a cada uma destas vertentes opondo as “totalizações institucionais” às “totalizações existenciais”. A totalização institucional “corresponde ao conjunto dos códigos instituídos, que levam a categorizar os sujeitos como membros de um determinado grupo alargado, nacional ou outro, definindo, ao mesmo tempo, as regras que sustentam esta atribuição” (Oriol, 2004: 11). Já a totalização existencial encerra “o conjunto das representações e das práticas, ao nível dos sujeitos individuais ou dos coletivos que, independentemente de qualquer formalização, tendem a manifestar a sua pertença a (uma) comunidade, em relação à qual eles reivindicam uma afiliação” (*Ibidem*: 11-12). No que respeita às temporalidades envolvidas, as totalizações institucionais constituem-se, de preferência, no longo termo das significações sedimentadas no plano socio-histórico, enquanto as totalizações existenciais se jogam nas encruzilhadas da vida quotidiana, nos tempos mais curtos que se moldam às trajetórias individuais e lhes fixam os sentidos.

A figura em baixo, retirada em parte de Michel Oriol (Oriol e Hilly, 1988), mostra, esquematicamente, os lugares de atribuição/apropriação e os sentidos que podem ser seguidos nos processos de construção das identidades. A distância estrutural entre os dois polos aponta para a necessidade de pensar uma instância e uma função de mediação que se resolve num plano socioinstitucional (cfr. Balsa, 1987).



2.2. Uma leitura dinâmica do processo

Para que fique mais claro, consideremos, ainda que muito resumidamente, a dinâmica que pode ligar os diferentes lugares do esquema.

De um modo mais geral, entra no campo socio-histórico qualquer instituição capaz de codificar práticas, de produzir modelos de referências identitárias e de gerir a sua eficácia junto de populações-alvo ou em torno de determinadas dimensões da identidade. Estas codificações podem comportar um grau mais ou menos elevado de generalização ou de poder coercivo. Um Estado ou uma Igreja, por exemplo, podendo exercer a mesma função, não seguem as mesmas metodologias, não visam as mesmas populações ou, mesmo sendo as mesmas, o motivo ou o poder de injunção exercidos sobre elas é diferente. Assim, “a análise socio-histórica tem como objeto as estruturas de identificação que os

sujeitos encontram propostas ou constituídas no campo macrossocial” (Oriol e Hilly, 1988: 175)².

Sabemos, por outro lado, que os indivíduos e as comunidades vão ter de se apropriar dessas dimensões oficiais para comporem os *scripts* das suas práticas e representações, definindo ao mesmo tempo as relações de distância e de proximidade a que pretendem mantê-las de grupos para eles significativos. Seguindo uma conceptualização comum nas ciências sociais, diríamos que o campo socioantropológico está em conjunção com a função de produção e de criação de sentidos localmente ancorados, da mesma forma que o polo socio-histórico está em conjunção com a função de reprodução, muito mais transversal espaço e temporalmente. A análise socioantropológica corresponde assim à vertente da organização social na aceção de R. Firth, na qual são produzidas as totalizações existenciais. Nesta medida, o nível socioantropológico apreende-se mais facilmente no quotidiano da vida dos indivíduos e dos seus coletivos de referência: indivíduos, família e comunidades de pertença, a diferentes níveis. É ao nível socioantropológico que devem ser encontradas as soluções para as dúvidas que se colocam sobre “quem sou eu”, “quem somos nós”, num confronto constante com outros modos de afirmação e em contextos onde circula uma multitude de propostas alternativas, muitas vezes, aliás, mutuamente exclusivas, que são propostas como moldes pré-formatados de um poder-ser, onde as práticas dos indivíduos e dos coletivos se podem encastrar. Qualquer que seja a viabilidade ou o desfecho deste encastramento, o importante é que a construção das posições conseguidas mobiliza a autonomia dos sujeitos e exige um agir em liberdade, mesmo quando a decisão dos sujeitos vai no sentido de uma não escolha.

A instância de mediação, finalmente. Lembramo-nos de uma reflexão de Nietzsche (Nietzsche, 1964:81) que, embora alerte para uma temporalidade da construção da memória em parte esquecida, não deixa de apontar para o horror que representam as “transações”, os “compromissos” e as “promessas”, quando se julga necessário criar no homem uma memória. Esta função de transação deve ser, no entanto, entendida, evitando duas representações que reduziriam o seu potencial heurístico: por um lado, pensar que as identidades se constroem na estrita dependência de uma

2. Fazemos aqui referência à paginação do manuscrito que Michel Oriol nos cedeu, não tendo conseguido aceder à publicação final que, como o Autor admite (Oriol, 2004), foi muito mal distribuída.

polaridade institucional e, por outro lado, mas no mesmo sentido, pensar que a polaridade que comanda a apropriação é desprovida de qualquer intencionalidade.

No prefácio a uma reedição do seu clássico *Grupos Étnicos e as Suas Fronteiras* (Barth, 1998) (edição brasileira em Poutignat, Philippe e Streiff-Fenard 1998), F. Barth, Autor que F. Morin considera estar na base da rutura epistemológica que opera uma deslocação radical nos modos como se analisam as identidades (F. Morin e al, cit. por Villar, 2004), acha importante alertar o leitor para o significado que a sua proposta teórica tinha numa época dominada por uma leitura que retratava as sociedades como sendo descontínuas, representadas cada uma em torno de culturas e etnias diferenciadoras. Barth pretendia igualmente opor-se à teoria estruturo-funcionalista (Barth, 1998:5) ; Poutignat, Philippe e Streiff-Fenard, 1998: 5), a seu ver, responsável por esta leitura que valoriza a integração funcional dos grupos em torno de uma determinada ordem, postulada *a priori* com base em construções ideal-típicas das características dos grupos.

Contra a representação estruturo-funcionalista, Barth apresenta as bases da sua postura epistemológica (Barth, 1969: 11 e ss): 1) para ele, é a decisão dos indivíduos de pertencer a um grupo que atribui sentido aos marcadores culturais e os singularizam nas suas relações com os outros; 2) para perceber isto, o Autor propõe uma metodologia generativa, ou transaccional, que procura descobrir os processos através dos quais os grupos constroem e conseguem manter as suas identidades; e 3) assim, a pesquisa foca-se na constituição interna e na história de cada grupo específico, antes de analisar o modo como cada um delimita as fronteiras que o separam dos outros e as mantêm.

Os grupos definem-se, assim, por um lado, na sua interação constante com os outros, cuidando das suas fronteiras, e não com base em características definidas *a priori* pelas classificações essencialistas; por outro lado, estas delimitações identitárias exigem uma intencionalidade: é a vontade de pertencer que dá sentido aos marcadores de pertença, quer dizer, não são estes que impõem, por si só, o sentido das identidades.

A circulação de sentidos entre os lugares modais a partir dos quais as identidades se constroem não se faz, assim, de uma forma direta, nem imediata, nem linear, supondo que os marcadores circulariam com os mesmos sentidos e valências quando passam de um nível para outro. De facto, nesta passagem, os significados dos marcadores podem mudar.

É nos interstícios destas junções que se coloca a necessidade de pensar a função de mediação (que não exige forçosamente a intervenção de um mediador profissional). De acordo com as circunstâncias em que ocorre e os princípios antes explicitados, a função de mediação pode exercer-se em conjunção, seja com a polaridade socioantropológica, seja com a polaridade socio-histórica (Balsa, 1987).

2.3. O sentido da difração normativa

Estes lugares estruturais são investidos por atores e pelas operações através das quais estes procuram construir um sentido para as suas ações. Este sentido joga-se entre a definição de uma situação, a mobiliação de recursos (que podem ser positivos e negativos) e, finalmente, as razões que motivam a ação, sob a forma de objetivos, intencionalidades ou sentidos – a menos que a ação não se desenrole na ordem inversa à desta enumeração, mas sempre apoiada no carácter interativo dos elementos que a constituem.

Entendidos desta forma, os processos de produção ou de reivindicação das identidades não cabem num espaço plano como o que representámos acima. Melhor seria uma representação que desenhasse, para cada um dos lugares designados, a constelação dos atores suscetíveis de investir nesses processos e que considerasse, ao mesmo tempo, os seus diferentes regimes de investimento, sabendo que estes regimes podem apresentar-se sob temporalidades de ação diferentes e que têm uma plasticidade que lhes permite moldarem-se às circunstâncias dos processos em que participam. Quer isto dizer que o plano da nossa representação tem de ser complexificado, considerando para cada configuração socio-histórica: 1) a diversidade dos atores e dos segmentos da ação através dos quais aqueles se investem; 2) a diversidade das dimensões através das quais os processos se realizam; 3) as diferentes lógicas de ação que singularizam cada ator e as temporalidades através das quais elas se concretizam; 4) a pluralidade dos recursos investidos (materiais, simbólicos...), que, para além das suas valências (no sentido da sua capacidade de se combinarem com outros), podem assumir valores positivos ou negativos; e 5) a plasticidade que permite que cada ator molde a sua estratégia em função das circunstâncias da ação e dos efeitos pretendidos.

Uma fonte suplementar de complexidade vem do facto de não haver atores especializados para cada um dos lugares estruturais que considerámos no plano. O que permite perceber em que lugar do processo o ator se posiciona é o seu modo de investimento e o nível do processo que é visado pela sua ação. Por exemplo, um ritual de festa numa comunidade, que representa uma manifestação da existência quotidiana dos indivíduos e atualiza a sua singularidade constitui, ao mesmo tempo, uma totalização institucional, consolida a estrutura social e insere-se numa dinâmica socio-histórica. A outro nível, quando o Estado se exerce através da ação dos “street-level-bureaucrats” (Lipsky, 2010), releva de uma totalização existencial e exerce a sua ação no plano socioantropológico.

É provavelmente esta complexidade que justifica a angústia do investigador no momento de analisar uma identidade... mas é igualmente desta complexidade que resulta a difração normativa. Acreditamos que tomar em consideração o carácter difrativo de qualquer norma possa facilitar o conhecimento dos processos sociais nos quais ela intervém.

Contrariamente a uma representação que postula uma separação nítida entre norma e desvio – como se sombra e luz fossem separadas por uma fronteira nítida e definitiva –, a existência da norma pressupõe uma variedade mais ou menos elevada de posições intermédias entre o que ela prescreve e a apropriação que dela é feita, de acordo certamente com a própria natureza da norma e do grau de constrangimento com que ela se impõe, mas em função, igualmente, da natureza das relações que as normas permitem estabelecer.

Embora seja difícil desenlear a teia que se estabelece entre uma situação de difração normativa, os comportamentos escondidos ou as dissimulações que lhes são inerentes e as identidades transversas que derivam e, ao mesmo tempo, produzem a difração e a dissimulação, é em torno destas três entradas que apresentaremos os trabalhos que nos ajudarão a aprofundar a nossa problemática.

2.4. Apresentação dos capítulos

Começamos por nos interrogar sobre os contornos da difração da norma, explorando a metáfora da física para perceber melhor um processo que se dissimula ao olhar, até mesmo porque as definições institucionais, os

referenciais dominantes, tanto de políticos como de grupos profissionais, ou as afirmações identitárias abruptas através das quais se joga a existência de grupos são concebidos para produzir este efeito de dissimulação. As discussões propostas por Marc-Henry Soulet, Guy Bajoit, Vivianne Châtel e Cristina Albuquerque procuram desvendar as dimensões e desenhar os contornos da difração normativa.

Para Marc-Henry Soulet, a obliquidade dos posicionamentos associados às identidades transversas pode compreender-se em relação à posição inversa, que consiste na possibilidade de um investimento integral dos indivíduos nas interações sociais. Numa situação de obliquidade, os indivíduos não se encontram plenamente nas interações em que se envolvem, situação sobre a qual Marc-Henry Soulet vai refletir a partir de uma teorização do modo como os recursos identitários podem ser jogados entre um “aqui” e um “algures”. Desenvolvendo o seu argumento a partir do *modus operandi* da sociologia, o Autor mostra que a teorização tende a postular um investimento integral dos indivíduos nas situações e relações sociais, considerando como atípicos, e exigindo explicação, os casos em que isso não acontece. Invertendo este postulado, Soulet faz um inventário de modelos de relações em que, inequivocamente, o aqui se associa de modo complexo ao algures, fazendo com que dos investimentos consentidos pelos atores nas construção das situações ou relações resultem sempre perdas, mas também excessos relativamente aos desafios que estão em jogo. As questões colocadas pela análise das relações transversas oferecem uma importante alavanca heurística para chegar ao conhecimento dos múltiplos patamares de sentido das relações e da forma como eles se cruzam para construir a ação.

Guy Bajoit prolonga esta reflexão, colocando-se deliberadamente do ponto de vista do indivíduo e na perspectiva da socioanálise. Interrogando-se sobre os modos de declaração das razões do agir, ele identifica quatro – declaradas, escondidas, ignoradas e censuradas – que, para além de corresponderem a diferentes níveis de consciência que os sujeitos têm dos determinantes da ação, se associam igualmente a diferentes tipos de legitimidade pelos quais aqueles podem entrar numa relação. O conhecimento destas diferentes modalidades obriga no entanto o investigador a mobilizar diferentes quadros teóricos que tendem a esclarecer a não integralidade dos sujeitos nas relações quando escondem, ignoram ou censuram. A proposta de Guy Bajoit vai no sentido de transpor, “para os atores coletivos o

processo que a psicanálise aplica aos sujeitos individuais”. Nesta linha, o Autor insere-se na tradição da socioanálise e formula as principais hipóteses que podem alicerçar esta abordagem.

Vivianne Châtel reconhece à partida o carácter multifacetado da construção das identidades e interroga-se, como o faz Marc-Henry Soulet, se elas podem ser pensadas no interior de um mesmo espaço-plano. Châtel desenvolve o seu argumento considerando as identidades instituídas em torno dos valores de felicidade, competitividade e consumo que asseguram a integração nas sociedades contemporâneas e que as identidades desviantes só servem para melhor recordar, e pergunta-se como é que a sociologia poderia ter uma abordagem mais positiva do Outro, produzindo um melhor conhecimento sobre as populações socialmente inexistentes. A Autora coloca a questão sob a forma de um paradoxo considerando, por um lado, que as identidades são a questão mais importante que a sociologia tem par a resolver e, por outro lado, o facto que ela nunca seja capaz de a resolver completamente. A entrada pelas identidades transversas permite assim a Vivianne Châtel dar conta das situações de má integração.

Finalmente, para Cristina Albuquerque, a problemática da difração normativa e das identidades transversas enraíza-se no quadro de ação da Modernidade e nos processos de reconhecimento que a constituem. Com a Modernidade, a ressignificação da articulação entre o universal e o particular, sendo ambos legitimados, abre para diversos modos de compreensão do sentido da ação e do espaço público. Para além da afirmação universal de um conjunto de garantias processuais sob a égide, por exemplo, da “situação comunicacional ideal” habermasiana, a afirmação da refutabilidade, da subjetividade e do pluralismo deve ser considerada como um produto da ação, construída de acordo com uma dinâmica deliberativa. Assim, deixando de ser produtos transcendentais, os valores, como os interesses, também podem ser negociados. Isto quer dizer que, limitada a vigência da hegemonia e da univocidade da racionalidade, a pluralidade das afirmações já não pode ser pensada de maneira justaposta, mas sim de uma forma articulada e transversal, no limiar de fronteiras onde a ação se joga entre a transparência e a opacidade. As gramáticas que permitem perceber este jogo podem ser tratadas por diferentes linguagens teóricas, como, por exemplo, a sociologia das convenções ou a sociologia da transação, e compreendidas no âmbito de uma racionalidade prudencial.

Na segunda parte, os desenvolvimentos focam a discussão mais em torno dos comportamentos escondidos. Contamos aqui com os contributos de François Beck, Henry Bergeron, Luís Fernandes e Luc Van Campenhoudt.

Para François Beck, os consumos de substâncias psicoativas relevam de comportamentos escondidos face a contextos normativos, aliás num duplo plano, considerando os quadros legais mas, igualmente, os julgamentos morais que os sancionam. Esta sanção é expressa nos termos das três leituras a partir das quais são sucessivamente formulados os problemas sociais do consumo: a leitura feita em termos de desvio moral que se representava qualquer tipo ou dimensão do consumo como ilegítimo e, portanto, devendo ser banido; a leitura em termos do risco que os consumos representam numa perspetiva de saúde e, finalmente, o alargamento do número de substâncias e dos consumos a populações cada vez mais diversificadas colocou o problema na órbita dos modos de vida. Se a primeira leitura dispensava qualquer quantificação (qualquer consumo e qualquer substância são, *a priori*, diabolizados), a segunda abre para uma tradição de pesquisa epidemiológica; por seu turno, a terceira leitura, admitindo uma relativa banalização de alguns consumos de substâncias ilícitas e incluindo as consequências do consumo de substâncias lícitas, como o álcool, vai abrir para a necessidade de melhor conhecer as características dos consumos e dos consumidores, numa perspetiva sociológica. Estas três leituras, podendo coexistir na atualidade, definem de forma diferente o comportamento escondido e mobilizam metodologias e estratégias da investigação específicas com o fim de produzir conhecimentos sobre os problemas. No seu contributo, François Beck analisa estas diferentes metodologias, capitalizando para isso a larga experiência adquirida pelo OFDT (Observatório Francês da Droga e da Toxicodependência).

Henry Bergeron prolonga a análise da situação francesa para aprofundar o conhecimento da passagem de um modelo de política pública construída sobre uma representação do consumo (sendo aqui o consumo de heroína o principal analisador) como um “desvio moral”, e visando, através da solução curativa, um ideal de abstinência, para uma política orientada por preocupações de saúde pública na qual os consumos representam riscos que se pretendem reduzir. A questão que Henry Bergeron se coloca é a de saber como se constrói e se mantém um modelo de política, mesmo quando ele contraria a observação empírica e se opõe a outros modelos mais bem

aceites noutros contextos nacionais. Optando por uma “política curativa” que só alterou em 1995 (quando a maior parte dos países europeus tinha já optado, a partir de meados dos anos 1980, por uma política de redução de riscos), a política francesa constitui um caso singular, cujos meandros Henry Bergeron dissecou, socorrendo-se de uma abordagem compreensiva e apoiando-se na tradição da teoria enraizada. As análises que o Autor faz revelam a existência de “crenças coletivas”, constituídas por um misto de proposições cognitivas e axiológicas que constituem o que designa como “paradigma francês dos cuidados”. Esta “crença coletiva”, como qualquer outra, aliás, organiza e legitima a definição do problema dos consumos, opera uma seleção das dimensões do problema que devem ser tidas em conta e das formas de o resolver, traçando fronteiras entre o visível e o invisível e operando uma censura profissional, social, política... das práticas de consumo, das suas dimensões, significados e consequências. Esta dissimulação não esconde apenas comportamentos, mas também a especificidade das populações que os praticam.

Luís Fernandes continua esta reflexão sobre os efeitos de ocultação das normas, centrando-se nas políticas que regulamentam os consumos de substâncias psicoativas a partir da experiência de Portugal, que adotou uma lei de descriminalização em 2001. A tensão entre o modelo curativo-abstencionista e o modelo que integra os consumos como um facto normal e que assenta numa política de redução de danos é analisada à luz das normas terapêuticas e das normas jurídicas. A figura da “difração normativa” constitui o fio condutor das análises na medida em que ela sugere que norma e transgressão, lícito e ilícito, normal e patológico... não são separados por uma linha nítida: a norma não existe no estado binário e, tal como no fenómeno físico, a sua aplicação abre para situações muito mais complexas do que a imagem do binómio luz-sombra, que alimenta a representação do senso comum.

Finalmente, a discussão proposta por Luc Van Campenhoudt incide sobre a articulação de sucessivos quadros de leitura de comportamentos de risco, sendo a análise conduzida em torno de comportamentos sexuais de risco associados à contração do HIV/sida. São considerados os limites dos pressupostos que suportam as teorias de escolha racional para explicar comportamentos que se compreendem, em primeiro lugar, à luz dos tipos de relações ou dos referenciais políticos e sociais nos quais aqueles se desenvolvem.

Na terceira parte do livro a problemática da difração normativa é sobretudo tratada a partir das identidades transversas. Para esta dimensão da reflexão, contribuíram Policarpo Lopes, que recordamos com saudade, Alexandra Oliveira, Fernando Diogo e João Filipe Marques. A construção das identidades é questionada, primeiro, em conjunção com comportamentos moral e legalmente censurados – consumo de substâncias psicoativas e práticas de prostituição – e, em seguida, com populações socialmente discriminadas – beneficiários do rendimento social de inserção e populações ciganas.

Policarpo Lopes aborda as identidades transversas a partir do sentimento de culpabilidade que se instala nos indivíduos que vivem os consumos como uma violação da ordem estabelecida. O sentimento de culpa é criado quando um sentimento de falha enviesa uma autoimagem que não corresponde àquela que o indivíduo efetivamente valoriza e que, no caso das situações analisadas, corresponde igualmente à imagem valorizada pelas normas sociais. Os efeitos da norma sobre a regulação dos comportamentos podem ser, assim, produzidos, para além da via coerciva, por este sentimento de culpa, quando a norma é interiorizada nos processos de socialização e continua a ser referenciada positivamente. Os casos analisados tendem a mostrar que a culpabilidade pode funcionar como um regulador das identidades transversas, que se constituem como meio de dissimulação de práticas sancionadas pela norma.

Como no caso dos consumos de substâncias psicoativas, as práticas de prostituição são igualmente proscritas legal e socialmente e podem levar a um enviesamento das posições e das estratégias identitárias dos praticantes e das suas famílias. Alexandra Oliveira consegue criar uma situação de empatia com o/as praticantes da prostituição, com as suas famílias e os seus contextos de vida e de profissão, que a levam a interrogar-se sobre de que lado está, finalmente, a normalidade. Recusando, no entanto, a leitura abrupta do senso comum, que estabelece uma rutura nítida entre norma e desvio, ela dá conta das situações e relações oblíquas que lhe permitem verificar, no quotidiano das práticas, o carácter difrativo das normas, mas também a necessidade de esconder – dos outros e de si próprios – a dimensão e o significado dos comportamentos porque, escondendo, espera-se evitar as sanções. Resta o sentimento de culpa, quando a norma foi interiorizada; para o debelar, a difração dos factos também pode ajudar, através, por exemplo, da denegação de situações ou da existência de uma vida dupla.

Do lado das identidades de populações discriminadas, Fernando Diogo dá conta das diferentes estratégias dos beneficiários do rendimento de inserção que conseguem desviar-se das injunções de identidade negativa a que são sujeitos, tanto por parte do Estado, através das categorias oficiais instituídas pelos seus regulamentos, como por parte da sociedade em geral. Eles conseguem-no, reinterpretando as situações e os sentidos das posições e mobilizando instrumentos simbólicos que lhes permitem uma relativa margem para uma afirmação positiva de si.

A propósito de outra população discriminada, os ciganos, João Filipe Marques constata a capacidade que eles têm em manter elementos essenciais das suas identidades de origem, apesar das fortes pressões que têm sofrido no sentido da assimilação. No plano dos modelos de análise suscetíveis de explicar estas situações, uma leitura diferencialista que conduz, em última instância à figura da segregação, parece mais adequada do que o modelo das desigualdades, que está na base de uma leitura em termos de discriminação. Assim, de uma certa forma, uma radicalização das identidades, por parte da população cigana, e, simultaneamente, a sua estigmatização, por parte dos outros, podem prefigurar uma situação empírica onde os processos de difração não se verificam. No entanto, nem as representações dos ciganos, nem as da sociedade se confirmam na prática. Com efeito, seja através de modelos de integração em contextos rurais, em vias de extinção, seja através de novos modelos urbanos de integração, as identidades ciganas jogam-se, de acordo com a análise de João Filipe Marques, num cenário de relações ambíguas, onde simbolizam o que a sociedade não quer da tradição e, simultaneamente, o que ela rejeita da modernidade.

Bibliografia

- BALSA, C. (1987). *La Structure des appartenances. La fixation des appartenances par le champ scolaire – Le statut, au sein de l'école, des langues e des élèves appartenant ou issus des communautés étrangères de Belgique*. Université Catholique de Louvain.
- BARTH, F. (Ed.). (1969). *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*. Boston: Little, Brown & Company.
- BARTH, F. (Ed.). (1998). *Ethnic Groups and Boundaries, The Social organization of culture difference*. Long Grove, Illinois: Waveland, Press, Inc.

- CEFAÏ, D. (2001). Les Formes de l'Action Collective. In D. Cefaï & Daniel Trom (Ed.), *Les Formes de l'action collective, mobilisations dans des arènes publiques* (l'École de, pp. 51-98). Paris.
- CEFAÏ, D. (2007). Pourquoi se mobilise-t-on ? les théories de l'action collective, Collection *Recherches Série Bibliothèque du MAUSS*, Paris, 727 pages.
- FIRTH, R. (1954). Some principles of social organization. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 84:1-20.
- LIPSKY, M. (2010). *Street-level Bureaucracy : Dilemmas of the individual in public services*. Russell Sage Foundation.
- MULLER, P. (2000). L'analyse Cognitive des Politiques Publiques: Vers une sociologie Politique de l'Action Publique. *Revue Française de Science Politique*, Vol. 50, pp. 189-207. <https://doi.org/10.2307/43119726>.
- NIETZSCHE, F. (1964). *La Généalogie de la morale*. Paris: Idées, Gallimard.
- ORIOU, M., & Hilly, M. F. (Ed.). (1988). *Les Variations de l'identité : étude de l'évolution de l'identité culturelle des enfants d'émigrés portugais en France et au Portugal*. Nice: Rapport final de l'ATP CNRS 054, vol. 1.
- ORIOU, M. (2004). Éditorial. Vingt ans après : la « portugalité » introuvable ». *Cahiers de l'Urmis [En Ligne]*, 9 | février(9 | février 2004, mis en ligne le 15 février 2005).
- PÉLABAY, J. (2001). Charles Taylor, penseur de la pluralité, Présentation d'Alain Renaut, Col. *Mercurio du Nord*, Edition l'Harmattan Presses de l'Université Laval, Paris, Saint-Nicolas (Québec, XI, 424 pages).
- POUTIGNAT, Philippe, & Streiff-Fenard, J. (1998). *Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP.
- TAYLOR, C., & Melançon, C. (1998). Les sources du moi la formation de l'identité moderne, trad. de l'anglais par Charlotte Melançon, Col. *La couleur des idées*, Edition du Seuil, 712 pages.
- VILLAR, D. (2004). Uma abordagem crítica do conceito de "etnicidade" na obra de Fredrik Barth. *MANA*, 10(1): 165-192.

PRIMEIRA PARTE
DIFRAÇÃO NORMATIVA

AQUI E ALGURES. COMO PENSAR A NÃO INTEGRALIDADE DOS INDIVÍDUOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS?*

Marc-Henry Soulet**

Como podemos aperceber-nos da não integralidade dos indivíduos nas interações sociais? Este é, a meu ver, um desafio que o presente colóquio nos lança, solicitando-nos que consideremos a ideia de identidades transversas num contexto de pluralidade e explosão das normas. Para tentar responder a esta questão, parece-me judicioso partir das discrepâncias que se insinuam nas situações sociais e tomá-las como um pré-texto, no sentido literal do termo, para compreender qual a parte do enviesamento na produção dos laços sociais e das relações sociais. O patamar de análise desta tentativa não corresponde ao da realidade objetiva das situações, nem ao da realidade subjetiva dos indivíduos, mas sim ao da lógica sociológica, a do seu *modus operandi*. Por outras palavras, a minha proposta é de perceber as maneiras através das quais a sociologia, por intermédio de algumas figuras particulares, aborda a questão das identidades transversas, que eu traduzo provisoriamente, a título operacional, como constituindo situações nas quais os indivíduos não se investem plenamente nas interações em que se envolvem, no próprio momento em que se envolvem e que, por uma questão de comodidade didática, eu abordo sob o ângulo das relações teóricas entre o aqui e o algures.

Para começar, tentemos clarificar o desafio do problema aqui levantado. Para isso, parece-me ser necessário regressar à chamada de atenção inicial apresentada por Georg Simmel para o facto de o Homem não investir em qualquer situação senão uma parte de si mesmo, que ele se posiciona, ao

* Département de Travail Social, Politiques Sociales et Développement Global de l'Université de Fribourg, Suisse.

mesmo tempo, no interior e no exterior de todas as situações ou de todas as relações nas quais participa (Simmel, 1910). O que Georg Simmel sublinha não é a existência pontual de qualquer viés que tornaria compreensível esta não integralidade dos indivíduos nas situações, mas, ao contrário, o facto de que isso constitui uma questão de princípio: *os indivíduos nunca estão completamente lá onde estão*. Como membros da sociedade, nós temos efetivamente o sentimento de que a experiência social nos confronta com situações onde o outro, precisamente, está ausente ou não se encontra suficientemente na situação.

No entanto, na sociologia impôs-se o postulado implícito da integralidade do papel (mesmo se rapidamente se tenham classificado as variações das interpretações desses papéis devido à sua falta de consistência) e da sua total congruência com a situação. Se se verificarem desvios ou desajustamentos em relação a esse postulado, então eles têm de ser explicados pela teoria, como anomalias à lei normal. Este postulado epistemológico foi exposto de forma radical por Alfred Schütz: o postulado da redução necessária do ator ao aqui e agora para que, a partir daí, se possa alicerçar toda a construção teórica. Na teoria sociológica, o Homem, quando colocado numa situação ou numa relação, é nelas totalmente implicado, i.e., é nelas inteiramente implicado, considerando o que é suposto que ele aí faça e somente para isso. Estar meio implicado ou estar implicado mais do que se espera que ele aí faça, modificaria as condições de eficiência teórica, por que isso obrigaria a mobilizar outros parâmetros. Encontramos assim, aplicado ao indivíduo social e sob uma forma alargada e eufemizada, o famoso princípio clássico do experimentalismo, segundo o qual *ceteris paribus* (“mantidas inalteradas todas as outras coisas”), que deve ser entendido como “todo o ator age como é pressuposto que aja”. Estes indivíduos não são verdadeiramente seres humanos que se movem num mundo verdadeiro da vida quotidiana, mas antes modelizações de atores. “Eles não têm, propriamente falando, nenhuma biografia, nem nenhuma história e a situação em que estão colocados não é uma situação que eles tenham realmente definido, mas uma situação definida pelo seu criador, o investigador em ciências sociais” (Schütz, 1987: 52). Sem *homunculus*, não há sociologia. Sem pequenas marionetas, não há teoria sociológica. Todo o paradigma sociológico assenta, com efeito, numa conceção do homem reduzido às propriedades estritamente necessárias ao raciocínio produzido, que lhe

servem de premissa e lhe permitem sustentar os conceitos sobre os quais ele constrói a sua arquitetura teórica.

Todavia, apesar deste postulado reducionista no âmago do desígnio sociológico, raros são os trabalhos sociológicos nos quais a integralidade dos indivíduos é pensada por si mesma ou nos quais ela se encontra empiricamente fundada. É, precisamente, partindo desta tensão entre as noções simmeliana e schütziana que procuro compreender os desafios que se colocam quando consideramos na análise sociológica o aqui no algures. Gostaria, pois, num primeiro tempo, de traçar um rápido panorama das formas, muitas vezes sob a forma esboçada, de considerar a não integralidade dos atores nas situações em que se encontram envolvidos, para sublinhar que essa figura foi essencialmente utilizada como uma modalidade de reforço da solidez do *homunculus*, da sua capacidade para agir aqui ou como uma explicação das limitações das suas capacidades para agir aqui. Num segundo tempo, queria tentar examinar, apesar dos riscos que comporta um tal exercício, em que condições e com que fins seria possível encarar frontalmente a questão da não integralidade dos atores, i.e., pensar e utilizar sociologicamente a noção de identidades transversas.

I. Exame de algumas figuras teóricas particulares para esclarecer o estatuto do algures no aqui

1. O algures sem lugar aqui

Este caso extremo de integralidade dos indivíduos reforça, pela sua marginalidade, o primado analítico da centralidade da não integralidade dos indivíduos que é perfeitamente ilustrado pelo caso Agnès apresentado por Harold Garfinkel. Agnès é um transsexual biologicamente homem, mas que, antes da sua operação, se apresentava e vivia já como mulher. Para que o segredo não fosse revelado, ela devia estar sempre um passo à frente, devia construir sempre uma ação antecipatória para evitar a situação incómoda que seria correr o risco de ser descoberta, mas tudo isto na ausência de recursos, uma vez que ela não tinha sido socializada de acordo com uma maneira de ser feminina. Todo o seu problema residia no facto de dever comportar-se como mulher, apesar de nunca ter aprendido a ser mulher, e num contexto em que qualquer falta significaria o

fim de ser considerada como mulher. Agnès devia assim criar contínua e voluntariamente o seu ser mulher num corpo de homem, com a obrigação de manter no quotidiano, em qualquer interação, em qualquer situação, esta feminidade construída. Devia aprender a ser mulher mostrando que já era mulher. Por exemplo, não sabendo cozinhar, numa época em que todas as jovens, nos anos 1950, nos Estados Unidos, já o deviam saber, ela pediu à mãe de um jovem amigo, que era indonésia, que lhe ensinasse a cozinhar pratos indonésios, pedido legítimo, esperando assim adquirir as bases da prática culinária sem revelar a sua incompetência culinária em geral (Garfinkel, 1986).

Aqui, de facto, o ator deve ser mais ator do que qualquer outro, devido à interdependência das esferas de ação dos indivíduos colocados em tais circunstâncias. Esta transversalidade total das esferas de ação torna, evidentemente, o facto de agir muito difícil – é a integralidade da sua pessoa que está em jogo em cada ação –, mas, paradoxalmente, leva, do ponto de vista teórico, a uma exacerbação da dimensão atuante do ator. A parte do ator, de alguma forma, desmultiplica-se nos indivíduos quando os constrangimentos são de tal ordem, demasiado fortes ou totalmente inexistentes, de maneira a que ele se encontra totalmente implicado na interação, integralmente inscrito numa situação. Desde logo, a radicalização acionalista observável torna-se uma questão de sobrevivência, pelo menos para a manutenção dos comprometimentos vitais anteriores. Podemos desde logo compreender facilmente que, no seio de uma configuração destas, o algures não tem lugar no aqui; ele não conta, visto que todas as energias se encontram direcionadas para o aqui e agora.

2. O algures reconhecido aqui

O ator sobre-adaptável de Bernard Lahire (1998)

O homem plural é um homem que foi formado e que viveu no interior de diversos universos socializadores, que frequentou, durante mais ou menos tempo, matrizes de socialização diferentes, por vezes contraditórias. Ele é, pois, portador de disposições, de resumos de experiências, de reportórios de ação *ad hoc*, i.e., de um stock de ações para cada contexto. O homem plural é constituído por diversas pessoas sobrepostas, por diversos seres-no-mundo coexistentes. Ele constitui uma pluralidade de singularidades

mutuamente irredutíveis. Foi socializado em diferentes registos, depois confrontado com variados contextos e o preço que deve pagar por isso é dever saltar para a socialização adequada ao contexto em que se encontra. A maior parte do tempo operam-se ajustamentos impercetíveis devido ao facto de os contextos das ações serem bem delimitados e fechados; mas, se acontece algum desajustamento devido à ação se desenrolar num contexto desconhecido, não terá nenhuma socialização disponível de reserva. Nesses casos, a reflexividade de que todo o ser humano é portador vai operar os ajustamentos necessários, por analogia com outros contextos, por transferência de um contexto conhecido para um outro desconhecido ou por sincretismo entre diferentes contextos e aquele que lhe coloca o problema. Nesta noção encontra-se claro o reconhecimento do algures, mas este não incide, de facto, sobre o aqui, na forma como a ação se desenrola aqui.

3. O algures como recurso do aqui

O ator estratega de Michel de Certeau (1980)

Agir estrategicamente não significa investir todos os recursos na ação, mas economizar recursos com vista a uma outra ação. Esta forma de ação baseia-se numa relação de forças entre duas entidades constituídas, identificáveis e conscientes de si próprias e dos recursos de que dispõem. Para retomar a expressão de Michel de Certeau, ela pressupõe “um sujeito de querer e de poder isolável” de um Outro, mas, sobretudo, ela impõe a constituição de um lugar próprio onde reservar os recursos (ou capitalizá-los) para os poder reutilizar (reinvestir) ulteriormente, ou seja, perder aqui e agora para ganhar algures e mais tarde. Jogando com o espaço, uma vez que se isolam os lugares do contexto, jogando com o tempo, uma vez que se supõe a retirada de meios do contexto a fim de os mobilizar aqui ou ulteriormente algures, o agir estratégico é estimulado por uma finalidade independente das circunstâncias, transcendendo-as mesmo. Neste sentido, ele é por essência, não somente transformador, visto que é chamado a converter numa situação futura elementos recolhidos numa situação passada ou presente, mas também reflexivo, uma vez que esta conversão pressupõe conceber a sua ação e apreciar os efeitos parciais no seu decurso. O ator estratega integra o algures e o amanhã para agir melhor no aqui e agora.

O ator astuto de Georges Balandier e de Jean Duvignaud (1977)

Na astúcia, o ator é um hipócrita (no sentido grego do termo, aquele que se mantém sob a máscara e a manipula). Funciona sobre um outro registo, metaforizando uma ordem dominante, desviando-lhe o sentido; mas é um desvio realizado sem deixar a situação na qual está inscrito. “A astúcia consiste em minar do interior aquilo que não parece poder ser atacado de frente” (Balandier, 1977: 29). A astúcia faz eco da Métis grega, essa forma de inteligência e de pensamento completamente empenhada na prática. Ela é em simultâneo um modo de conhecer, uma atitude mental e um comportamento intelectual, que se baseia na intuição, no desembaraço e no sentido de oportunidade. Tal como Métis, ela sabe reconhecer o momento favorável (o *kairos*) que agarra a situação única que não mais se apresentará. Baseia-se numa lógica do golpe bem-sucedido. Feito de cautelas e de enganos, não tem um lugar próprio, é “a ocasião que faz o ladrão”. Retira o seu poder da distância entre as aparências (aqui semelhantes) e a realidade social (aqui verdadeira). Lança armadilhas para enganar um mais forte (como Goupil fez com Isengrin)¹, decompondo a realidade para reverter uma relação desfavorável. Pressupõe, pois, um outro mais forte que se apanha por dentro. É a arte do fraco que não consiste nem no ilegal, nem na delinquência, e que caracteriza um modelo operativo que remete para dois registos: os factos, de um lado, as relações simbólicas, do outro. Permite tomar posse da consciência de um outro através da palavra e da persuasão, de conseguir que o outro faça aquilo que sozinho não se consegue obter e de uma forma em que o outro por si só nunca teria pensado. Este desvio, que se efetua para conseguir alcançar um fim que se dissimula, baseia-se na produção de uma ilusão verosímil do agora.

O ator intérprete de Erving Goffmann (1974)

Quando existe interação entre indivíduos, cada um procura obter informações sobre o outro a fim de contribuir para definir a situação. Cada um, por essa razão, é constrangido a dever produzir uma representação situada de si próprio. Os indivíduos estão sempre a representar na vida social, como procura ilustrar a metáfora teatral omnipresente na análise das interações

1. N.T.: O autor faz referência às duas personagens principais de *O Romance da Raposa*, uma obra composta por curtos contos independentes, em versos octossilábicos, num francês antigo dos séculos XII e XIII, em que através do lobo Ysengrin e da raposa Goupil são satirizados os comportamentos humanos.

em Erving Goffmann. O ator não se confunde, pois, com o papel que desempenha, dispõe sempre de uma certa reflexividade *vis-à-vis* as suas ações para manter a fachada, esta parte da representação que permite estabelecer ou fixar a definição da situação que é proposta aos observadores. Mas, ao mesmo tempo, a fachada liga o ator, porque, sob pena de se trair, ele deve manter uma coerência de condutas com outras situações anteriormente definidas, mas já conhecidas do público. Uma vez mais, a referência do teatro, com o que se desempenha num segundo plano, é central. Mas, simultaneamente, é necessário notar a fragilidade das interações, porque os atores, assim como o público, podem enganar-se sobre o que se joga, realmente, na representação, tanto mais que os falsários existem, jogando sobre as aparências para apresentar uma fachada enganadora. Assim, o ator adota expressões com vista a controlar as impressões sobre o público da interação. Se é possível uma distância face ao papel, isso não significa, pois, que, por trás da máscara do ator, exista um “eu” profundo e irreduzível que tornaria possível essa distanciação; pelo contrário, em algumas situações, existe a possibilidade de manifestar uma fidelidade a um outro papel e não porque escape às determinações sociais, mas devido à multiplicidade dos papéis que o ator ocupa.

O ator marginal-secante de Haroun Jamous (1969), Michel Crozier e Erhard Friedberg (1977)

Estes autores insistem no poder do marginal-secante que constitui parte integrante em diversos sistemas de ação, na relação de uns com os outros e que pode, por esse facto, desempenhar um papel indispensável de intermediário e de intérprete entre lógicas de ação diferentes, mesmo contraditórias. Graças à sua pertença a uma ou outra parte do ambiente mais ou menos ligado, ele tem a capacidade de dominar zonas de incerteza no aqui. Esta virtude vem-lhe da dificuldade em estabelecer aquilo que remete para o interior e o que remete para o exterior, devido a uma fluidez e a uma porosidade das fronteiras organizacionais. Desde logo, a multiplicidade dos envolvimento de um ator constitui para ele uma vantagem considerável: proteção contra os riscos de perda num campo de investimento, oferta de melhores possibilidades de jogo ofensivo face à oportunidade de acumular recursos que provenham de outros envolvimento, possibilidade de alargar o campo de exercício de uma relação de poder e transportá-lo para um terreno onde a relação de forças é favorável ao ator, e por isso alargar o

jogo. É o que ilustra o exemplo do cliente e do artesão. Se o primeiro é um notável que mantém relações com o coletor das finanças do município (ele poderá ajudar o artesão a resolver problemas com a administração fiscal em questões de impostos), ou se é administrador de bens (ajudando-o na obtenção de novos mercados), então o cliente pode abrir o jogo de maneira que o artesão se sinta constrangido a esmerar no seu trabalho.

4. O algures como elemento do aqui

O ator marcado pelos seus algures de Ralph Linton (1959)

O estatuto atual, segundo o qual um indivíduo age num determinado momento, engloba estatutos latentes postos em espera, mas que permanecem, apesar disso, uma parte integrante dos recursos do indivíduo. Todavia, em certas circunstâncias, existe um risco de contaminação de papéis devido às exigências contraditórias desses mesmos papéis. Assim, quando a dissociação não é possível, opera-se uma hierarquização dos papéis. Esta ordem de prioridades da escolha em certas circunstâncias encontra-se ligada ao sistema de valores que existe na sociedade nesse preciso momento. O ajustamento não se realiza de maneira concertada entre os atores em situação, mas foi elaborado através da experiência social dos indivíduos que agem e dos seus predecessores. A precedência dos papéis, socialmente construída, permite assim uma eliminação gradual da maior parte dos conflitos que poderiam ter resultado dessas exigências contraditórias.

O ator empenhado por si próprio de Howard Becker (1970)

A ação dos indivíduos é, de facto, sobrecarregada por compromissos que excedem o *hic et nunc* do contexto de interação. Howard Becker recorda aquilo que a intencionalidade aparente deve aos compromissos anteriores paralelos. Para se aperceber da continuidade da vida e da coerência das trajetórias, ele mobiliza a noção de apostas adjacentes, apostas que não são forçosamente feitas de forma deliberada, que podem construir-se progressivamente, que podem mesmo constituir um compromisso à falta de melhor solução, mas que apresentam a característica tripla de condicionar uma decisão ou ação: 1) a decisão a tomar tem consequências sobre outras atividades não ligadas àquela que está em jogo; 2) o indivíduo colocou-se a si próprio nessa posição devido às suas ações anteriores;

3) o ator tem consciência das repercussões entre estas dimensões aparentemente não ligadas e age em consequência. Para explicitar esta ideia, Howard Becker mobiliza o exemplo dos professores do Liceu da cidade de Chicago. Afetados a escolas de bairros desfavorecidos, alguns deles escolhem permanecer o tempo suficiente (demasiado tempo, de facto) para conseguirem os pontos necessários para atingir o topo da lista de espera e assim poder escolher o lugar de afetação; deste modo visam garantir a afetação a uma escola nos bairros chiques com uma reputação mais agradável para o ensino. Quando a oportunidade chega, eles já não desejam mudar de posto porque ajustaram a sua maneira de ensinar aos problemas das crianças das classes desfavorecidas, e os custos de readaptação a uma outra pedagogia, mais adequada às crianças das escolas dos bairros chiques, são demasiado elevados.

II. Levar a sério a noção de identidades transversas

Embora numerosas teorias sociológicas tenham incluído implicitamente a não integralidade do ator nas situações, nunca esta não integralidade foi pensada por si própria, como um objeto sociológico a abordar frontalmente. Ela tem sobretudo servido para reafirmar analiticamente a essência do ator na situação *hic et nunc*, ou seja, para reforçar teoricamente a sua capacidade de ação. Por que razão? Por uma razão completamente lógica. Com efeito, como apreender em simultâneo estas identidades transversas, o aqui e o alhures se preferirmos, sem as desnaturar, sem reduzir algumas delas a um nível subalterno de componentes secundárias?

Como ultrapassar este obstáculo? É a esta questão que na segunda parte, de forma embrionária e hipotética, nos esforçaremos por responder, esboçando uma tripla tentativa: 1) banalizar a noção de não integralidade, 2) alargá-la, 3) requalificá-la.

1. Banalizar a noção de não integralidade

Para começar, importa dissociar firmemente não integralidade de não integridade, i.e., não acantonar a primeira a uma qualidade própria de populações dominadas, obrigadas a agir de forma enviesada devido à relação

social que as afeta, e não a limitar a lógicas de falsários, defraudando e enganando expressa e deliberadamente as pessoas com quem entram em contacto (os toxicodependentes, as pessoas assistidas...). Importa, pelo contrário, encará-la como igualmente pertinente para todos, qualquer que seja o seu estatuto social ou qualquer que seja a sua intencionalidade, como real e ao mesmo tempo adstrita a cada um, i.e., considerá-la como uma componente comum, mesmo essencial, das interações. Contudo, não se deverá cair na armadilha contrária. Banalizá-la não significa que os atores sejam iguais nesse domínio. Pelo contrário, nós somos desiguais perante a não integralidade: a) não somente detemos ou acedemos a recursos desiguais para gozarmos dessa não integralidade (pensemos no excluído de Taboada-Leonetti (1994): é por ele não ter outros algures a fazer valer no aqui, ou porque ele não consegue fazer valer no aqui esses algures, que fica fechado no aqui e integralmente tomado por ele, com os custos que isso pode implicar para si em caso de ineficácia da ação); b) mas ainda existe uma desigualdade de legitimidade em matéria de não integralidade (a não integralidade de colarinho branco torna-se uma mais-valia, a não integralidade de colarinho azul toma a forma social de uma má intenção)².

2. Alargar a noção de não integralidade

É necessário, em segundo lugar, separar esta noção de ator e as suas características singulares de ator e, ao contrário, considerar que se trata de uma das propriedades intrínsecas de todo o sistema de interação, de toda a situação social. Alfred Schütz pode aqui ser-nos ainda de uma grande ajuda ao recordar-nos que a atividade comum dos humanos é tipificar, quer dizer, limitar o outro ao que é necessário na interação, considerá-lo nas suas propriedades necessárias e suficientes relacionadas com a razão de ser da interação; e isto, não em razão de uma vontade particular dos atores, mas, fundamentalmente, porque é necessário que assim seja para que a interação avance (podemos imaginar o significado que teria uma interação em que a totalidade de cada indivíduo seria tida em conta e o que custo considerável que teria para os atores, mas também os riscos, para não dizer mais, para a não eficácia da interação, uma

2. Por analogia com as análises clássicas do desvio (Merton, 1965).

vez que nenhuma compreensão seria então possível). É necessário que a situação seja definida de forma relativamente partilhada, para distinguir os parâmetros determinantes que permitam desencadear as ações que se impõem para interagir. Os atores são forçados a colocar entre parêntesis aquilo que *hic et nunc*, no mundo vivido, não se relaciona com o problema a resolver. Daqui se conclui que subsiste um excesso de significações na situação definida em comum para poder interagir. Que fazemos então deste excesso de significações não utilizadas?

Aliás, da mesma maneira que Dominique Schnapper (1991) formalizou a dupla não pertença simultânea do imigrado, não integrado nem no aqui, nem no país de origem, é necessário provavelmente tematizar a dupla, ou antes, a múltipla pertença simultânea dos atores sociais. Eles são diversas coisas ao mesmo tempo: estão aqui e simultaneamente algures, e isso significa que, analiticamente falando, a situação em que estão implicados não é nunca aquilo que aparenta, sendo somente aquilo que objetivamente ela é. Não haverá, pois, uma realidade em si de uma situação particular, mas antes uma polissemia resultante dessa situação. A realidade é falsa, como pode soar uma nota musical não justa, ou seja, ela pode traduzir uma relação desajustada e não coordenada entre os atores. Por outras palavras, é necessário partir da ideia de que a identidade não cabe num mesmo espaço plano. Jean-Paul Sartre sublinhou a falta de autenticidade constante e fundadora dos atores, ainda que eles sejam animados pela melhor das boas vontades e por uma postura séria. O Eu é sempre um outro, mas que não é nunca completamente estranho ao Eu (o momento amoroso (Alberoni, 1981) será talvez o único onde o outro inteiro se apresenta como condição necessária e indispensável à relação, à sua existência e à sua continuidade). Dito de outra forma, o problema lógico não é somente ou prioritariamente o da coordenação dos atores em situação com a questão do ajustamento mútuo dos papéis, mas, de uma forma mais premente, é o do ajustamento dos planos de situações diversas numa determinada situação.

Somente através de um custo que se traduz por uma perda de significação e por uma redução da sua abertura é que a realidade se factualiza e, por isso, se torna realidade para os atores a fim de que estes possam nela desenvolver ações significantes e socialmente eficazes. Para retomar uma metáfora de Goffmann, o social não se joga unicamente no palco, não somente nos bastidores, mas em outros lugares e em outros momentos. Como acontece numa peça de teatro, para compreender e apreciar a

importância artística, é necessário ter em conta as representações anteriores, a notoriedade dos atores, o tipo de publicidade, a simbologia do lugar onde ela se representa, as características atribuídas ao encenador...

3. Requalificar a noção de não integralidade

Falar de identidades transversas é colocar no centro da análise da ação em sociedade a necessidade de mobilizar uma pluralidade de planos numa situação, o que, creio, não deve confundir-se com a ideia de patamares em profundidade da vida social. Para Georges Gurvitch, importa conceber que se sobrepõem diferentes níveis da existência que interferem em diferentes graus no quadro da atividade social. A ideia principal é aqui a de que alguns destes patamares, escondidos mais ou menos profundamente, devem ser tidos em conta para que se compreenda o agir em sociedade, mesmo que eles permaneçam pouco visíveis e ajam de maneira indireta. A ideia que avançamos de pluralidade de planos significa a importância de esferas diferentes da vida social em que o actante se encontra inscrito, que podem ser todas mobilizadas quando ele desenvolve a sua ação. Não se trata tanto de registos de ação, subentendendo as competências distintas e específicas, mas de planos recuados que pressupõem papéis e significações diferentes do envolvimento na ação.

A primeira pista que vem ao espírito, para dar conta desta ideia de pluralidade de planos é, claro, a pista aberta por Erving Goffmann (1991), para quem toda a experiência, toda a situação, se presta a diversos enquadramentos, sublinhando assim o carácter múltiplo da relação dos atores com a realidade. Erving Goffmann fala assim de quadros primários, quadros modalizados e quadros transformados. O exemplo clássico do uso do aspirador dá-nos disso uma boa ideia: o quadro primário corresponde à utilização do aspirador pela dona de casa para aspirar o pó; o quadro modalizado tem a ver com a presença de um representante comercial que faz uma demonstração (cumplicidade dos dois atores); e o quadro transformado observa-se quando a dona de casa convida o representante a prosseguir a sua demonstração para fazer a limpeza em seu lugar (sem que o representante contasse com isso). Todavia, por mais interessante que seja esta pista, ela não resolve o nosso problema, uma vez que põe o acento na capacidade social e cultural dos atores para descreverem o

que se passa num determinado momento a fim de definirem a ordem da realidade. Deste modo, ela deixa de lado a questão da articulação dos diferentes planos, que são pensados como concorrenciais e exclusivos para cada ator (ainda que cada um dos atores possa mobilizar um plano de natureza diferente). Ora, o que nos interessa é pensar a copresença e o recurso simultâneo a diferentes planos.

A segunda pista consiste em interrogar a evidência da ordem do social que está no princípio da continuidade da vida social. As duas respostas típicas em sociologia (a explicação faz-se do ponto de vista do sistema em termos de controlo, de normas, de socialização... e do ponto de vista dos atores em termos de significações, de negociações, de acordos...) têm em comum uma epistemologia da transparência. O trabalho sociológico consiste desde logo em revelar esta ordem e os seus modos de fabricação, mesmo que os atores não tenham plena consciência da história que fazem³ ou da ordem que negociam (Strauss, 1992).

Convém, apesar de tudo, que nos interroguemos sobre se esta dupla perspectiva, de adaptação ao ambiente social ou de acordo com as condutas que qualificam uma ordem social, não é uma falsa intuição sociológica, uma vez que ela não consegue integrar a ideia de que, na fabricação do social pelas “almas individuais” simmelianas, existe uma perda e um excedente (Bataille, 1980) e, logicamente, não consegue resolver a questão daquilo que se perde nem do que sobra naquilo que é produzido.

Se, pelo contrário, considerarmos estas interrogações como sendo tão importantes ao ponto de não as podermos dispensar, então é necessário admitir, num arroubo simmeliano, que o social é uma ficção, enquanto ordem social reguladora, e assim colocar no centro da análise a complexidade do social, i.e., a sua não lisibilidade, a labilidade do social, i.e., o seu fechamento, a polissemia do social, i.e., a sua não redutibilidade, o transbordar do social, i.e., a sua não unicidade. É necessário, então, dar lugar à desordem no sentido que lhe atribui Georges Balandier (1988): a sociedade não corresponde a uma ordem global que já exista ou como resultado de um acordo entre atores, mas é uma construção permanente, inacabada, incompleta, feita de aparências e de representações.

Seguir por essa via é um convite a que se derive para uma epistemologia, já não da transparência, mas da opacidade (Le Roy, 1999), renunciando a

3. Para retomar uma célebre fórmula de Karl Marx.

querer revelar uma trama clara e unívoca do social e optar, pelo contrário, por pensar o excesso de significações no social e o entrelaçado desordenado, mas apesar disso estruturante, das ações humanas, ainda que seja necessário estar plenamente consciente do perigo a que uma tal proposição se expõe: o perigo de pender para a afirmação de uma socialidade subterrânea, tão irredutível quanto invisível, que formaria o âmago e o corpo do social.

Para avançar um pouco nesta dupla direção do fictício e opacidade do social, duas perspectivas me parecem prováveis: a que se situa ao nível da ação dos atores nesta desordem estruturante e aquela que se situa no espaço entre a desordem e a estrutura.

a) Agir na desordem

Apoiando-nos nos trabalhos de Claude Javeau (2001), podemos assim considerar a) que o social se constrói de uma forma precária, por tentativas e erros, e b) que as formas em que esta construção desemboca não têm qualquer continuidade. Os humanos improvisam. Não é a razão razoável, nem a razão racional que governa as suas ações, mas o seu tatear de seres incompletamente competentes e a mistura dos seus desejos numa base de aproximações constantes. A estrutura que daí resulta é necessariamente insegura, frágil e precária, visto que “o jogo da construção do social se faz às cegas”, por uma pluralidade de atores que operam recortes, sobreposições, aproximações como afastamentos.

Mas, ao mesmo tempo, sendo os humanos o produto da produção em que participam, não fogem a uma certa reificação da sua própria obra, por mais inconsistente e desordenada que ela seja. Sem querer e sem o procurarem explicitamente, acabam por produzir quadros e códigos que vêm constranger e limitar a sua desordem funcional coletiva⁴. Mas eles não desistem de contornar estes quadros, de se ajustar a todos eles, travestindo-os, em resumo, de os subverter para permitirem de novo a expressão do excesso de significação do social, para abrir espaço para a desordem criadora.

Uma tal perspectiva, que conviria desenvolver, parece tão heurística quanto limitativa face ao que nos preocupa. Por um lado, centra as atenções

4. Este duplo jogo de ações, livremente desenvolvidas pelos indivíduos que produzem a seu termo formas singulares que como efeito vão ter em troca o limitar da liberdade de ação dos atores, encontra-se no centro da sociologia simmeliana.

na produção tão abundante quanto inconsciente dos atores, e não na pluralidade dos planos. Por outro lado, postula o excedente de vitalidade e de significação, mas não o problematiza. Todavia, aquilo que deveria, em primeiro lugar, atrair o nosso interesse seria, evidentemente, a insistência focada na situação inacabada dos atores e no papel de ignorância nas interações, instituindo desde logo zonas de incerteza importantes nas transações a propósito da definição comum minimamente partilhada da situação. Ela dá, assim, lugar ao jogo e às ações de travessia (*traverse*), para retomar a expressão do próprio Claude Javeau.

b) O ambiente elástico da ação social

A outra pista consiste em seguir a proposta de Danilo Martuccelli (2005), de substituir o nosso conceito de mundo social rígido por um intermundo social dotado de uma série de elasticidades. Coloca-se, então, à boca da cena, a ideia de maleabilidade/elasticidade que permite explicar que os comportamentos e as interações se realizam com sucesso apesar de um número considerável de fracassos, de mal-entendidos, de inadequações. Apesar das interpretações diferentes e das definições contraditórias das situações, Danilo Martuccelli acaba por se aperceber de que os indivíduos conseguem, apesar de tudo, comunicar e interagir. Avançar com a noção de elasticidade é jogar simultaneamente com a maleabilidade (a deformação originada pela tensão) e com a resistência (a impossibilidade de num momento aumentar a tensão devido à resistência do material). Fazê-lo é reconhecer a conjunção de uma dimensão aberta da sociedade que dá lugar à diferença, à flexibilidade, ao contraditório, com uma dimensão fechada da sociedade que obriga a que se integre a ação das contrariedades e dos limites gerados pela própria consistência do social produzido. Para explicitar este duplo efeito simultâneo e mesmo dar conta do carácter contraditório e coerente da sociedade, Danilo Martuccelli mobiliza as noções de texturas e de coerções. A primeira sublinha a existência de camadas de significações virtuais em todas as relações e em todos os objetos. A materialização de uma significação particular num momento particular não poderia escamotear a manutenção de significações adormecidas, “embrulhadas em cada situação” e ao mesmo tempo objetivas e virtuais. O recurso à ideia de texturas serve para marcar o suplemento irreprimível de significações (potencialmente, existe mais do que aquilo que se tornou real) que nunca será possível esgotar ou tornar plenamente compatíveis. Quanto

às coerções, elas não se referem tanto a uma estrutura material objetiva e unívoca que funcione durável e regularmente, mas mais simplesmente a rigores contra os quais a ação esbarra, impondo de alguma forma limites que devem ser concebidos como móveis, intermitentes, mediatos...

Esta pista parece bastante pertinente para o nosso propósito. Contudo, ela propõe uma perspectiva intuitiva, mais do que um programa operatório. Por trás da arquitetura sedutora, perfila-se, com efeito, a delicada questão das modalidades de alcance empírico do intermundo. Mas como entrar nesse intermundo, de forma a poder jogar com as diferentes camadas de significações, bem como com outros tantos planos simultâneos de ação? O problema é de saber como a eles aceder.

Regresso conclusivo às identidades transversas

Para concluir, voltemos por alguns instantes à noção de identidades transversas. Ela perece-me realmente heurística ou, pelo menos, é razoavelmente possível que encontremos nela promessas. Mas, para que estas aconteçam, deve ser encetado um importante esforço conceptual e epistemológico. Não somente a sua potencialidade analítica não foi adquirida, como pode haver nela um certo perigo de a tomar à letra. O seu carácter sedutor pode criar ilusões e conduzir a reflexões sobre caminhos que não sejam transversos, mas que desemboquem num beco sem saída, nomeadamente se dela se fizer simplesmente uma chave de leitura da duplicidade ou do desdobramento intencionais dos atores. Preferencialmente, vejo as suas promessas na transformação das perspectivas teóricas a que ela nos convida, levando-nos a considerar que as identidades transversas constituem a trama comum da atividade em sociedade e não um caso ilustrativo muito particular.

Figuras teóricas do algures no aqui

Estatuto do algures	Dinâmica da relação aqui-algures	Natureza da ação no aqui	Dinâmica da ação no aqui	Natureza do ator no aqui	Autor de referência
O algures sem lugar aqui	A essência do aqui apaga qualquer possibilidade de referência a um algures	Estar totalmente lá	Controlar o aqui	O ator retraído	Harold Garfinkel
	Um reconhecimento sem incidência aqui	Estar sempre lá como é necessário	Jogar com os aqui	O ator sobre-adaptativo	Bernard Lahire
O algures reconhecido no aqui	O algures como recurso do aqui	Estar duplamente lá	Integrar o algures e o amanhã para agir aqui e agora	O ator estratega	Michel de Certeau
			Dividir o aqui para inverter uma relação de força	O ator astuto	Georges Balandier Jean Duvignaud
			Gerir uma impressão de si para agir aqui	O ator intérprete	Erving Goffmann
			Abriu o jogo graças a uma posição de fronteira com o algures	O ator marginal-secante	Haroun Jamous Michel Crozier e Erhard Friedberg
			Gerir incidências externas	O ator contaminado por si próprio	Ralph Linton
O algures como elemento obrigatório do aqui	O aqui contaminado pelo algures	Estar aqui com este outro eu do algures	Gerir com envolvimento paralelos	O ator contido por si próprio	Howard Becker
	O aqui estrangido pelo algures	Ser contido na sua ação pelo peso dos jogos adjacentes			

Bibliografia

- ALBERONI, F. (1981). *Le Choc amoureux: recherches sur l'état naissant de l'amour*. Paris, Éditions Ramsay.
- BALANDIER, G. (1977). Ruse et politique. *Cause commune, La Ruse*. Paris, Union générale d'éditions.
- BALANDIER, G. (1988). *Le Désordre*. Paris, Éditions Fayard.
- BATAILLE, G. (1980). *La Part maudite*. Précédé de *La notion de dépense*. Paris, Éditions de Minuit.
- BECKER, H. (2006). Sur le concept d'engagement. In Becker, H. *Le Travail sociologique, méthode et substance*. Fribourg, Academic Press Fribourg.
- CROZIER, M., & Friedberg, E. (1977). *L'Acteur et le système*. Paris, Éditions du Seuil.
- DE CERTEAU, M. (1980). *L'Invention du quotidien*. Tome 1 : *Arts de faire*. Paris, Union générale d'éditions.
- DE GAULEJAC, V., & Taboada-Leonetti, I. (1994). *La Lutte des places, Insertion et désinsertion*. Paris, Éditions Desclée de Brouwer.
- DUVIGNAUD, J. (1977). L'hypocrite. *Cause commune, La Ruse*. Paris, Union générale d'éditions.
- GARFINKEL, H. (1984). *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, Prentice Hall.
- GOFFMANN, E. (1974). *Les Rites d'interaction*. Paris, Éditions de Minuit.
- GOFFMANN, E. (1991). *Les Cadres de l'expérience*. Paris, Éditions de Minuit.
- HESS, R. (1986). Quel corps ? pour Agnès. *Quel corps?*, n.º 32-33, dezembro.
- JAMOUS, H. (1969). *Sociologie de la décision, la réforme des études médicales et des structures hospitalières*. Paris, Éditions du Centre national de la recherche scientifique.
- JAVEAU, C. (2001). *Le Bricolage du social*. Paris, Presses Universitaires de France.
- LAHIRE, B. (1998). *L'Homme pluriel. Les ressorts de l'action*. Paris, Éditions Nathan.
- LE ROY, É. (1999). *Le Jeu des lois. Une anthropologie dynamique du droit*. Paris, Librairie générale du droit et de la jurisprudence.
- LINTON, R. (1959). *Les Fondements culturels de la personnalité*. Paris, Éditions Dunod.
- MARTUCCELLI, D. (2005). *La Consistance du social. Une sociologie pour la modernité*. Rennes, Presses universitaires de Rennes.
- MERTON, R. K (1965). Structure sociale, anomie et déviance. In Merton, R. *Éléments de théorie et de méthode sociologique*. Paris, Éditions Plon.
- SCHNAPPER, D. (1991). *La France de l'intégration, sociologie de la nation en 1990*. Paris, Éditions Gallimard.

- SCHUTZ, A. (1987). *Le Chercheur et son quotidien : phénoménologie des sciences sociales*. Paris, Librairie des Méridiens, Klincksieck et Cie.
- SIMMEL, G. (1910). Note on the problem: How is society possible?. *American Journal of Sociology*, vol. 16.
- STRAUSS, A. (1992). *La Trame de la négociation. Sociologie qualitative et interactionnisme*. Paris, Éditions l'Harmattan.

COMPREENDER AS NOSSAS RAZÕES DE AGIR

*Ensaio provisório de socioanálise**

Guy Bajoit**

“Por trás das causas declaradas dos nossos atos há, sem dúvida, causas secretas que não declaramos, mas, por trás destas causas secretas, existem algumas ainda mais secretas, pois nós próprios as ignoramos.”¹

I. Colocar o problema

Uma questão de método

Espera-se que os sociólogos expliquem e/ou compreendam as condutas dos seres humanos através da análise das relações que estes mantêm entre si. Quer se trate de explicar ou de compreender, a finalidade é sempre *identificar as razões que tornam inteligível aquilo que o ator faz ou diz*. Para concretizarem tal desafio, os sociólogos empregam *métodos*:

- tentam estabelecer ligações estatísticas entre os dados objetivos para revelarem correlações que o ator ignora;
- esforçam-se por “revelar” aquilo que ele não diz, analisando aquilo que ele diz, graças a métodos de análise de conteúdo;

* A expressão “socioanálise” deve-se a Elliott Jaques (1950).

** Université Catholique de Louvain

1. G. Lebon, citado por S. Freud, in *Psychologie des foules et analyse du moi*, p. 144.

- tentam associá-lo à investigação, criando situações artificiais em que ele irá explicitar e tomar consciência das suas razões, graças a intervenções sociológicas ou psicossociológicas.

Contudo, qualquer que seja o método que escolham para avançarem em profundidade, parece-me que os sociólogos têm uma tendência lamentável para pararem, a partir do momento em que encontram uma razão inteligível – geralmente simples, por vezes mesmo simplista. Criam então uma “teoria”, que se inscreve num “paradigma” de que, no melhor dos casos, outros se vão servir também para verificarem, ilustrando através de novos exemplos, precisando e diversificando o propósito. Tudo isto é bom, mas não é suficiente, e eu penso que os sociólogos se satisfazem rapidamente com o seu trabalho!

E não é suficiente porque as razões dos homens são muito mais complicadas e inextricáveis do que essas teorias o fazem crer: para nos apercebermos disso, basta interrogarmo-nos a nós próprios com um pouco de lucidez! Por trás das razões que o ator declara – e de que o sociólogo sabe bem dever desconfiar: a inevitável dúvida! –, dissimula-se um conjunto complexo de razões que agem umas sobre as outras, que o ator, conscientemente ou não, *esconde*, *ignora* ou *censura*. Tomemos o exemplo do militante revolucionário.

- Ele diz-se – e é-o sem dúvida – altruísta e solidário e crê legítimo fazer aquilo que faz e pensar como pensa; a justiça social é a sua *razão declarada* e é *consciente e legítima*;
- todavia, mesmo que não o declare, ainda que o negue, ele sabe mais ou menos que também pretende algum poder para si mesmo: é a sua *razão escondida*; esconde-a dos outros porque não lhe parece bem confessá-lo, e chega mesmo a escondê-la mais ou menos bem de si próprio; esta razão é *consciente* (ele conhece-a, ainda que a rejeite com firmeza) e parece-lhe *ilegítima* ou, em todo o caso, *menos legítima*;
- por outro lado, é frequente que um militante – ainda que não seja sempre este o caso – seja altruísta porque tem necessidade de restaurar uma imagem positiva de si ameaçada por um sentimento de culpabilidade, para redimir uma falta por ele cometida traindo a sua classe de origem, para gerir a sua “nevrose de classe”²;

2. Segundo o título do livro de Vincent de Gaulejac.

é a sua *razão ignorada*: que é *inconsciente*, ainda que seja *legítima* (a traição é desprezível, mas não o é escolher a mobilidade ascendente);

- finalmente, acontece com frequência que um militante se empenha num movimento ou num partido para procurar uma forma legal de libertar uma agressividade reprimida, que ele sente ferver no seu interior, uma violência contida, que tem necessidade de descarregar; esta *razão* pode ser qualificada como *censurada* (recalcada, no sentido freudiano), na medida em que é simultaneamente *ilegítima* e *inconsciente*.

Obviamente que não basta enunciar *uma* destas razões para nos darmos conta da conduta deste militante: ele é revolucionário *por todas estas razões em simultâneo*, e o que importa é *apreender a sua articulação* em vez de as isolar. Nenhum dos métodos tradicionais da sociologia, parece-me a mim, permite percorrer esta incursão que vai do legítimo ao ilegítimo e do consciente ao inconsciente, este caminho em direção às profundezas da alma humana, esta descida em “ascensor”: do “primeiro andar” para a sobreloja (semisubmersa), depois para a primeira cave e, finalmente, para a “cave mais profunda”. No trabalho do sociólogo, não somente a *dúvida* é inevitável, porque o ator esconde; a *interpretação* – no sentido aplicado por Ricoeur (1965): decifrar o duplo ou os múltiplos sentidos dos símbolos – também o é, porque o ator não sabe.

Uma questão de teoria

Entre os quatro tipos de razões que acabamos de distinguir, as diferenças têm a ver, pois, com os *graus de consciência* do ator e a *legitimidade* das suas razões. Desde logo, a questão de método desagua forçosamente numa questão de teoria, porque, para saber como trazer à luz as razões de agir dos atores, é necessário primeiramente saber *como é que eles as escondem, as ignoram ou as censuram*. Ora, estes três processos parecem remeter-nos para fontes teóricas diferentes:

- *esconder* é o resultado de um processo de *ideologização*: a ideologia consiste, com efeito, em dissimular (mais ou menos conscientemente) as razões inconfessáveis (ilegítimas) ou difíceis de confessar (menos legítimas) subjacentes às razões confessáveis (legítimas);

- *ignorar* é, antes, o resultado de um processo de *interiorização*, de incorporação, de “naturalização” das razões de agir, realizado pela socialização, segundo um *modelo cultural* e um *habitus* ligados à condição social de um ator; quer as suas razões sejam ou não legítimas, o ator não conhece essas razões;
- *censurar* é o resultado de um processo de *autocensura* ou de recalçamento, definido pela psicanálise como “uma operação através da qual o sujeito procura afastar ou manter no inconsciente as representações [...] ligadas a uma pulsão”, porque se esta fosse satisfeita “corria o risco de provocar o desgosto face a outras exigências” (Laplanche e Pontalis, 1967: 392).

Então, a questão coloca-se em saber como articular estas três tradições teóricas. E pareceu-me que a resposta deveria ser procurada numa *tentativa de transposição para os atores coletivos, do processo que a psicanálise aplica aos sujeitos individuais*. Parece-me, com efeito, que o projeto da psicanálise é exatamente aquele que aqui nos interessa:

“A utilidade da psicanálise [...] consiste em substituir o inconsciente pelo consciente, em traduzir o inconsciente no consciente. [...] Ao trazer-se o inconsciente para o consciente, suprimimos o recalçamento.” (Freud, 1961: 530)

Contudo, o próprio Freud nos alertou para os perigos de um tal processo:

“Não poderia dizer que uma tentativa como esta de transferir a psicanálise para a comunidade da cultura seria insensata ou condenada a ser improdutiva. Mas será necessário ser-se prudente e não esquecer, no entanto, que se trata só de analogias e que é perigoso não somente para os humanos, mas também para os conceitos, retirá-los da esfera em que tiveram origem e se desenvolveram.” (Freud, 1995: 88)

A tentativa de transposição que aqui nos interessa inscreve-se numa tradição rica de pesquisa: começou na Grã-Bretanha há mais de meio século e foi desenvolvida por numerosos autores que se apoiaram em Sigmund Freud, mas também em Mélanie Klein ou Jacques Lacan. Gilles Arnaud (2004) escreveu uma excelente síntese destas correntes socioanalíticas. Nelas encontramos principalmente:

- a escola do *Tavistock Institute of Human Relations* (Wilfred Bion, Elliott Jaques...);
- a psicodinâmica da liderança (Abraham Zaleznik, Kets de Vries...);
- a psicanálise aplicada (Didier Anzieu, Rená Kaës...);
- a análise dialética (Max Pagès...) e a sociologia clínica (Vincent de Gaulejac, Nicole Aubert...);
- a psicossociologia analítica (Eugène Enriquez...);
- a sociopsicanálise institucional (Gérard Mendel...).

Quem quiser – como é o meu caso – posicionar-se numa tal corrente de pensamento terá pois bastante trabalho pela frente! Encontro-me longe de ter terminado este esforço considerável de leitura, de meditação e, sobretudo, de experimentação³. Contudo, gostaria de tentar fazer aqui uma proposta, *completamente provisória*, que visa colocar algumas referências para uma abordagem socioanalítica.

A ideia central: o fio condutor da socioanálise

Uma vez que se trata de uma transposição, devemos primeiramente refletir sobre os *objetos* respetivos da psicanálise e da socioanálise: em que é que estas duas abordagens se parecem, em que é que são diferentes, em que deve basear-se a prudência a que Freud nos convida?

O *objeto da psicanálise* consiste no conhecimento da *lógica psíquica* dos indivíduos: ela procura compreender as suas condutas, analisando a forma como eles se esforçam por resolver, com mais ou menos sucesso, as *tensões* entre as suas *pulsões* (de vida e de morte) e os *constrangimentos* sociais e culturais que as suas relações lhes impõem, sobretudo na *família*.

A transposição desta definição para o estudo da vida social levanta algumas questões delicadas e implica pelo menos *três modificações*:

3. Até agora somente pratiquei o método de intervenção sociológica recomendada por Alain Touraine, sobre uma dezena de grupos. Aliás, reli atentamente a obra de Freud e algumas obras de autores que se situam na corrente socioanalítica. É muito pouco, comparado com as dezenas de anos de experiência de todos os autores acima citados.

O socioanalista trabalha sobre “coletivos sociais”, quaisquer que eles sejam, e não principalmente sobre famílias. Na família, o indivíduo encontra-se envolvido por laços sociais *fortes* e sobretudo *afetivos*; nos coletivos sociais, em geral, esses laços podem ser fortes ou fracos, mas, sobretudo, tanto podem ser construídos sobre *valores*, *interesses* e/ou *tradições*, como sobre *afetos*.

O socioanalista trabalha sobre “necessidades sociais” e não sobre pulsões. As pulsões são pressões energéticas de origem *corporal*, supostamente “naturais”, inatas e inscritas numa “essência” dos humanos, apresentada como universal; os indivíduos em sociedade obedecem a necessidades que não podem ser alcançadas a não ser através das relações entre eles, constituindo, pois, incitadores psíquicos que os pressionam a participar na vida comum; e é por isso que falamos de “necessidades sociais”.

O socioanalista procura conhecer a “lógica das relações sociais” entre os indivíduos e não a sua lógica psíquica pessoal. É certo que entre eles existe uma relação de causalidade recíproca; no entanto, o socioanalista não se interessa pelo sofrimento que resulta da desregulação do psiquismo individual, mas por aquele que tem origem na prática das relações sociais.

Nesta base – e sob reserva de desenvolvimentos posteriores que iremos apresentar – podemos avançar com uma primeira definição:

O objeto da socioanálise é o conhecimento da *lógica das relações* entre os indivíduos: ela procura compreender as suas condutas, analisando a forma como eles se esforçam por resolver, com maior ou menor sucesso, as tensões entre as suas *necessidades sociais* e os *constrangimentos* que as suas relações sociais lhes impõem, em todos os *coletivos* em que eles participam.

Explicitando este enunciado, obtemos um “fio condutor” da socioanálise que vamos desenvolver ao longo da nossa reflexão. Podemos resumir este processo através do encadeamento das *sete hipóteses* seguintes:

1. A vida em comum impõe aos indivíduos constrangimentos sociais e propõe-lhes sentidos culturais para os legitimar: esses constrangimentos e esses sentidos estruturam a *prática das relações sociais*.

2. A prática das relações sociais acorda nos indivíduos necessidades que eles não podem satisfazer a não ser através da vida em comum: chamemos-lhes *necessidades existenciais sociais*.
3. A prática das relações sociais institui também *objetos legítimos* (alguns mais, outros menos) *de satisfação* dessas necessidades.
4. Entre as necessidades e os objetos instituídos de satisfação, em certas condições, produzem-se tensões a que nós chamamos *tensões existenciais*.
5. Os indivíduos dispõem de recursos psíquicos para gerirem, para tentarem resolver essas tensões: falaremos aqui de *gestão relacional de si*.
6. Ao mobilizarem esses recursos psíquicos, os indivíduos comportam-se como sujeitos, construindo *lógicas do sujeito*.
7. Esse trabalho do sujeito permite-lhe elaborar as suas *razões de agir* (declaradas, escondidas, ignoradas ou censuradas) e de se envolver assim nas lógicas da ação.

Estas proposições visam esclarecer aquilo que eu considero ser a “caixa negra” mais complexa da sociologia: de que forma as relações sociais “fabricam” atores sociais e como é que estes reproduzem ou alteram as estruturas (os constrangimentos sociais e os sentidos culturais) das relações sociais?

II. Os fundamentos teóricos de uma abordagem socioanalítica

Vamos retomar e desenvolver sistematicamente os sete pontos que acabam de ser enunciados e formular algumas *pistas provisórias* para orientar o trabalho de pesquisa e de teorização.

1. A prática das relações sociais

Primeira hipótese: *a vida comum impõe aos indivíduos constrangimentos sociais e propõe-lhes sentidos culturais para os legitimar: esses constrangimentos e esses sentidos estruturam a prática das relações sociais*.

Qualquer relação⁴ é uma troca entre dois ou vários atores (individuais ou coletivos) que perseguem (conscientemente ou não) finalidades (comuns ou particulares), que adquirem competências e mobilizam recursos para

4. Segundo definição minha, veja-se: *Pour une sociologie relationnelle* (1992), capítulo IV.

as atingir, que beneficiam, pela sua contribuição, de retribuições desiguais ligadas à sua posição social e que se esforçam sempre por exercer, uns sobre os outros, formas de dominação para melhor controlarem essa troca. Toda a relação é, pois, um lugar de cooperação, mas também de competição, de conflito, mesmo de contradição entre os atores.

A prática das relações sociais é estruturada por constrangimentos⁵: os recursos técnicos e materiais, assim como as competências dos atores, são limitados, as finalidades que perseguem e as retribuições desiguais de que beneficiam são impostas pela dominação social nas suas diferentes formas – a potência, o poder, a autoridade, a influência, a hegemonia. Estes constrangimentos só são suportáveis e eficazes porque têm um sentido aos olhos dos atores nas relações: eles produzem, pois, princípios de sentido⁶ (discursos que colocam em cena Personagens Maiúsculas, “deuses”) e procuram sujeitar as suas condutas aos seus “comandos”, à sua vontade.

Finalmente, a prática das relações *socializa* os indivíduos: eles aprendem – por cálculo, por habituação, por convicção e por identificação – a ocupar as posições sociais nas relações (papéis, lugares...) e a pertencer, a participar em identidades coletivas⁷.

2. As necessidades existenciais sociais

Segunda hipótese: *a prática das relações sociais acorda nos indivíduos necessidades existenciais que eles só podem satisfazer através da vida comum (portanto sociais).*

Pretender enunciar as necessidades dos humanos seria um projeto insano, se esperássemos fundamentá-lo na sua “essência”, na sua “natureza” dita universal. Pelo contrário, afirmar que, segundo as culturas nas quais eles vivem, os indivíduos adquirem e sentem a necessidade de certos “objetos” – veremos quais –, *que só a vida social lhes pode prodigalizar*, é indispensável ao processo que empreendemos⁸.

5. Examinei desenvolvidamente esta questão em *Le Changement social* (2003), capítulo II.

6. *Ibidem*, capítulo III.

7. *Ibidem*, capítulo IV.

8. Por diversas vezes tentei explicitar essas necessidades sem, no entanto, conseguir chegar a uma formulação satisfatória. O que procuram e o que encontram os humanos na relação social? Vamos encontrar um desses

As necessidades sociais que vamos enunciar parecem-me ter diversas semelhanças com as pulsões freudianas. Como é também o caso face às pulsões:

- estas necessidades⁹ serão despertadas, desenvolver-se-ão e investirão sobre “objetos” disponíveis designados pela cultura do lugar e do tempo como suscetíveis de as satisfazer;
- elas despertarão para a prática das relações sociais e não poderão ser satisfeitas senão por essa prática; esta libertará nos indivíduos uma “energia”, uma animação, que os estimulará a procurar esses objetos desejáveis;
- a satisfação que esses objetos lhes prodigalizam será sempre *momentânea* (porque esses apetites serão insaciáveis, sendo constantemente renovados pela prática das relações) e *parcial* (porque os indivíduos deveriam contentar-se com formas de satisfação instituídas pela cultura e fazer escolhas entre objetos incompatíveis);
- a inevitável frustração que daí resultaria permitiria compreender que essas necessidades, uma vez despertadas, fossem mantidas por essa mesma prática relacional que nunca as satisfaria suficientemente, nem definitivamente.

Quais seriam essas necessidades existenciais sociais?

É neste caso que nos distanciamos face às pulsões que Freud concebeu, distância bem necessária para não se transpor mecanicamente para toda a vida social a estrutura edipiana da psicanálise¹⁰ e tratar os coletivos sociais como se fossem famílias. O exercício analógico é, pois, bastante delicado. Pode supor-se que, nas relações e nos grupos sociais em que participam, os indivíduos investem a sua energia face a outros objetos que não aqueles que procuram nos laços que têm com a mãe e o pai. Quais são eles?

ensaios formulado de outra maneira, em *Le Changement social* (2003). Trata-se, pois, de uma questão delicada sobre a qual confesso voluntariamente a minha hesitação. No entanto, implicitamente ou explicitamente, tais formulações encontram-se presentes na maior parte dos socioanalistas. Nós temos... necessidade do conceito de necessidade para avançar!

9. Que eu não sei se são inatas (herdadas) ou adquiridas. Mas, quanto a mim, não há necessidade de elucidar esta questão para levarmos a bom porto o processo que empreendo aqui. Poder-se-á provar que a libido é inata? O importante não será que, na prática das relações familiares, ela desperta e investe face a objetos?

10. Tais transposições mecânicas são inumeráveis nos socioanalistas: é aqui, segundo me parece, que eles caem no desvio analógico, contra o qual o próprio Freud nos alertou.

- Eles procuram, primeiramente, o *reconhecimento social* pela pertença grupal e, desde logo, *submetem-se* ao controlo do grupo (aos seus constrangimentos sociais e crenças culturais) e dos seus líderes; eles querem ser *idem*: participar em identidades coletivas;
- mas, ao mesmo tempo, procuram exercer *a dominação social* e, através dela, ter um superpoder sobre os outros, ou defender-se quando ele é exercido sobre si mesmos: as questões em jogo são a potência, o poder, a autoridade, a influência, a hegemonia¹¹;
- cada um procura também a sua *autorrealização pessoal*, o que implica uma distância reflexiva face aos constrangimentos sociais e aos sentidos culturais que a vida comum lhe propõe/impõe e um desenvolvimento das suas capacidades pessoais, da sua criatividade: cada um quer ser *ipse*: ter uma identidade singular;
- cada um procura também o *descanso*, o *bem-estar material e moral*: quer proteger-se contra a agressividade da natureza, a dureza do trabalho, as doenças e a sua própria degenerescência, a sua angústia perante o sofrimento e a morte, perante o tempo e o espaço e tudo aquilo que não compreende, em resumo, perante a condição humana.

Tal como as pulsões freudianas, estas necessidades vão formar *um campo de tensões*¹², encontrando-se cada um ligado aos outros por laços de *complementaridade* e de *contradição*. Por exemplo, entre reconhecimento e dominação: é-se por vezes reconhecido porque se domina, mas o inverso também se pode produzir; o mesmo se passa entre o reconhecimento e a autorrealização, entre reconhecimento e bem-estar material e moral, etc. O indivíduo deverá, pois, por vezes, escolher um contra o outro.

Vê-se bem que somente a vida comum – a prática das relações sociais – pode satisfazer estas necessidades; agora vamos ver por que razão não pode (nunca?) satisfazê-las nem inteiramente, nem definitivamente.

11. Ver *Le Changement social* (2003), cap. II.

12. Como as tensões entre a pulsão da vida e a pulsão da morte, ou ainda, no primeiro caso, entre a libido e a autoconservação e, no segundo, entre o sadismo e o masoquismo.

3. Os objetos instituídos de satisfação

Terceira hipótese: *a prática das relações sociais institui “objetos” legítimos (alguns mais, outros menos) de satisfação dessas necessidades.*

Em cada posição social que o indivíduo, assim como milhões de outros, ocupa nos campos relacionais da vida comum, estão previstos “objetos” que satisfazem as suas necessidades: ele vai beneficiar de um certo reconhecimento social (através das retribuições que irão recompensar as suas contribuições ao perseguir os seus fins), de certos recursos acessíveis para atingir a sua autorrealização pessoal, de um certo bem-estar material e moral e de uma certa capacidade de exercer a dominação social ou de se defender contra ela. Estes “objetos de satisfação” são impostos pela dominação social e aprovados pela cultura que os classifica consoante o seu grau de legitimidade, no quadro do modelo cultural em vigor, no espaço e no tempo devidos. Assim, se uma categoria social qualquer, por exemplo os docentes, se encontra insatisfeita com as retribuições de que os seus membros beneficiam, poderá mais facilmente fazer valer o seu direito, desde que possa reclamar uma contribuição para o interesse geral (a sua missão educativa), do que se pretenderem simplesmente reivindicar direitos adquiridos (por exemplo, 22 horas de aulas por semana e o direito à reforma aos 55 anos) – ainda que, contudo, não seja ilegítimo exigirem o que lhes é devido, desde que isso possa ser considerado como justo.

4. As tensões existenciais

Quarta hipótese: *entre as necessidades e as suas formas instituídas de satisfação, em certas condições, produzem-se tensões, contradições*¹³.

Chamemos-lhes *tensões existenciais*¹⁴, os desencontros entre a imagem que o indivíduo tem daquilo que gostaria de ser ou de fazer da sua vida (a sua *identidade desejada*) e a imagem que ele tem daquilo que os outros significativos esperam que ele seja ou faça (a sua *identidade atribuída*) e

13. É este o caso da criança na família: ela pode expressar a sua ternura face à mãe e a sua agressividade contra o pai, mas, no quadro limitado das formas instituídas que a cultura autoriza, quer dizer, através de uma maneira limitada e controlada; é-lhe necessário pois ‘gerir’ as suas pulsões edípicas por outros meios e com mais ou menos sucesso.

14. Este ponto encontra-se longamente desenvolvido em *Le Changement social* (2003), cap. V.

a imagem que ele tem daquilo que verdadeiramente é ou faz (a sua *identidade ajustada*)¹⁵. A sua identidade desejada baseia-se em todos os objetos de satisfação das necessidades que, consciente ou inconscientemente, ele deseja possuir – poder-se-ia dizer, o que alimenta os seus sonhos (no sentido freudiano) –; a sua identidade atribuída baseia-se na sua experiência vivida dos limites que a vida social impõe a essa satisfação; e a sua identidade ajustada consiste no compromisso – a bricolagem – que ele consegue fazer para conciliar as duas, mas que não coincidem (nunca?) totalmente, nem com a primeira, nem com a segunda.

As tensões existenciais provêm, pois, não somente do facto de as necessidades serem sem cessar renovadas e contraditórias entre si, mas, sobretudo, do facto de a prática das relações sociais *exacerbar essas contradições*. Com efeito, ela faz com que os indivíduos esperem níveis e formas de satisfação que os constrangimentos contradizem na vida concreta, se bem que os indivíduos tenham dificuldade em se satisfazer com objetos instituídos: *eles querem mais ou outra coisa do que aquilo que o seu meio social e cultural previu para eles*. Quando é que isso acontece e por que razão?

- Os atores (dominantes, mas também dominados) introduzem a ideologia nas trocas, de cada vez que suspeitam de que estão a colocar os seus interesses particulares à frente do interesse geral¹⁶ ou de prejudicar este: ao fazê-lo, os seus discursos criam a ilusão em torno deles, fazem com que os atores (eles próprios e os outros) aguardem por fins e recompensas desejáveis que não poderão adquirir;
- inversamente, quando perseguem o interesse geral, os atores (dominados mas também dominantes) introduzem a *utopia* na troca: projetam fins ideais que não serão atingidos devido à insuficiência de recursos ou porque, frequentemente, eles são incompatíveis entre si;
- por outro lado, nas conjunturas de mudança social e cultural, as formas instituídas de cooperação são postas em questão e a *anomia* (no sentido de Durkheim) entremete-se: todas as esperanças são permitidas, surgindo novas formas de constrangimento.

15. É claro que se pode estabelecer um paralelo entre estas três componentes da identidade pessoal e as três instâncias de Freud: o id, o superego e o ego.

16. Nem sempre isso acontece. Quando é este o caso, é necessário convencer que “a soma dos interesses particulares constitui o interesse geral”: isto é a ideologia!

Estas três conjunturas – a ideologia, a utopia e a mudança – exacerbam as tensões entre as necessidades (a identidade desejada) e os objetos instituídos para as satisfazer (a identidade atribuída); daqui resulta para os atores (os indivíduos que partilham as mesmas posições sociais) frustrações profundas, e por isso sofrimento, mal-estar, tensões identitárias.

5. A gestão relacional de si

Hipótese cinco: *os indivíduos dispõem de recursos psíquicos para gerirem, para tentarem resolver estas tensões existenciais que fragmentam a sua identidade.*

De uma maneira geral, pode dizer-se que é através do enviesamento de um discurso sobre si próprio que o indivíduo procura gerir as suas tensões. A gestão relacional de si consiste primeiramente em aplicar uma capacidade de falar consigo próprio, de forjar um discurso plausível, acabando, à força de se repetir, por acreditar nele, o interiorizar e o achar evidente. Mas existem *duas maneiras* de construir este discurso.

Para as ilustrar, tenho o hábito de recordar a fábula da raposa e das uvas que toda a gente conhece. Não ousando trepar à ramada para alcançar as uvas, a raposa sofre, não somente porque continua a ter fome, mas também por ter vergonha de si própria. Se escolher renunciar às uvas, pode então arranjar dois discursos: quer “*Elas não estão maduras e além disso eu nem tenho fome*”; quer “*Não ousou subir, tenho medo de me magoar*”. A diferença entre os dois discursos parece-me clara: no primeiro ela mente a si própria e evita qualquer autocrítica, uma vez que sabe bem que as uvas estão “*maduras e com uma cor vermelha*” e que ela tem muita fome, mas esforça-se por se convencer do contrário; no segundo, analisa a situação e assume a sua prudência ou preguiça tal qual. Num discurso, conta uma história e esforça-se por acreditar nela: é de tal forma matreira que usa a astúcia consigo própria e, por vezes, chega mesmo a convencer-se; no outro caso, vê as coisas como elas são, inclusive e sobretudo, quanto a ela própria e tenta assumir-se tal como é. Nos dois casos, explica a si própria o que lhe acontece mas por duas vias diferentes, a que eu proponho chamar de “*acomodação*” e “*reflexividade*”¹⁷ (Bajoit, 2003: cap. V).

17. A que também chamei “distanciamento”.

A acomodação

A capacidade do homem de se acomodar à vida que lhe é criada é constituída por um conjunto complexo de recursos.

Trata-se, para começar, da capacidade do ser humano de se *justificar* perante os outros mas, mais ainda, perante si próprio, pelos seus sucessos e, sobretudo, pelos seus insucessos, na realização dos seus envolvimento identitários. Esta capacidade é de uma importância capital: ela permite-lhe, quando o desmentido não se apresenta muito violento, continuar a acreditar em si próprio, a ter confiança em si, a “remotivar-se” continuamente.

Uma outra dimensão é, sem dúvida, a capacidade de *esquecer*, de se insensibilizar, de se habituar, de fazer o seu luto, de ficar cego, de virar a página, de deixar de ver o que lhe acontece, de deixar deteriorar a situação, de adiar a decisão para mais tarde, de dizer para consigo que o que aconteceu é natural, normal, que sempre foi assim, que é inevitável e que, aliás, “*isso não me diz respeito*” e ainda que “*não sou o único*”, de se comparar a outros “*que estão bem pior do que eu, apesar de tudo*”.

Outras capacidades podem ainda ser aplicadas: a de *esperar*, de dizer que é provisório, que “*vai melhorar*”, que “*vai passar*”, de positivar a situação, de basear toda a sua expectativa numa ajuda esperada (de Deus ou de qualquer outra personagem ou instituição); a capacidade de *sonhar*, de viver com soluções imaginárias, satisfações simbólicas.

Este trabalho de acomodação pode ser visto de uma maneira pejorativa; é o facto de contar histórias, de mentir a si próprio, de encontrar desculpas, de salvar a face. Todas estas expressões correntes mostram bem como o homem se engana a si próprio. Se é verdade que esta atitude não apela de modo nenhum à reflexividade, ou lhe é mesmo contrária, parece-me, contudo, que constitui *a base da capacidade de adaptação do indivíduo ao social e a si próprio*, sem a qual a contradição entre os seus sonhos e os constrangimentos do social certamente o destruiria.

A reflexividade

A acomodação constitui, sobretudo, um recurso que permite ao indivíduo *viver com* as suas tensões existenciais sem sofrer demasiado com elas. Ela ajuda a ter costas largas, a esperar, a suportar, a adiar para mais tarde, mas não a resolver as suas tensões. Para as resolver, o indivíduo deve dedicar-se

a um trabalho em profundidade sobre as suas relações com os outros e sobre aquilo que ele espera de si próprio.

Este trabalho sobre si é forçosamente mais *reflexivo*: “O sujeito é potencialmente capaz de distanciamento, de reflexividade, de um olhar sobre si e de vontade, de decisão deliberada [...]. A reflexividade, que não se deve confundir com a atividade de pensamento calculado, implica a possibilidade de um olhar sobre si, [...] de se tomar a si próprio como objeto e, por isso [...] de se colocar em questão” (Legrand, 1993: 31 e 121). Esta atitude comporta uma capacidade de se distanciar de si mesmo, de se descomprometer, de se “desimplicar”, de se objetivar: a raposa reconhece que tem medo de se magoar se subir à ramada!

O trabalho reflexivo implica, pois, uma *ligação autónoma* do sujeito face às relações instituídas: ele analisa, interroga a instituição sobre o seu fundamento, sobre a legitimidade do empreendimento social e cultural que ela pretende exercer sobre ele. A sua atitude face às injunções normativas não consiste em adaptar-se a elas, em contorná-las, ou em instrumentalizá-las, mas sim em criticá-las.

Finalmente, a distanciamento implica uma *ligação autónoma consigo próprio*, quer dizer, uma capacidade de *autocrítica*. O ator sabe bem que vai contando histórias a si mesmo, que recorre a subterfúgios para suportar as suas tensões e está sempre mais ou menos disposto, com uma lucidez relativa, a colocar-se como objeto da sua própria análise, a distanciar-se de si próprio, quer com emoção, num certo sofrimento, quer com humor, por vezes com ironia e, mesmo, de vez em quando, com cinismo.

Estes dois recursos psíquicos, a acomodação e a reflexividade, permitem ao ser humano aproveitar-se dos seus sucessos para (re)construir e reforçar a sua identidade pessoal e para suportar os seus insucessos sem que esta se desmorone. Estas duas capacidades são opostas, mas complementares: demasiada acomodação produz “imbécis felizes”, demasiada reflexividade, “céticos cínicos”.

Elaborando um tal discurso sobre “si na vida social” – por acomodação ou por reflexividade –, o indivíduo forma e desenvolve a sua capacidade de ser o dono de si mesmo: cuida da sua identidade ameaçada, debate, negocia, transige consigo mesmo, encarando *persistir* na sua busca dos objetos de satisfação que lhe faltam ou em *compensar* essa perda através de outras vias.

6. As lógicas do sujeito

Hipótese seis: *ao mobilizar estes recursos psíquicos, os indivíduos são donos da sua existência individual e social.*

Segundo Freud, o indivíduo não pode *renunciar* a uma pulsão porque ela é um movimento, um apetite que age do interior, como uma força insaciável, que renova constantemente o seu apelo à satisfação: ele só pode *compensar* a perda dos objetos desejados ou *perseverar* na sua procura e faz com frequência as duas coisas em simultâneo. Face à insatisfação das pulsões na sua vida afetiva, envolve-se nas vias de resolução¹⁸, que não são exclusivas umas das outras. Os textos de Freud autorizam – mas com prudência – a distinguir quatro vias: a *substituição*, a *sublimação* e o *recalcamento*, a que se junta, como é óbvio¹⁹, a passagem ao ato a que chamaremos de *confronto*.

Por analogia, levantamos a hipótese de que o mesmo acontece com as necessidades existenciais sociais. Face ao sofrimento provocado por uma necessidade social insatisfeita pelos objetos instituídos, o indivíduo terá, pois, duas grandes vias de resolução: compensar ou persistir. Precisemos bem, para começar, que *compensar* é permanecer na legitimidade (uma vez que o sujeito procura outras soluções, compatíveis com o que a cultura e o meio social autorizam), enquanto *perseverar* é entrar na ilegitimidade (uma vez que ele procura satisfazer as suas necessidades, melhor ou de outra forma que não através dos meios permitidos). Vejamos mais de perto a forma como os procedimentos encarados por Freud nos podem ser úteis para compreendermos as lógicas do sujeito na vida social.

18. Veja-se o “destino das pulsões” in *Métapsychologie*, p. 24 e seguintes. O texto de Freud está, todavia, longe de ser claro, e é necessário fazer apelo ao conjunto da sua obra para compreender o que, segundo ele, resulta de uma pulsão insatisfeita: como é que o indivíduo pode gerir este impulso que sente no fundo de si e que não se contenta com objetos culturalmente legítimos?

19. Digo que é óbvio, mesmo que, interessando-se Freud muito mais por outras vias de resolução, chegue a esquecer que, em determinados casos, o indivíduo, enfrentando as interdições sociais, toma pela força, por desvio, o que a cultura e o seu meio social lhe recusam. No fundo, Freud não se interessa pelos desviantes: ocupa-se essencialmente daqueles que, tendo aceite conformar-se com os constrangimentos do meio social, sofrem de tal forma que ficam “doentes”.

Compensar

O indivíduo frustrado permanece no quadro da legitimidade cultural. Ele *interiorizou* os esquemas mentais, os códigos culturais, as representações que recebeu do modelo cultural da sociedade onde nasceu e viveu, essas “estruturas estruturantes e estruturadas” a que Bourdieu chamava “*habitus*” e que, conscientemente ou não, orientam a sua conduta e dão sentido à sua vida de todos os dias. A sua consciência moral é forte e ativa, o seu superego encontra-se vigilante e ele submete-se-lhe. Pode compensar a sua frustração de duas maneiras: *por sublimação* ou *por substituição*.

- Ao *sublimar*, o sujeito compensa a perda de uma satisfação pessoal, pouco ou nada legítima face ao seu meio social, por um envolvimento numa causa altruísta muito legítima (a ciência, a política, a arte..., ou ao que quer que Freud²⁰ chamou, a religião). Obedece a um ideal do eu que construiu através da identificação com personagens de referência – que podem ir desde os seus próprios pais a dezenas de outros modelos identitários que a cultura lhe oferece em profusão. Encontra, assim, sentido para sacrificar uma necessidade, ou um objeto de satisfação, para o substituir por um outro que julga mais nobre, mais desejável e que pode pensar que será para ele, a longo termo, a fonte de um grande reconhecimento social, de uma bela autorrealização pessoal, de um bem-estar moral e talvez material bastante confortável e mesmo, quem sabe, de uma certa capacidade de se impor aos outros pelo seu prestígio e pelo seu poder.
- Ao *substituir*, procura satisfazer, de uma maneira culturalmente legítima, uma outra necessidade que não aquela que se encontra na origem da tensão, ou proporciona a si próprio um outro objeto de satisfação a fim de compensar a sua frustração. Temos de recordar aqui que, segundo Freud, não existem divisórias estanques entre as pulsões: privado de satisfazer uma pulsão, o indivíduo pode investir toda a sua energia sobre os objetos de uma outra²¹. Deste modo, por exemplo, o amor pode transformar-se em ódio, e o sadismo pode voltar-se

20. Para o espírito racionalista de Freud, a religião seria... uma doença mental: a “nevrose coletiva da humanidade”. Veja-se: *L'Avenir d'une illusion*, 1995.

21. Do seu “oposto”, escreve Freud. O ódio será o contrário do amor? E o masoquismo, o contrário do sadismo? Tratando-se de necessidades existenciais sociais, parece-me preferível insistir antes na sua ambiguidade: eles são simultaneamente complementares e contraditórios.

contra si: obtém-se, assim, um sujeito que se castiga a si próprio pelo amor que lhe falta. Penso que o mesmo acontece com as necessidades sociais. É substituindo uma necessidade por outra, compensando a perda de um objeto de satisfação pela aquisição de um outro, que os indivíduos conseguem *assumir a sua condição social*, quer dizer, contentarem-se com compensações que a vida social lhes proporciona fazendo o luto daquilo que lhes falta.

Contudo, os dois procedimentos que acabamos de evocar diferem: a sublimação implica uma convicção, uma adesão mais voluntária e mais consciente – mesmo que o sujeito não saiba aquilo que o leva a sublimar –, enquanto a substituição é uma alternativa que resulta de uma resignação, uma “escolha”, portanto, muito mais inconsciente.

Perseverar

O indivíduo frustrado sai do quadro imposto pela cultura do seu meio social: procura objetos de satisfação por vias ilegítimas e/ou inconscientes, obedece ao id e não ao superego. Pode persistir na sua procura através de duas formas opostas: pelo recalçamento e pela passagem ao ato (quer dizer, pelo confronto).

- *Ao recalcar*, o sujeito deixa a necessidade sobreviver no seu inconsciente: não se extingue, mas, visto que os objetos nos quais investiu são considerados como ilegítimos pela cultura do seu meio social, o sujeito apaga-os da sua consciência, censura-os. O recalçamento não constitui pois uma renúncia, mas uma maneira inconsciente de perseverar: a necessidade recalcada continua a procurar a sua satisfação e faz o seu “retorno” sob formas incontroláveis e deslocadas de investimento. Aparecem (nos atos falhados, nos sonhos, nas fantasias, nas nevroses) sob formas *maskaradas* (deslocadas, condensadas, simbolizadas).
- *Ao confrontar*, o sujeito reivindica a satisfação da sua necessidade, passa ao ato, procura impor apesar dos outros, passa a desafiar, a confrontar o interdito social e cultural. Pode fazê-lo abertamente, procurando dar a conhecer como legítimos os objetos que pretende (por exemplo, lutando pelo direito de...), ou fá-lo indiretamente – dissimuladamente mesmo! –, dando a impressão de que persegue outros objetos, que, estes sim, são legítimos e obtendo os primeiros pela interposição dos segundos (esconder interesses sórdidos por trás de causas nobres).

Ser sujeito é saber “escolher” (consciente ou inconscientemente) entre estas quatro lógicas de resolução das tensões existenciais e, sobretudo, saber combiná-las.

As lógicas do sujeito	Compensar	Perseverar
Reflexividade	<i>Lógica de sublimação</i>	<i>Lógica de confronto</i>
Acomodação	<i>Lógica de substituição</i>	<i>Lógica de recalçamento</i>

Como o quadro anterior sugere, podemos associar os recursos da gestão relacional de si e as lógicas do sujeito: a reflexividade é um recurso que apela à consciência, e por isso o indivíduo utiliza-a mais quando prefere uma lógica de confronto ou de sublimação; a acomodação, pelo contrário, constitui um recurso mais inconsciente, que lhe é mais útil numa lógica de recalçamento ou de substituição.

Exemplo

Extraído de uma pesquisa sobre uma profissão muito desvalorizada hoje, pelo menos na Bélgica²²: ser docente num setor profissional, sobretudo quando acontece numa grande cidade de imigração, num liceu ou num colégio onde o ensino geral é amplamente dominante.

Como a maior parte dos seus colegas, X tem o sentimento de que o seu trabalho é desvalorizado aos olhos de todos os outros atores da escola: é considerado um preguiçoso, é mal pago, os colegas do setor geralmente desprezam-no, o Ministério avalia severamente o seu trabalho, os pais atribuem-lhe a causa do insucesso dos filhos, o diretor não para de o criticar, tem dificuldade em exercer a sua autoridade sobre os alunos que “fazem dele gato e sapato”... Ele sofre de uma negação de reconhecimento social: “*Sinto-me como um intruso na sala dos professores.*” Como é que aqueles que sofrem de uma tal negação podem tratar a tensão que ele alimenta entre a sua identidade desejada e a sua identidade atribuída?

.....
²². Veja-se a tese de doutoramento de Abraham Franssen, *La Fabrique du sujet*, Louvain-la-Neuve, 2002.

- *por sublimação*: para obter o reconhecimento tão desejado, alguns reafirmam a dignidade do papel de docente, a sua importância para a educação dos jovens, o serviço essencial para a sociedade que os professores proporcionam; dedicam-se de corpo e alma à “causa” do ensino. Aqueles que se sujeitam a esta lógica envolvem-se em ações bem específicas: fazem formações complementares para melhor cumprirem o seu trabalho (sistémico, PNL, gestão do stress e dos conflitos e mesmo tiro ao arco); fazendo-o, cansam-se bastante e correm o risco de ficarem esgotados ou *burned out*!
- *por substituição*: outros, pelo contrário, substituem o reconhecimento social pela satisfação de uma outra necessidade, a da autorrealização pessoal fora da escola²³. As suas condutas são muito diferentes: ocupam-se da casa, da família, do jardim, das férias...; ao fazê-lo oferecem o flanco a todas as críticas que, precisamente, os estigmatizam;
- *por recalçamento*: outros, ainda, negam a sua necessidade de reconhecimento, recusam-se a admitir que morrem de desejo de o ter, submetem-se, mas tornam-se amargos, rabugentos. E, é claro, comportam-se ainda de outra forma: perdem a coragem, ficam doentes (e por conseguinte faltam): depressões, úlceras, alcoolismo, droga...;
- *por confronto*: finalmente, outros pensam dever bater-se para obter esse reconhecimento que merecem. Passam ao ato: enfrentando a repressão que os espera (licenciamentos, promoções bloqueadas...), confrontam, protestam, explicam, exigem (sindicalizam-se, entram em movimentos de greves, ações ilegais, fazem dos “alunos reféns”).

III. A construção das razões de agir

Sétima hipótese: *é através desta gestão relacional de si, destas lógicas do sujeito que os indivíduos constroem as suas razões de agir e se envolvem nas lógicas de ação.*

As razões de agir são os motores diretos das ações empreendidas pelo indivíduo/sujeito para alcançar os objetos que ele crê serem suscetíveis de satisfazer as suas necessidades; desde logo, as suas condutas (o que ele faz, o que diz) tornam-se inteligíveis para aquele que *compreende* estas razões.

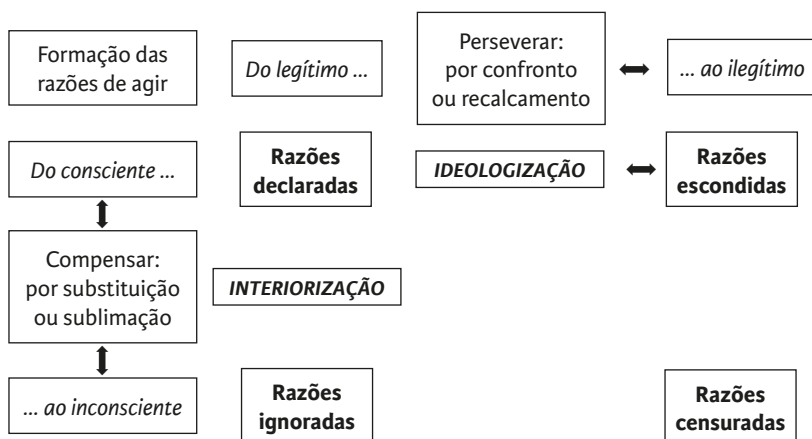
23. Trata-se claramente de uma mudança de sentido para o seu oposto e de uma inversão do eu.

É, pois, essencial examinar agora a forma como as lógicas do sujeito se traduzem em razões de agir e, assim, observar também como o indivíduo – numa mistura inextricável de consciência e inconsciência – acaba por esconder (processo de *ideologização*), ignorar (processo de *interiorização*) ou censurar (processo de *autocensura*) as suas razões. Ao mesmo tempo, retomamos as três fontes teóricas de que falámos no início, para tentar articulá-las. É necessário declarar que chegámos assim a um beco sem saída: é aqui que se encontram as “caixas negras” mais complexas e mais antigas da sociologia e, sem dúvida, também da psicanálise. É aqui que é necessário desconfiarmos das analogias precárias, das transposições mecânicas, dos raciocínios abstratos – sobretudo se forem estéticos – e de nos contentarmos, a partir do pouco que sabemos – do pouco que *eu sei!* –, com a formulação prudente de algumas *hipóteses*.

Antes de analisar os três processos pelos quais o sujeito constrói as suas razões de agir e as relações destas com as lógicas do sujeito, devemos primeiramente explicitar um *postulado* que serve de base a toda a nossa abordagem, a fim de o submeter a uma reflexão crítica. Admitamos que toda a conduta (individual ou coletiva) se explica, *in fine*, pela procura da satisfação de algumas necessidades existenciais sociais (aquelas que enunciámos ou outras). Admitamos também que, para obter os objetos dessa satisfação, o indivíduo seja obrigado a passar pela prática das relações sociais (definidas como nós as entendemos ou de outra forma). Admitamos ainda que (por razões que assinalámos ou por outros motivos) a vida comum não satisfaça definitivamente nem plenamente as suas necessidades. Então, tudo se explica pela luta contra a privação, a frustração, o sofrimento, a falta, o mal-estar, a impossibilidade de fazer coincidir as componentes da identidade. Este é, de facto, o nosso postulado: aquilo a que chamamos um “paradigma identitário”. E é também, se bem compreendi, o de Freud, no que se relaciona com o indivíduo na família!

Podemos interrogar-nos – pelo menos teoricamente – sobre o que se passará se todos ou a maior parte dos membros de uma coletividade humana se sentissem de forma plena e duradoura satisfeitos pelos objetos instituídos para encontrarem as suas necessidades sociais. O paraíso? O inferno? Uma sociedade “primitiva” tal como nos agrada representá-la? O melhor dos mundos, uma sociedade sem ideologia, sem utopia, sem mudança? Em todo o caso – para sermos coerentes com o nosso postulado –, estaríamos perante uma sociedade na qual os indivíduos não

teriam nenhuma necessidade de se esconder, nem de ignorar, nem de censurar as suas razões de agir, uma sociedade transparente onde todas as razões poderiam ser declaradas. Isso equivaleria a relações sociais sem desigualdades e sem dominação, o contrário do que se passa na realidade! O esquema apresentado de seguida ajuda-nos a colocar o problema claramente:



O processo de ideologização

Inspirando-nos no pensamento de Ricœur, podemos definir a ideologização como um processo que consiste, não em mentir – nem aos outros, nem a si mesmo –, mas antes em avançar com *razões declaráveis* (que o indivíduo sabe que são legítimas) para dar sentido e justificar aquilo que faz, o que diz, o que lhe aconteceu (Ricœur, 1997). Ao fazê-lo, como uma consequência, o indivíduo *mistifica* os outros, escondendo as *razões inconfessáveis* (ou menos confessáveis) por trás daquelas que declara: tendo encontrado uma “boa” razão para se explicar, ele não é obrigado a apresentar outras; pode calá-las, pode mesmo tentar esquecê-las de si próprio e convencer-se das suas boas intenções, da sua boa-fé²⁴, do seu bom comportamento. A ideologização constrói, pois, as razões escondidas ou, mais precisamente,

24. Com um mínimo de lucidez, é necessário admitir que cada um de nós se serve deste processo, diversas vezes por dia!

separa, entre as razões, aquelas que podem ser declaradas (e proclamadas alto e bom som) daquelas que é preferível esconder.

A lógica do confronto mantém relações estreitas com o processo de ideologização. Com efeito, aqueles que perseveram passando ao ato podem, como vimos, quer tentar convencer os outros da legitimidade das suas reivindicações – anunciam então as suas razões declaradas –, quer invocar outras razões mais legítimas do que aquelas que constituem os “verdadeiros” motivos da sua ação: vão declarar, então, as razões mais legítimas para melhor esconderem aquelas que são menos ou não são de forma alguma legítimas, esperando atingir as duas ao mesmo tempo. Portanto, se um ator escolher confrontar, ele terá tendência a apresentar (perante si) “boas” razões para esconder outras menos confessáveis ou inconfessáveis e vai proclamá-las tanto mais alto quanto mais ilegítimas forem aquelas que ele procura esconder – indo, por vezes, até aos limites da má-fé²⁵.

O processo de interiorização

Enquanto a ideologização trata das relações do legítimo e do ilegítimo, a interiorização diz respeito à questão das relações do consciente e do inconsciente. Através da socialização, o indivíduo habitua-se²⁶ a achar “normais” os objetos de satisfação instituídos que o seu meio lhe propõe: aprende a contentar-se com eles – a ficar satisfeito com eles! Este processo implica que, ao longo de toda a sua existência, centenas de vezes, ele “fez o seu luto” face a objetos que deseja, mas que são considerados ilegítimos para a condição social que ele ocupa, e que substituiu por aqueles de que pode gozar legitimamente. De cada vez que a prática das relações sociais volta a colocar em questão este equilíbrio precário e faz cintilar perante os seus olhos esses objetos de satisfação de que não dispõe, ele acomoda-se, racionaliza: como a raposa, renuncia às uvas convencendo-se de que elas não estão maduras, apesar de ver que elas têm uma cor vermelha! Interioriza assim a sua condição social e as formas de satisfação que lhe correspondem.

²⁵. Por exemplo, quando G. W. Bush declara entrar em guerra com o Iraque para proteger o mundo ocidental contra as “armas de destruição massiva” acumuladas por Saddam Hussein!

²⁶. Ver as modalidades da socialização em *Le Changement social* (2003), capítulo IV.

É a lógica da *substituição* que, segundo me parece, permite esta interiorização, através da qual o indivíduo constrói as suas razões ignoradas ou, mais precisamente, separa as razões que ele declara daquelas que ignora. Cada substituição implica, com efeito, um processo de *luto* que o indivíduo elabora validando objetos legítimos em lugar daqueles que ele deseja. O luto constitui um processo muito complexo de administrar. Quando mal gerido, pode conduzir à melancolia²⁷, como Freud assinalou; pelo contrário, bem elaborado, ele constitui, segundo a fina análise de J.-C. Métraux (2004), “a matriz primeira da criação social”. Será, pois, não somente uma forma de “se contentar” (com qualquer coisa menos boa, entenda-se), mas, segundo o autor, uma fonte imensa de criatividade individual e coletiva.

Como é que o indivíduo chega a ignorar as razões que o levam a renunciar a certos objetos e a preferi-los a outros? Como é que chega a já não ter necessidade de “se contentar”, mas a sentir-se, simplesmente, contente com a sua condição? A questão permanece complexa. Apoiando-nos nos trabalhos de alguns psicólogos sociais (Bajoit, 1992: cap. V), podemos pensar que ele se conforma com a sua condição para evitar aborrecimentos, os problemas que daí lhe poderiam advir se ele não se submetesse – a dissonância cognitiva (Festinger), a desaprovação do grupo (Asch, Schachter), os custos do confronto (Milgram), a deterioração da imagem de si (Tajfel, Rubin) – e que acaba por encontrar uma recompensa moral (Barrington Moore) que vai suportar para respeitar os seus compromissos (Kiesler). O sujeito “incorpora” o seu habitus de condição, como Bourdieu não se cansou de mostrar; encerra-o no seu inconsciente, faz dele uma “estrutura”, que vai “estruturar” os seus gostos, as suas preferências, os seus desejos. Deste modo, vai construir as suas razões ignoradas e, ao mesmo tempo, as suas razões declaradas, aquelas que vai achar legítimas para invocar como base das suas condutas.

27. Difícil também de conhecer! O luto não deve ser confundido com a melancolia: estes dois estados assemelham-se (depressão, falta de interesse, de motivação, irritação...), mas a melancolia tem um elemento suplementar: a queda da autoestima, devido à culpabilidade que resulta da ambiguidade de sentimentos para com o “objeto” perdido. Ver *Deuil et mélancolie* (Freud, 1968).

O processo de autocensura

Censurar é servir-se de um critério de seleção para travar aquilo que não pode ser mostrado e deixar passar o que o pode ser. É filtrar, selecionar o mais digno do mais indigno, o mais nobre do mais vulgar, o mais conveniente do mais inconveniente, resumindo, o mais legítimo do mais ilegítimo; é deixar que um apareça, se declare, e apagar o outro, esquecê-lo, relegá-lo para “a cave mais profunda”. Pode pensar-se que não é mais do que a combinação dos dois processos precedentes: uma ideologização que se faz acompanhar de uma interiorização das razões demasiado ilegítimas, que permitem ao indivíduo, ao dissimular-se tanto perante si próprio como perante os outros, esquecer as suas motivações mais inconfessáveis e restaurar assim a sua consciência tranquila e a sua autoestima: assim, o indivíduo não só vai acabar por se convencer de que age por boas razões, como vai conseguir mesmo esquecer as más.

Na tradição freudiana, é evidentemente a lógica do *recalcamento* que ativa o processo de autocensura, através do qual o sujeito constrói as suas razões censuradas. O recalcamento constitui, com efeito, uma maneira de não renunciar a um objeto ilegítimo de satisfação, de continuar a procurá-lo inconscientemente e de encontrar formas simbólicas de satisfação nos objetos disfarçados, deslocados, condensados. É, pois, um confronto (uma vez que o sujeito não renuncia) por substituição (uma vez que substitui o objeto ilegítimo por outros que não são mais legítimos, mas que são secretos, irreconhecíveis e/ou desculpáveis²⁸).

Parece-me, todavia – mas será necessário aprofundar um pouco mais este ponto –, que a lógica do recalcamento não é senão o inverso da da sublimação e que, se a primeira constrói as razões censuradas, é à segunda que devemos o essencial das razões declaradas. Melhor: lanço a hipótese de que, quando um sujeito recalca o objeto de um desejo, ele sente a necessidade de o sublimar aderindo a uma causa nobre, se bem que com isso ele não obtenha somente a satisfação através dos objetos disfarçados, mas também compense a sua perda aparente através da boa consciência, por se dedicar a uma causa justa. Penso que é isto que, em J.-C. Métraux, devemos entender como “luto criativo”.

28. Deste modo, os objetos que satisfazem a libido censurada podem ser secretos (as fantasias), irreconhecíveis (os sonhos, os atos falhados) e/ou desculpáveis (os sintomas da nevrose).

A articulação dos três processos

Estes três processos, através dos quais as lógicas do sujeito constroem as razões de agir, são por si só bastante complexos, mas são-no ainda mais quando se combinam.

Tomemos um exemplo. Centenas de jovens norte-americanos, desempregados nas pequenas cidades ou vilas do Texas profundo, aderiram, como voluntários, à *US Army* e cumprem hoje missões no Iraque. Decidiram partir por numerosas razões, mas, nomeadamente, para saírem do seu “fim do mundo” aborrecido e sem futuro, conhecerem o país e ganharem muito dinheiro! Quando interrogados sobre as suas motivações, não pronunciam uma só palavra sobre estes motivos e declaram querer ajudar o povo iraquiano a instaurar um regime democrático, defender os valores americanos no mundo, servir a sua Pátria, etc. Este discurso seria a ideologia no seu estado puro, se estes jovens enganassem cinicamente os seus auditores. Mas eles não são cínicos: eles creem verdadeiramente naquilo que dizem, estão profundamente orgulhosos de serem americanos, querem verdadeiramente defender o seu país contra os terroristas árabes, estão convencidos de que a democracia é um grande presente para o povo iraquiano. Através da sua socialização, interiorizaram sucessivamente os “grandes valores” da sua cultura (o gosto da liberdade, da criatividade, da iniciativa, do sucesso...) e os “pequenos” (o gosto pelo dinheiro, pela conquista do mundo, a crença na superioridade da sua cultura...). Podem, pois, servir-se dos primeiros para *esconder* os segundos (ideologização), mas podem, por outro lado, *ignorar* que o fazem (interiorização), uma vez que, obtendo um (o êxito da sua missão), irão também obter o outro (um bom salário); a sua mão direita pode ignorar o que faz a mão esquerda visto que o que elas fazem em conjunto não é contraditório: elevando alto os valores americanos no mundo, eles... enchem os bolsos!

Querer ganhar dinheiro, ver o país, viver um pouco de aventura é, certamente, menos legítimo do que proteger a sua pátria ameaçada pelo terrorismo ou pretender levar a democracia ao mundo inteiro; mas isso não é, contudo, muito ilegítimo. Pelo contrário, matar iraquianos todos os dias e, o que ainda é pior, encontrar nisso prazer ou pelo menos alguma satisfação, é mais difícil de justificar. É-lhes, pois, necessário censurar essas razões: o seu gosto pelas armas e pela violência, a sua necessidade de terem sempre um inimigo a abater, a sua vontade de imporem a cultura

norte-americana aos outros e através da força: todo este lado obscuro da identidade de muitos dos cidadãos dos Estados Unidos! Mas este recalamento é acompanhado por uma lógica de sublimação: quanto mais imperialistas são, mais proclamam alto e bom som a missão civilizadora do Tio Sam. A autocensura será, então, ativada pelo recalamento e pela sublimação; ela vai separar as razões censuradas das razões declaradas.

Em resumo, estes jovens norte-americanos declaram, escondem, ignoram e censuram as razões que os levaram a fazer o que fazem e, para o poderem fazer, devem combinar a ideologização, a interiorização e a autocensura e sujeitarem-se às quatro lógicas em simultâneo.

Conclusão

No decurso desta exposição, evitei, cuidadosamente, falar de Édipo. Em lado algum afirmei que o coletivo (a sociedade inteira ou esta ou aquela organização particular: um sindicato, um partido, uma empresa...) desempenhava o lugar de mãe face a cada um dos seus membros e que os chefes tinham o lugar de pai; não apelei às angústias primárias (paranoica e depressiva) do bebé, nem à ansiedade psicótica, que se revelariam mais tarde nos grupos e contra os quais os membros se defenderiam; não falei nem de nevrose, nem de histeria, nem de fobia coletiva, nem de líderes mentalmente perturbados, que estabeleceriam relações patológicas com o seu “rebanho”.

Neste aspeto talvez tenha errado porque, se me refiro às correntes de pensamento da socioanálise a que fiz alusão no início, esta referência às “doenças” mentais encontra-se bem presente em praticamente todos os autores. É verdade que o projeto de Freud e dos psicanalistas é, antes de tudo, terapêutico, mas os sociólogos também não fazem sociologia só pelo prazer de conhecerem: a sociologia é, dizia Bourdieu, um “desporto de combate”. Se é verdade, como recordou Gérard Mendel, que “a sociedade não é uma família”, também é verdade – e ele mesmo insistiu nisso – que todos os indivíduos que encontramos nos coletivos sociais têm, ou tiveram, uma mãe e um pai e que não podemos abstrair-nos do seu “romance familiar”.

Regresso à questão do método

Se observo que X, professor numa escola profissional, frequenta cursos de gestão do stress; que Y, jovem estudante originário da classe média, se droga às escondidas; ou que Z, assistente social, está com uma depressão; que W, jovem desempregado texano, se alista na *US Army* para efetuar uma missão de um ano no Iraque..., posso sempre pedir-lhes para que me falem disso... longamente! Eles irão *declarar-me* as suas razões! Mas, para saber mais, ser-me-ão necessários uma teoria e um método. Acabo de propor um esboço de teoria, mesmo não sendo senão um texto provisório feito para ser criticado e constantemente repensado. Mas a questão do método não se encontra por seu lado resolvida, bem longe disso.

Ele não consiste, evidentemente, em fazer psicanálise a X, Y, Z ou W, mas antes em *fazer socioanálise dos X, dos Y, dos Z e dos W*. Para isso, é sem dúvida preferível (como o têm feito os nossos ilustres predecessores) trabalhar com grupos restritos (ocasionais ou permanentes), mas pode também utilizar-se o método dos discursos individuais de vida, *desde que se associe o ator ao processo de pesquisa*.

Dito isto, fica muito por fazer. Como observar, falando do discurso do ator (individual ou grupal), as suas necessidades insatisfeitas e as suas tensões existenciais, quando acontece que já as geriu no momento em que aceita falar comigo? Como observar aquilo que ele diz para se acomodar ou se distanciar, e aquilo que ele faz para sublimar, recalcar ou confrontar – nomeadamente, como observar o “retorno do recalçamento” num grupo? Como levá-lo a exercer a reflexividade suficiente para desmontar os mecanismos da ideologização, da interiorização e da autocensura? Resumindo, retomo a questão de partida – como compreender a construção das razões de agir?

Bibliografia

- ARNAUD, Gilles (2004). *Psychanalyse et organisation*. Paris, Armand Colin.
- BAJOIT, Guy (1992). *Pour une sociologie relationnelle*. Paris, PUF.
- BAJOIT, Guy (2003). *Le Changement social*. Paris, Armand Colin.
- BAJOIT, Guy (com Franssen, A.) (1995). *Les Jeunes dans la compétition culturelle*. Paris, PUF.
- GAULEJAC, Vincent de (1987). *La Névrose de classe*. Paris, Hommes et Groupes.
- ENRIQUEZ, Eugène (1983). *La Horde et l'État*. Paris, Gallimard.

- FRANSSEN, Abraham (2002). *La Fabrique du sujet. Transformations normatives, crises identitaires et logiques de reconnaissance*. Louvain-la-Neuve, tese de doutoramento em sociologia na l'U.C.L.
- FREUD, Sigmund (1995 [1907, 1927]). *L'Avenir d'une illusion*. Paris, Gallimard.
- FREUD, Sigmund (2001 [1909, 1915]). *Psychologie des foules et analyse du moi*. Paris, Payot.
- FREUD, Sigmund (1968 [1912, 1915]). *Métapsychologie*. Paris, Gallimard.
- FREUD, Sigmund (1961 [1916]). *Introduction à la psychanalyse*. Paris, Payot.
- FREUD, Sigmund (1995 [1930]). *Malaise dans la culture*. Paris, PUF.
- LA PLANCHE et Pontails (1967). *Vocabulaire de la psychanalyse*. Paris, PUF.
- LEGRAND, Michel (1993). *L'Approche biographique*. Marseille, Hommes et Perspectives.
- METRAUX, Jean-Claude (2004). *Deuils collectifs et création sociale*. Paris, La Dispute, Snédit.
- RICCEUR, Paul (1997). *L'Idéologie et l'utopie*. Paris, Seuil.
- RICCEUR, Paul (1965). *De l'interprétation. Essai sur Freud*. Paris, Seuil.

DISSIMULAÇÕES E IDENTIDADES TRANSVERSAIS COMO APROXIMAÇÃO DA MÁ-INTEGRAÇÃO*

Viviane Châtel**

A identidade, enquanto conceito sociológico, tornou-se plural. Desdobra-se como uma flor – flor de uma família de pétalas múltiplas (Châtel, 2002). Pétalas separadas, pétalas sobrepostas, ou ainda pétalas entrecruzadas, inscrevendo-se neste caso o ser humano, que passa por múltiplas experiências que reconfiguram, no decorrer do tempo, as ligações, separações, sobreposições e entrecruzamentos e que redefinem, de cada vez, uma nova composição eflorescente. Entre identidade conferida e desejada, uma identidade um pouco enigmática!

Esta figura inscreve-se numa configuração mais vasta, a da sociedade marcada por uma fragmentação social e uma centralização sobre os interesses individuais, que levanta a questão da própria possibilidade de coesão social. No entanto, alguns sociólogos (Singly, 2003) dizem-nos que *o individualismo cria laços*. É verdade, ainda que sejam numerosos os que se inscrevem naquilo a que chamo inexistência social, são raros aqueles que mantêm uma ausência total de laços (se por laço aceitarmos a ideia segundo a qual o laço se pode resumir à troca de uma simples palavra¹; ou se por laço entendermos as múltiplas pertenças como lugares de inscrição e de relacionamento – pertenças territoriais, profissionais, familiares, amicais, etc.).

* Département de Travail Social, Politiques Sociales et Développement Global de l'Université de Fribourg, Suisse.

1. Tal como o reivindicam muito seriamente os sindicatos dos correios dos países europeus, onde o carteiro cria laços porque rompe o isolamento, particularmente nos lugares isolados em que ele constitui o único ser humano que aparece.

Sem exagerarmos muito, podemos também dizer que, graças às novas tecnologias de informação e comunicação, a sociedade, entendida como composição particular destes indivíduos com identidades e pertenças múltiplas, conversa. Ela cavaqueia mesmo. Sem dúvida, nunca conversou tanto. Quem nunca observou com alguma surpresa, durante um passeio, seres que aparentemente estão sós, mas que falam alto, vociferando, assobiando, protestando e gesticulando, sem mesmo se aperceberem desse minúsculo aparelho que os liga ao mundo. Em ligação direta e permanente com o mundo!

E se a sociedade conversa alegremente, arriscando-se a que daí não resulte senão um burburinho ensurdecador, onde se encontra a identidade daquela ou daquele com quem conversa?

Quem é este ser com que todos os dias me cruzo no trabalho, nos corredores do prédio onde habito, com o qual troco algumas banalidades ou algumas ideias profundas, de quem conheço o amor que sente pelos gatos, a constipação do filho mais novo, a qualidade do trabalho... ou, pelo contrário, a desenvoltura que, depois de algumas confidências, adivinho (ou, mais exatamente, creio adivinhar), sobre as pertenças, os ideais, os princípios de vida? A tipificação de Alfred Schütz (ou, mais exatamente, os princípios da minha socialização) leva-me a catalogá-lo como: *bcbg*², *metrossexual*, *über-sexual*, *bobo*³, *bling-bling*⁴, *sno*be, *cool*, etc... E, no entanto, o que sei eu dele?

Para dar apenas um exemplo, propositadamente extremo, poderiam as vítimas do massacre no Ruanda (pelo menos algumas delas) adivinhar que o seu vizinho, ontem amigo próximo (mas também, no caso de algumas mulheres, o próprio marido), se iria transformar numa noite, ou mesmo em algumas horas, no seu carrasco sem escrúpulos? Bastará o apelo ao massacre por parte dos chefes hutus para explicar esta negação de uma coexistência relativamente pacífica? Foi esta a sugestão de um dos membros

2. Sigla da expressão: “*bon chicque bon genre*”, que poderemos traduzir livremente como “de bom meio social”. (N.T.)

3. Sigla da expressão: “*bourgeois bohème*”, cuja tradução literal é “burguês boémio”. (N.T.)

4. O termo *metrossexual* (*metropolitan sexual*) designa alguém particularmente preocupado com a sua aparência e que, para manifestar a sua virilidade heterossexual, se depila, faz musculação, perfuma-se...; o *über-sexual*, inventado pela publicitária estado-unidense Maria Salzman, designa uma versão mais viril do que o *metrossexual*, mas que continua a cuidar muito de si. Quanto à expressão *bling-bling*, fez furor nestes últimos tempos em França, designa uma pessoa que gosta de tudo o que brilha. Foi inventada para caracterizar o movimento *hip hop* há uma vintena de anos.

do grupo de massacre quando, inquirido por Jean Hatzfeld, descreveu a crueza dos seus atos como tendo sido cometidos “por um outro eu com o coração pesado” (Hatzfeld, 2003: 56-57), ou seja, como uma submissão absoluta, total, sem distância face a um *eu* escondido. Um outro *eu*. Uma identidade não apercebida. Uma identidade *transversa*, talvez?

Não devemos deduzir que, por trás do verniz da “boa” educação, se esconde de facto, em cada ser humano, ou quase, um carrasco em potência? Não teremos nós esquecido, talvez aliás muito depressa, esta nota de Primo Levi: “Cada um de nós pode tornar-se um monstro” (Levi, 1998: 245)⁵? E que a identidade apercebida não é senão uma identidade aparente que, sob os golpes das pressões sociais, políticas ou económicas, finalmente explode para dar lugar à real identidade humana, a da *besta humana*, revelando, em todo o seu horror, a impostura da identidade?

Num registo de exemplos um pouco mais banais, ainda que impressionantes, podemos também recordar a mistificação, em França, de Jean-Claude Romand, que durante 17 anos fez crer a todos que o rodeavam (família e amigos) que era médico na Organização Mundial de Saúde⁶. Este exemplo evidencia a ilusão da tipificação identitária. Porque, a despeito da ideia de identidades plurais (Romand era médico, bom pai de família, bom vizinho, etc.), esquecemos que se esconde um ser por trás dessa máscara das identidades plurais e que estas, apesar de informadas, não constituem a identidade inteira que, no cruzamento daquilo a que Guy Bajoit chama de identidade atribuída, a identidade assumida e a identidade desejada, se esconde a parte do invisível, e que o enigma da coerência identitária (i.e., da coerência destas identidades plurais) raramente é considerado. A sociologia, com raras exceções, elimina estes problemas, sob o pretexto psicanalítico ou psicológico. Mas a máscara das identidades plurais não constitui simplesmente a resposta dos indivíduos a uma tipificação sociologizante por parte da sociedade; dito de outra forma, a resposta surge como necessidade da sociedade de classificar, categorizar, marcar e até mesmo marcar com ferro em brasa. Ninguém deve escapar a esta obsessão pelas classificações, a esta disposição para as designações e para o

5. Entrevista intitulada “Compreender e fazer compreender”, realizada por Milvia Spadi para o *Westdeutscher Rundfunk*, em setembro de 2006.

6. Esta história foi objeto de uma obra de Emmanuel Carrère, intitulada *O Adversário*, adaptada para o cinema por Nicole Garcia.

fechamento. Porque nomear é fechar, é encerrar. Arriscando negligenciar as intrigas sociais que continuamente remodelam as vidas, as pertenças... Arriscando esquecer o projeto sociológico de origem “nascido de uma inquietação sobre a capacidade de integração das sociedades modernas” (Schnapper, 1998: 15). Arriscando, ainda, esquecer o projeto científico de revelar a complexidade por trás da simplicidade.

A questão mais importante que continua a colocar-se à sociologia é, pois, “o que é a identidade?”. Todos devem ser felizes no melhor dos mundos, prescreve-nos a sociedade contemporânea. O falso médico atrás mencionado seguiu este adágio e finalmente distorceu os pontos de referência e a identidade. Mas, *in fine*, leva-nos a refletir de novo sobre este conceito de múltiplas facetas.

Ao menos, será feliz o meu vizinho (de escritório, de habitação, do clube de fitness, do clube de golfe, etc.), mesmo se aparentemente o é ou, pelo menos, se tem tudo para o ser, e mesmo se a identidade que a sociologia lhe atribui é uma identidade de sucesso, de simplicidade, etc.? Um vizinho em perfeita harmonia com as posturas sociologicamente definidas segundo os papéis ou as posições que ocupa; dito de outra forma, segundo as suas identidades: bom pai de família que se ocupa dos seus filhos (leva-os à escola...), trabalhador competitivo (sempre cheio de ideias para desenvolver a empresa...), bom marido (participa alegremente nas tarefas domésticas...), cidadão perfeito (vota e anima a associação do bairro), esquiador sem igual, habilidoso informático de génio, etc.

Mas, afinal, o que sei eu dele e o que sabe dele, realmente, o sociólogo? Não constituirá a identidade um catálogo (mais ou menos articulado) de posturas, de clichés-tipo, que respondem a exigências de codificação que atribuem padrões de comportamento a uma dada posição na sociedade?

No seu esforço de nomear e comparar, na sua preocupação em rotular e inscrever o meu vizinho na categoria *ad hoc*, não terá a sociologia esquecido, muito rapidamente, o sentido desta célebre frase popular: “é verdadeiramente simples”? Dita por “pessoas simples” em relação ao médico, ao vizinho que é professor universitário, etc., quer dizer, dita por pessoas situadas na base da escala social em relação a outras que elas situam no topo da escala social, esta frase revela uma das maiores imposturas do nosso tempo sociológico, isto é, a superficialidade tomada como realidade porque, muito simplesmente, o qualificativo não tem o mesmo sentido nos dois casos. Num deles, revela uma lisibilidade imediata: nada

de fingimentos na identidade das “pessoas simples”; no outro, designa uma acessibilidade imediata: não existe uma identidade revelada, muito diferente, mas uma amabilidade benevolente.

O que deduzir destas divisões composicionais?

Será o meu vizinho tão bom pai como o define o sociólogo? Estará este perfeito marido realmente preocupado em partilhar as tarefas quotidianas da vida familiar...? Ou, pelo contrário, não será uma promessa, uma falsa aparência, de alguma forma, uma identidade usurpada que lhe dá este semblante? Um pouco como o bom dr. Romand, que de doutor só tinha a postura imaginada. Sendo a identidade o resultado de uma construção de facto social, mas cujos ingredientes não são imediatamente perceptíveis, pelo menos em alguns casos, e que permanece para sempre enterrada na complexidade do ser humano, não constituirá ela uma categoria cuja operacionalidade provavelmente está a ser muito exagerada?

O meu propósito aqui desenvolvido é propositadamente não académico, no sentido de não canónico. Não se inscreve no nível habitual da apropriação do facto sociológico e propõe um estudo da questão identitária, construído a partir de fragmentos de observação totalmente subjetivos. Uma visão teórica, pois. Assumo aqui o risco de que a minha proposta seja inocentemente decifrada como uma centralização ofensiva sobre o indivíduo como totalidade analítica. As insuficiências argumentativas constituem outros tantos apelos a uma ajuda, na vontade de desconstruir o conceito de identidade para o substituir por um conceito mais capaz de ter em conta, não somente a dimensão aleatória do agenciamento das componentes identitárias, mas também a dimensão não apercebida pela sociologia dessas mesmas componentes (sem que no entanto elas sejam sociológicas) e que leva por vezes a extremos, tais como a “farsa” (finalmente macabra) do dr. Romand.

Rica é a identidade de um ser no mundo: rica, por ser constituída por mil e uma facetas, mil e uma histórias, mil e uma experiências, mil e um encontros, mil e um sofrimentos, mil e uma ilusões, mas também mil e uma desilusões. Rica, compósita, diversificada... Uma composição que constitui um sonho para o cientista que ama, acima de tudo, a complexidade – pelo menos semanticamente falando. A dissecação não poderia deixar de ser rica de ensinamentos: várias camadas de sedimentos que, devido à porosidade de certas componentes, não se sobrepõem uniformemente mas, ao contrário, se entrelaçam, entrecruzam, fundem umas nas outras, se

misturam para constituir, por vezes, a certos níveis e em certos casos, um novo corpo. Uma verdadeira tectónica de placas, para propositadamente utilizar um termo afastado da sociologia.

Um sonho para o anatomista ou ainda um sonho para o geólogo. Mas um pesadelo para o sociólogo.

Dissecar sociologicamente a vida de um homem não constitui uma simples operação cirúrgica, nem mesmo uma simples operação de *reconstrução* de uma história (como nós, sociólogos, gostaríamos talvez muitas vezes de acreditar, escondendo-nos por trás de sábios dispositivos metodológicos)... ou uma operação puramente matemática. (Um pouco como Blaise, o pintainho mascarado de Claude Ponti, que reconstrói um *não-importa-o-quê* [Ponti, 1991].) O risco desta tentativa de *desessencializar* o ser humano não será o de fazer dele um cabide de propriedades mais ou menos bem agenciadas, mais ou menos bem reunidas entre elas?

A vida de um homem é um passado, um presente, um futuro, no qual o tempo compõe e recompõe, sempre com novos matizes, as experiências vividas (e aqui utilizo a palavra *experiência* no sentido muito vasto de tudo o que faz a história de um homem; os prazeres, os sorrisos, os encontros, as tristezas, as alegrias, as angústias, os sonhos, as quedas, os insucessos e os sucessos, as ilusões e as desilusões, etc.). Por outras palavras, a história de hoje não será a mesma de amanhã. Porque, entretanto, uma imagem, uma leitura, um encontro, uma ilusão ou uma desilusão terão perturbado o frágil edifício e tê-lo-ão *reconstruído*. O tempo terá parado por um milésimo de segundo; e o fragmento de uma face vislumbrada terá *reorientado*, *recomposto* o esquema de uma identidade demasiado clara. “Uma mão invisível [ter-se-á intrometido] no espaço ilimitado do possível e, entre milhares de coisas, só [terá feito] acontecer uma única” (Baricco, 2003: 65); uma única coisa que *recompõe*, *reconstrói* de forma diferente as articulações, faz *reaparecer* o que ontem estava escondido, *reorienta* os possíveis, etc. Se um acidente (por exemplo, de circulação) é um elemento visível desta recomposição, outros, invisíveis a olho nu, porque são fragmentos de palavras, de rostos, sorrisos, sonhos acordados, ressuscitam, fazem ressurgir ou renovam imagens que interagem elas próprias com as componentes da nossa identidade, que se infiltram nas falhas (para retomar a nossa metáfora), se sedimentam e, eventualmente, abrem novas falhas. Porque todo o humano só existe na interpretação (de atos, imagens, relações, sinais). E também porque cada segundo do

tempo que passa é já fim e início. “Visto que todo o acontecimento tem lugar durante a história de um ser cujo início o trouxe ao mundo e, sendo ele próprio o início, os acontecimentos são sempre, e simultaneamente, o fim de algo que começou antes e o princípio de algum fenómeno novo” (Arendt, 1990: 74).

A sociologia falou-nos, com efeito, de uma bela história. De uma história estruturada, estruturante, que estrutura. Quase uma história do *Prince de Motordu*⁷. Uma história verdadeiramente muito bela, é certo que um pouco complicada no início, mas que muito depressa se clarifica: os protagonistas tomam o seu lugar, as cenas compõem-se, agenciam-se, sobrepõem-se. Gritos, choros, lágrimas, separações, reencontros, abraços, etc. Misturar, abanar, filtrar, remisturar, acrescentar alguns fragmentos de uma vida mais ou menos ativa. E, por fim, temos um ser-cabide. Um ser humano mais ou menos perfeitamente adaptado à sociedade na qual se insere. Sempre mais ou menos perfeitamente, uma vez que todos sabemos que o desviante, seja ele toxicodependente, deficiente, delinquente..., só existe para nos recordar os códigos em vigor que o excluem, por mais excluído que ele seja (mendigo, sem-abrigo, vagabundo, itinerante ou outra terminologia adequada), e que ainda assim existe nas nossas sociedades, objeto de todas as nossas atenções, das nossas paixões e, sobretudo, das nossas vergonhas. Eles são aquilo através do qual o normal se revela aquele que se encontra conforme em todos os aspetos com as expectativas da sociedade, aquele que responde, pois, aos códigos em vigor sem se afastar da regra⁸,

*Resta-nos, pois, definir este ser normal*⁹ (parte 1), o que farei a partir de qualidades absolutamente indispensáveis a todo o ser humano que se considere integrado numa sociedade ocidental contemporânea, isto é, todo o ser que pretenda ser considerado como pertencendo à condição humana¹⁰.

7. Serie de álbuns ilustrados por Pef.

8. Não referimos aqui o inexistente, que é de tal forma inexistente que não é objeto de nenhuma atenção, nem mesmo por parte do sociólogo (Châtel, 2007).

9. Tomarei aqui como referência a sociedade ocidental contemporânea.

10. Esta lista, não exaustiva, não constitui a base sociológica habitual da identidade social, base preferencialmente virada para as pertenças e os papéis desempenhados pelo indivíduo. Vamos apoiar-nos aqui nas qualidades exigidas ao indivíduo, não para reduzir a identidade aos valores da sociedade contemporânea, mas para alcançar as possíveis implicações dessas exigências sociais sobre a identidade.

Primeira qualidade deste ser: é feliz. Qualidade essencial, leia-se mesmo principal, que responde ao que Pascal Bruckner chamou de “o novo estupefaciente coletivo”. O dever de ser feliz constitui de facto, segundo este ensaísta, o imperativo da ideologia atual, que consiste em tudo medir sob o ângulo da felicidade, do prazer e, portanto, também do desprazer; e, por isso, consiste em culpabilizar todos aqueles e aquelas que, por múltiplas razões, não se inscrevam neste esquema hedonista (Bruckner, 2002).

Segunda qualidade deste ser: é competitivo, concorrencial, rentável, móvel. É inútil insistirmos nesta dimensão. Análises e outros estudos de especialistas inundam literalmente os meios de comunicação. Notemos que, neste registo, sem dúvida para melhor motivar os seus funcionários e talvez com um espírito de licitação para desenvolver o espírito competitivo interno, algumas empresas, depois de terem desenvolvido atividades teatrais ou outras universidades de verão, passam a pagar as “boas ideias” dos seus empregados.

Terceira qualidade deste ser: é um consumidor. Foi por esta razão que o Presidente Diretor-Geral da Walmart, pouco suscetível a simpatias sociais, apelou no entanto, em 2005, a um aumento do salário mínimo nos Estados Unidos, sob pretexto de que os 150 milhões de clientes que todas as semanas cruzam os corredores dos supermercados tinham, e cito, “dificuldade em equilibrar o seu orçamento”¹¹, retomando assim a intuição do construtor Ford, que tinha aumentado o salário dos seus operários um dólar por hora para que eles comprassem as suas viaturas. O consumo dos lares permanece, aliás, um dos critérios económicos mais escrutinado pelos analistas políticos (e mesmo no virar do século XXI, parece emergir uma tímida rebelião face a este universo consumista).

E, *last but not least*: é um ser egoísta. Não há nenhuma necessidade de desenvolvimento neste caso. O enfoque sobre os bens materiais tende a fazer esquecer que o homem só existe porque se encontra entre os outros homens e a fechá-lo em si mesmo, a isolá-lo, a desconectá-lo das exigências sociais; daí a preocupação com o viver em comunidade. Alguns exemplos testemunham este enfoque sobre si e sobre o seu bem-estar, como é o caso dos efeitos sociais da canícula em França em 2003. As análises feitas a partir do questionário europeu sobre os valores evocam assim o egoísmo moral dos jovens, pouco preocupados com as questões

11. Anúncio de 26 de outubro de 2005. Publicado no *Libération*, quinta-feira, 27 de outubro de 2005.

do melhoramento das condições de vida das categorias mais desfavorecidas ou com o envolvimento político e crítico (Galland & Roudet, 2005). Robert D. Putman assinala, para os Estados Unidos, a erosão do laço social a partir do enfraquecimento do capital social definido pelas redes sociais, bem como das normas de reciprocidade e confiança (Putman, 2000: 19)¹².

Que dizer da identidade do cidadão neste mundo de felicidade, da competitividade, “do mercantilismo totalitário”¹³ e do egoísmo? Um indivíduo autorrealizado. Quer dizer, um indivíduo unicamente preocupado consigo próprio, que assim esqueceu, diria Alexis de Tocqueville, “o problema de pensar” e a ideia “que vale a pena viver”. Quer dizer, um indivíduo cujo medo de sacrificar alguma parte do seu bem-estar face à preocupação com o Outro constitui uma porta aberta aos excessos, como aqueles que semearam a história do século XX. Quer dizer, ainda, um indivíduo preocupado com os prazeres materiais, com fazer fortuna, adquirir novos bens, ter êxito profissional, económica e simbolicamente, mas esquecido de permanecer senhor de si mesmo (Tocqueville, 1981: 385). Com a autorrealização desaparece simplesmente a liberdade (Châtel, 2008).

Embora alguns sociólogos (ou outros especialistas em ciências humanas) tenham evocado o sofrimento, principalmente o sofrimento no trabalho ou a desfiliação, raros são os que se interessaram pela significação desta identidade, centrada em torno destas diferentes qualidades. Com frequência os sociólogos evocam a identidade plural como uma espécie de carapaça situacional. Por outras palavras, dependendo das situações encontradas, o ser humano sairia da sua carapaça mágica, da armadura adaptada. No campo de golfe, aplica-se tal composição com um ou outro estigma. No seio da família, uma outra composição com as posturas adaptadas. No trabalho, ainda outra composição. Por vezes, é certo, esta construção complexifica-se com a ideia de dissonâncias identitárias, uma forma bonita de referir as desadequações que existem entre as diferentes pertencas sociais do ser humano, estando a mais evidente ligada à mobilidade social (vindo de um meio social pobre, acedendo a um meio confortável,

12. “[...] social capital refers to connections among individuals – social networks and the norms of reciprocity and trustworthiness that arise from them” (Putman, 2000: 19).

13. Com referência à célebre escultura intitulada “Retábulo da Abundância Ocidental e do Mercantilismo Totalitário”, de Jean Tinguely, exposta no Espace Jean Tinguely – Niky de Saint Phalle em Friburgo (Suíça). Escultura realizada para a retrospectiva de Moscovo em 1990.

o fosso social cria uma dissonância, uma espécie de mal-estar identitário, aquilo que Annie Ernaux (1983) colocou bem em evidência nos seus primeiros romances, e que Vincent de Gaulejac (1987) chama de “nevrose de classe”). Mas, quase sempre, talvez num sobressalto de simplificação matemática, o sociólogo não encara senão uma identidade imediatamente (ou quase imediatamente) perceptível. Uma espécie de *tangram*. Dito de outra maneira, com as mesmas componentes constitui-se uma silhueta identitária que é diferente segundo as áreas situacionais¹⁴. Uma complexidade simples, de alguma forma. *Dizer eu*, neste contexto, tornar-se-á uma espécie de resolução puramente geométrica, desaguando numa das figuras impostas, com o agenciamento a determinar então uma das faces possíveis de um e só indivíduo.

Mas reduzir a identidade a este agenciamento não será operar uma dupla negação?

Em primeiro lugar, não será isto negar a história deste agenciamento, quer dizer, os encadeamentos de experiências que conduziram a este agenciamento particular, neste momento particular? Acasos da vida ou finalidades precisas de uma História que está para além de nós? Em *Souvenirs et rencontres*, Stefan Zweig evoca o seu encontro com a obra do poeta belga Émile Verhaeren inicialmente como um acaso, para de seguida o considerar um momento decisivo. “A obra de Verhaeren em boa hora me caiu nas mãos. Como por acaso, pensei eu imediatamente. Mas sei, desde há muito tempo, que devo este encontro a um destes acasos que nos momentos decisivos da vida de um homem respondem a necessidades reais e talvez mesmo inatas” (Zweig, 1951: 11).

Uma trajetória social é feita de encontros, de ilusões, de desilusões, de sofrimentos e de alegrias, de lágrimas e de risos. Mas sobretudo é feita da receção dos encontros e dos acasos. Ser ou não recetivo a estes acasos, que vão ser, afinal, determinantes na vida de um homem. É evidente que a sociologia não nega a importância destes acontecimentos. Simplesmente, ela identifica-os no Tempo e fixa-os aí, de certa forma. Mas, num tal dispositivo, como dar lugar à faísca que vai iniciar as ações, as experiências, as paixões, as escolhas futuras? Como dar lugar a um acontecimento?

14. As componentes do *Tangram* são cinco triângulos (dois grandes, um médio, dois pequenos), um quadrado e um losango. A recomposição de uma silhueta dada a partir destas sete formas impostas não é talvez tão simples como pareça *a priori*, mas ela não é impossível.

Como dar lugar ao *reagenciamento* identitário que um evento inicia? Não esqueçamos que “é sempre um ser humano singular que enfrenta aquilo que todos os homens fizeram e suportaram, que a isso se deve adaptar e esforçar-se por aí inscrever a sua própria ação” (Arendt, 1990: 77).

Em segundo lugar, não será negar também a dependência face ao Outro? A sociologia fala muito de competências, de apoios, de recursos ou de capitais... para interpretar a capacidade dos indivíduos de serem “senhores” do seu futuro. Uma série de elementos identitários muitas vezes relacionados com os papéis, com as posturas. E, na sua notável análise sobre a vulnerabilidade, Robert Castel evoca, com rigor e interesse, a desigualdade entre os indivíduos em termos de suportes (de competências, recursos ou capitais), de que os desagregados seriam os representantes mais ilustres (Castel, 2003). Mas, se estes membros da sociedade, não afiliados, excluídos incluídos, assistidos socialmente ou trabalhadores pobres, itinerantes, constituem o objeto da atenção sociológica – por serem objeto da atenção política –, não escapará uma parte da população a essas categorizações de identidades diminuídas, sem que por isso se inscreva plenamente na ideologia da autorrealização previamente evocada?

E revela-se aqui uma falha na análise sociológica ou, pelo menos, um buraco negro da análise sociológica, na ausência da tomada em consideração daqueles que estão integrados, a quem a sociologia atribui uma identidade positiva, mas que, afinal, são vulneráveis. Vulneráveis não porque são seres mortais (como todo o ser vivo), mas porque há uma inadaptação face aos valores dominantes da sociedade contemporânea. Como aquele bom dr. Romand, de alguma forma. Podemos efetivamente dizer sempre que o bom dr. Romand era um doente, doente devido à sua infância, doente pela sua vida e, a esse título, o seu caso remete para a psiquiatria. Mas não poderemos modificar o olhar e virarmo-nos para a sua fraude para fazermos dela o aspeto revelador do que poderia ser a identidade?

Uma falha na composição (parte 2), ou quando a identidade observada não é mais que um véu pudico sobre profundas falhas, sem necessariamente remeter para dissonâncias identitárias identificáveis. Dito de outra forma, quando a identidade que se vê não é mais que um véu pudico sobre uma identidade desvalorizada, não conforme...

Os estudos sobre o sofrimento no trabalho revelaram uma primeira, mas não menos enorme, mistificação do mundo ocidental contemporâneo. A frase “tudo vai bem no melhor dos mundos” já não convence. De facto,

estes estudos revelam uma espécie de inadaptação, cuja responsabilidade é imediatamente rejeitada sobre o indivíduo, de um certo número de membros “integrados” na sociedade às exigências desta, nomeadamente na sua componente trabalho (que constitui uma parte importante, senão a mais importante, da vida humana). Os suicídios no trabalho são disso um indicador extremo.

Mas a vida social não se limita à componente trabalho, mesmo se a tendência atual obriga a que seja considerada como sobre determinante. Encosta íngreme em que se precipitou o mundo contemporâneo, fez-se do mundo do trabalho o único referente possível da vida social. “Não se encontrará perigo no facto de o apelo à responsabilidade individual constituir um subtil embuste da ideologia produtivista, em particular quando este apelo vem acompanhado pelo pedido de adesão a valores da empresa definidos pelo topo?”, como escrevia Paul Ricœur a propósito desta orientação (Ricœur, 1991: 262). No mundo contemporâneo, a empresa tornou-se não somente aquela que dá ordem à sociedade, mas também aquela que dá a identidade aos membros da sociedade. Ora, as finalidades da empresa e as finalidades da pessoa humana não coincidem, mesmo quando a pessoa encontra no trabalho as chaves da sua realização, porque, muito simplesmente, as chaves dessa realização não se decifram através do único prisma do trabalho, mas também através da composição original na qual se inscreve este valor trabalho. O facto de ele ser sobredeterminante não altera nada.

O espaço do trabalho não constitui a única pétala na qual vive o indivíduo. No mínimo, ele veio de uma família (de que pode ser o único sobrevivente), foi à escola, tem vizinhos (mais ou menos afastados) e trabalha numa empresa (ou numa instituição)... Mas o seu projeto de realização, mesmo no caso de ele estar irremediavelmente ligado à empresa, só pode ser lido com referência à sua vivência: passada, presente e futura. Desde logo, a identidade não é redutível ao agenciamento efetuado entre as diferentes pertenças – mesmo se estas dão a imagem de uma sobredeterminação de uma dessas pétalas face às outras –, assim como não é redutível a esses traços visíveis da vida de pai, de marido, de trabalhador, de desportista que, por sua vez, compõem as pétalas da pertença. Nenhuma pessoa se exprime (nem se apercebe) numa situação qualquer, num absoluto imediato e numa absoluta totalidade, ainda que, através da passagem do Tempo, se desenhem invariantes. Essas invariantes dão sentido à ideia de compromisso, mas não são suficientes para referir a *identidade*.

Dizer *eu*, neste sentido, já não basta para estabelecer a correlação entre o “*eu* vivido e ancorado” e o “*eu* apercebido”, entre o “*eu* vivido” e o “*eu* identificado”. A minha proposta é dar um lugar a este *eu* vivido e ancorado; dito de outro modo, a este *eu* que se reivindica, pois, como sujeito responsável por ter um lugar na apreensão da identidade – aquilo a que Paul Ricœur chama o *ipse*, quer dizer, um si-mesmo, que se atesta na necessidade de responder à confiança do Outro, na conservação de si (para além das vicissitudes da vida), e que é diferente do *idem*, entendido como permanência (do carácter, dos hábitos, etc.) (Ricœur, 1987: 66). Ao sujeito que se erige “como instância de fundação última”, Paul Ricœur opõe o *Selbst*, cujo “carácter reflexivo exclui o imediatismo intuitivo e requer antes a longa passagem pelas objetivações que dizem respeito à língua, à ação, ao discurso, aos determinantes éticos colocados sob os predicados do bom, do justo, do obrigatório” (Ricœur, 2008: 143).

Sociologicamente, encontramos em Émile Durkheim a primeira distinção entre o indivíduo e a pessoa, na qual a pessoa inscreve o *Eu* na inter-relação; o *Eu* remete para o *ipse*, para esse sujeito capaz da imputação, em que *dizer eu* implica um envolvimento, uma responsabilidade face ao outro, porque prometemos sempre a alguém, porque é sempre perante o outro que prometemos, que nos comprometemos. Limitar-nos-emos a recordar que “a ipseidade de si mesmo implica a alteridade num grau tão íntimo que não se consegue pensar um sem o outro [...]; por outras palavras, limitar-nos-emos a recordar que a identidade não se pode apreender sem uma relação com o Outro. O *si próprio como um outro* e, mais seguramente ainda, o *si próprio enquanto [...] outro*” (Ricœur, 1990: 14).

O registo da promessa é a solução para a imprevisibilidade do agir (que corresponde mais simplesmente à chave de leitura privilegiada da sociologia com a ideia de probabilidade dos comportamentos, baseada numa certa fiabilidade dos sistemas tanto individuais como coletivos). E prometer, para o ser humano, é muito simplesmente passar do ator capaz ao sujeito capaz de se manter responsável pelos seus atos. O *Eu* só se designa como o sujeito ator, “sujeito de discurso, de ação, de descrição, de compromisso ético”, desde que seja *ipse* (Ricœur, 1990: 387). O “*eu* ancorado” que se revela então é a marca de autenticidade, da responsabilidade de *dizer eu*. Uma palavra dada, uma palavra recebida que compromete... e que implica a coerência, a estima de si... Como dizer *eu* inscrevendo a capacidade para agir, contar, dizer, não somente no concreto dos atos e interações quotidianas (com o

seu lote de conformidade, de definição pré-estabelecida, de expectativa de comportamentos), mas também na ética do envolvimento, portanto, na manutenção de si, manutenção de uma identidade, manutenção de uma coerência? E mesmo quando o sujeito é confrontado com uma infinidade de modelos, pertencendo ele a diferentes pétalas e assumindo assim mais ou menos em simultâneo diversos papéis sociais. *Eu faço isto* não é um simples ato, uma simples proposta de fazer algo; é já um envolvimento. *Eu*, quer dizer, eu e ninguém mais, comprometo-me a fazer o que acabo de dizer. É o reino da responsabilidade, uma responsabilidade que se tem face ao Outro, que é também reconhecimento. Não fazer o contrário do que se disse que se ia fazer, não trair a confiança que se imprime na linguagem, cumprir a promessa feita. *Dizer eu*, neste sentido, obriga.

Voltemos ao nosso bom dr. Romand de quem ninguém, em 17 anos, suspeitou dos falsos escritos, nem da máscara. De facto, o dr. Romand ilustra a dificuldade encontrada face aos enigmas da vida contemporânea, às pressões da sociedade de consumo que canalizam o ser para um turbilhão infinito de desejos e paixões que destroem toda a suspensão do Tempo e assim toda a possibilidade crítica. E atesta a pertinência da análise de Howard Becker sobre o compromisso ou a de Paul Ricœur sobre a subsistência de si.

Envolvido desde o início numa *impostura* identitária, ele não conseguiu fazer marcha-atrás (não conseguiu muito simplesmente desmentir). O seu drama não é que o *eu* na posição de “eu sou médico, marido, pai” só implique e só ateste precisamente os mecanismos de conformidade com a imagem social de um bom médico, de um bom marido, de um bom pai, com a sua identidade comprometida e atribuída. Ele demonstra uma invariante relacional. Mas não informa nem responde à identidade do *quem*, na pergunta *quem sou eu?* Quem é o bom dr. Romand? Quem é o bom marido Jean-Claude Romand? Quem é o bom pai Jean-Claude Romand?, etc. Falta a assinatura que autentifica e valida a *intenção de*. Princípio do sujeito responsável que, à pergunta “Onde estás tu?”, responde “Eis-me aqui, ética!” (Ricœur, 1990: 195). O drama do bom dr. Romand é, provavelmente, a inconsequência da sociedade contemporânea que substituiu o sujeito autónomo e responsável pelo indivíduo autorrealizado (porque se inscreve no imediatismo da relação e da sua versatilidade, porque se inscreve no imediatismo da concretização do desejo e da sua insaciabilidade...) que agita ou anula a própria possibilidade de dizer “*eu posso*” e rejeita o ato ético.

E, finalmente, não constituirá este drama senão a ponta do icebergue no nosso mundo de boas condutas? A necessidade de ser feliz, competitivo, eficiente, realizado... conduz não somente a uma culpabilidade sem limites todos aqueles que não são nem felizes, nem competitivos, nem eficientes..., mas, sobretudo, a uma cultura da impostura, ao destino certamente menos trágico, mas que paralisa a ideia de comprometimento e de subsistência de si. Deste modo, a autobiografia *Love and Consequences: A memoir of hope and survival*, de Margaret B. Jones (2008), ainda que elogiada pelos críticos, constitui afinal um romance bem documentado sobre as condições de vida nos bairros pobres de Los Angeles no meio de gangues, da droga... Ou ainda a autobiografia de Misha Defonseca, *Survivre avec les loups*, testemunho da sobrevivência de uma jovem judia durante a Segunda Guerra Mundial, que é pura invenção (Defonseca, 1997). Estas imposturas revelam, para além da mistura dos géneros e a vontade de atrair a compaixão, a impossível correspondência entre o percebido (o dado a ver) e o vivido. Elas revelam a ficção que se apoderou do mundo contemporâneo. Vida virtual no *Facebook*, autobiografia virtual nas livrarias, comunicação virtual na Internet: tudo para corresponder a um esquema altamente patogénico que conduz a uma identidade truncada porque não realiza já esta dupla relação sugerida por Paul Ricoeur que “faz com que se mantenham juntas as duas pontas da corrente: a permanência do carácter no tempo e a conservação de si” (Ricoeur, 1990: 196)¹⁵.

O drama do bom dr. Romand não será também, de alguma forma, o drama das nossas sociedades – de só se apoiarem em ficções: a da conformidade aos *idem*, a do “eu identificado” sem mesmo se interessarem por captar o “eu vivido”, o *eu* ancorado numa história mediada pela promessa, pelo envolvimento? E desta orientação nasce uma impossível, talvez improvável, percepção daquelas e daqueles que, na aparência integrados (com um trabalho, um carro, uma casa, filhos, férias de verão ao sol e de inverno na neve, um computador, um telemóvel, uma ligação de alta velocidade à Internet, um *powerbook*...), não conseguem simplesmente responder

15. É de assinalar que esta anotação de Paul Ricoeur se aplica à nossa reflexão: “não é de duvidar que o ‘Eis-me aqui!’, através do qual a pessoa se reconhece *sujeito de imputação*, marca um ponto de ruptura com a errância a que pode conduzir o confronto de si mesmo com uma multitude de modelos de ação e de vida, indo alguns até ao ponto de paralisar a capacidade de envolvimento firme” (*Ibid.*: 197).

ou inscrever-se nas exigências da sociedade contemporânea. São mal-integrados porque estão em perfeita dissonância com estas exigências. Mal-integrados, apesar da aparência de convivialidade, de alegria, de responsabilidade, de civismo, de sucesso. Mal-integrados, apesar de uma imagem positiva (bom pai, bom marido, bom médico, bom esquiador, bom vizinho, bom filho...). Por trás da máscara encontra-se uma profunda e, em alguns casos, talvez uma irremediável rutura.

Dizer eu pressupõe mais do que uma simples inscrição num registo, mais do que uma simples invariância. *Dizer eu*, expressão da capacidade do locutor para se designar como responsável pelos atos que pratica, pressupõe, pois, mais do que uma simples inscrição num contexto de interação social. *Dizer eu* pressupõe o encontro, não somente com um *Tu*, mas também com uma multitude de modelos de ação mais ou menos fictícios, mais ou menos contraditórios (que agitam a própria possibilidade de *dizer eu*). *Dizer eu* pressupõe, pois, um encontro que não pode ser completamente fictício e no qual o *Eu* aparece. O *eu* pode ser médico, bom pai, bom marido, bom esquiador, etc. Mas serei eu *Eu*?

Para concluir

Como sugeriram os organizadores do evento que está na base da produção deste livro, a partir de agora a identidade já não se apreende na sua unicidade, mas, pelo contrário, através do prisma de uma tensão contínua entre as suas diferentes componentes. Uma dessas componentes não poderá ser lida sem as ressonâncias que tem sobre as outras, mas também sem a decodificação das ressonâncias que as outras componentes provocam. É um jogo incessante de ecos que o sociólogo deve decodificar. Como num jogo entre sonho e pesadelo. Sonho, porque tudo se complexifica. Pesadelo porque, sendo complexa, a identidade torna-se, por esse facto, inalcançável. Este jogo de ressonâncias desafia o sociólogo.

Quer isto dizer que os sociólogos não podem alcançar senão uma pequena parcela, um contorno ténue das relações? E poderão mesmo fazê-lo? Não será necessário admitir a incapacidade de alcançar o conhecimento sobre esta noção de identidade e desde logo admitir “examinar a questão da identidade sob o ângulo da sua não possibilidade em se inscrever, integralmente, numa situação dada”?

Foi esta a hipótese que procurei, incompleta e desajeitadamente, abordar, elaborando algumas pistas de reflexão. Ao mesmo tempo, será que esta necessária *reconstrução* do conceito de identidade não sugere um outro questionamento, este relativo à sociologia e à sua obsessão em contar, codificar e comparar, obsessão que a leva por vezes a esquecer as próprias chaves da sua disciplina: a da relação com o Outro? Aqui privilegiemos esta aproximação original. O *Eu* não existe sem um *Tu* e, mais ainda, o *Eu* não existe sem um *Nós*. E o *Eu* não existe sem um envolvimento – um envolvimento que não se pode fazer senão face ao Outro. Constitui, para retomar Martin Buber, o *Eu do diálogo crítico infinito*, o *Eu* que vive na relação com os outros homens e não o *Eu* que vive na aparente relação com os outros, preocupado somente com aquilo que lhe diz respeito: a sua atividade, os seus bens, talvez a sua família (Buber, 1969: 96-103), numa inversão da própria lógica muito contemporânea da emergência. Emergência significa esta submissão ao imediatismo, ao movimento, ao nomadismo, à versatilidade das relações sociais que rompe, pois, com o diálogo crítico, com o envolvimento, com a persistência de si (no tempo). Mas poderá a convivência ser acompanhada de erros e renúncias, passagens (sem a persistência de si) de uma identidade a outra? Um dia médico, amanhã falso médico – e depois de amanhã?

Postulando esta interatividade permanente entre *Eu*, *Tu* e as coisas da vida, como uma obra, uma luz, uma criança que chora..., a atenção incide sobre o que se esconde por trás da face e visa esquecer a intenção generosa das categorizações para procurar o *ipse*. Se a identidade não se revela no seu completo imediatismo, não será porque, muito simplesmente, a história de um homem é uma sobreposição da história dos outros homens?

Postulando esta interatividade permanente entre *Eu* e *Tu*, entre *Eu* e os Outros, entre *Eu* e *Nós*, e aceitando a ideia de identidade como uma criação constante, uma relação ou um princípio transversal¹⁶, não se trata de dar lugar à rejeição, destruindo, mais ou menos, todo o corpus sociológico; trata-se muito simplesmente de se estar atento ao que se esconde por trás dos *slogans* do mundo contemporâneo: ser feliz, ir em frente, consumir, mexer, respirar...

16. Os escritores interessam-se também bastante pelo conceito de identidade. Notemos precisamente a análise do romancista Édouard Glissant (2004), que desenvolve a ideia de identidade-relação, ou a do poeta palestino Mahmoud Darwish (2006), que fala da identidade como uma criação constante.

Não se reduzindo a questão identitária à questão psicanalítica, uma vez que ela não é redutível ao processo crescente do individualismo, mergulha-nos, apesar de tudo, nos meandros da vida social, confrontada com uma desmultiplicação dos conflitos de interesse, de lugares sociais, de crenças. Apoiada sobre o passado, inscrita no presente, mas impressa no futuro, a identidade “transversa” é reveladora da falência ética do mundo contemporâneo centrado no *eu* ajustado a clichês, mas esquecido do *eu* (ético) que se alimenta do passado e se envolve face ao Outro, comprometendo-se para o futuro, esquecido pois da vida em conjunto. Não deveria a identidade ser então compreendida como uma espécie de vaivém entre passado, presente e futuro, dito de outra forma, como sugere Paul Ricœur, entre memória e promessa?

Bibliografia

- ARENDT, H. (1990). *La Nature du totalitarisme*. Paris, Éditions Payot.
- BARICCO, A. (2003). *Océan mer*. Paris, Éditions Folio Gallimard, 1.^a edição (1993): *Oceano mare*. Milão, RCS Rizzoli Libri S.p.A.
- BRUCKNER, Pascal (2002). *L'Euphorie perpétuelle. Essai sur le devoir de bonheur*. Paris, Éditions Le livre de poche. 1.^a edição (2000), Éditions Grasset et Fasquelle.
- BUBER, M. (1969). *Je et Tu*. Paris, Éditions Aubier.
- CASTEL, R. (2003). Des individus sans supports. In V. Châtel & M. H. Soulet (ed.). *Agir en situation de vulnérabilité*. Québec, Les Presses de l'Université Laval.
- CHÂTEL, V. (2008). Au-delà de la vulnérabilité sociale, la vulnérabilité symbolique. In V. Châtel & S. Roy. *Penser la vulnérabilité. Visages de la fragilisation du social*. Montréal, Presses de l'Université du Québec.
- CHÂTEL, V. (dir.) (2007). *L'Inexistence sociale. Essais sur le déni de l'Autre*. Fribourg, Academic Press Fribourg.
- CHÂTEL, V. (2002). *Réflexions sur la responsabilité. Essai sur la violence et les jeunes*. Fribourg, Éditions Universitaires Fribourg.
- DARWICH, M. (2006). Árabes e muçulmanos têm a impressão de estar a ser empurrados para fora da História. *Le Monde*, recolhido por Sylvain Cypel, 12 fevereiro.
- DEFONSECA, Misha (1997). *Misha: a mémoire of the Holocaust years*. Bluebell, Mt Ivy Press. Trad. francesa: *Survivre avec les loups. De la Belgique à l'Ukraine à travers l'Europe nazie, 1941-1944*. Paris, Éditions Robert Laffont.
- ERNAUX, A. (1983). *La Place*. Paris, Éditions Gallimard.

- FERRIER, Pierre-Élie (1980). *La Belle lisse poire du Prince de Motordu*. Paris, Éditions Gallimard.
- GALLAND, O., & Roudet O. (2005). *Les Jeunes Européens et leurs valeurs*. Paris, Éditions La Découverte.
- GAULEJAC, V. de (1987). *La Névrose de classe. Trajectoire sociale et conflits d'identité*. Paris, Éditions Hommes et Groupes.
- GLISSANT, É. (2004). A criolização do mundo é irreversível. *Le Monde*, 31 dezembro.
- HATZFELD, J. (2003). *Une Saison de machettes. Récits*. Paris, Éditions du Seuil.
- JONES, Margaret B. (2008). *Love and Consequences: A memoir of hope and survival*, New York, Riverhead Books.
- LEVI, P. (1998). *Conversations et entretiens*. Paris, Éditions Robert Laffont. (Entrevista intitulada “Compreender e fazer compreender”, realizada por Milvia Spadi para o *Westdeutscher Rundfunk* em setembro de 2006.)
- PONTI, Cl. (1991). *Blaise et la tempétueuse bouchée*. Paris, Éditions de L'École des loisirs.
- PUTNAM, Robert D. (2000). *Bowling Alone. The collapse and revival of American community*. New York, Simon and Schuster Publications.
- RICCEUR, P. (1990 [2008]). L'Interprétation de soi. (Alocução pronunciada em Heidelberg em janeiro), in *Cités*, n.º 33.
- RICCEUR, P. (1991). Postface. In F. Lenoir. *Le Temps de la responsabilité. Entretiens sur l'éthique*. Paris, Éditions Fayard.
- RICCEUR, P. (1987). Individu et identité personnelle. In P. Veyne et al., *Sur l'individu*. Paris, Éditions du Seuil.
- RICCEUR, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Paris, Éditions du Seuil.
- SCHNAPPER, D. (1998). *La Relation à l'Autre. Au cœur de la pensée sociologique*. Paris, Éditions Nrf Gallimard.
- SINGLY, F. de (2003). *Les Uns avec les autres. Quand l'individualisme crée du lien*. Paris, Éditions Armand Colin.
- TOCQUEVILLE, A. de (1981). *De la démocratie en Amérique*, vol. 2. Paris, Éditions Garnier Flammarion.
- ZWEIG, Stefan (1951). *Souvenirs et rencontres*. Paris, Éditions Grasset.

ENTRE OPACIDADE E PUBLICIZAÇÃO: A GESTÃO DE REGIMES DE AÇÃO PLURAIS

Cristina Albuquerque*

No âmago das discussões atuais sobre a construção da ação e o estatuto do sujeito – espartilhadas em concepções opostas ou buscando conceptualizar vias de compromisso e/ou de superação –, encontra-se a reflexão sobre o processo de construção, ou reconstrução, normativa e identitária.

A Modernidade como “rutura inaugural”, para utilizarmos uma expressão de André Breton (1971), emerge como o triunfo da razão sobre a autoridade. Pretendeu instituir uma sociedade autorreferenciada, isto é, reportando-se a normas e valores que ela própria produz, sob a desagregação de origens e fundamentos metassociais. As aspirações modernas de Ordem e Verdade, superando todo o particularismo e fazendo emergir um sujeito de contornos onnipotentes e uma sociedade reconciliada consigo própria, vão, porém, progressivamente cedendo lugar à afirmação da refutabilidade, da subjetividade e do pluralismo. Deste modo, renovam-se hoje, num contexto sócio-político-intelectual em mutação, as referências ao particular e ao universal, reconceptualizados, e sobretudo a lógica da sua articulação e significado.

Na verdade, talvez a característica mais evidente da epistemologia atual seja a pluralidade de focalizações e de referências teórico-metodológicas, posicionando no primeiro plano da agenda política e científica as diversas vias de compreensão do sentido da ação e do espaço público.

Com efeito, no pensamento contemporâneo as diversas abordagens teóricas e tendências normativas procuraram legitimar como fundamentos da ação, quer o universalismo, quer o particularismo.

* CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

No primeiro caso, o universal é referenciado a uma qualquer condição apriorística, independente de uma construção social necessariamente influenciada por determinantes contextuais e acionais específicos. A concepção habermasiana de “situação ideal de elocução”, uma espécie de *utopia ex-ante*, é exemplificativa desta abordagem (Habermas, 1987). Nesta perspetiva, com a comunicação implícita *a priori*, numa “situação comunicacional ideal”, um pacto social constituir-se-ia como último fundamento da obrigação, legitimada por um conjunto de garantias processuais reconhecidas e partilhadas.

No polo oposto, determinadas abordagens centram-se na defesa de um particularismo e relativismo radicais, potencialmente fragmentadores e dissonantes. Porém, se a proposição de que a validação de uma qualquer asserção depende do contexto nos parece indesmentível, também é certo que tal validação necessita de uma referência a padrões universais que lhe forneçam coerência e plausibilidade.

Uma terceira via é, pois, possível e desejável.

A consideração de que os valores podem advir da própria ação é um dado extremamente importante no debate atual no quadro das ciências sociais e humanas, abrindo vias renovadas para a compreensão do agir e da identidade dos sujeitos e dos grupos. Como afirma Olgierd Kutty, “os homens não se limitam somente a compromissos de interesses: os seus acordos decorrem também de uma negociação sobre os valores” (1998: 11). Com efeito, a partir do momento em que deixam de ser considerados transcendentais, os valores não se impõem como evidentes e autojustificados, mas sobretudo como produtos de processos de deliberação, face a um conjunto diversificado de situações e de interações.

Nesta ótica, a dinâmica deliberativa visa dar um sentido à ação e pressupõe que os agentes reconstróem continuamente uma distância por referência ao contexto e a si próprios, já que as situações jamais são passíveis de uma codificação e previsibilidade totais.

A partir de uma construção, sempre aberta, conjugando elementos variados, o agente conquista a sua própria unidade e coerência dos seus esquemas de ação. Neste sentido, a ideia de uma ação individual é paradoxal, já que esta só existe verdadeiramente na medida em que é reconhecida e partilhada pelos outros.

Assim sendo, falar de difração normativa e de identidades transversas é, a montante, situar a discussão na problemática da ação e do

reconhecimento. A centralidade desta temática, sobretudo após a década de setenta do século XX, traduz, na verdade, uma leitura do mundo e das ações dos homens essencialmente diferente. Uma tal viragem epistemológica decorre sobretudo da rutura com uma conceção de pseudo-homogeneidade normativa e afirma a possibilidade, para mundos de alguma forma transversos, de conquistar uma legitimidade oficial pelo reconhecimento da pluralidade de normas de referência e dos processos de mobilização destas normas na ação. Por outro lado, a desagregação do consenso em torno das pretensões dogmáticas da razão e a consequente superação crítica da univocidade em proveito de conceções complexas e sincréticas permitem-nos também questionar as abordagens que consideram o indivíduo, a sua experiência e a sua intencionalidade, como as únicas fontes de um qualquer processo de significação.

Os quadros de ação são, assim, pensados de uma forma articulada e transversal e não de maneira justaposta. Deste modo, o mundo constitui-se como um espaço construído na relação com os outros, onde o aqui e o agora são mobilizados e reconstituídos, em consonância com referências partilhadas e com temporalidades diferenciadas.

A admissibilidade da existência de uma pluralidade de valores e de normas não basta, no entanto, para ponderar as formas de concomitância ou de coordenação, mais ou menos pacífica ou conflitual entre elas.

A conceção wittgensteiniana de gramática (Wittgenstein, 1987) parece-nos ter a este nível potencialidades heurísticas, já que permite superar a noção tradicional de racionalidade baseada em regras e critérios rígidos e constrangedores. A ideia de “jogos de linguagem” permite, com efeito, colocar em evidência a heterogeneidade das regras, o carácter instrumental do seu funcionamento e o espaço de contingência onde as próprias regras do jogo são jogadas. Deste modo, para além da especificação das normas constitutivas de um “jogo interativo”, parece-nos ser também importante, numa reflexão mais profunda sobre os mecanismos acionais, a compreensão de como é que tais regras se tornam possíveis e são mobilizadas. Como afirma Ernesto Laclau (2000), trata-se de distinguir a gramática, de carácter ôntico, da lógica social, de carácter ontológico. A este nível, uma questão se evidencia: a (co)existência de lógicas, pelo menos aparentemente contraditórias, poderá ser, em determinadas circunstâncias, a condição lógica para que a própria sociedade no seu conjunto não seja paradoxal (Laclau, 2000)?

Uma ponderação analítica da nossa contemporaneidade e dos antagonismos que necessariamente se encontram subjacentes aos espaços sociais remete-nos para uma reflexão sobre a tensão entre lógicas e dinâmicas de diferenciação e de indiferenciação. Com efeito, se nos centrarmos numa discussão sobre as identidades transversas e os comportamentos escondidos, temos de evidenciar as lógicas de gestão da diferença e o estabelecimento de fronteiras, sempre contingente, entre transparência e opacidade.

O processo de gestão da diferença, quer estejamos a falar de identidades (individuais ou grupais), quer de vivências socioculturais, é complexo e dinâmico. Inúmeros estudos têm demonstrado que a reivindicação de incomparabilidade e de singularidade concorre, em muitas situações, com a busca de semelhança, de pertença, de comparabilidade e de conformidade.

A construção identitária pressupõe, na verdade, uma dialética entre um processo de diferenciação e de similaridade (Vala, 1996). As duas lógicas não se anulam mutuamente, mas articulam-se dando forma a um dispositivo de “subversão” recíproca. “Tudo se passa como se cada uma das duas lógicas inconciliáveis implicasse uma realização plena e inteira rejeitada pela outra e como se esta rejeição conduzisse a um conjunto coerente de efeitos subversivos sobre a estrutura interna de ambas” (Laclau, 2000).

Assim sendo, a defesa unívoca de uma conceção homogeneizante ou de uma conceção particularista e de pura diferenciação não é, nem de um ponto de vista lógico, nem de um ponto de vista sociológico, admissível. E isto por um conjunto de razões:

- a) a identidade constrói-se e reconstrói-se no quadro de um conjunto de relações contextuais complexas. Tais relações pressupõem e confirmam uma panóplia de critérios e princípios que ultrapassam o imediato e o particular. Evidencia-se, pois, o paradoxo subjacente à proclamação do particular *per se*: a defesa do singular pressupõe a invocação de razões universais. As reivindicações assentes num conjunto de direitos partilhados preconizam não somente a defesa da diferença, mas também o reconhecimento de equivalências e igualdade. Como evidencia Ernesto Laclau, “uma identidade estritamente diferencial a respeito de outros grupos deve apresentar a identidade do outro ao mesmo tempo que a

sua e, portanto, não pode avançar na reivindicação de identidade em relação a esses outros grupos. Imaginemos que um grupo avance em tais reivindicações – por exemplo, a reivindicação de igualdade de oportunidades no emprego e na educação, ou mesmo o direito de ter escolas confessionais. Na medida em que essas reivindicações são apresentadas como direitos que eu compartilho com todos os outros grupos enquanto membro da comunidade, eles assumem que eu não sou apenas diferente dos outros, mas também, em alguns pontos fundamentais, igual a eles” (Laclau, 2000, p. 24).

- b) os princípios universais, por seu turno, estão igualmente encerrados num (aparente) paradoxo. Ainda que à partida assentes numa validade genérica, ao serem enquadrados nos contextos particulares, perdem o conteúdo geral. Isto significa que tais critérios e princípios universais cumprem sobretudo uma função: a de se constituírem como um horizonte de coerência e plausibilidade.

Os estudos de Luc Boltanski (*et al.*, 1984) e Laurent Thévenot (1991) sobre as condições de validade das denúncias de injustiça mostram, com efeito, a necessidade de obliterar os elementos de singularidade de forma a que a situação possa enquadrar-se em critérios gerais e reconhecíveis. A partir da explicitação da forma como os sujeitos tentam demonstrar-se vítimas de injustiças, exigindo portanto um reconhecimento público da razão que os move, os autores colocaram em evidência que os apelos de justiça considerados inaceitáveis, e mesmo delirantes (sem base real), se caracterizavam por uma construção deficiente da universalidade do apelo. Dito de outro modo, parece ser necessário “des-singularizar” o sofrimento da vítima para o colocar como o caso exemplar de uma causa coletiva, efetuando o processo que os autores apelidam de “subida na generalidade”. A coerência na associação de meios de prova, visando a generalização da situação, efetua-se, porém, não graças a regras transcendentais ou representantes da verdade colocando-se como intermediários, mas respeitando os constrangimentos pragmáticos, tendo em conta a pertinência de um certo dispositivo ou construção argumentativa.

A inscrição da pluralidade de regimes de ação numa lógica partilhada, a que Laclau chama “lógica de equivalência” (Laclau, 2000; Mendonça, 2014), permite, com efeito, edificar esferas públicas renovadas (Cefaï, 2009; Trom, 2001). A equivalência, que consagra a superação de um discurso de

dicotomização do social, corresponde àquilo que em linguística se apelida de eixo sintagmático¹.

Assim sendo, a produção de coerência é um empreendimento interativo e dialógico que pressupõe a edificação, contínua e renovada, de compromissos e de ajustamentos entre transparência e opacidade e entre diferentes referências, contextos e temporalidades. Está, pois, subjacente a definição contingente de fronteiras e de trocas osmóticas entre diferentes espaços e identidades.

Como sublinha Michel de Certeau (1980), a “fronteira” partilhada institui-se como quotidiano “habitado”, como espaço terceiro de conexões capazes de preencher vazios, de visualizar pontos de contacto ou fricção e de construir passagens, mais ou menos efémeras, mas absolutamente necessárias.

A fronteira consubstancia simbolicamente a dialética da transparência e da opacidade através da qual é possível gerir o sentido da existência, a relação entre o particular e o universal e o espaço público ocupado e a ocupar. O equilíbrio entre o silêncio, o silenciável e o explicitável está estreitamente ligado aos mecanismos de determinação dos limites e dos processos de “navegação” entre o “dentro” e o “fora” e à articulação entre eixos de perenidade e de mudança.

Com efeito, a dinâmica interativa implica, como referenciam Maurice Blanc *et al.* (1994), uma dialética da sombra e da transparência, reclamando uma conjugação adequada de valores e de normas passíveis de validar os seus próprios conteúdos e formas. Esta dinâmica torna possível a adaptação ou a invenção de regras (por vezes somente tácitas) e de “compromissos de coexistência” e de promoção recíproca.

A intersticialidade e a tensionalidade entre o tácito e o explícito são estruturantes na construção e manutenção de um espaço transaccional. O não dito e o informal têm, na verdade, uma importância fundamental na edificação de acordos e de ajustamentos. O “*savoir insu*” (Le Boterf, 2000), dificilmente traduzível por “saber agido”, constitui-se, muitas vezes, como o núcleo de uma certa prática social, cultural ou profissional. Com efeito, a não verbalização pode traduzir-se em fonte de poder ou de proteção; no entanto, pode igualmente constituir-se como entrave importante à consecução de reconhecimento. Ainda que exista um limite incontornável para

1. O eixo que permite articular elementos do repertório lexical para produzir sintagmas, isto é, frases ou discursos.

a transcrição do saber tácito que provém da imbricação “corporal” entre o agente e a ação respetiva, o esforço de triagem e a tradução pública de algumas das suas componentes é necessária, inclusive para o controlo e progressão do próprio saber da experiência.

Christian Maroy (1994), ao analisar as dinâmicas transacionais no interior de instituições cristãs belgas, sublinha como o implícito e o não traduzido discursivamente permitem proceder à regulação de uma situação marcada pelo pluralismo, apesar das referências explícitas fundadoras da identidade das instituições. O que “se sabe” sem que seja necessário dizê-lo constitui-se, assim, como uma espécie de “segredo de família”. O explícito é incorporado, em doses variáveis, no jogo social, de acordo com os problemas que surgem e a necessidade de consolidar uma “cumplicidade” partilhada.

Como afirma o autor, o conceito de transação permite colocar em evidência a dinâmica de associação entre o implícito e o explícito: “trata-se de assinalar até que ponto o trabalho permanente de reconstrução de uma ordem negociada, de ajustamento dos termos de troca entre atores em posição desigual não pode ser pensada em termos exclusivos de negociação que abrem um largo espaço à intencionalidade e ao explícito. A vantagem de uma abordagem em termos de transação é a insistência sobre o que não pode ser dito, explicitado sem afetar consideravelmente o jogo social, os acordos que o constituem” (Maroy, 1994: 175).

Por outro lado, na passagem do implícito ao explícito, existe um “jogo” de articulação entre a componente racional e afetiva (Rémy, 1992) e uma dialética entre a ordem instituída e a que é construída.

Deste modo, a dinâmica transacional está em relação, não somente com os seus correlatos, mas também com a clarificação e a mobilização dos princípios em função dos quais a interação e os respetivos produtos adquirem um sentido para os agentes implicados na troca.

Um campo ainda a explorar no domínio das ciências sociais e humanas diz respeito à análise do processo de construção das ações em contexto por parte de agentes buscando reconhecimento e emancipação: como são determinados os limites entre o que é revelado e o que é mantido sob um véu de opacidade ou negação? Sob que pressupostos e visando que propósitos um determinado comportamento, conceção ou normatividade transversa se visibiliza? Como se processam a coordenação e o equilíbrio entre critérios e lógicas diferenciados?

A hipótese de que a gestão das dinâmicas acionais se efetiva obedecendo a pressupostos lógicos e plausíveis, articulando o contingente e as regras e expectativas gerais, remete-nos para a noção de “racionalidade prudencial”.

O conceito de “prudência” – derivado da concepção aristotélica de *phronèsis* – consagra o pressuposto básico de que o particular não pode ser deduzido do geral. Nesta perspectiva, a noção de racionalidade prudencial corresponde à capacidade de ajustamento às circunstâncias e de deliberação sobre o contingente, ponderando, ao mesmo tempo, as regras e exigências de publicização. Assim sendo, a prudência tem por objeto, não apenas elementos universais, mas também, dado que se inscreve no domínio da ação, factos particulares.

Esta leitura coloca em primeiro plano a identificação dos recursos e formas vivenciais que poderão ser socialmente pertinentes e em que condições devem ou podem ser mobilizados. Da mesma forma, obriga-nos a refletir, não somente sobre a concomitância de espaços normativos afastados e a dificuldade de estar envolvido em processos de reconhecimento paralelos, mas também sobre a reflexividade do agente na gestão das suas formas de vida e das incongruências normativas que as mesmas podem comportar. Neste sentido, a “inteligência astuciosa” (Detienne & Vernant, 1974) dos agentes permite que os mesmos se posicionem, face aos contextos e às situações, de forma simultaneamente tática e estratégica, construindo sentido para si próprios e para os outros. Como afirmam Marcel Détienne e Jean-Paul Vernant (1974), o aproveitamento do bom momento (a que os gregos chamam *Kairòs*) é um dos traços que melhor definem a “arte do cocheiro”, já que permite dosear, no momento exato, a velocidade e a direção em função dos contornos da “estrada” a percorrer, considerando o que é possível antecipar no que diz respeito à sequência de acontecimentos e utilizando de certo modo a seu favor os elementos contingenciais.

Bibliografia

- BLANC, M., et al. (coords.) (1994). *Vie quotidienne et démocratie. Pour une Sociologie de la transaction sociale (suite)*. Paris, L'Harmattan.
- BOLTANSKI, L., Darré, Y., & Schiltz, M.-A. (1984). La Dénonciation. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 51.

- BOLTANSKI, L., Thévenot, L. (1991). *De la justification. Les Économies de la grandeur*. Paris, Gallimard.
- BRETON, A. (1971). *Manifeste du surréalisme*. Paris, Gallimard.
- DE CERTEAU, M. (1980). *L'Invention du quotidien "Tome I"*. Arts de Faire. Paris, Union Générale d'Édition.
- CEFAÏ, D. (2009). Comment se mobilise-t-on ? L'apport d'une approche pragmatiste à la sociologie de l'action collective. *Revue Sociologie et société*, vol. 41, n.º 2, 245-269.
- DETENNE, M., & Vernant, J.-P. (1974). *Les Ruses de l'intelligence. La Métis des grecs*. Paris, Éditions Flammarion.
- HABERMAS, J. (1987). *Théorie de l'agir communicationnel "Tome I"*. Paris, Éditions Librairie Arthème Fayard.
- KUTY, O. (1998). *La Négociation des valeurs. Introduction à la Sociologie*. Bruxelles, De Boeck Université.
- LACLAU, E. (2000). *La Guerre des identités. Grammaire de l'émancipation*. Paris, La Découverte/M.A.U.S.S. e Syros.
- LE BOTERF, G. (2000). *Compétence et navigation professionnelle*. Paris, Éditions d'Organisation.
- MAROY, Ch. (1994). Projet institutionnel et transaction parmi les membres d'une organisation. Le cas des crèches et d'hôpitaux chrétiens. In Blanc, M. et al. (coords.). *Vie quotidienne et démocratie. Pour une Sociologie de la transaction sociale (suite)*. Paris, L'Harmattan.
- MENDONÇA, D. (2014). O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. *Lua Nova*, São Paulo, 91: 135-167.
- REMY, J. (1992). La vie quotidienne et les transactions sociales : perspectives micro et macro sociologiques. In Blanc, M. (textes réunis et présentés par). *Pour une sociologie de la transaction sociale*. Paris, L'Harmattan.
- TROM, D. (2001). Grammaire de la mobilisation et vocabulaires des motifs. In Cefaï, D., & Trom, D. (eds.), *Les Formes de l'action collective – Mobilisations dans des arènes publiques* (pp. 99-134), (Raisons pratiques n.º 12). Paris: Éditions L'EHESS.
- VALA, J. (1996). Identidade, estruturas cognitivas e transformações culturais. *Actas das sessões plenárias do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Dinâmicas multiculturais: Novas faces, outros olhares*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 25-29.
- WITTGENSTEIN, L. (1987). *Investigações filosóficas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SEGUNDA PARTE
**COMPORTAMENTOS
ESCONDIDOS**

ENTRE INVISÍVEL E INDIZÍVEL

Aspetos metodológicos e epistemológicos em torno da reflexão sobre o uso de drogas

François Beck*

Seja qual for o prisma através do qual se observe o uso de drogas, somos remetidos sistematicamente para sentimentos difíceis de revelar: podemos estar perante um caso de vergonha, quando o olhar do outro se apresenta moralizador, ou de um caso de risco não considerado, inaceitável, quando esse olhar traduz preocupações sanitárias. Esta prática atinge igualmente aspetos do prazer íntimo, cuja experiência não se partilha voluntariamente, e, por fim, a natureza ilegal de determinados produtos acaba por complexificar o fenómeno a explorar e retratar. O uso de drogas remete duplamente para comportamentos escondidos, uma vez que se apresentam a maior parte das vezes e em simultâneo, não conformes com as normas expressas em termos de direitos e de deveres (no que se refere a comportamentos relacionados com o uso de produtos ilícitos, o alcoolismo...), nem com as normas informais aceites. O panorama das práticas aditivas é, certamente, muito mais complexo do que este breve esboço, a ponto de se poder tornar num comportamento ostensivo, como é o caso do uso da *cannabis* na adolescência, por exemplo, prática que se apresenta por vezes como um elemento primordial de integração no grupo, não se inscrevendo já no registo dos comportamentos escondidos (visível no seio do grupo dos pares e escondido face às outras esferas relacionais). A investigação sobre o consumo de drogas inscreve-se, assim, em situações de pesquisa que não podem dispensar uma reflexão metodológica *ad hoc*.

* Institut National de la Statistique et des Études Économiques, INSEE.

Após uma breve apresentação dos diferentes tipos de pesquisa sobre o uso de drogas, suas vantagens e dificuldades, lançaremos um olhar particular sobre as pesquisas na população geral interrogando-nos sobre a noção de representatividade. Estas ferramentas do sociólogo questionam, com efeito, os dualismos qualitativo/quantitativo, por um lado, e causa/razão, por outro. Em seguida, tenta-se mostrar, através do exemplo francês, a forma como estas pesquisas particulares conseguiram evoluir nestes últimos anos para oferecer um contexto que favorecesse a descoberta dos comportamentos quanto ao consumo. O objetivo que se visa é bem o de que, uma vez que se consegue o contato com a população, permitir-lhe que revele as suas práticas.

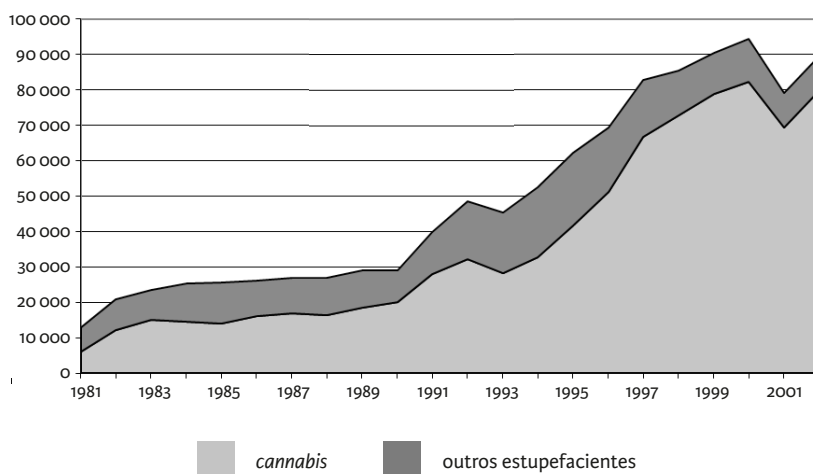
O arsenal do sociólogo perante o uso da droga

Existem quatro grandes tipos de pesquisa para se estudar este objeto sensível: a exploração dos registos e das estatísticas administrativas; o questionário *ad hoc* junto dos utilizadores de drogas (aproximação etnográfica); o questionário conduzido de forma *ad hoc* junto de populações-alvo de que se suspeite a utilização particular ou importante de drogas (como é o caso dos questionários aplicados em festas, na prisão, nas urgências hospitalares...); e, finalmente, os questionários aplicados à população geral, adolescentes ou adultos.

As estatísticas administrativas podem imediatamente ser postas de parte porque não são o resultado de uma inquirição. Notemos, no entanto, que os seus defeitos são bem conhecidos: refletem, antes de mais, toda a atividade dos serviços, e esta não se encontra forçosamente em sintonia com aqueles a quem se dirigem. São, de alguma forma, o produto de uma construção profissional. As pesquisas com base nestas estatísticas não medem, pois, senão os comportamentos definidos pela instituição que produz esses dados e por isso são vítimas da “síndrome da reverberação”, para retomar o termo de Bruno Aubusson de Cavarlay (1999) a propósito dos números sobre a delinquência que ilustram deste modo a tendência para só se observar aquilo que está mais visível e que a atividade dos serviços “projeta”. Por exemplo, se um regulamento indica que não se tenham em conta determinados tipos de utilização, estes saem das estatísticas.

Os dados sanitários dizem respeito a patologias que sobrevêm com o consumo prolongado e intenso e são recolhidos de forma específica (certificados de óbito, ficheiros hospitalares). De igual forma, os dados policiais obedecem a uma lógica própria, dependendo o número de interpelações por consumo das circulares e das diretivas. Estas estatísticas podem tornar-se rapidamente caricaturas dos fenómenos que se pretende observar. O exame das estatísticas policiais mostra, por exemplo, que o número das interpelações por utilização simples e utilização-tráfico de *cannabis* aumentou regularmente no decurso dos anos 1980, acelerando-se esta tendência na década seguinte, com duas “quedas”, em 1993 e 2001 (cf. Gráfico 1). A queda observada em 2001 foi uma consequência direta de um “desvio de atividade”: segundo declaração das próprias instâncias policiais, a baixa das interpelações registada nesse ano resulta de uma diminuição da atividade das forças da ordem que se seguiu a uma relativa desmobilização da sua parte devido à ausência de diretivas claras quanto à luta contra a utilização de estupefacientes. Inversamente, a subida que teve lugar em 2002 ficou a dever-se a um efeito da lei de orientação e de programação para a segurança interna, aplicada no verão de 2002, que clarificava os objetivos dessa luta.

Gráfico 1. Número de interpelações por utilização simples ou utilização-tráfico de *cannabis* e outros estupefacientes, 1980-2001



Fonte: dados de interpelações, OCRTIS 1980-2002.

De um modo mais geral, na sua experiência quanto ao sistema de informação estatística sobre o consumo de drogas, René Padieu (1994) referiu a este propósito o “efeito de seleção das estatísticas de clientela”, convidando o analista e o leitor a evitarem a passagem da “toxicodependência tratada” para a “toxicodependência efetiva”. Howard Becker (1963), por seu turno, levou mais longe a crítica em *Outsiders*, mostrando, por exemplo, o perigo de os estatísticos cometerem o erro de se preservarem por trás das categorias administrativas, impostas *a priori*, constituindo estas pobres reflexos da realidade (uma contagem de indivíduos interpelados entre os quais alguns que se limitavam apenas a estar presentes no lugar do delito). Torna-se assim necessário de interrogar os indivíduos sobre comportamentos que eles não estão, *a priori*, interessados em revelar.

Os inquéritos *ad hoc* junto de utilizadores de drogas ou de populações que se presume terem um consumo específico de drogas são, na maior parte das vezes, do tipo qualitativo e etnográfico e constituem a continuidade do pensamento dos interacionistas. Nas suas grandes linhas, eles oferecem numerosas vantagens, como a de apresentarem uma grande riqueza em termos de linguagem e de oportunidades de desencobrimento. Inserem-se numa abordagem compreensiva, onde a empatia pode atuar como reveladora, criando-se geralmente um clima de confiança mútua em que o inquirido não receia as críticas de que seria alvo noutros contextos.

No entanto, este tipo de pesquisa não possui muitas vezes os meios de garantir a representatividade: mesmo quando alguns inquéritos etnográficos tentam por vezes quantificar, dar conta quantitativamente do fenómeno observado, é muito raro estas tentativas serem verdadeiramente convincentes. Muitas vezes, o número serve mais para ilustrar a diversidade de perfis encontrados do que para tentar aproximar-se de uma representatividade real. Excluimos desta crítica os inquéritos do tipo captura/recaptura, cuja vocação é, precisamente, contar as populações menos visíveis, na medida em que eles conseguem efetivamente, através de um artifício matemático, contar indivíduos com quem não tiveram contacto – as “populações escondidas” – compostas por indivíduos que não se encontram nas instituições repressivas nem nas estruturas sanitárias e sociais.

No entanto, se a empatia pode atuar como um elemento revelador, ela pode também levar o inquirido a exaltar o seu papel exagerando as suas práticas para ganhar legitimidade no diálogo com o inquiridor ou para o impressionar. Através destes inquéritos, o pesquisador está confrontado

a atores muito engajados. É por isso possível que as respostas traduzam um determinado nível de politização: tendo consciência do impacto dos resultados do inquérito, os inquiridos podem instrumentalizá-lo, quer dissimulando certas práticas a fim de poupar o seu grupo ao estigma (é o caso, por exemplo, dos adeptos da música eletrónica e dos movimentos tecno que desejam desdramatizar a situação em termos de utilização de drogas nos concertos), quer, pelo contrário, quando exageram para dramatizar uma situação e conseguir mais meios de apoio para lhe fazer face. O contexto do inquérito pode, por vezes, apresentar-se pouco propício à neutralidade.

É precisamente em relação a estes defeitos que os inquéritos à população geral nos fornecem informações. Estes inquéritos, baseados nas próprias declarações de consumo dos indivíduos, são aplicados a amostras aleatórias de grande dimensão e têm como vocação descrever a extensão de uma situação no conjunto da população. A sua especificidade pode ser definida pelo facto de o critério de inclusão dos indivíduos na amostra não ter ligação com o objeto do próprio inquérito. A aplicação faz-se através de questionários, constituídos na sua grande parte, quando não na totalidade, por perguntas fechadas, administrados junto de uma grande amostra por meio de uma entrevista ou de um questionamento relativamente breves.

A primeira vantagem destes grandes inquéritos é a sua representatividade: ainda que se apresente por vezes difícil de atingir, esta é a sua razão de ser. Trata-se de dar uma imagem fiável do conjunto da população para poder apresentar os níveis de utilização das diferentes drogas. Uma outra vantagem é a exaustividade: ainda que não interroguem toda a população, a inferência autoriza-nos a pensar que elas apresentam uma imagem quase completa de todos os segmentos da população. Finalmente, estes inquéritos permitem a obtenção de uma visão sintética da situação.

É claro que a procura de uma visão sintética da situação pode ter consequências nefastas em termos de observação e de compreensão das trajetórias individuais, nomeadamente porque ela vai contribuir para descartar os acontecimentos mais singulares dessas trajetórias, as quais, no entanto, se revelam por vezes primordiais para a compreensão de fenómenos complexos como é caso do uso de drogas. Aliás, estes inquéritos induzem tecnicamente um verdadeiro constrangimento sobre a palavra, uma vez que o inquirido deve, a maior parte das vezes, escolher entre modalidades de respostas pré-codificadas (perguntas fechadas), e por isso construídas segundo a lógica de quem concebeu o inquérito, que é

muitas vezes diferente da do respondente. Para além disso, tal como em qualquer inquérito sociológico, a formulação das perguntas pode ter uma influência considerável sobre as respostas recolhidas. Se o modo de interrogar através de perguntas curtas e fechadas pode levar a acreditar que os inquéritos à população geral evitariam um tal viés, numerosos exemplos provam que a realidade é bem diferente. Jean-Paul Grémy (1987, 1993) mostrou a grande fragilidade de alguns questionamentos e os afastamentos consideráveis induzidos por modificações aparentemente insignificantes na formulação das perguntas ou através da alteração do lugar de itens no interior do questionário.

Estes enviesamentos observam-se, particularmente quando consideramos questões relativas a atitudes. A partir de um inquérito aplicado na Islândia em 2003, junto de jovens de 16 anos, escolarizados, Thoroddur Bjarnasson (2004) mostrou, por exemplo, que a perceção do risco atribuído a uma série de comportamentos relacionados com a utilização de drogas variava em função do número de itens propostos. Uma parte da amostra estimou esse risco face à experimentação de doze produtos psicoativos e, de seguida, face ao uso regular desses mesmos doze produtos, enquanto o resto da população da amostra foi confrontada apenas às doze perguntas relacionadas com a utilização regular. No final, a perceção dos riscos associados à utilização regular mostrou-se claramente mais fraca nesta segunda parte da amostra. Parece que as pessoas, ao terem avaliado previamente os riscos da experimentação, se mostraram de alguma maneira “obrigadas”, para se manterem coerentes, a considerar o uso regular como necessariamente mais “arriscado” do que a simples experimentação. Estes problemas de efeito de halo (quando a resposta a uma pergunta depende das perguntas colocadas anteriormente) são frequentes nos inquéritos à população geral e devem ser tomados em consideração, nomeadamente quando se mede a evolução dos resultados de um inquérito para outro.

Num outro registo, certas respostas corretas podem por vezes ser consideradas inexploráveis no momento de analisar os resultados. Foi o que aconteceu, por exemplo, no inquérito ESPAD 2003 aplicado em Inglaterra, em que a uma pergunta que incidia sobre os possíveis lugares de aprovisionamento “*In which place do you think you could easily buy cannabis if you wanted to?*”, um jovem responde “*In the back streets of Kingston*”. Eram apresentadas cinco respostas, entre as quais a rua, a escola..., assim como a modalidade “Outra. Diga qual”. Neste caso, o inquirido utilizou esta última

possibilidade e provavelmente fingiu não se aperceber do subentendido de quem concebera o inquérito que queria que a pergunta incidisse sobre lugares que lhe eram, *efetivamente*, acessíveis. Para além do anedótico, estes problemas relativos aos sentidos implícitos da comunicação são muito mais frequentes nos inquéritos que se dirigem a populações heterogêneas do que naqueles dirigidos somente aos utilizadores de drogas. Os inquiridos não compreendem forçosamente da mesma forma nem os silêncios nem os subentendidos inerentes à situação de comunicação.

O protocolo destes inquéritos pode ainda levar a temer uma certa dissimulação: por que razão iria o inquirido revelar ao inquiridor, que ele mal conhece, um comportamento que ele dissimulava os seus próximos e, por vezes, a si próprio? Jeanine Richard-Zappella (1990) mostrou, em resposta a este receio, que os inquéritos realizados por telefone para o domicílio dos inquiridos, ofereciam situações muito favoráveis para os adultos (um transtorno menor e maior distância em relação ao inquiridor...). Já os adolescentes, em particular os mais jovens, não se sentem necessariamente à vontade para responder neste quadro, que é familiar, a questões escondidas, como questão é o caso do tabagismo ou do consumo de drogas (Beck & Peretti-Watel, 2001). É certo que os responsáveis pelos estudos tomam precauções: o entrevistado deve poder estar só, as modalidades de resposta são o menos explícitas possível para que um terceiro, que não tenha ouvido a pergunta, não possa adivinhar o conteúdo da resposta... mas isso não é sempre suficiente.

O inquirido pode ser levado a dar respostas “socialmente desejáveis”, em particular sobre questões suscetíveis de o colocar perante um julgamento moral depreciativo, e isso leva-o a, por vezes, a exercer um direito de reserva sobre a sua vida. Cada indivíduo desempenha papéis diferenciados perante públicos específicos e não é certo que deseje estabelecer uma relação entre esses papéis (Goffman, 1973). Mas um inquérito pode colocar em perigo a identidade do indivíduo, ao abrir por vezes o seu universo e aproximar facetas eventualmente contraditórias da sua personalidade. Assim, a propósito do consumo de drogas, o inquirido pode considerar-se quer como um ser desviante que já transgrediu a lei, quer como um especialista cuja competência seria legitimada pela prática. Neste último caso, pode imaginar que, aos olhos do inquiridor, a pertinência das suas respostas se encontra diretamente julgada à luz dessa experiência que ele teria vivido.

Em alguns aspetos, quanto mais o inquiridor se encontra afastado, mais o inquirido se sente à vontade para responder e menos se sente constrangido a expor-se. No decurso da entrevista telefónica, por exemplo, o ritmo muito rápido e repetitivo imposto pelo constrangimento de tempo leva, com frequência, a uma desdramatização das perguntas colocadas, que se encadeiam umas nas outras, num contexto onde acaba por interessar muito pouco que elas digam respeito a práticas anódinas ou a circunstâncias íntimas da vida privada. Paradoxalmente, é esta questão da distância entre o investigador ou inquiridor e o seu objeto que constitui uma das maiores críticas dirigidas aos inquéritos estatísticos em geral, e em particular àqueles conduzidos junto da população geral (Cicourel, 1964). Existe, nesta distância no terreno, uma verdadeira tensão metodológica.

Entre estes inquéritos feitos à população geral e os inquéritos etnográficos, pode ser traçado muito grosseiramente um esquema que opõe as abordagens qualitativa e quantitativa, esquema que se inscreve ele próprio num dualismo que opõe a pesquisa das causas à das razões. Este dualismo vai encontrar-se, novamente, no momento da análise, onde os inquéritos à população geral, em particular nos campos ligados à epistemologia, vão dar muitas vezes lugar a modelizações cujo valor heurístico pode ser questionado, visto que estes modelos correspondem, em grande parte, a uma leitura determinista da utilização de drogas.

Inquéritos à população geral	Inquéritos etnográficos
<ul style="list-style-type: none"> • Quantitativo • Causas • Mecanismo • Consequência • Imposição pelos factos • Exterioridade da causa • Regularidade natural, previsibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualitativo • Razões, motivos • Desejo • Significação, compreensão de atores singulares • Justificação da ação, sentido • Intencionalidade complexa • Livre-arbítrio, responsabilidade individual

Ora, uma das formas de favorecer a declaração nos inquéritos à população geral é precisamente romper com um tal esquema.

Para uma rutura do dualismo quantitativo/qualitativo: o exemplo francês da evolução dos inquéritos à população geral

Alguns elementos podem ser considerados como armas primordiais para a compreensão do consumo de drogas. Trata-se em simultâneo de repor o inquirido numa posição de ator, de lhe devolver a palavra e de colocar o inquiridor, mas também o investigador, na posição de observador privilegiado da situação de inquérito para se obter uma melhor proximidade ao terreno. Para além disso, convém utilizar técnicas apropriadas para evitar a dissimulação ou os esquecimentos, recorrendo, por exemplo, a um auxiliar de memória ou a um calendário do consumo detalhado das bebidas (no caso das bebidas alcoólicas) e, em termos de análise, de privilegiar os métodos multifatoriais de preferência às modelizações com vocação explicativa. O exemplo do desenvolvimento que os inquéritos à população geral conheceram em França permite ilustrar estas orientações.

Esquemáticamente, podem ser distinguidos três períodos entre 1980 e 2000, correspondendo a formas de encarar os utilizadores de drogas e as suas práticas. De uma questão pensada principalmente em termos morais, nos anos 1980, o “problema” deslocou-se para o campo da saúde pública, nomeadamente com a irrupção da sida nos anos 1990, antes de deixar um vasto lugar a uma aproximação mais sociológica do fenómeno descrito em termos de modo de vida, no quadro de uma certa normalização do consumo de drogas. Estes diferentes períodos correspondem a três formas de colocar o problema, mas também a três maneiras de construir os inquéritos e, implicitamente, a outras tantas formas de lhes responder. Esta evolução paradigmática traduziu-se numa evolução semântica entre 1980 e os dias de hoje: a *droga no singular* tornou-se nas *drogas no plural*; depois passou a *substâncias psicoativas no plural*, com a inclusão cada vez mais evidente de produtos como o álcool, o tabaco e os medicamentos psicotrópicos. Do termo *toxicodependência* passou-se para *consumo de drogas* e, em seguida, para *práticas aditivas*. Veremos de seguida como estas mudanças pesaram na forma de conceber os inquéritos, mas igualmente os inquiridos, no momento da aplicação do questionário.

Nos anos 1970, época da aplicação do quadro legislativo de repressão do tráfico e uso de estupefacientes em França, ainda hoje em vigor, não se colocava a questão de conceber um inquérito para contar os drogados.

Por outras palavras, quantificar não era verdadeiramente necessário, num contexto onde a erradicação de todos os consumos de drogas constituía o objetivo definido pelos poderes públicos. Aliás, um certo receio de contágio social bastava para fazer do consumo de drogas um flagelo social, qualquer que fosse a verdadeira dimensão do problema. Na leitura dos trabalhos parlamentares que precederam a aplicação da lei de 31 de dezembro de 1970, apesar do recurso a expressões inflamadas e metáforas diluvianas, foi surpreendente descobrir uma situação que, em termos quantitativos, estava longe de ser dramática (Beck, 2006). De facto, os sociólogos que se debruçaram sobre a questão do consumo de drogas no decurso dos anos 1970 e 1980 foram unânimes em reconhecer a dificuldade em fornecer uma medida fiável sobre o problema (Mauger, 1984).

No primeiro inquérito à população geral conduzido em França, em 1986, encontra-se a influência do paradigma moralizador que parece ainda dominante durante esse período. Não se faz uma distinção entre consumidores, sendo a figura do “drogado” definida pelo simples facto de se ter experimentado um produto ilícito, ou seja, pelo facto de se ter já consumido, ainda que uma única vez no decurso de uma vida. Tal definição traduz casualmente o ideal normativo de abstinência total de drogas. Os resultados dos primeiros inquéritos à população geral serviram, pois, essencialmente, para alimentar um discurso normativo sobre o declínio moral da sociedade. O consumo de drogas era considerado como um vício e vulgarmente encarado sob um único ângulo do problema, com uma perspectiva política herdada do modelo higienista e centrada em torno da desintoxicação como única perspectiva aceitável para os consumidores (Ehrenberg, 1995). Assim, antes do fim dos anos 1980, ninguém se lançou verdadeiramente na aplicação de um inquérito representativo dos consumidores de drogas e os pioneiros mostraram-se mesmo pouco propícios para potenciar uma tal orientação.

A descoberta do vírus da sida gerou de seguida um contexto de urgência que permitiu quebrar o tabu da droga em numerosos aspetos. Esse acontecimento precipitou, nomeadamente, a introdução nos inquéritos de perguntas sobre os consumos de drogas junto de um público alargado, face ao qual, em outras circunstâncias, uma tal pergunta teria sido sem dúvida poupada. Iniciou-se um período marcado por preocupações sanitárias nas políticas públicas (Fassin, 1998), no decurso do qual a noção de risco ocupou um lugar central. A tradução em termos de perigos sanitários

das questões morais ou sociais, apareceu com efeito como um instrumento eficaz de legitimação da ação pública sobre as questões mais sensíveis. Neste contexto de medicalização da toxicodependência, a questão das drogas deixou de ser encarada unicamente do ponto de vista dos seus efeitos de indução de ansiedade na opinião pública ou como sintoma de uma decadência moral. À medida que as políticas públicas sobre as drogas foram incidindo nas preocupações sanitárias, as perguntas sobre o consumo de drogas na população geral encontraram lugar nos inquéritos epidemiológicos, fossem eles aplicados em meio escolar ou na população adulta. A qualidade dos inquéritos tornou-se, desde então, claramente melhor em múltiplos aspetos.

Contudo, no fim desta década, diversas evoluções, tanto sociais como políticas, facilitaram a emergência de uma problemática propriamente sociológica nos inquéritos. O aumento dos consumos, sobretudo na adolescência, o aparecimento de novos produtos e a inclusão do álcool e do tabaco no campo das drogas e das políticas públicas constituem outros tantos elementos que vão ajudar ao desenvolvimento de novas pesquisas orientadas para o conhecimento dos consumos de drogas enquanto factos culturais indicadores de certos modos de vida, colocando o acento no seu carácter funcional. Emergiu assim a ideia de que certos consumos de drogas visariam favorecer a integração social do utilizador e não representavam um sinal de fuga da realidade, nomeadamente graças aos trabalhos de Alain Ehrenberg (1992). Esta perspetiva contribuiu para legitimar a construção de questionários que permitem diferenciar os consumos, contextualizá-los, questionar a sua temporalidade e as suas motivações.

Estas três formas de olhar as drogas coexistem ainda hoje como existiam já, as três há 20 ou 30 anos, mas foi a sua influência e a sua estabilidade relativa que se modificaram no decorrer do tempo, para desenhar aquilo que parece ser a sucessão de três períodos. Parece que um tal desenvolvimento teria sido observado na maior parte dos países europeus (Bergeron, 2005), ainda que alguns deles se tenham mostrado particularmente inovadores (em matéria de redução dos riscos, como aconteceu, por exemplo, na Grã-Bretanha ou nos Países Baixos, que desempenharam um papel motor e contaram com uma meia dúzia de anos de avanço sobre países como a França).

Podemos isolar dois inquéritos como os mais inovadores no interior do dispositivo atual, para mostrarmos o tipo de esforços que pôde ser

desenvolvido. Trata-se do Barómetro Saúde do Instituto Nacional de Prevenção e de Educação para a Saúde (INPES), aplicado a adultos, e o Inquérito sobre a saúde e os consumos (Escapad) realizado junto de adolescentes, no Dia de Convocação e Preparação para a Defesa, pelo Observatório Francês das Drogas e das Toxicodependências (OFDT). O primeiro é um inquérito telefónico que aborda os diferentes comportamentos e atitudes relacionados com a saúde dos franceses, em particular em matéria de consumo de substâncias psicoativas. Existindo desde 1992, a sua metodologia tem vindo a ser melhorada. Os diferentes exercícios permitiram, nomeadamente, pôr em evidência a generalização da utilização do *cannabis* na população adulta no decorrer dos anos 1990. Desde 2000, um procedimento específico permitiu interrogar os lares incluídos na lista vermelha¹ (cerca de um quinto dos lares registados): os números foram extraídos a partir de uma lista telefónica anual, sendo o último algarismo de cada número aumentado em uma unidade; de seguida a lista alterada é utilizada para referenciar os números assim criados e que constituem uma lista branca. Para além disso, em 2005, como reação ao desenvolvimento recente das novas tecnologias em matéria de ligações telefónicas, e em particular devido ao facto de cada vez mais lares só possuírem como contacto telefónico um telemóvel, foi interrogada uma amostra de cerca de 4000 indivíduos nesta situação, para além dos 26 500 indivíduos que possuíam uma linha fixa no seu domicílio. Neste questionário, foram garantidos o anonimato e a confidencialidade através da não visualização do número de telefone.

Para além destes esforços para diminuir o volume da amostra da “população escondida”, nomeadamente com uma grande parte do trabalho realizado junto dos inquiridores para se evitarem as recusas, uma presença significativa da equipa de pesquisa na central telefónica permitiu que se compreendessem e analisassem melhor os dados recolhidos. Os diferentes testes e questionários-piloto utilizados quando da preparação dos questionários à população geral assentaram em métodos etnográficos: uma observação minuciosa da postura do respondente, das suas reações, da sua aceitação do método de recolha; o recurso a perguntas abertas para obter todos os tipos de resposta possíveis; uma entrevista aprofundada no seguimento do teste para recolher as impressões do inquirido. A presença das equipas de pesquisa no terreno, para permitir a formação dos

1. Telefones cujos números não constam na lista telefónica comum. (N.T.)

inquiridores ao longo da aplicação do questionário constituiu também um fator fundamental para o sucesso. Uma das razões por que por vezes os metodólogos escolhem o questionário por telefone é, aliás, esta facilidade de enquadrar o terreno. Mais do que um jogo estrito de pergunta-resposta, a situação do questionário apresenta-se muitas vezes propícia à instauração de um verdadeiro diálogo que rapidamente pode fazer falta ao pesquisador que não assistiu durante muito tempo às entrevistas.

Por exemplo, no Barómetro Saúde, como resposta à pergunta “Teria medo de experimentar esta ou aquela droga?”, os inquiridos escolheram, por vezes, a modalidade “bastante medo” (“*plutôt peur*”), que deveria ser compreendida como tendo um sentido próximo de “Ah, bastante, teria medo!” (“*Ah, plutôt j’aurais peur*”) mais próximo de “muito medo”, esta nuance podendo incitar o observador assíduo e atento a fazer uma interpretação mais subtil das respostas. Após o trabalho de campo, o tempo de *debriefing* oferece uma ocasião suplementar para aproximar o ponto de vista dos inquiridos através dos inquiridores. Trata-se principalmente de completar a observação de terreno e de solidificar os laços entre a expressão do inquirido e a análise estatística, obtendo-se elementos que teriam escapado ao investigador que não pôde seguir fisicamente as entrevistas. Os inquiridores podem, assim, trazer esclarecimentos sobre o sentido a dar na interpretação dos conceitos menos definidos, como os das modalidades pouco factuais do tipo *raramente, quase nunca, bastantes vezes...* que têm frequentemente sentidos diferentes para os respondentes. Este facto, por exemplo, permitiu verificar-se que o indizível nem sempre se situa onde a pessoa que concebeu o inquérito previu, tendo os respondentes mostrado mais reticências em revelar as práticas daqueles com quem convivem do que as suas próprias.

Podemos considerar, num outro registo, o segundo questionário aqui invocado, o inquérito Escapad, aplicado desta vez a uma população adolescente. A administração do questionário é feita no Dia de Convocação e Preparação para a Defesa que substitui o serviço militar francês desde outubro de 1998, e que engloba igualmente as jovens desde abril de 2000. Todos os convocados presentes num determinado dia (cerca de 20 000 na metrópole e nos departamentos e territórios do Ultramar) preenchem um questionário autoadministrado, anónimo, durante 25 minutos. Os jovens têm entre 17 e 19 anos e este intervalo de idade muito pequeno oferece um forte significado estatístico quando consideramos as idades. O primeiro

exercício teve lugar em maio de 2000 e tem sido renovado desde então todos os anos. A primeira qualidade deste inquérito é a de procurar os jovens no local onde eles são obrigados a deslocar-se (não responder à convocatória coloca um dado número de problemas administrativos que rapidamente se tornam constrangedores) e o facto de não se restringir a jovens escolarizados. De facto, algumas populações que ficam fora dos inquéritos em meio escolar ficam aqui acessíveis: os absentistas frequentes, os não escolarizados... A apresentação do questionário é objeto de uma atenção particular considerando, nomeadamente, as questões de confidencialidade, no sentido de distinguir claramente os objetivos do inquérito daqueles relacionados com o próprio dia em que os jovens participam e que remete para um percurso de cidadania. Um dos elementos-chave do sucesso deste inquérito parece residir na explicação dada aos respondentes sobre o interesse do inquérito. Muitos dele são *a priori* bastante céticos relativamente à utilidade desta investigação, mas as suas reticências atenuam-se quando o inquérito lhes é apresentado como uma troca de informação (no fim é-lhes entregue um curto documento de síntese dos resultados dos inquéritos anteriores) e como uma oportunidade de alimentar o debate público sobre as drogas com dados de qualidade, uma vez que contribuem para traçar a imagem da geração a que pertencem através das suas respostas.

Neste inquérito, como no precedente, o recurso a métodos mais qualitativos, como a recolha de observações auxiliares sobre as condições nas quais se realiza o preenchimento do questionário (barulho na sala, particularidades ligadas à aplicação...) e a introdução de perguntas abertas ou de um espaço destinado a comentários livres permitem apreender melhor a interação inquérito/inquirido ao passar a palavra aos inquiridos permitindo criar um efeito de distanciamento para a análise. Os comentários acrescentados nas margens constituem igualmente uma grande contribuição para esclarecer a compreensão das práticas. De alguma forma, trata-se de navegar pelos interstícios dos inquéritos, lugares onde por vezes afloram a intimidade e a especificidade. Deste modo, é possível chegar a certas respostas que dificilmente entram nas células previstas nos questionários; tenta-se assim ultrapassar as modalidades de resposta propostas, recolher as críticas no sentido de melhorar os inquéritos, aumentar a precisão dos resultados, diversificar as análises, ganhar sentido, descobrir aquilo que o inquirido pensa da utilização que vai ser feita das respostas e, por vezes até, fazer emergir representações inesperadas ou, pelo menos, imprevistas

no momento de conceção do questionário. A utilização destas perguntas, frequentemente evitadas nos trabalhos quantitativos devido ao custo de recodificação elevado que elas representam ou por receio de se ceder à tentação da espontaneidade, oferece, no entanto, certas garantias. A pergunta: “Alguma vez já consumiu uma outra droga?”, permite assim, por exemplo, recodificar as respostas de alguns jovens que referem as substâncias consumidas com designações diferentes. Observando, ainda, os sinais escritos pelos respondentes à margem das respostas, é possível situar os indivíduos que “forçaram” as perguntas fechadas, o que oferece muitas vezes uma variante na resposta.

Na mesma ordem de ideias, o inquérito Escapad permite uma melhor apreciação quanto ao consumo da *cannabis* numa diversidade tornada necessária devido à amplitude deste consumo nos adolescentes e jovens adultos. De alguma maneira, a norma deixou de ser a abstinência e convém desde logo compreender qual a lógica em que se inserem estas práticas mais correntes. Assim, os contextos de consumo de *cannabis* são objeto de uma maior precisão nas questões apresentadas do que o eram anteriormente (com que frequência acontece fumar só, fumar pela manhã, comprar *cannabis*? quantos dos seus amigos fumam? em que ocasião é que fuma?), o que permite observar uma maior variedade de tipos de consumidor, nem que seja considerando apenas a frequência de consumos: abstinência, experiência não renovada, uso ocasional, repetido, regular e quotidiano.

Nestes inquéritos, as dimensões contextuais e culturais dos consumos de drogas encontram um lugar muito mais importante do que naqueles conduzidos antes do fim dos anos 1990. Eles situam-se na continuidade das teses de Norman Zinberg (1974) que contestam a ideia de uma situação inevitável de perda de controlo por parte do utilizador de drogas. Este deixou de ser um indivíduo passivo, alvo de forças exteriores contra as quais nada pode fazer, para ser considerado antes um ator que, apesar de estar sujeito a constrangimentos, se encontra igualmente em condições de fazer uma escolha e de tirar partido de certas situações. Nesta perspetiva, segundo Howard Becker (1963), uma “carreira” de fumador de marijuana consiste numa sequência de posições que podem ser influenciadas por um emaranhado de circunstâncias e de características individuais. O seu desenvolvimento vai depender, antes de mais, das escolhas do ator, que pode decidir em qualquer momento modificar a sua trajetória, com uma

probabilidade mais ou menos elevada de tomar uma ou outra decisão. Por exemplo, a partir dos dados quantitativos, a utilização de diferentes regressões logísticas que modelizavam as passagens entre os diferentes níveis de consumo de *cannabis* entre os adolescentes (de abstinente a ocasional, depois a repetido, depois a regular) permitiu testar o modelo sequencial proposto por Becker, mostrando que os fatores associados à utilização de *cannabis* diferem consoante os níveis de utilização estudados (Peretti-Watel, 2001). O impacto do uso entre os pares, importante na dinamização da passagem da abstinência à experimentação, mostra-se, assim, cada vez menos forte nas transições para a utilização mais regular.

Assim, progressivamente, desde o fim dos anos 1990, as questões colocam-se menos em termos de risco e mais em termos de modo de vida e esta evolução contribuiu para se transformar o consumo de drogas numa prática mais dizível. Um bom indicador de uma certa normalização destes consumos é o facto de, até meados dos anos 1990, ser difícil persuadir os responsáveis pelos inquéritos a aceitarem colocar algumas perguntas sobre as drogas, e, a partir de então, serem os próprios responsáveis de inquéritos, por vezes muito generalistas, a desejarem acrescentar ao seu questionário um módulo sobre as drogas. Em 1997, por exemplo, o projeto de anexar um módulo sobre as drogas num inquérito permanente sobre as condições de vida das famílias, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística e dos Estudos Económicos (Insee), tinha sido anulado muito próximo do seu fim, sob o pretexto, um pouco falacioso, de uma exigência de denúncia à qual seriam obrigados os inquiridores sendo, ao mesmo tempo, funcionários. O que acontece é que estes funcionários são, antes do mais, obrigados ao segredo estatístico, que constitui um elemento-chave da deontologia do estatístico. Tratava-se, antes, de uma forma polida de pôr fim a uma parceria que perturbava um pouco o comité de direção deste instituto, que não desejava verdadeiramente comprometer a sua imagem com um assunto sensível. Ora, recentemente, os responsáveis pela elaboração do inquérito “Acontecimentos de vida e saúde” do Ministério da Saúde insistiram que um módulo sobre as substâncias psicoativas fosse integrado no corpo do inquérito, incidindo maioritariamente sobre as violências sofridas e o estado de saúde. Acontece que o delicado terreno deste inquérito, aplicado face a face, foi confiado à melhor rede de inquiridores de França: a do Insee... Foram quase necessários dez anos para que o Instituto Francês de Estatística aceitasse, quase sem levantar problemas,

a ideia de fazer perguntas sobre as drogas. A partir de agora, o módulo tem naturalmente o seu lugar nos projetos de estudos transversais ou longitudinais aplicados à população geral.

Em jeito de conclusão

O período recente constituiu, pois, um contexto favorável para os inquéritos à população geral, uma vez que estes respondiam bem à passagem da noção de *toxicodependência* para a de *práticas aditivas* e porque a necessidade de quantificar os diferentes usos de drogas se tornou cada vez mais importante para os atores políticos. Esta evolução tem a ver em simultâneo com uma tomada de decisão política que se baseia mais nos factos cientificamente comprovados (*evidence based policy*) do que no senso comum ou em certos rumores; mas relaciona-se também com o quadro da aplicação de uma avaliação das políticas públicas que, à medida que se estrutura, cada vez mais exige indicadores quantitativos.

Afinal, a questão dos comportamentos escondidos associa-se à das populações escondidas: um requisito para a recolha de uma informação fiável é entrar em contacto com o conjunto da população, incluindo as suas margens menos acessíveis. É, tipicamente, o que se tenta fazer ao complexificar as bases de sondagem para incluir os jovens não escolarizados, os indivíduos inscritos na lista vermelha, ou ainda aqueles que só possuem um telemóvel como linha telefónica. Existem, é certo, importantes limites aos inquéritos clássicos (incapacidade de integrar os indivíduos sem domicílio, os prisioneiros, de convencer um certo número de não respondentes...) que levam a interpretar sistematicamente os resultados dos inquéritos à população geral com outros inquéritos conduzidos junto destas populações particulares. As escolhas efetuadas encontram o seu lugar numa encruzilhada de constrangimentos técnicos (base de sondagem, telefone) que são suscetíveis de evoluir com o tempo: trata-se de criar a melhor situação de inquérito com os instrumentos disponíveis. O inquérito Escapad, por exemplo, só existe devido à oportunidade excecional que constitui este Dia de Convocação que substitui o serviço nacional e acolhe o conjunto da juventude francesa.

A questão da validade das informações recolhidas nos inquéritos à população geral pode, em parte, ser reduzida a uma questão de método

e da formulação precisa dos enviesamentos inerentes a todo um sistema de recolha da informação que assenta na via declarativa. Ela permanece contudo fortemente condicionada pela confiança que o inquirido tem no protocolo e também pelo interesse que ele pode ter em responder ao inquérito. Se a ideia de cidadania não aparece forçosamente como um valor fundamental aos olhos de todos, a noção de participação na construção de um saber mais realista, no qual podem assentar o debate público e a tomada de decisão política recebe, pelo contrário, a adesão massiva do público inquirido, em particular dos mais jovens. Acontece mesmo que os inquiridos que inicialmente apresentam uma posição de princípio de oposição às sondagens, em geral, acabam por aceitar os argumentos se eles forem judiciosamente apresentados pelos inquiridores.

É necessário pois não os dececionar, pois parece que os decisores políticos se apoiam cada vez mais nestes dados para construírem e argumentarem as suas decisões. É certo que o quadro normativo se reveste de uma importância crucial: no caso da *cannabis* em França, assim como na maior parte dos países europeus, a extensão do seu uso entre os adolescentes e os jovens adultos é tal, que, frequentemente, a norma é ter, pelo menos, experimentado o produto. Esta circunstância é suscetível de facilitar as declarações no âmbito de um inquérito, qualquer que ele seja. Mas isto é menos o caso quando consideramos outros produtos como o *ecstasy* (ainda que este goze de uma imagem positiva, hedonista e ligada à partilha, numa razoável franja da população dos jovens adultos), as anfetaminas ou a cocaína, e não é de todo o caso para os produtos como o *crack* ou a heroína, cujos níveis de consumo recolhidos através dos inquéritos à população geral têm de ser analisados com precaução.

Finalmente, através destes grandes inquéritos quantitativos, se ninguém pode ter a certeza de dar conta dos comportamentos escondidos, torna-se possível, ao criar uma situação favorável à sua emergência, e dando ao inquirido um lugar de ator, injetar um olhar útil sobre alguns destes comportamentos. A chave da compreensão dos consumos de drogas encontra-se numa articulação entre as abordagens qualitativa e quantitativa, numa transgressão das fronteiras entre estas duas abordagens, naquilo a que chamo os *interstícios* dos inquéritos estatísticos.

Para compreender as práticas e as representações dos inquiridos e para saber o que está em jogo aquando da aplicação do questionário, é necessário passar longas horas a observar as hesitações nas respostas, as

encenações, quer para melhorar o instrumento, quer para compreender o que se joga em tal contexto, o que se passa fora das caixas reservadas para receber as respostas, nas margens dos questionários, nos comentários livres dos inquiridos. Trata-se, de certa maneira, de descobrir as linguagens que se inscrevem nos espaços onde o **concetor** amarrou o instrumento de recolha, fechando as questões. Trata-se, em definitivo, de assumir uma postura próxima da do inquérito etnográfico, no interior dos inquéritos quantitativos realizados sobre grandes amostras.

Bibliografia

- BECK, F. (2001). *Entre représentativité des échantillons et représentation des usages : l'apport des enquêtes en population générale à la compréhension des usages de drogues*. Université René Descartes Paris V (Tese de Doutoramento).
- BECK, F., & Peretti-Watel, P. (2001). Influence du mode de collecte sur les usages de drogues illicites déclarés par les 15-19 ans. *Population*, Vol. 56, 6, 963-986.
- BECKER, H. S. (1985 [1963]). *Outsiders*. Paris, Métailié.
- BERGERON, H. (1999). *L'Etat et la toxicomanie : histoire d'une singularité française*. Paris, Presses Universitaires de France, Collection Sociologies.
- BJARNASSON, T. (2004). *Contrast effects on perceived risk of substance use: Evidence from the 2003 Icelandic ESPAD survey*. Paper apresentado na reunião do projeto de ESPAD realizada em Viena, 27-28 de setembro.
- CAVARLAY, B. Aubusson de (1999). Du dossier de procédure aux filières pénales, l'effet d'entonnoir et le syndrome du réverbère – Le cas des infractions à la législation sur les stupéfiants. In C. Faugeron (Ed.). *Les Drogues en France : politiques, marchés, usages*. Genève, pp. 151-159.
- CICOUREL, A. V. (1964). *Method and measurement in sociology*. New York, Free Press of Glencoe.
- EHRENBERG, A. (Ed.) (1992). *Penser la drogue, penser les drogues*. Paris, Editions Descartes.
- EHRENBERG, A. (1995). *L'Individu incertain*. Paris, Essai société, Calmann-Lévy.
- FASSIN, D. (Dir.) (1998). *Les Figures urbaines de la santé publique. Enquête sur des expériences locales*. Paris, La Découverte.
- GOFFMAN, E. (1973). *La Mise en scène de la vie quotidienne [tome 2: Les relations en public]*. Paris, Les Editions de Minuit.
- GRÉMY, J.-P. (1993). Questions et réponses : quelques résultats sur les effets de la formulation des questions dans les sondages. *Sociétés contemporaines*, 16, 165-176.

- HÉRAN, F. (1984). L'assise statistique de la sociologie. *Economie et Statistique*, 168, INSEE, 23-37.
- MAUGER, G. (1984). L'apparition et la diffusion de la consommation de drogues en France (1970-1980). Eléments pour une analyse sociologique. *Contradictions*, 40-41 (H.S.), 131-148.
- PADIEU, R. (1994). *L'Information statistique sur les drogues et toxicomanies*. Paris, La documentation française.
- PERETTI-WATEL, P. (2001). Comment devient-on fumeur de cannabis ? Une perspective quantitative. *Revue française de sociologie*, Vol. 42, 1, 3-30.
- RICHARD-ZAPPELLA (1990). Variations interrogatives dans la question du sondage. *Mots*, 3.
- ZINBERG, N. (1974). *Drug, Set and Setting*. New Heaven, Yale University Press.

QUANDO DESCREVER SIGNIFICA EXPLICAR

*Métodos qualitativos no estudo das políticas de saúde pública francesas face ao abuso de drogas**

Henri Bergeron**

Introdução

A elaboração de uma teoria explicativa que supostamente responda a um problema de ordem sociológica é o desfecho de uma estratégia de pesquisa que, frequentemente, não obedece à ortodoxia apregoada nos manuais de metodologia. Não há dúvida de que numerosas pesquisas seguem, de facto, um desenvolvimento imprevisível, seguem vias oblíquas, abandonam pistas traçadas há longa data, tomam as direções que se apresentam oportunamente, acrescentam trajetos inéditos e interrupções inopinadas, etc. Mas o que podemos qualificar, sem nos arrependermos, de “bricolagem metodológica” (Mendras & Oberti, 2000) raramente constitui objeto de uma explicação clara. É a esta tarefa, entre outras, que se propõe dedicar este artigo: tornar visíveis as estratégias metodológicas que permitam recolher os materiais qualificativos necessários¹ à formulação de uma “teoria enraizada” (*Grounded Theory*, Glaser & Strauss, 1967), tentando dar conta de (explicar)

* Bergeron, Henri (2005), “When describing is explaining: qualitative methods in the study of the French public health policy toward drug abuses”, in R. Boudon, M. Cherkaoui & P. Demeulenaere, *Qualitative Research*, London, Sage.

Este texto foi apresentado pelo Autor no Colóquio sobre o tema do livro, tendo sido obtida a autorização de publicação em português junto do Editor da Revista (entretanto encerrada) onde o artigo foi publicado. Posteriormente o Autor concedeu-nos a autorização de publicar o texto em francês.

** Centre de Sociologie des Organisations, Institut d’Etudes Politiques de Paris.

1. Recorremos aqui à definição de Strauss e Corbin (1991: 17), que designa por pesquisa qualitativa, “qualquer tipo de pesquisa que produza resultados que tenham sido conseguidos sem ser através da utilização de procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação”.

uma singularidade: a da política francesa em matéria de tratamento da toxicodependência. Não se trata nestas páginas de apresentar com detalhe a descrição da problemática substantiva que motiva este trabalho (remetemos o leitor para Bergeron, 1999, 2002), mas, por exigência da causa acima definida, podemos contentar-nos com reduzi-la à seguinte formulação: a política francesa, em matéria de tratamento da toxicodependência (principalmente face à heroína), manteve-se durante muito tempo (até 1995) uma política essencialmente *curativa* (perspetiva de causalidade que se dedica às presumíveis causas da patologia), orientada para o objetivo terapêutico de abstinência, mobilizando para esse fim a técnica principal da psicoterapia de inspiração psicanalítica. Por contraste, a maior parte dos outros países europeus, ao reagir à epidemia da sida e da hepatite C, e à degradação da situação social de uma parte importante dos toxicodependentes², optou, a partir de meados dos anos 1980, por uma política *paliativa* de tratamento das *consequências* somáticas e sociais ligadas às práticas da toxicodependência, política essa de “redução dos riscos” (perspetiva consequencialista), prevendo, entre outras medidas, a distribuição extensiva de produtos de substituição como a metadona³. Com efeito, estimando que este opiáceo de síntese facilitaria a estabilização dos toxicodependentes, favorecendo o fim das práticas de injeção intravenosa, esperava-se, nesses países, que os toxicodependentes inseridos no programa da metadona (“substituídos”) não ficariam prisioneiros de um modo de vida em que a procura de heroína e os meios para a conseguir concentrassem o essencial das suas atividades em detrimento de quaisquer outras (reinserção, adoção de medidas sanitárias, regularização administrativa, etc.); esperava-se⁴ igualmente que a sua distribuição massiva permitisse contrariar a difusão do vírus VIH e VHC. Até 1995⁵, na Europa, somente a França não considerava dever decidir-se

2. Por uma questão de comodidade, designaremos neste texto como “fatores exógenos” estes dois fenómenos: o desenvolvimento da epidemia da sida e a degradação da situação social de numerosos toxicodependentes.

3. A título de ilustração espetacular desta singularidade, em 1994, não se contavam menos de 9500 centros de metadona em Espanha, 17 000 na Grã-Bretanha, 15 650 em Itália, 10 300 na Suíça e 8400 nos Países Baixos. Nessa mesma época, em França, não existiam senão 77 centros de metadona “em atividade”, para uma população de heroinómanos, estimada em cerca de 160 000 indivíduos.

4. Digo esperava-se, porque a causalidade estabelecida por certas pessoas entre a distribuição extensiva de produtos de substituição e uma fraca prevalência da sida ou da hepatite C era contestada por outras.

5. Somente em 1995, ou seja, no mínimo quatro ou cinco anos depois dos outros países europeus, o Ministro da Saúde francês decidiu aplicar uma política de “redução dos riscos” e disponibilizar produtos de substituição:

por uma política semelhante. Como explicar esta singularidade? Como compreender que a França tenha podido continuar a conduzir uma política curativa, recusando o que a maior parte dos outros países europeus, com mais ou menos conflitos, mais ou menos rapidamente, tinha finalmente decidido aceitar muito antes dela?

A resposta mais sintética que se pode dar, assegurando deste modo o respeito pelo princípio dito de parcimónia, caro a Glaser e Strauss, em virtude do qual, uma teoria pertinente deve poder ser reduzida a um número “restrito de categorias e de processos fundamentais” (La Laperrière, 1997: 378), pode ser descrita nestas poucas linhas: a recusa prolongada de introduzir a metadona no dispositivo francês e, mais genericamente, a dificuldade em aplicar uma política de “redução dos riscos” podem explicar-se principalmente através do facto de que a grande maioria dos atores intervenientes, quer dizer, os profissionais e administrativos que atribuíram a si próprios o monopólio da palavra e, face a esta matéria de ação, a gestão desta política (argumento 1), teve uma leitura particular do fenómeno da toxicodependência e daquilo que convém fazer ou não fazer quanto a esta matéria: o que mostramos no nosso trabalho é o que se constituiu, com efeito, no tempo de uma história, aquilo a que vamos chamar a partir de agora o “paradigma francês dos cuidados”, mistura relativamente coerente de proposições cognitivas e axiológicas, principalmente no início (anos 1970), antipsiquiátricas, contraculturais e ligadas aos movimentos de 68 e depois, maioritariamente (anos 1980), psicanalíticas. Ora, este paradigma, que vai dominar durante muito tempo o campo dos cuidados dedicados à toxicodependência e as conceções dos atores que nesse campo investiram, não foi de modo algum favorável, por razões que aqui não podemos expor (ver, para mais detalhes, Bergeron, 1999), à aplicação de uma política paliativa de “redução dos riscos” e à introdução da metadona (argumento 2).

Em consequência, responder à questão da singularidade da política francesa levou-nos, assim, a formular duas interrogações principais: 1. Como é que os atores responsáveis por esta política chegaram a opiniões convergentes sobre este problema e como conseguiram tornar essas ideias politicamente legítimas, isto é, como conseguiram instituí-las como guia

três anos depois, em 1998, perto de 48 000 heroínómanos foram, assim, oficialmente “substituídos” em França (40 000 com Subutex, outro opiáceo de síntese, especialmente vocacionado para os heroínómanos, e 8 000 com metadona. *Le Monde*, 7 de maio de 1998).

cognitivo e normativo da política pública setorial? 2. Como é que estas ideias se puderam *manter* dominantes em França durante tanto tempo? Estas duas questões levaram-nos a considerar, em particular, os problemas associados à formação, à manutenção e, posteriormente, à transformação das crenças coletivas (quer dizer, partilhadas por um grande número de indivíduos), quer fossem verdadeiras ou falsas, quer justas ou injustas. Com efeito, se aceitarmos que não existem ações sem crença (no sentido metafórico do termo, Neuberg, 1998), podemos afirmar que os atores da política que estudámos construíram, e depois mantiveram, uma certa forma de intervenção terapêutica, porque tinham endossado, e continuavam a endossar, determinadas crenças. Inserindo-nos numa perspetiva acionista e retomando o modelo cognitivista das crenças coletivas desenvolvido por Raymond Boudon nestes últimos trabalhos (1986, 1990, 1995), tentámos, assim, mostrar que as crenças coletivas se apoiavam num complexo heteróclito (quer dizer, de natureza diversa) de razões compreensíveis (no sentido de Weber, *deutend Verstehen*) relativo ao contexto histórico no qual se situavam e que, precisamente, convinha restituir. Finalmente, voltando aos casos individuais (as crenças que levam a ações) e aos fenómenos sociais (domínio de um paradigma), esperávamos demonstrar o poder, não somente descritivo, mas sobretudo e num mesmo movimento, explicativo dos materiais qualificativos. Retomemos estes dois pontos.

Ponto I: o domínio progressivo de um paradigma e a constituição de um monopólio de especialização

Para responder à nossa primeira questão (que de facto é dupla: como se formou um consenso sobre o que convinha fazer e não fazer em matéria de tratamento da toxicodependência e como é que as ideias decorrentes desse paradigma puderam tornar-se legítimas, isto é, institucionalizar-se como guia cognitivo e normativo da política pública nessa matéria?), empreendemos um trabalho de reconstrução histórica da génese do campo dos cuidados face à toxicodependência, que se constituiu como tal na sequência da aprovação de uma lei de exceção⁶ que regulamenta – ainda

6. Lei n.º 70.1320 de 31 de dezembro de 1970, relativa às medidas sanitárias de luta contra a toxicodependência e de repressão do tráfico, bem como ao uso ilícito de substâncias venenosas.

hoje – a utilização, a venda, a produção e a venda de produtos estupefacentes. Pretendemos aqui demonstrar o domínio daquilo a que chamáremos “paradigma francês dos cuidados”, e no qual, entre outras considerações, a psicanálise desempenhava um papel decisivo como base *teórica* referencial, quer dizer, como quadro cognitivo principal a partir do qual se descodificava o fenómeno complexo da toxicodependência e da sua etiologia. Este fenómeno social – este domínio da psicanálise – não tinha nada de trivial e de evidente à partida: com efeito, à época da constituição do campo de cuidados da toxicodependência (anos 1970), quando se criaram as primeiras estruturas de cuidados no terreno, quando se iniciaram as primeiras consultas hospitalares da especialidade, quando se formou o “gabinete” especificamente encarregado destes assuntos no interior do Ministério da Saúde, quando se afirmaram nos meios de comunicação e nos corredores da administração os primeiros especialistas na matéria⁷, etc.; em resumo, quando se formou aquilo a que passaremos a chamar de política francesa de tratamento da toxicodependência, o espírito e as vontades inclinavam-se para a experimentação de todas as fórmulas terapêuticas disponíveis (*free-clinics*, comunidades terapêuticas⁸, distribuição de metadona⁹, seguimento ambulatorio do tipo socioeducativo, psicológico ou psiquiátrico, etc.), a exploração e a aplicação de todos os (raros) saberes, por pouco constituídos que fossem, e a contratação de todos aqueles que apresentavam uma inclinação para se ocuparem destes seres estranhos e hostis que constituíam aos olhos de grande número, em França, no início dos anos 1970, os toxicodependentes. Toda a gente era unânime: era necessário tentar tudo, uma vez que não se conhecia nada desta “patologia” cujo desenvolvimento massivo (ou o pretenso desenvolvimento

7. Esta apresentação sob forma de *tabula rasa* é um pouco exagerada, mas não temos sequer tempo de entrar em detalhes que não acrescentariam nada ao argumento que pretendemos aqui desenvolver.

8. As “comunidades terapêuticas” são centros de vida em comum, juntando um certo número de toxicodependentes num mesmo espaço; colocam como centro do seu poder terapêutico a reabilitação pelo trabalho, fundamentando, mais ou menos claramente, as suas justificações científicas nas teorias comportamentalistas.

9. Com efeito, é necessário sublinhar que, a par da utilização que descrevemos mais acima, quer dizer, aquela que se opera no quadro de uma política paliativa, a metadona pode ser distribuída igualmente no quadro de um tratamento curativo, seja com uma finalidade de abstinência a um curto ou mais longo termo (desabituação progressiva da metadona), seja no quadro de um tratamento de longo curso (eventualmente para toda a vida); isto considerando os médicos que militam a favor da ideia de que a toxicodependência resulta de uma deficiência biológica quer inata, quer adquirida.

massivo¹⁰) se impunha progressivamente como “fenómeno de sociedade” no espaço público.

No entanto, uma dezena de anos mais tarde, quer dizer, no início dos anos 1980, o “mistério científico” das primeiras horas deu lugar às convicções da psicanálise, e as veleidades pragmáticas da experimentação terapêutica deram lugar à difusão, por todo o território francês, de um modelo de cuidados quase único e a partir de então institucionalizado como padrão, tanto pela administração, como pelos profissionais; dez anos depois do início da louca aventura onde tudo estava por descobrir e por tentar, a toxicodependência, como a partir de então o afirma a maioria daqueles que são identificados como especialistas, já não tem nada mais a esconder: “tornou-se” em alguns anos o sintoma de uma estrutura psicopatológica subjacente – nevroses, psicoses ou perversões. E o campo dos cuidados da toxicodependência viu-se assim povoado de estruturas terapêuticas no centro das quais brilha a psicologia e labora a psicoterapia de inspiração psicanalítica (cujo quadro, é certo, foi desenvolvido)¹¹. Em dez anos, as versões alternativas de soluções curativas e paliativas (metadona, comunidades terapêuticas, etc.) e de saberes que as inspiram foram afastadas para que se impusesse dominante, pelo menos de um ponto de vista teórico, o paradigma psicanalítico: no terreno, nas estruturas de cuidados ou nos gabinetes do Ministério¹², acreditava-se, mais ou menos firmemente, na validade das propostas cognitivas e axiológicas que derivavam deste paradigma.

É por vezes tido como satisfatório, quando tal fenómeno de domínio se encontra estudado, proceder-se – a um nível dito macrossocial – à referenciação das condições socioculturais e institucionais favoráveis e, em seguida, explicar a ocorrência do fenómeno em questão como consequência dessas mesmas condições, variáveis ou fatores gerais (quando não se é tentado, ainda mais, por uma explicação monista): como

10. Certos autores (por exemplo, Bernat de Celis, 1992) mostram, com efeito, que a mobilização mediática e política que se orchestra em torno do que rapidamente se torna “um flagelo da sociedade” nada tem de proporcional com a realidade objetiva do fenómeno em França, entre 1968 e 1970.

11. Para uma apresentação mais detalhada, e forçosamente mais matizada destas afirmações, remetemos o leitor uma vez mais para Bergeron (1999).

12. Vejam-se as conclusões e as reflexões contidas no Relatório Pelletier (1978), documento político sobre as orientações francesas nesta matéria.

defendia Durkheim, que, no entanto, não seguiu essa recomendação em numerosos dos seus trabalhos (veja-se a leitura individualista que Boudon faz do método ‘realmente’ usado por Durkheim, em *Suicídio* ou em *Formas elementares da vida religiosa*), as causas de um fenómeno social devem ser procuradas em outros fenómenos sociais. Neste caso, tratar-se-ia de mostrar que o campo da toxicodependência, que, por assim dizer, se constitui múltiplo no início dos anos 1970, não deixa de ser menos limitado, dominado por toda a espécie de instituições, podendo rapidamente inferir-se, sem irmos mais longe, que elas determinaram o curso do seu futuro: concluir-se-á aqui que a psicanálise dominou o campo *porque* ela constituía um saber que se aliava, sem demasiados atritos, a certas condições socioculturais e institucionais mais gerais. É verdade que a versão da prestação dos cuidados que defendia era globalmente congruente com o espírito da lei – aquela que foi votada em 31 de dezembro de 1970 e de que já falámos aqui – e com uma cultura política tipicamente francesa: alguns autores (por exemplo, Ehrenberg, 1995, 1996) mostraram que, para a cultura política francesa, a única individualidade digna deste nome é a cidadania. Em França, “libertado desta dimensão, o individualismo (não seria) senão egoísmo” (Ehrenberg, 1996: 7), o sinal de uma viragem sobre a única dimensão privada da existência. O virar-se para si significaria, segundo estes autores, o fim do laço social, e o pluralismo de interesses seria concebido como uma ameaça para a República. Ora, no imaginário político francês, o toxicodependente é – afirma-se – a parangona do “individualismo virado para si”: ele estaria completamente prisioneiro da sua vida privada e teria perdido a qualidade essencial de cidadão. É compreensível, nestas condições, que, em França, a abstinência tenha sido concebida como o objetivo irredutível do tratamento dos toxicodependentes, um ideal societal de primeira importância: era necessário libertar o cidadão de uma droga que o alienava, assim como libertar o corpo social do mal que ele comportava (política de erradicação das drogas). Ora, a psicanálise, também ela, por razões que não podemos aqui detalhar cabalmente, faz da abstinência não somente uma condição para a prestação de cuidados¹³, mas igualmente o horizonte terapêutico essencial para o

13. No quadro desta interpretação, a droga é reputada como capaz de neutralizar a palavra, anestesiando a angústia e mascarando o ferimento fundamental que se procura precisamente afastar.

qual tende a terapia¹⁴. Haveria pois uma igualdade de objetivos entre uma cultura política e uma doutrina terapêutica. Poder-se-ia ir ainda mais longe, mostrando a existência, para retomar uma expressão célebre, de afinidades eletivas entre, por um lado, uma “mentalidade política tipicamente francesa”, que concebia a lei – e, em particular, a de 1970 – como procurando não tanto regular as práticas diversificadas, mas antes fixar interditos e normas e encarregando a administração de uma missão pedagógica de formação e de educação do cidadão (Ehrenberg, 1995, 1996), e, por outro, uma “mentalidade psicanalítica”, no nosso caso essencialmente lacaniana, que assimilava a lei jurídica e a lei simbólica (Ralet & Stengers, 1991), sendo considerada a toxicodependência como um modo de funcionamento compulsivo para pessoas que nunca tinham conhecido a Lei do Pai para se estruturar. Nos dois casos, a lei funcionaria como um instrumento de que se serve a operação de formação e de restauração do Sujeito ou do Cidadão que se oculta por trás do toxicodependente. Pode ser tentador, nestas condições, contentar-se com o evidenciar desta convergência de objetivos e/ou destas afinidades de sentido e ficar por aí, crendo e deixando crer que assim se explicou a “variável dependente” com a ajuda de uma outra variável.

Portanto, é também muito fácil mostrar que outros saberes ou soluções terapêuticas, tendo em conta estas mesmas condições socioculturais e institucionais, se encontravam, potencialmente pelo menos, igualmente elegíveis como tecnologia terapêutica e grelha cognitiva de interpretação do fenómeno da toxicodependência. A relativa congruência entre “mentalidade política” e “mentalidade psicanalítica” na França dessa época não pode constituir uma hipótese explicativa no sentido estrito, uma vez que a primeira variável não implica necessariamente a segunda: com efeito, uma tal hipótese não nos diz nada sobre a rejeição de uma solução como as comunidades terapêuticas (e as psicologias que sobre elas constituem os fundamentos teóricos), por exemplo, que têm finalmente quase tantas afinidades eletivas com a cultura política francesa e visam igualmente o objetivo societal de abstinência. Não seria complicado também encontrar outros saberes e soluções igualmente elegíveis, desta vez tendo em vista

14. Idealmente, a abstinência decorre do “tratamento”, mais ou menos conseguido, dos disfuncionamentos psíquicos profundos de que a toma compulsiva de drogas é o sintoma: encontrando-se os conflitos resolvidos, o sintoma desaparece.

outras condições socioculturais e institucionais; condições que são difíceis de provar com certeza que tenham sido “menos determinantes” na história deste campo do que aquelas identificadas mais acima: por exemplo, se a metadona tivesse sido incrementada massivamente em França no início dos anos 1970, poder-se-ia talvez mostrar que o domínio desta solução (e dos saberes que lhe estão associados) estava associado a uma outra dominação, a da psiquiatria organicista e biologizante, ainda muito influente¹⁵ na psiquiatria desta década, assim como o eram os seus ilustres representantes no Ministério da Saúde (cf. oPr. Denicker, por exemplo); um tal cenário esteve, aliás, perto de acontecer: no início dos anos 1970, como sublinhámos, a escolha das soluções a desenvolver estava em aberto, e a distribuição massiva de metadona era, neste quadro, recomendada¹⁶; como apresentámos já (Bergeron, 1999), pouco faltou para que a psiquiatria pública não “recuperasse” a toxicodependência no início da década e não a integrasse numa lógica terapêutica, dando lugar de destaque à utilização dos medicamentos psicotrópicos. Esta psiquiatria biológica – que sabemos muito aberta a teses psicanalíticas – teria talvez constituído o referente cognitivo (científico) dominante e a panaceia francesa em matéria de tratamento dos toxicodependentes, com uma consequência provável de utilização massiva da metadona na cura, desde inícios dos anos 1970; um tal cenário teria dado lugar a fenómenos de “dependência de trajetória” (*Path Dependency*) tornando o destino e a forma do nosso campo, convém dizê-lo claramente, muito diferentes. Finalmente, parece que um tal trabalho de “referenciação macrológica”, *no caso que nos diz respeito*, conduziu à identificação de um número muito consequente de condições socioculturais e institucionais *potencialmente* “implicadas” no futuro do campo, de tal forma que este conjunto compõe um universo de valores e de normas suficientemente complexos, ambíguos e mesmo

15. Como bem o evidencia Turkle (1982), a psicanálise (lacaniana) só se começa a “instalar” verdadeiramente na psiquiatria a partir dos anos 1970, sendo-lhe até então hostil.

16. Efetivamente, tiveram lugar dois programas de metadona, de 25 casos cada, no início dos anos 1970 em dois hospitais parisienses, e um relatório elaborado em 1977 por uma comissão especializada estimava desejável o desenvolvimento destas experiências por toda a França; especificando melhor, com vista a um “tratamento de desintoxicação” da diacetilmorfina, isto é, a heroína... Isto significa que, mesmo no início da história que nos interessa, o leque das soluções terapêuticas possíveis era ainda muito vasto (cf. Decreto-Lei n.º 70-127 de 6 de fevereiro de 1970, respeitante à diacetilmorfina [heroína], aos seus sais e às suas preparações; circular DGC n.º 68 de 11 de junho de 1970 e circular n.º 149 de 13 de janeiro de 1971, relativas à designação dos estabelecimentos hospitalares que iriam deter esses produtos).

contraditórios que pode, *a priori*, dar origem a uma enorme diversidade de formas de política especializada.

A referenciação destas condições macrológicas favoráveis não é, pois, uma etapa suficiente para a explicação, quer dizer para a plena determinação das causas; mantêm-se no entanto incontornável: situando-nos no quadro do paradigma acionista, e por isso preocupados em dar conta dos fenómenos macrossociais como sendo o resultado da composição de ações individuais, elas mesmas consequência de crenças baseadas em *boas razões*, convinha, com efeito, restituir os diferentes contextos que permitissem tornar *compreensíveis* estas diferentes razões. Quando nos dedicamos a um tal trabalho de referenciação macrológica, é frequente que, não podendo ampliar cada vez mais os limites do objeto de estudo, tenhamos de nos apoiar em trabalhos que estabeleçam a existência de uma norma, de uma instituição ou de um fenómeno macrossocial¹⁷, sem que estas pesquisas tenham sido elas mesmas explicadas e estes “fenómenos macrossociais ou (estes) conceitos normativos [...] [reduzidos] às suas componentes individuais” (Cherkaoui, 2000: 146). Com efeito, mobilizámos no nosso trabalho, com fins de reconstrução contextual, estudos que documentavam a existência de certas instituições, fenómenos macrossociais ou normas, sem nunca renunciar, contudo, à ideia de que estes alguma vez fossem passíveis de ter uma explicação que os apresentasse como “a consequência desejada ou não de interações individuais ou o resultado da cristalização de longos processos históricos” (*Ibid.*: 146). Mas esta subtil restituição dos contextos não devia ser feita somente a nível macrológico: pode ser frutuoso enveredar por uma exploração que se poderá apelidar de ‘mesológica’, situada no meio, quer dizer, na situação imediata e direta na qual evoluem os atores e as instituições ou normas situadas a um nível mais societal. Procedemos, pois, à recolha de toda a espécie de documentos e vestígios suscetíveis de nos informarem sobre estes aspetos: artigos jornalísticos, especializados ou não, revistas e documentos profissionais, literatura sobre campos ligados ao da toxicodependência (campos psiquiátrico, sociais, de alcoolismo, etc.). Cientes de que abordaremos o problema específico do sentido das crenças

17. Por exemplo, proposições como: “A meio dos anos 1970, a psicanálise passou a ser dominante no mercado dos saberes psicológicos” ou “No início dos anos 1970, a tradição e o modelo público de tratamento dos problemas de saúde são de ordem principalmente curativa”, são teses de que nos servimos no nosso trabalho de contextualização da ação dos atores, sem que nos tenhamos, nós próprios, documentado, mas sobretudo sem que elas tenham sido sempre, elas próprias, tratadas no quadro do individualismo metodológico.

na parte seguinte, não nos alargaremos sobre a forma como tentámos explicar o progressivo domínio da psicanálise como perspectiva etiológica (quadro cognitivo) *no campo profissional*; salientaremos simplesmente que a adesão, mais ou menos fervorosa e ortodoxa, às proposições contidas nesse paradigma – adesão massiva que aconteceu nos finais dos anos 1970¹⁸ – se baseia num complexo de razões diversas que faziam *sentido*, dado os contextos propositadamente reconstruídos quanto à situação imediata dos atores interessados e, finalmente, quanto às disposições de que, acreditava-se, fossem dotados. Para reconstruir estas razões de caracteres diversos (alguns de natureza axiológica, outros cognitiva, outros ainda instrumental, como a utilitarista, etc.), as entrevistas qualitativas semidirigidas revelaram ser decisivas¹⁹, a par de outros materiais de que já falámos; encontrámos, assim, toda a espécie de atores que tinham participado na política pública: alguns deles desempenharam um papel histórico “visível”, foram conhecidos e reconhecidos por todos como *leaders* carismáticos, tomaram por diversas vezes a palavra em público, ocuparam cargos prestigiados ou de importância, nos quais tentaram, da melhor forma possível, orientar o “curso da História” que lhes dizia respeito; mas outros, muito mais numerosos, trabalhavam “na sombra”, no terreno ou nos ministérios: psiquiatras, psicólogos, educadores especializados, assistentes sociais, responsáveis pelos problemas sanitários em certas comunidades, médicos de clínica geral, secretários em administrações, policiais, etc.; quando nos debruçamos sobre questões relativas nomeadamente à *difusão* de crenças, parece indicado que se recolham testemunhos junto de “informadores” muito diferentes (princípio de diferenciação interna da amostra). A partir destes materiais, elaborámos diferentes ideais-tipo de atores; atores a quem se atribuíram motivos, razões típicas para acreditar e, por isso, para agir. O estabelecimento da hipótese relativa à substância das razões que motivavam essas crenças e ações seguiu o princípio bem conhecido da saturação (teórica): parávamos as nossas investigações quando as entrevistas não nos forneciam elementos suplementares decisivos. É de notar que a postura

18. Enquanto a maior parte dos profissionais dedicados a este campo apresentava, de início, quer dizer, no início dos anos 1970, uma vontade forte de emancipação face a todo o saber constituído, qualquer que ele fosse (e, por isso, particularmente, face à psicanálise cujas “conceptualizações pontificadas proferidas por psicanalistas de salões parisienses” eram objeto de mofa. Cf. Bergeron, 1999).

19. Para este trabalho foram realizadas, num total, cerca de trezentas entrevistas qualitativas semidirigidas com uma duração média que se aproximava das duas horas.

adotada neste programa de entrevistas se foi transformando à medida que progredíamos no conhecimento do campo: de uma atitude de reserva empática, passávamos, quando sentíamos o momento de saturação chegar, a uma atitude mais ativa, manipulando, como Peneff (1990) recomenda que se faça por vezes, enunciados e questões voluntariamente provocadores, a fim de testar a validade de hipóteses em curso de elaboração. No termo deste trabalho, mostrámos que a adoção de uma perspetiva que remetia mais ou menos rigorosamente para o paradigma psicanalítico, para uma maioria de profissionais do campo, foi uma tarefa que, apesar de gozar de condições favoráveis, se baseou em razões percebidas como sólidas, quer dizer, senão demonstrativas, pelo menos convincentes (Boudon) e que tinham a ver com os contextos nos quais os atores se situavam. O domínio do paradigma psicanalítico *no campo profissional* da prestação de cuidados face à toxicodependência tornava-se compreensível. Estando isto feito, ele estava explicado.

Mas faltava-nos também mostrar de que forma alguns destes profissionais tinham conseguido instalar estas crenças no trono da *legitimidade política*, quer dizer, como uma grelha cognitiva e normativa que guiava a política pública especializada. Toda a espécie de documentos e de arquivos foram aqui explorados a fim de reconstituir as grandes etapas da formação desta política: textos jurídicos (leis, decretos, regulamentos, circulares, etc.), arquivos ministeriais e administrativos, relatórios e processos verbais de reuniões, artigos de jornais, etc. As entrevistas qualitativas foram aqui, igualmente, mais determinantes: procurámos, assim, interrogar os indivíduos que desempenharam um papel-chave na definição do que devia ser a política francesa nesta matéria e na sua gestão. Procedemos a uma amostragem através do método da bola de neve, no qual as pessoas encontradas não deixavam de nos citar novos nomes de colegas ou de personagens que julgavam desejável questionar. O princípio da saturação (empírica) ajudou-nos a delimitar os contornos desta amostra: parámos quando tivemos a convicção de que a maior parte das pessoas julgadas incontornáveis, em um ou outro determinado momento da história em construção, tinham sido encontradas ou quando estimávamos ter informação e testemunhos suficientes sobre certas pessoas ou acontecimentos para não necessitarmos de os contactar. Assim, passo a passo, se constituiu a lista dos atores que tiveram um papel decisivo na história da política: pessoal administrativo, responsáveis políticos, psiquiatras, psicólogos,

psicanalistas ou educadores especializados influentes, membros de delegações interministeriais, etc. Como se tratava de delinear com eles o quadro de uma evolução que decorria há mais de 25 anos, foram necessárias diversas entrevistas com a duração de duas horas. Aconteceu-nos frequentemente encontrar três ou quatro vezes as mesmas pessoas, e houve alguns indivíduos que incomodámos mais de uma dezena de vezes. O resultado deste trabalho é a apresentação de uma rede de atores (administrativos e profissionais no essencial) que reunia no seu seio pessoas que partilhavam opiniões, senão comparáveis, pelo menos congruentes sobre o que convinha fazer e não fazer em matéria de tratamento da toxicodependência. Mostraremos a forma como estes atores, depois de terem conseguido desacreditar as posições de outros profissionais vistos como concorrentes, conseguiram elevar-se a uma posição monopolista na definição e gestão da política pública. Descrevemos aí um processo, bem conhecido pelos cientistas políticos, através do qual emergiu aquilo a que se chama uma comunidade de política pública (*policy community*) formada por duas categorias principais de atores – administrativos e peritos profissionais – que souberam apoderar-se cada uma do seu campo, da liderança da palavra, da representação e da ação, a ponto de manterem incapacitados de agir, e por isso de incomodar, os outros atores suscetíveis de intervir, de uma ou de outra maneira, sobre o conteúdo definitório desta política setorial.

Parece-nos que este facto significa que fazer a história do sucesso de uma instituição, neste caso de uma teoria psicológica, é com frequência, simultaneamente, explicar o insucesso de uma ou de algumas outras: se, por exemplo, no início dos anos 1970, o cenário da distribuição extensiva da metadona, de que mais acima esboçámos os contornos plausíveis, não aconteceu, não foi, com efeito, por ela ser menos compatível com o conjunto *fixo* de normas e/ou instituições que se debruçavam sobre o campo num dado momento – quer dizer, no momento do seu nascimento –, mas porque certos psiquiatras²⁰ se bateram, sem encontrar resistência motivada²¹, para que tal não acontecesse. É o que revela a passagem para

20. Como Weber recomenda que se faça, para atestar a influência de um indivíduo, pode concluir-se que o destino neste campo teria sido muito diferente sem o envolvimento do Dr. Olievenstein, que ferozmente combateu os promotores da metadona e aqueles que defendiam as comunidades terapêuticas.

21. Com efeito, aqueles que experimentaram a metadona na psiquiatria de setor não se bateram por que ela fosse desenvolvida em França (para mais detalhes, veja-se Bergeron, 1999).

o nível micrológico: o estudo minucioso da história da gênese do campo da toxicodependência mostra que este último era povoado, pelo menos no seu início, por toda a espécie de atores diferentes, portadores de representações contrastadas, que podiam contribuir, no papel, para a realização de uma pluralidade de cenários. Como sugere Revel quando fala da micro-história, o trabalho “rasteiro” mostra com clareza que não existe UM “contexto unificado, homogêneo, no interior do qual e em função do qual os atores determinariam as suas escolhas” (Revel, 1996: 26), mas VÁRIOS contextos diferentes, instituições e normas diversas que dão origem, na realidade, a uma razoável variedade de experiências e de representações sociais, podendo, potencialmente, levar à gênese de diversos fenômenos sociais; haveria, pois, lugar para uma irredutível contingência que escamoteia com frequência as reconstruções históricas *ex post* que ligam entre elas as únicas variáveis macrológicas²². Esta passagem metodológica pelo individual, pelas componentes elementares da ação – os indivíduos –, revelava-se, pois, incontornável se quiséssemos mostrar como alguns de entre eles, fazendo fé no que tinham acreditado, conseguiram, “aproveitando-se” de certas condições macrológicas favoráveis, institucionalizar as suas crenças e a forma como outros atores, acreditando em outras proposições, por motivos que compete ao sociólogo explicitar, falharam (ou renunciaram) nessa tentativa.

Finalmente, se é frequente que as peritagens de origem científica e as soluções que nela se inspiram se instalam no trono da legitimidade política, quer dizer como guia cognitivo e programas de ação públicos, são *igualmente* aquelas que são potencialmente suscetíveis de passar para o espaço deixado livre por aquilo a que Tocqueville chamava de “paixões gerais dominantes” de uma sociedade, bem como de revelar a existência do que se poderia chamar uma “estrutura de acolhimento favorável” (de um ponto de vista político, institucional e/ou cultural), isso não basta para explicar o seu triunfo; a elegibilidade não leva sempre à dominação; falta-lhe ainda, com efeito, por um lado, esclarecer a forma como diferentes crenças fizeram sentido para diferentes atores, como se organizaram e enfrentaram as diversas redes de atores portadores de soluções e de saberes, eventualmente concorrentes, e, por outro, compreender a influência dos meios de comunicação, das associações dos respetivos públicos, etc.

22. Sublinhamos – é um truísmo – que o estabelecimento de causas não elimina um certo grau de indeterminação.

Se utilizássemos uma analogia para esclarecer, tanto quanto possível, a diferença entre estes dois momentos da pesquisa sociológica, poderíamos remeter, estando conscientes das imperfeições de uma tal aproximação, para as diferenças que distinguem etiologia e patogenia²³: a primeira etapa consistiria em identificar as condições socioculturais e institucionais gerais favoráveis à eleição de uma teoria de origem científica e soluções que se reclamam como especialidade política e programa de ação pública; na segunda dar-se-ia conta das ações e mecanismos sociais mais micrológicos que potencializam esta elegibilidade. A escolha desta analogia não é puramente fortuita; comparando uma “Ciência da Natureza” e uma “Ciência do Espírito”²⁴, recorreremos uma vez mais a Weber, contrariando Dilthey, que opunha compreensão e explicação, sabendo-se que sublinhava, pelo contrário, as similitudes do *método* que existiam entre estes dois tipos de ciência (Raynaud, 1987; Colliot-Thélène, 2001).

Ponto II: Estabilidade das crenças

Mas a nossa demonstração não podia parar aqui: como temos vindo a afirmar muitas vezes em outros textos, uma coisa é mostrar como as crenças se tornaram dominantes, revelar os mecanismos e processos através dos quais elas se institucionalizaram como “ideias reguladoras” (no sentido kantiano) da política francesa (instaladas legitimamente como princípios cognitivos e normativos que enquadram o dispositivo e as práticas profissionais no campo) e, enfim, tornar evidente uma morfologia social particular (reticular), quer dizer, apresentar uma rede de atores com opiniões globalmente convergentes tornada progressivamente autónoma na definição e na gestão da política; uma outra é explicar a razão por que estes mesmos atores, membros desta rede de política pública (*policy network*), não tinham eles próprios revisto as suas crenças com o golpe da irrupção da sida e da modificação das características epidemiológicas da situação, cada vez mais importante, da população de toxicodependentes (fatores exógenos). Dito de outra forma, por que razão estes peritos, que conheceram

23. A etiologia: procura causas de uma doença; a patologia: procura os mecanismos através dos quais as causas patogénicas determinam a doença.

24. Sabe-se que Weber preferia a expressão “ciências da cultura”.

mais de perto a questão da droga, sendo por isso mais suscetíveis, *a priori*, de revelar mais rapidamente e com maior acuidade as transformações epidemiológicas de que temos vindo a falar, ficaram convencidos da validade e/ou da legitimidade de propostas como “A abstinência de todo o produto deve permanecer como o objetivo *prioritário* da política”, “As técnicas derivadas mais ou menos rigorosamente do paradigma psicanalítico são as mais adaptadas aos cuidados curativos da toxicodependência”, ou ainda, mais especificamente, mas com valor de símbolo, “A introdução massiva da metadona no arsenal terapêutico francês é uma solução a evitar”?

Esta forma de colocar o problema – a estabilidade da política depende ela própria da estabilidade das crenças daqueles que detêm o monopólio da sua definição e da sua gestão – impõe uma vez mais uma passagem micrológica. Após o inquérito empírico, formulámos a hipótese de que “manter este estado de coisas” face às crenças dos indivíduos em questão pode explicar-se como resultando da conjunção de três tipos de efeito: um efeito de posição, um efeito de disposição (Boudon, 1986) e um efeito dito de situação²⁵. Precisemos acessoriamente que, na tradição de numerosos estudos qualitativos (Kaufmann, 1996), e contrariamente ao que poderia deixar crer a apresentação que se segue, os materiais qualitativos não foram recolhidos com o objetivo refletido de verificar hipóteses já constituídas, sendo antes estas últimas que, para nos expressarmos de uma forma ingénua, “emergiram” desses dados empíricos. Uma vez mais, neste trabalho tentámos acumular toda a espécie de materiais qualitativos suscetíveis de nos ajudarem a reconstruir, o mais detalhadamente possível, os contextos imediatos e os mais “longínquos”, assim como as disposições axiológicas e cognitivas dos nossos atores: tratando-se de compreender a estabilidade do *sentido* atribuído a certas crenças, convinha não somente apreender a forma como se estruturava a situação em que eles evoluíam, mas também descobrir quais eram os seus recursos cognitivos e normativos no momento do aparecimento daquilo a que vamos chamar transformações exógenas.

O primeiro efeito referenciado é um efeito dito de posição – um efeito de perspectiva cognitiva –, em virtude do qual o ator, posicionado num local singular do espaço social, só entra em contacto, se assim se pode dizer, com um

25. Boudon em *L'Idéologie* (1986) desenha a categoria genérica de efeitos de situação para designar o conjunto constituído pelos efeitos de posição e os efeitos de disposição. Aquilo a que chamamos aqui de efeito de situação não cobre, como iremos ver, a categoria traçada por Boudon.

registo *parcial* de informações: no caso que aqui nos interessa, este efeito revela-se principalmente no facto de os peritos de que falámos mais acima trabalharem no interior de estruturas de prestação de cuidados, no terreno, às quais só ocorria uma espécie singular de toxicodependentes. Estas são as conclusões clássicas da sociologia das profissões médicas (ver, entre outros, Freidson, 1970, que traça um inventário racional): as redes de cuidados, e mais particularmente as redes de especialistas, constituem-se de tal forma que: 1. não lhes chega senão um determinado perfil de pacientes, tendo em conta as suas patologias, as suas características epidemiológicas, etc., e mesmo as suas categorias sociais (argumento n.º 1 do *direcionamento seletivo*); 2. não circula no seu interior senão uma parte selecionada desta mesma população a ela seletivamente direcionada (argumento n.º 2 da *inclusão seletiva* nas redes de prestação de cuidados). No caso que estamos a tratar, pudemos assim mostrar que o profissional ideal-tipo, perito que aconselhava a administração sobre o que convinha ou não fazer “em matéria de droga”, durante muito tempo foi apenas confrontado, dizendo-o de forma caricatural, com toxicodependentes que não apresentavam as características cuja verificação esteve, nos outros países europeus, na origem da transformação das crenças e do desenvolvimento da metadona. É, de facto, o que ressalta da nossa pesquisa empírica: os profissionais franceses de prestação de cuidados estiveram a maior parte das vezes em contacto (argumento n.º 1) e trabalharam muito tempo (argumento n.º 2) com os únicos toxicodependentes em condições de subscreverem a oferta terapêutica que tinham constituído; tendencialmente, não tinham seguido no espaço terapêutico senão toxicodependentes conformes, quer dizer, cujas características, se não se conformavam, pelo menos não punham em perigo a especialidade desenvolvida e cujas crenças constituíam o seu fundamento. Ao contrário, mostrámos que aqueles que mais cedo do que os outros transformaram as suas crenças foram também aqueles que se encontraram confrontados com um maior número de toxicodependentes não conformes (no sentido em que acabamos de definir esta conformidade).

Três tipos principais de análise concorrem para a formulação desta hipótese. 1. A primeira é a que resulta do estudo qualitativo minucioso, inspirado na sociologia das organizações de Crosier e Friedberg (1977), da lógica das práticas de trabalho e da dinâmica das relações profissionais e institucionais estabelecidas no campo e com os outros campos (da saúde principalmente): sem poder entrar aqui em detalhe, este estudo demonstra

o carácter duplamente seletivo (no encaminhamento e na inclusão) dos dispositivos terapêuticos – e, portanto, do confronto tendencial dos profissionais com uma amostra *parcial* dos toxicodependentes – e mostra de que modo esta seletividade pode ser interpretada como um subproduto, não forçosamente investigado, de estratégias sedimentadas no tempo de uma história e de contratempos ligados às necessidades da ação coletiva (para uma análise mais detalhada sobre estes aspetos, veja-se Bergeron, 1996). A título de exemplo, mostramos de que forma os centros de prestação de cuidados, para manterem redes estáveis de cooperação necessárias ao seu “bom” funcionamento, devem irredutivelmente triar os seus clientes para que no espaço terapêutico só circulem os seus pacientes “socializados”, quer dizer, que respeitem os papéis que as diferentes instituições, preocupadas com o seu percurso no caminho da abstinência (tratamento de privação, permanência depois do tratamento, alojamento social, acompanhamento psicoterapêutico, etc.), querem vê-los desempenhar. 2. A segunda análise é a que decorre do exame aprofundado dos documentos profissionais da época (por exemplo, os artigos escritos para revistas especializadas e profissionais²⁶), exame do qual emerge a verificação da escassez dos discursos sobre o encontro entre o dispositivo especializado na prestação de cuidados e os toxicodependentes que apresentam características suscetíveis de voltar a pôr em causa a peritagem desenvolvida: nesses relatos, assim como no conteúdo dos colóquios profissionais, não é, de facto, relatada a ocorrência de encontro entre o dispositivo e o que Kuhn chama de “anomalias”. Note-se de passagem que cremos desejável, como sugerem Corbin e Strauss²⁷, consolidar esta hipótese através de alguns estudos quantitativos e estatísticas disponíveis (mas sumárias) apresentando o número de características principais das populações que frequentam as estruturas do dispositivo especializado e os organismos que remetem para o direito comum. Encontram-se aí, assim, índices²⁸

26. Recolhemos estes documentos como índice das preocupações dos profissionais de terreno no instante *t*. Assim, se o dispositivo e a peritagem desenvolvidos tivessem sido questionados, é provável que estes escritos tivessem relatado a ocorrência.

27. Como afirmam estes autores: “we can use some forms of quantitative data to partially validate one’s qualitative analysis” (Strauss & Corbin, 1991: 19).

28. Com efeito, a única consulta destas estatísticas não permitiria constituir solidamente esta hipótese, principalmente devido ao seu carácter incompleto.

que tendem a confirmar (de alguma maneira, por triangulação) a nossa hipótese principal de seletividade. Mas, se nos limitamos a estes dois primeiros tipos de análise, devemos contentar-nos com uma simples *hipótese* de causalidade que podemos formular da seguinte maneira: se não existem quaisquer encontros entre dispositivos e toxicodependentes não conformes, é lógico, e por isso pouco provável, que as crenças não tenham tido qualquer oportunidade de ser contestadas. Nada nos diz, no entanto, que seja *efetivamente* devido a este *motivo* que permaneceram imutáveis as crenças dos atores em causa. De facto, foram principalmente as entrevistas qualitativas que nos forneceram matéria para *fortalecer* tal causalidade (neste ponto, veja-se, igualmente, o parágrafo seguinte).

3. A terceira análise é então a das entrevistas qualitativas (ou antes, de partes do guião da entrevista), conduzidas com o fim de compreender, retrospectivamente, a recusa dos profissionais franceses em aceitarem um instrumento como a metadona, entendida no entanto, já o dissemos, como indispensável nos outros países europeus a partir do momento em que aconteceu a epidemia da sida e que se degradou a situação social de numerosos toxicodependentes (no início dos anos 1980). Ainda nesse caso, as entrevistas fazem levantar a hipótese do improvável encontro: elas mostram claramente que o essencial do trabalho com os pacientes, quer dizer, aquilo que mobilizava a atividade mais consequente em tempo, em energia e, finalmente, em contentamento profissional, era o realizado unicamente com os toxicodependentes suscetíveis de aceitarem o quadro terapêutico instituído, quer dizer, com aqueles que, precisamente a título desta característica específica, tinham sido selecionados. Ora, estes – quer dizer, aqueles que tinham sido *captados* no espaço terapêutico que, efetivamente, estavam a ser seguidos ao longo do tempo – encontravam-se a maior parte das vezes em situações sociais ou somáticas mais favorecidas, com uma propensão maior que os outros para uma verbalização, etc. (para mais detalhes, ver Bergeron, 1999). A análise das entrevistas permitiu-nos assim descrever a experiência *subjativa* do cuidador ideal-tipo da do meio dos anos 1980 e início dos anos 1990 como estando preenchida, qualitativa e quantitativamente, de encontros que os ligavam com os pacientes conformes, ou antes “conformados”, enquanto as “anomalias” – porque estes toxicodependentes não eram capturados na teia terapêutica – só tinham uma existência furtiva, efémera e, por isso, fenomenologicamente marginal. Como sublinhava Weber, foi finalmente este trabalho

de compreensão que, *no nosso caso*²⁹, autoriza o estabelecimento de uma cadeia causal com ligação à realidade (no nosso caso: raridade objetiva de encontros dispositivo/anomalias) com um motivo subjetivo (razão), motivo subjetivo de crença, crença para a ação e ações compostas como fenómeno social. Cada um no seu lugar, não se encontrando anomalias e sendo a sua experiência subjetiva dos cuidados marcada principalmente pelos encontros conformes, os nossos atores tinham boas razões para não acreditarem ser necessária a introdução massiva de metadona; e, mais genericamente, a política consequencialista dita de redução dos riscos durante bastante tempo bateu-se para que tal não tivesse lugar.

Convém que nos detenhamos aqui³⁰ sobre o estatuto que se pode atribuir aos depoimentos destes atores, estatuto tanto mais problemático na história de que nos ocupamos, quanto uma boa parte das entrevistas teve lugar numa época (1994-1995) em que a controvérsia pública sobre a inadaptação da política francesa foi mais intensa³¹. Quer por se oporem a um dispositivo julgado cada vez mais inadaptado às características da nova população de toxicodependentes, quer porque, pelo contrário, encravavam como uma missão defender o seu balanço e as suas opções, os atores entrevistados podiam, como facilmente se compreende, ser tentados a reconstruir *a posteriori*, de uma forma mais ou menos inconsciente, um itinerário que, vivido no dia a dia, no contexto que descrevemos, não seria certamente tão límpido. Este é um problema clássico da sociologia compreensiva (Weber, 1971, fala dos “motivos invocados” e de “recalca-mentos”; ver, igualmente, Pharo, 1985) e uma das principais dificuldades do nosso trabalho de tratamento das entrevistas qualitativas realizadas: como discernir o que remete para uma tentativa de apresentação de si num contexto favorável de um discurso “autêntico”? Tentámos neutralizar, ainda que de uma forma imperfeita – era inevitável –, essas dificuldades pela acumulação de dados nas fontes e contrastadas por natureza: não só

29. Como recorda Boudon (1998: 177), existem bastantes situações em que os interesses dos atores podem ser facilmente reconstruídos por projeção e em que não é “necessário dispor de documentos ou de testemunhos muito explorados sobre [os seus] estados de consciência” para formular hipóteses aceitáveis.

30. As referências que se seguem são, de facto, válidas para o conjunto dos diferentes momentos do trabalho de sociologia compreensiva.

31. Foram proferidas acusações muito severas, nomeadamente interpostas pelos meios de comunicação, num clima, sabe-se, em que o caso do “sangue contaminado” se tinha tornado motivo para todas as suspeições e precauções.

realizámos um número bastante importante de entrevistas³² e de pesquisas documentais (que nos permitiram, através do recorte das informações prestadas, definir mais precisamente o “real”), como passámos igualmente um tempo não negligenciável a partilhar, de maneira informal, a vida de certas instituições. Tivemos, para além disso, a possibilidade de poder efetuar ou de beneficiar de estudos sincrónicos realizados em períodos – em 1985 (Feliks), em 1990 (Bergeron) e em 1993 (Blangy) – durante os quais as respostas obtidas não estavam influenciadas pela existência de uma polémica pública e, por isso, por uma preocupação de apresentar uma versão que fosse mais ou menos favorável à ideia que se quisesse apresentar. Esta imersão qualitativa – a observação, a aplicação de entrevistas qualitativas semidirigidas, as pesquisas documentais, etc., que constituíam outras tantas ocasiões de socialização no campo – talvez nos tenha permitido, afinal, adquirir aquilo a que Glaser e Strauss chamam de *theoretical sensitivity*, que consiste em “an understanding of how things work in that field, and why, and what will happen there under certain conditions. This knowledge, even if implicit, is taken to the research situation and helps you to understand events and actions seen and heard [...]” (Strauss & Corbin, 1991: 43). Com este saber não formalizado, sentimo-nos como se estivéssemos a desenvolver este delicado trabalho de discernimento e a reconstruir as razões para as crenças e as ações. Uma tal socialização tem, pois, um mérito essencial, o de estabelecer uma tensão saudável entre proximidade e distância (como no caso do estrangeiro descrito por Simmel, cit. in Pires, 1997) com relação ao seu terreno: esta imersão não somente nos ajuda a não cairmos naquilo que Blumer denuncia como o pior dos subjetivismos, aquele em que “o observador objetivo, em vez de tomar o processo tal como ele se produz na experiência dos atores, os substitui pelas suas próprias conjecturas” (Blumer, 1962: 188, citado por Chapoulie, 1984: 594); como nos permite, num mesmo movimento, mesmo parecendo paradoxal, pelo menos num primeiro olhar, guardar uma *distância* crítica perante as entrevistas dos atores, ou de alguns deles, a título de um conhecimento mais fino do campo. A permanência prolongada do investigador no terreno, a observação, as tentativas de triangulação dos dados, o exame pelos pares das interpretações avançadas, a consulta das pessoas implicadas no

32. À medida que se fazia a sua administração, como já sublinhámos, estivemos cada vez mais ativos para testar o valor das nossas hipóteses interpretativas.

estudo, etc., constituem, como sabemos, outras tantas vias possíveis que permitem assegurar a *credibilidade* de uma interpretação e, mais genericamente, de uma investigação (Poupart *et al.*, 1997: 333); sem este trabalho empírico, a reconstrução da significação de uma conduta permanece “uma hipótese a verificar” (Raynaud, 1996: 113). Através deste trabalho, ela pode transformar-se em tese, se não for estritamente falsificável (Passeron, 1994), pelo menos empiricamente suportada e contestável³³. Por fim, quer dizer, no termo do seu avanço empírico, parece mais claramente que o conhecimento total que temos de um mundo social excede de longe a soma daquilo que se encontra formalmente contido em cada um dos tipos de materiais recolhidos.

O segundo efeito assinalado, e que obriga a que se pense de forma simultânea a ação, é o efeito de disposição, em virtude do qual (no nosso caso) os saberes, as teorias ou as partes teóricas que adotámos acabam por agir como um quadro cognitivo: mostramos aqui, ainda que banalmente, que as poucas anomalias que acontecem mesmo assim nas instituições de prestação de cuidados (apesar da seletividade de que temos vindo a falar) não se encontram ainda tendencialmente entendidas enquanto tal pelos profissionais do campo; estas anomalias são, quer ignoradas, quer, a maior parte das vezes, interpretadas na lógica do paradigma dominante e das suas rotinas cognitivas. É o que acontece, por exemplo, com a situação dos toxicodependentes mais velhos, ditos “veteranos do dispositivo de prestação de cuidados”, que tentaram um número importante de vezes o desmame da droga e começaram, passe o exagero, “dezenas de psicoterapias”, tendo, contudo, voltado a consumir indefinidamente. Estes indivíduos são *hoje* olhados como um alvo ideal para a metadona, havendo mesmo certos neurobiólogos que concebem as suas necessidades de droga como sendo a consequência de uma disfunção (alostasia) crónica e durável do sistema hedónico. Ora, naquela altura, por efeito de disposições, tinha-se estabelecido que esses toxicodependentes não eram suficientemente maduros, no sentido da “associação livre” da psicanálise, para fazerem o trabalho de introspeção necessário à restauração do Sujeito. Por fim, o encontro com estes pacientes, a quem hoje sem hesitação se dá metadona (ou outros produtos de substituição), não constituía, a maior parte das

33. Como sublinha Coenen-Huther (2001: 242), “a operação mental de compreensão por esforço de identificação com o outro” é certamente “um elo fraco da análise sociológica”, ainda que ela pouco se apoie nessa “socialização”.

vezes, ocasião para um questionamento da norma “nada de metadona” e para uma reapreciação de uma parte (pelo menos) das crenças que lhe subjazem. Foram necessários dois tipos de fontes essenciais para estabelecer, não somente o carácter operatório dos efeitos de disposição neste caso, mas, sobretudo, as modalidades da sua ação: o primeiro consiste na análise dos documentos profissionais (artigos de imprensa especializada, material de formação profissional, etc.), dos manuais ou de obras respeitantes a casos clínicos e teorias (psicanalíticas, nomeadamente), que, tal como os manuais de gestão estudados por Boltanski e Chiapello (1999), praticam, frequentemente, “o *exemplum*, seleccionando os casos retidos segundo a sua virtude demonstrativa” (*Ibid.*: 94-95). Estes documentos, e é neste ponto que nos interessam, expõem, com efeito, ambições mais prescritivas que descritivas: contribuíram, pois, para a difusão de normas e instrumentos conceptuais que enquadram a percepção dos pacientes e regulam as relações que os indivíduos alvo de cuidados deviam manter entre eles. Revelam, desta forma, maneiras de ver e, por isso, de fazer nos diferentes momentos da história do campo. As entrevistas qualitativas, por seu lado, envolveram também a “responsabilidade” dos efeitos de disposição na estabilidade das crenças; muito particularmente as verificadas em 1985, 1990 e 1993, num período “normal” (no sentido de Kuhn) da história do campo, quando a polémica não se tinha, ou mal se tinha ainda iniciado: por esse motivo, compreende-se bem como, por exemplo, as disposições cognitivas inspiradas pelo paradigma psicanalítico fizeram com que os terapeutas dessa época estivessem pouco inclinados a considerar a situação social ou somática dos toxicodependentes como uma informação pertinente *no quadro da relação terapêutica que eles desejavam manter com eles*: no que dizia respeito à legitimidade da separação dos “registos simbólico e real”, os terapeutas deviam, com efeito, evitar “intervir” na realidade “objetiva” do seu paciente (no caso, a sua situação sanitária e social); o que lhes interessava, de facto, não era tanto esse corpo ou essa via social enquanto tais, mas as relações singulares que o paciente mantinha com essas realidades: de forma paradigmática, a sida foi assim “tratada”, por alguns, como um risco suplementar que o indivíduo corria, estimando-se, pois, que ele jogasse compulsivamente com a morte para se testar (princípio da ordália). Compreende-se então muito bem que algumas das anomalias que os pacientes típicos encaravam não fossem percebidas como tais, uma vez que para isso foi necessário que as informações respeitantes

à vida social ou à situação somática dos pacientes tivessem sido subjetivamente consideradas.

O terceiro efeito é o que chamámos “efeito de situação” (a que Boudon (2000) talvez chamasse “efeito de ancoragem social”), como eco da importância que Crozier e Friedberg (1977) atribuem ao papel da *situação* na compreensão, e por isso na explicação, das estratégias nas organizações (ou, mais genericamente, como Friedberg sublinha (1993), em contexto de ação coletiva). Se é verdade que as sociedades globais, ou pelo menos alguns dos seus campos, “não são analisáveis como organizações” (Perrenoud, 1998: 123), então pode depreender-se que os indivíduos que “habitam” esses campos são, muito frequentemente, membros de organizações mais ou menos ligados a obrigações de papéis, membros de sistemas de relações de poder ou de interdependência, etc., que estruturam a *situação* em que evoluem. A nossa análise empírica mostra, assim, uma vez mais, e principalmente com base em entrevistas, que o que se edificou no tempo de uma história em política e no campo dos cuidados da toxicodependência foi constituído por jogos, desafios, sistemas de relações, etc.; numa palavra, tornou-se um “mundo social”, ordenado segundo um certo cenário de ação (o tratamento psicoterapêutico dos toxicodependentes) e face ao qual os atores se encontravam ligados, ainda que de uma forma desigual, por diversos interesses: profissionais, financeiros, simbólicos, de poder, etc. Ora, este cenário – que ordena este mundo social – devia estar profundamente ameaçado (ou ser entendido como ameaçado) pela aplicação de uma política consequencialista de “redução dos riscos” e distribuição de metadona. As entrevistas realizadas mostram, assim, o peso destas “adesões”, destes proveitos, na estabilidade das crenças dos atores estudados³⁴. Neste caso, como assinalámos mais acima, um conhecimento minucioso do terreno reforça “a aptidão para a projecção adequada” (Coenen-Huther, 1998), reduz, sem nunca o fazer completamente, os males do “institucionismo” (Quéré, 1998: 197) e os riscos de qualquer processo compreensivo, e oferece algumas garantias respeitantes à transformação da hipótese que liga motivo e ação numa relação de causalidade.

34. Sublinhamos de passagem que acrescentar, sem muita dificuldade de encontrar, um efeito de situação aos efeitos boudonianos de posição e de disposição permite afirmar com mais argumentos ainda, parecidos, o carácter interacionista do individualismo metodológico que é, erradamente, acusado de solipsismo e de atomismo.

Finalmente, no termo deste trabalho, podemos dizer com alguma segurança que as evoluções epidemiológicas de que falámos mais acima (fatores exógenos), aquelas que se encontram no fundamento da transformação das políticas públicas nos outros países europeus, permaneceram muito tempo em França mais ou menos invisíveis: invisíveis porque não se encontravam de forma alguma visíveis; invisíveis porque não se podia e/ou não se queria vê-las. Dito de outra forma, concluímos que, durante muito tempo, disposições e posição/situação se encontraram tipicamente ajustadas sem que esse facto nos obrigue a assumir conclusões sociologistas que neguem *a priori* toda a plasticidade às disposições e encerrando, sempre *a priori*, os atores numa “classe definida de situação: uma condição de classe, de expectativas de papéis, um ambiente material e institucional estável” (Perrenoud, 1998: 127).

Conclusão

O primeiro ponto que gostaríamos de sublinhar nestas poucas linhas de conclusão diz respeito à verificação de uma convergência, o que mostra em primeiro lugar que o nosso estudo empírico constitui a convergência frequente das diversas razões (quer dizer, de natureza variada) que suportam as crenças dos atores. O próprio Weber sublinhava: é raro que os tipos puros de atividades sociais não se encontrem, na realidade, misturados inextricavelmente uns com os outros; nem unicamente materialista, nem simplesmente idealista, uma aproximação como esta mostra que os ideais não são “inteiramente independentes das condições sociais”, nem “diretamente dependentes” (Boudon, 2000: 148). *No caso que estudámos*, quer dizer, onde um mundo social se estabilizou no quadro de uma política pública, não podemos deixar de anotar que razões axiológicas, razões cognitivas e utilidade pessoal ou categorias de motivação distinguidas por necessidades de análise se uniram na realidade num mesmo movimento para solidificar as crenças. Existe, como sublinha Neuberg, um argumento suplementar em favor da causalidade que liga a crença e a ação: “o indivíduo que tem diversas razões que justificam o mesmo ato envolve-se nesse ato através de diversas relações, reforçando-se essas razões mutuamente. Parece que é, pois, normal aí se encontrar a causa associada ao ato” (Neuberg, 1998: 173). Mas não se pode – em todo o caso

de forma alguma o sociólogo – presumir e/ou estabelecer globalmente a hierarquia entre estas diferentes categorias de motivação³⁵ que correndo o risco de especular uma antropologia particular (utilitarista, por exemplo), tarefa que deixamos a cargo da metafísica.

Esta reconstrução do complexo de razões com origens diversas constitui também uma oportunidade para indicar a multiplicidade de formas como as ações e as crenças podem fazer sentido para os atores, tendo em conta os contextos socioculturais em que eles se situam³⁶. É certo que quem diz reconstrução quer significar, simultaneamente, que os indivíduos não estão necessariamente conscientes – e que não o estão de igual forma em todas as circunstâncias – das razões que se encontram no fundamento das suas crenças ou que os motivaram a agir (sabe-se, por Boudon, que as crenças se tornam razões para agir, a partir do momento em que elas se baseiam em razões compreensíveis). Mas não há nenhuma contradição, como sublinha nomeadamente Coenen-Huther (1998: 254), em manter o postulado metodológico de racionalidade aceitando a probabilidade de um maior ou menor grau de não consciência das razões no próprio instante da ação. Para tal, é necessário não confundir realismo e modelização³⁷: na perspectiva que aqui nos ocupa, é sabido que não existe uma identidade estrita entre a representação científica e a realidade, não sendo a racionalidade assim reconstruída senão uma modelização da realidade, “que vai sempre para além dessa modelização” (Boudon). Uma tal ambição não só seria utópica, mas igualmente arriscada: uma racionalidade reconstruída que visasse uma descrição mais realista – quer dizer, que tentasse refletir da forma mais aproximada possível a realidade fenomenológica – diria respeito às únicas ações que tivessem como lógica imanente a reflexividade. Seria o mesmo que mergulhar na irracionalidade um número considerável de ações sociais, o que não é empiricamente aceitável; fazendo destas ações não reflexiva e

35. Não existe, aliás, a certeza de que uma tal tentativa proporcionasse alguns elementos suplementares ao debate sobre a causalidade e o determinismo que se encontram no centro do processo científico.

36. Com uma preocupação de síntese, evocámos três tipos principais de efeitos, mas existem bastantes outros, como indica Boudon (2000).

37. Esta é, aliás, uma confusão operada, por vezes, por alguns que propõem uma explicação irracionalista dos comportamentos dos agentes (no sentido em que estas ações não seriam causadas por razões): quando denunciam o erro que cometeria o individualismo metodológico, muitas vezes caricaturado, nessas ocasiões, como intelectualismo, de olhar as coisas da lógica como a lógica das coisas ou, dito de outra forma, em colocar o sábio à frente da máquina, não o farão em nome da ilusão realista?

conscientemente fundamentadas (na realidade: de todas as ações, reflexivamente fundamentadas ou não), como é por vezes o caso³⁸, quer a consequência de causas irracionais (o par *habitus*/sentido prático é disso um bom exemplo), quer explicações “causalistas” que, como Boudon nomeadamente mostrou, se contentam a maior parte das vezes com *descrever* ou *nomear* de outra forma (numa linguagem sábia) o fenómeno a explicar.

Todavia, se o realismo não é uma ambição realista, parece-nos que, quando a abordagem qualitativa prevê, como aconteceu no nosso caso, a recolha de materiais múltiplos (observação, entrevistas, análise documental, etc.) e se expõe a alguns procedimentos de verificação (testes de hipóteses por pares, triangulação de dados, reaproximação aos atores em causa, etc.), permite atingir uma certa *credibilidade* (Poupart, 1997) que afasta esta reconstrução das razões de uma outra aporia: a de um formalismo excessivo, a que se prestam, por vezes, os teóricos da escolha racional ou da teoria dos jogos. Este formalismo afasta duas dificuldades que se encontram estreitamente ligadas: para começar, a racionalidade modelizada neste tipo de abordagem não tem senão uma longínqua relação com a experiência vivida pelos atores estudados; seguidamente, reduz o sentido das ações ou das crenças ao único cálculo da utilidade. Ora, estas duas reduções não são em nada compatíveis, uma vez mais, com os dados empíricos, mas são-no com certas exigências epistemológicas: como bem o demonstrou Dubet (1994), para que uma interpretação sociológica seja *credível*, deve ser plausível e, para isso, deve manter uma certa forma de *proximidade* com a experiência subjetiva dos atores, a qual remete para múltiplas racionalidades (principalmente de ordem cognitiva e axiológica) que não se podem reduzir (pelo menos sistematicamente), como Boudon referiu³⁹, a um “verniz lógico” que disfarça os interesses pessoais. É aliás nítido, como sublinha sempre Dubet (1994), que este individualismo

38. Nesta busca pelo realismo, são igualmente possíveis outras vias como, por exemplo, o projeto etnometodológico ou da fenomenologia da ação (cf. Quéré, 1998) ou ainda, fora do campo disciplinar da sociologia, o programa “de constituição de uma ciência do espírito, no qual, graças aos progressos espetaculares das neurociências e das teorias da linguagem, a psicologia encontra uma posição de rainha nas ciências humanas” (De Lara, 1998: 229).

39. As razões que um ator apresenta para crer numa proposta axiológica ou cognitiva não são forçosamente de ordem instrumental, mas devem ser vistas como fortes: o ator também endossa ideias porque essas ideias, “to the best of this knowledge” ou das suas disposições normativas, são aceitáveis: “endorsing a theory is in most cases an action caused by the fact that one sees strong reasons of endorsing it. Priestley endorsed the phlogiston theory, not only because he had strong interest defending it, but because he was convinced it explained many facts better than alternative theories” (Boudon, 1998: 821-822).

metodológico partilha com certos holismos uma mesma demanda que consiste em não levar a sério o sentido visado (de ordem axiológica ou cognitiva) pelos atores; cobertura de interesses pessoais num caso, racionalização que ignora as causas objetivas “latentes” (Ogien, 1985), no outro, os motivos expostos e a experiência vivida não apresentam em si mesmos, nestas duas perspetivas, uma virtude explicativa.

Por último, parece que a evidenciação do *complexo heteróclito* das razões que um ator apresenta para crer e/ou agir como age leva à construção de uma racionalidade nem completamente abstrata, nem utopicamente realista: desta forma, evitam-se tanto as armadilhas de uma explicação causalista/irracional que pressupõe as hipóteses deploráveis e não conformes ao princípio de parcimónia, como foi traçado por Ockham (Boudot, 1998), como aquelas que resultam de uma modelização muito formal que não resiste, em bastantes campos (quer dizer, em muitos assuntos), ao teste do confronto empírico. Oscilando entre formalismo e realismo, uma tal reconstrução constitui então uma modelização “plausível” (Dubet, 1994), bastante útil – quer dizer, eficaz – para a compreensão do agir.

Ao fazê-lo, e este será o nosso último ponto, esperamos ter ilustrado a forma como a compreensão constitui, como assinala Colliot-Thélène (1990: 73) ao interpretar Weber, o método *explicativo* específico da sociologia e não um simples elo da explicação causal ou de um processo globalmente nomológico. Se a abordagem qualitativa é muitas vezes convocada, particularmente na sociologia do desvio, e especialmente no que respeita aos fenómenos da adição, para principalmente *descrever* (de maneira mais ou menos modelizada) experiências subjetivas⁴⁰, pensamos ter mostrado, neste trabalho, que uma tal *descrição* do sentido das crenças e das ações não constitui um fim em si, nem mesmo simplesmente um momento da explicação, mas ela constitui, com esta última, um “único e mesmo processo cognitivo” (*Ibid.*: 73). Vê-se, com efeito – contrariamente às explicações que invocam causas que levam os agentes a agir, nas quais a descrição, como precisamente sublinha Ogien, “é sempre a ilustração de uma explicação que lhe pré-existe” (Ogien, 1985: 97) –, que é por ela que se afirma a imputação causal: critério da validade do raciocínio (De Lara, 1998), quando produz uma psicologia abstrata “plausível” (Boudon), o trabalho de compreensão alcança assim as causas reais (mas não todas) dos fenómenos sociais, as suas causas individuais.

40. Quando não se trata de instrumentalizar a pesquisa com fins mais propriamente políticos (Becker, 1967).

Bibliografia

- BERGERON, H., & Kopp, P. (2002). Policy paradigms, ideas and interests: the case of the French public health policy toward drug abuses. *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, December 2002, n° 582, pp. 37-48
- BERGERON, H. (1990). Étude du dispositif de prise en charge des toxicomanes dans un département de la région parisienne. Paris, Mémoire de DEA de sociologie, Cycle Supérieur de Sociologie, IEP.
- BERGERON, H. (1999). L'État et la toxicomanie. Histoire d'une singularité française. Paris, PUF.
- BLANGY, M. (1993). *Un dispositif départemental de prise en charge des toxicomanes*. Paris, Mémoire de DEA de sociologie, Cycle Supérieur de Sociologie, IEP.
- BLUMER, H. (1962). Society as symbolic interaction. In A. M. Rose (ed.), *Human Behavior and Social Processes* (pp. 179-192). London, Routledge and Keagan.
- BOLTANSKI, L., & Chiapello, E. (1999). *Le Nouvel esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard.
- BOUDON, R. (2000). *Études sur les sociologues classiques II*. Paris, PUF, Col. Quadrige.
- BOUDON, R. (1998). *Études sur les sociologues classiques*. Paris, PUF, Col. Quadrige.
- BOUDON, R. (1986). *L'Idéologie ou l'origine des idées reçues*. Paris, Le Seuil, Col. Points.
- BOUDON, R. (1995). *Le Juste et le vrai. Études sur l'objectivité des valeurs et de la connaissance*. Paris, Fayard.
- BOUDON, R. (1990). *L'Art de se persuader, des idées douteuses, fragiles ou fausses*. Paris, Fayard.
- BOUDOT, M. (1998). Du rationalisme critique en sociologie. *Revue européenne des sciences sociales*, Vol. XXXVI, 112, 147-164.
- CHAPOULIE, J.-M. (1984). Everett C. Hugues et le développement du travail de terrain en sociologie. *Revue française de sociologie*, Vol. XXV, 582-608.
- CHERKAoui, M. (2000). La stratégie des mécanismes générateurs comme logique de l'explication. In J. Baechler, F. Chazel & R. Kamrane (dirs.), *L'Acteur et ses raisons. Mélanges en l'honneur de Raymond Boudon* (pp. 130-151). Paris, PUF.
- COENEN-HUTHER, J. (1998). Relation interpersonnelle, interaction et transaction. En marge de l'œuvre de Raymond Boudon. *Revue européenne des sciences sociales*, Vol. XXXVI, 112, 247-262.
- COLLIOT-THELENE, C. (2001). *Études wébériennes. Rationalités, histoires, droits*. Paris, PUF, Col. Pratiques théoriques.
- COLLIOT-THELENE, C. (1990). *Max Weber et l'histoire*. Paris, PUF, Col. Philosophies.
- CROZIER, M., & Friedberg, E. (1981 [1977]). *L'Acteur et le système*. Paris, Le Seuil, Col. Points.
- DUBET, F. (1994). *Sociologie de l'expérience*. Paris, Le Seuil, Col. La couleur des idées.

- EHRENBERG, A. (1996). Comment vivre avec les drogues ? Questions de recherche et enjeux politiques. *Communications*, 62 (Vivre avec les Drogues), 5-26.
- EHRENBERG, A. (1995). *L'Individu incertain*. Paris, Calmann-Lévy, Col. Essai société.
- FELIKS, J. (1985). *Analyse sociologique du centre médical de Marmottan*. Paris, Mémoire de DEA de sociologie, Cycle Supérieur de Sociologie, IEP Paris.
- FRIEDBERG, E. (1993). *Le Pouvoir et la règle. Dynamiques de l'action organisée*. Paris, Le Seuil, Col. Sociologie.
- GLASER, B. G., & Strauss, A. L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Chicago, Aldine.
- KAUFMANN, J.-C. (1996). *L'Entretien compréhensif*. Paris, Nathan, Col. Sociologie.
- LAPERRIERE, A. (1997). Les critères de scientificité des méthodes qualitatives. In J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer & A. P. Pires (dirs.), *La Recherche qualitative. Enjeux épistémologiques et méthodologiques* (pp. 365-389). Montréal, Gaëtan Morin.
- MENDRAS, H., & Oberti, M. (2000). *Le Sociologue et son terrain*. Paris, Armand Collin.
- NEUBERG, M. (1998). La causalité intentionnelle comme métaphore. In A. Borzeix, A. Bouvier & P. Pharo (dirs.), *Sociologie et connaissance. Nouvelles approches cognitives* (pp. 165-175). Paris, CNRS Éditions, Col. CNRS Sociologie.
- OGIEN, A. (1985). Décrire ou expliquer : notes sur une mauvaise querelle de méthode. In W. Ackermann, B. Conein, C. Guigues, L. Quéré & D. Vidal (dirs.), *Décrire : un impératif ?*. Paris, Tome I, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- PASSERON, J.-C. (1994). De la pluralité théorique en sociologie. Théorie de la connaissance sociologique et théories sociologiques. *Revue européenne des sciences sociales*, Vol. XXXII, 99, 71-116.
- PENEFF, J. (1990). *La Méthode biographique*. De l'école de Chicago à l'*histoire orale*. Paris, Armand Colin.
- PERRENOUD, P. (1998). Les limites de l'individualisme méthodologique. *Revue européenne des sciences sociales*, Tome XXXVI, 112, 117-132.
- PHARO, P. (1985). Problèmes empiriques de la sociologie compréhensive. *Revue française de sociologie*, Vol. XXVI, 1, 120-149.
- PIRES, A. P. (1997). De quelques enjeux épistémologiques d'une méthodologie générale pour les sciences sociales. In J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer & A. P. Pires (dirs.), *La Recherche qualitative. Enjeux épistémologiques et méthodologiques* (pp. 3-54). Montréal, Gaëtan Morin.
- POUPART, J., Lalonde, M., & Jaccoud, M. (1997). *De l'Ecole de Chicago au Postmodernisme : trois quarts de siècle de travaux sur la méthodologie qualitative*. Québec, Presses Inter Universitaires.

- QUERE, L. (1998). Les limites du rationalisme critique de R. Boudon. *Revue européenne des sciences sociales*, Tome XXXVI, 112, 195-208.
- RALET, O., & Stengers, I. (1991). *Drogues, le défi hollandais*. Paris, Édité par les Laboratoires Delagrang, Col. Les empêcheurs de penser en rond.
- RAYNAUD, P. (1996). *Max Weber et les dilemmes de la raison moderne*. Paris, PUF, Col. Quadrige.
- REVEL, J. (1996). Micro-analyse et construction du social. In J. Revel (dir.). *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience* (pp. 15-36). Paris, Gallimard, Col. Hautes Etudes.
- STRAUSS, A., & Corbin, J. (1991). *Basics of Qualitative Research. Grounded Theory Procedures and Techniques*. London, Sage.
- TURKLE, S. (1982). *La France freudienne*. Paris, Grasset.

O QUE A DROGA FAZ À NORMA

Luís Fernandes*

Ao longo deste texto faremos um exercício que, respondendo ao desafio lançado pelos organizadores do Colóquio Internacional *Difração normativa, comportamentos escondidos e identidades transversas*, girará em torno da expressão “difração da norma”. As expressões, quando nos apanham de surpresa, têm por vezes grande poder evocativo. Eis o que aconteceu com esta, que teve o condão de nos suscitar uma releitura do nosso próprio trabalho em torno das questões do comportamento desviante. Temos dedicado uma boa parte do nosso trabalho na preparação de cursos de graduação e pós-graduação ao tema da transgressão das normas, obrigando-nos esta tarefa necessariamente a questionar os mecanismos de formação de consensos normativos, que definem limiares de tolerância para as ações que, suscitando desconfiança ou censura, supõem por sua vez a definição social de, chamemos-lhes, consensos censurantes. É desta dinâmica que se compõe, no fundo, o jogo incessante entre a norma e o desvio.

A expressão “limiares de tolerância”, com que Foucault, em *A Arqueologia do Saber*, designava as fronteiras mais ou menos move-dças entre o controle social espontâneo e certas formas de antissocialidade, punha-nos já de aviso quanto ao simplismo da conceção dicotômica norma-desvio; a expressão “difração da norma”, indo buscar à física ótica inspiração no fenómeno que mostrou que a luz e a sombra não eram entidades separadas por uma linha nítida, veio propor uma metáfora que convida à complexificação do nosso olhar, quando fixamos no campo da nossa atenção as relações entre norma e transgressão, entre lícito e ilícito,

* Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

entre normal e patológico. Mas, antes da difração, detenhamo-nos um pouco sobre a erosão.

1. Erosão da norma

A erosão das normas tem vindo a ser tematizada a propósito das características que marcariam as sociedades pós-industriais, o capitalismo avançado e o consequente desgaste das regras da modernidade, largamente fundadas na ideia de norma, desde logo a jurídica, e na sua validade universal no interior dos Estados-nação. A regulamentação normativa que caracterizou a Modernidade pode ser constatada em vários planos: a criação das regras do mercado como instância central da nova ordem económica, o claro estabelecimento das regras de aplicação das penas aos delitos, a progressiva emergência duma rede de instituições destinadas à correção dos desvios (manicómios, prisões, casas de correção infantojuvenis...), bem como a criação de dispositivos de docilização dos corpos e das mentes, como diria Foucault (obrigatoriedade da escolarização, ensino de massas...). A própria gestão da doença e da saúde, disputada aos saberes populares e monopolizada, a partir de certa altura, pelo modelo hospitalar, pode ser vista como uma estratégia de controle inscrita num biopoder que atravessou todo o tecido social e fez entrar a vida nos cálculos do exercício do poder, potenciando-a e multiplicando-a a partir de vigilâncias e regulamentações – a obrigatoriedade da vacinação ou a salubridade dos *habitats* urbanos são só disso os exemplos mais nítidos.

Antes de começar na norma, a crise começa na própria ideia de Estado-nação e de Estado enquanto aparelho central de poder. As novas geografias, tanto no interior de muitos países como na relação entre estes (espaço da UE, por exemplo), desvitalizam as regulamentações tradicionais e em simultâneo impõem novas exigências e controles. A erosão do regulamentarismo não diz respeito à diminuição ou afrouxamento de regras constrangedoras, mas à sua proliferação de tal modo abundante que se torna impossível a sua eficácia, pairando numa espécie de reino do direito processual que acaba por revelar pouca capacidade para regular a vida concreta das pessoas. A erosão da norma é um estado em que ela se torna espetáculo (mediatização da justiça), à medida que perde capacidade de coação (crise da justiça).

Se é verdade que o capitalismo avançado é caracterizado, ao nível do exercício da individualidade, pela lógica da subjetivação (Dubet, 1995), então estão criadas as condições para que a norma de que tanto se orgulhou a modernidade esteja a atravessar uma profunda crise. Esta crise é acompanhada dum clima em que predomina o sentimento de insegurança, marcado por incertezas e ameaças e que gera um cenário a que Castel chama “insegurança social” (por oposição à segurança do Estado Social, que manifestara uma boa capacidade para jugular os principais riscos que ameaçavam a vida social) e Ulrich Beck chama “sociedade do risco”. Em ambos os casos os autores apontam para uma nova configuração do risco social que emergiu com força no último quarto do século passado e que se caracteriza pela sua difícil previsibilidade, o que dificulta enormemente a nossa capacidade de lhe fazer frente através dos mecanismos tradicionais como a mutualização (Castel, 2005) – os atentados terroristas ou as catástrofes ambientais, mas também a disseminação da criminalidade nos grandes espaços urbanos, seriam só os exemplos mais claros.

Assim expostos, afirmando e reafirmando a nossa vulnerabilidade, formamos uma comunidade de vítimas (Beck, 1992). Está hoje bem analisada a transferência deste estado de vulnerabilidade para objetos concretizáveis, de modo a dispor de explicações plausíveis para esta experiência coletiva de fragilidade. O objeto que tem servido de ponto de ancoragem tem sido hoje, como já o fora na segunda metade do século XIX, o crime e as múltiplas formas, difusas e disseminadas, da antissocialidade e da ameaça (bandos de jovens, arrumadores, prostitutas de rua, sem-abrigo...)¹. O sentimento de insegurança que nos caracteriza enquanto comunidade de vítimas gera emoções que atravessam o coletivo: o discurso moral, que já tínhamos visto séculos antes a propósito das “classes perigosas”, volta a servir como legitimador de novas práticas policiais e penitenciárias, algo que Wacquant (2000) desenvolve ao propor o conceito de Estado penal².

Mais do que abrir passo à desviância franca ou ao crime, a erosão da norma consiste numa apropriação individualista dos interditos, das leis

1. Remetemos, por exemplo, para Jock Young (1999), Angelina Peralva (2000) ou, no contexto português, para Carla Machado (2004), Luís Fernandes e Maria Carmo Carvalho (2000) e Luís Fernandes (2004).

2. Um acontecimento que apresenta grande poder analisador da polarização destas emoções é a formação de movimentos de autodefesa que reagem a atores sociais e acontecimentos percebidos como destruturantes e perigosos. Analisámos há algum tempo a constituição de milícias populares contra traficantes e consumidores de drogas num bairro social do Porto (Fernandes & Neves, 1997).

e das regulações, que continuam, no entanto, a ser ritualmente afirmadas um pouco em todas as instâncias do social. Tal apropriação é analisável à luz daquilo a que muitos chamam o individualismo contemporâneo e do qual Lipovetsky apresenta uma síntese magistral em *A Era do Vazio*. Numa frase, o indivíduo reporta os regulamentos, as conveniências, as interdições, já não a um sujeito moral abstrato mas a si próprio – consequência natural dum contexto sociocultural que o promoveu a entidade central, narcísica e autorreferenciada.

Erosão da norma e drogas

Não é por acaso que o fenómeno droga é tão inquietante e se tornou tão central, relegando para segundo plano outras transgressões que só agora, que começamos a andar um pouco fartos de droga, ganham espaço para emergir ou ressurgir (abuso sexual de crianças, pedofilia, violência doméstica, violência sobre os idosos, *gang* juvenil...). É que ele, o fenómeno droga, atentava diretamente contra os pilares da Modernidade: a Razão, agredida pelo estado alterado de consciência, pela fuga psicadélica; o Trabalho, cujo princípio de funcionamento assenta na gratificação diferida (para utilizar uma expressão avançada há três décadas por Jock Young), agredido pela lógica do hedonismo aqui-e-agora, pela narcose que corta o stress e a urgência; a Família, relegada pelo grupo de pares *drug*, a relação amorosa obrigada à triangulação com a heroína – “heroin it’s my wife and it’s my life”³.

Em suma, o que a droga fez à norma, nesta primeira fase da sua aparição como “problema social”, foi criar um espaço cuja transgressão revelava claramente aquilo que estava a entrar em crise no modo de funcionamento das sociedades do capitalismo avançado. Trabalho e família são as duas instâncias que ela mais questiona – e não será por acaso que os esforços terapêuticos as vão ter em conta, respetivamente na reinserção social pelo trabalho e no envolvimento da família nas terapias. A droga faz mal à família (sofrimento familiar em torno do toxicodependente), mas a crise atual da família também faz mal à droga (o toxicodependente é com grande frequência oriundo de famílias monoparentais, de pais divorciados, de famílias desestruturadas...). A droga faz mal ao trabalho (síndrome amotivacional

3. Verso de “Heroine”, música de Lou Reed no início dos anos 1970.

do fumador de cânabís, absentismo do *junkie*, comportamentos antissociais no posto de trabalho...), mas a crise atual do trabalho também faz mal à droga (a crise do mercado laboral e o desemprego de longa duração atingem os utilizadores de drogas, e a desocupação deixa-lhes espaço para fazerem das economias paralelas um modo de vida e da narcose da heroína um modo de irem aguentando o passar do tempo)⁴.

A crise do petróleo dos anos 1970 provocou convulsões que obrigariam a repensar a gestão da vida social – por exemplo, a luta patrão-operário foi parcialmente substituída pela luta contra o desemprego, a luta de classes pela luta contra a exclusão social... – dois campos que serão rapidamente relacionados com a droga, ora considerada causa, ora efeito desses dois fenómenos. Estavam a desenhar-se as coordenadas da nova questão social, que giraria dum modo crescente em torno dos temas da exclusão social, da insegurança urbana, da delinquência juvenil, do desemprego, do abandono escolar, das migrações e do racismo.

O fenómeno droga tem, pois, simultaneamente poder revelador e poder instigador da crise dos grandes fundamentos da Modernidade. A sua associação inicial com a juventude, construída no discurso médico-psicológico em torno da figura do toxicómano juvenil, traz à luz um novo objeto-problema: o dos estilos juvenis, cuja resistência à ordem adulta anuncia a chegada dum novo tempo em que a luta de classes é em parte substituída pela luta entre gerações. Por isso a adolescência e a juventude serão, a partir de agora, as novas categorias problemáticas, e a droga um fator de exponenciação de tal carácter problemático⁵. Elas estarão, com efeito, no centro de construções sociais como a do toxicodependente, do delinquente juvenil, do jovem imigrado de segunda geração, do jovem em errância... Alguns destes temas fazem já a ponte com a cidade da era da globalização, em que a juventude parece continuar a ocupar o lugar de objeto-problema: se a primeira cultura juvenil que assumiu publicamente as drogas era resultante do *babyboom* do pós-guerra e simbolizava a utopia psiconáutica em plena sociedade da abundância, a atual juventude

4. Ver, para o contexto português, a análise das relações entre droga e trabalho em Agostinho Rodrigues (2004) e a análise das relações entre droga e família em Carla Frazão e col. (2005).

5. Este processo não é isento de paradoxos, como fica bem patente no facto de esta nova categoria poder ser encarada como um novo espaço de mercado, reforçando a lógica capitalista (indústria do lazer, da moda, do pronto-a-vestir, do espetáculo; economias informais como a da venda de produtos psicoativos).

inscreve-se ainda num espaço-problema, o das drogas e da insegurança num contexto marcado pela desregulação – Fernando Conde (1999) chama-lhes, precisamente, os filhos da desregulação...

2. Difração da norma

A difração inspira-nos para aprofundar noutra direção este exercício. Quando o fenómeno da difração se tornou inquestionável ou, na linguagem khuniana, quando a difração passou de anomalia a enigma, foi preciso corrigir a teoria newtoniana da propagação retilínea da luz e, mais do que isso, pôr em causa o paradigma da mecânica corpuscular, concebendo a ideia de campo e de onda. Enfim, a luz não era uma coisa a preto e branco.

Ora, é exatamente o que se passa com a norma social: ela não existe no estado binário em que a coloca o senso comum (obedecer ou não à norma, carácter indiscutível da lei, normalidade-transgressão...); nem mesmo no estado em que a trabalham certas visões da ciência e do campo jurídico, quando reificam categorias socialmente construídas (mundo social vs. mundo da droga, criminosos como grupo com características próprias, toxicodependente como doente ou como delinquente...). No senso comum, tal como no senso comum científico, reina fortemente a moral convencional: a norma é o que é, tem capacidade organizadora do mundo, separando quem lhe obedece e quem a transgride. Comporta-se como o objeto opaco que se interpõe na trajetória retilínea do raio luminoso emanado duma fonte de luz pontual, provocando uma separação nítida entre a luz e a sombra. O raio de luz é, nesta metáfora, o comportamento do sujeito.

Introduza-se, tal como fizeram os investigadores da física ótica, um orifício neste objeto opaco que é a norma. Veremos que a luz que passa através dele se projeta num alvo formando um padrão muito mais complexo do que o binómio luz-sombra – a luz foi difratada. Nem a luz, afinal, era retilínea, nem o orifício do objeto opaco originava o padrão de que se estava à espera. Assim é respetivamente com o comportamento dos indivíduos e com as normas que interagem com eles. Os trabalhos de cientistas sociais que optaram por uma aproximação diferente da tradicional aos comportamentos e grupos de indivíduos rotulados como desviantes são o equivalente das investigações que conduziram ao reconhecimento da difração. Destacaremos os trabalhos das décadas de 1950 e 60 levados a

cabo através do método etnográfico por Howard Becker, com fumadores de marijuana, David Matza, com jovens delinquentes, e Erving Goffman, com internados num hospital psiquiátrico; estes autores destacariam a capacidade normativa de mundos sociais vistos de fora como desorganizados e transgressivos, o papel da reação dos grupos dominantes na fixação das etiquetas a tais atores, o carácter determinante deste processo na criação de identidades sociais problemáticas – numa palavra, a natureza construída da norma e daquilo que lhe constitui transgressão⁶.

De artefacto concebido para resolver problemas sociais ou para controlar os seus efeitos negativos, a norma passa a enigma sociológico que se torna necessário esclarecer. Dito de outro modo, a compreensão da génese do delito e do desvio é indeligiável da compreensão da génese das normas e das interdições, facto particularmente evidenciável naquilo que a criminologia crítica designa como delitos sem vítima: homossexualidade, prostituição, aborto, utilização de drogas. Daí para cá, torna-se fácil enumerar uma série de trabalhos em que a norma e o desvio são vistos como um binómio cujos termos da equação estão em permanente dinâmica, num jogo incessante entre os grupos que detêm a posição de empresários da moral e os que carregam o rótulo de *outsiders*, para utilizar as expressões de Howard Becker. Quanto aos cientistas sociais, reconhecida que está a ilusão da neutralidade, interferem no próprio binómio ao estudá-lo – cada um deles saberá dizer, se fizer a psicanálise do seu espírito científico, em qual dos lados da equação acaba por pesar⁷...

Difração e redução de riscos

Passaremos agora a deter o nosso olhar sobre uma prática de intervenção no campo das drogas que se nos afigura um bom analisador da difração da norma: a redução de riscos e a minimização de danos, que designaremos simplesmente por RR.

6. Os trabalhos de qualquer um dos três autores remontam aos anos 50 do século XX, mas as suas obras maiores serão publicadas nos anos 60: *Outsiders – Studies in sociology of deviance*, de H. Becker (1963); *Asylums* (1961) e *Stigma* (1963), de E. Goffman; *Delinquency and Drift* (1964) e *Becoming Deviant* (1969) de D. Matza.

7. Caberia aqui, só para exemplificar, um tema recorrente nos etnógrafos da desviância: o de saber até que ponto se identificam no terreno com os “seus” atores sociais, o que pode traduzir-se por vezes em alinhar ao seu lado na resistência às visões hegemónicas sobre esses atores ou mesmo nas investidas repressivas do controle social.

Fiéis à posição epistemológica que consiste em conceber o desvio no interior do binómio enunciado acima, torna-se indiferente, para os objetivos do nosso exercício, analisar o que acontece a uma norma quando nos debruçamos sobre os seus transgressores, como é o caso da maioria das investigações, ou quando analisamos as práticas e os discursos dos profissionais que intervêm junto desses transgressores. Trata-se aqui, pois, de olhar para a RR como uma prática capaz de introduzir difração na norma vigente sobre o fenómeno droga. O elemento perturbador da estabilidade normativa não é, neste caso, o toxicodependente, mas o técnico de intervenção.

Difração da norma terapêutica

“Cela fait maintenant dix ans que l’association Techno+ est présente dans les fêtes Techno en France et parfois dans des grands rassemblements en Europe. Animée uniquement par des bénévoles (les volontaires), l’association a été créée par quelques personnes du mouvement Techno, consommatrices de drogues de synthèse, qui découvrirent qu’il existait sur ces produits une somme d’informations importantes, essentielles pour leur santé, et pourtant cachées.

Cet accès à l’information leur permit de comprendre des états antérieurs vécus (période de fatigue ou de dépression), et surtout d’adopter des stratégies de vies personnelles. Ils décidèrent de partager le plus largement possible toutes ces informations avec les autres consommateurs du milieu techno.

Ainsi naquit Techno+, association de militants, défendant la culture Techno et la mise en place d’une politique de réduction des risques liés à l’usage récréatif des drogues, c’est-à-dire une politique basée sur la responsabilisation des consommateurs et non sur l’interdit et la répression...”

In *Alter Ego*⁸, n.º 48, 2005

8. *Alter Ego* é um jornal trimestral publicado pela associação Goute d’Or, implantada numa das zonas problemáticas de Paris e que aí desenvolve um trabalho de intervenção comunitária, de que se destacam os programas de Redução de Riscos.

Abrimos esta secção com um longo excerto que nos parece sugestivo duma mutação em curso na norma terapêutica ou, se quisermos, no modo como o dispositivo da droga tem vindo nos últimos anos a definir as relações de poder em jogo no seu interior. Com efeito, vemos aparecer neste excerto novos atores da intervenção, novas posturas em relação ao saber produzido pelos especialistas, uma afirmação clara da utilização de drogas como uma decisão voluntária concebida como um direito – e mesmo a novidade do próprio veículo da mensagem, um jornal dum centro comunitário dirigido a um público mais vasto do que o dos habituais especialistas.

É comum dizer-se que a intervenção em RR tem como características centrais o pragmatismo e o humanitarismo. Gostaríamos de lhes acrescentar a participação dos diretamente interessados e a sua autorresponsabilização. Atente-se na participação de coletivos de utilizadores, de ativistas dos direitos dos trabalhadores sexuais, de associações de promoção do autocultivo de *canábis* ou de associações que lutam pela descriminalização das drogas nalgumas conferências internacionais sobre Redução de Riscos. Utilizemos como analisador a principal reunião internacional sobre redução de riscos nos países não anglo-saxónicos: a CLAT – Conferência Latino-americana sobre Toxicodependências, realizada em 2001, 2003 e 2005. Percorrendo os temas e os intervenientes nas duas últimas edições, constatamos claras diferenças relativamente aos tradicionais congressos, seminários ou jornadas sobre drogas e/ou toxicodependências. No conjunto dos temas apresentados, destacam-se debates sobre as políticas das drogas (reorganização da resposta pública, descriminalização...), o papel do poder local na criação de respostas, a utilização terapêutica de *canábis*, a organização e os aspetos funcionais das salas de injeção assistida, os programas de prescrição de heroína, a redução de riscos em meio prisional e com trabalhadores sexuais, a intervenção de rua em contextos de exclusão social, a mobilização comunitária, os consumos recreativos, as drogas e o meio festivo juvenil, a análise de substâncias (*pill testing*). Quanto aos intervenientes, são organizadas mesas com o título “Ponto de vista dos atores”, estando representados coletivos de utilizadores de drogas e ONG que lutam pelo reconhecimento dos direitos dos consumidores e pela defesa de novas políticas no campo das drogas. A diversificação de formações é a tónica, por contraponto às reuniões científicas clássicas, quase exclusivamente dominadas pelo sector médico-psicológico: aos médicos, aos psiquiatras e aos psicólogos juntam-se agora sociólogos, antropólogos, etnógrafos,

farmacêuticos, juristas, assistentes sociais, animadores socioculturais, enfermeiros. Como se chegou até aqui? Faremos um breve percurso pelo modo como se organizou a resposta ao “problema da droga”, de forma a situar no fio do tempo as mudanças em curso.

A criação e a consolidação dum dispositivo de controle do fenómeno droga têm em Portugal sensivelmente a idade do atual regime democrático⁹. Ao longo destes cerca de cinquenta anos, organizou-se um sistema de cuidados cuja proposta terapêutica assentava no ideal da abstinência por parte do indivíduo que aderira ao tratamento. Era o tempo da crença firme nas terapias livres de drogas, que o passar dos anos se encarregaria de mitigar, tal a dimensão do fracasso quando comparado com a intervenção médico-psicológica noutros fenómenos¹⁰.

À medida que as trajetórias dos primeiros heroinodependentes se foram alongando no tempo, foi-se tornando nítido o efeito de estigmatização da “vida na heroína”: com sucessivas perdas de laços relacionais, frequentemente infetado com VIH e com hepatites decorrentes das práticas de consumo em condições próprias aos fenómenos relegados socialmente, tornado alvo da repressão policial e do sistema penal, o indivíduo via-se a braços com uma série de problemas que o dispositivo de tratamento não tinha sido preparado para equacionar. Dum modo simplista, considerava tais problemas uma consequência direta do consumo continuado de drogas duras. Seriam os trabalhos etnográficos que, ao estudar o fenómeno droga nos contextos da vida diária dos seus atores, poriam em relevo o facto de tais problemas serem decorrentes das condições da vida de rua, grandemente determinadas pela reação social de carácter estigmatizante¹¹.

9. Para uma breve história da evolução do dispositivo das drogas em Portugal, cf. C. da Agra (1993) e L. Fernandes (2005).

10. Estamos a traçar um quadro geral, necessariamente esquemático. O pormenor analítico revelaria matizes: nem a abstinência era rigidamente exigida em todos os casos e em todas as instituições de tratamento, nem as terapias eram livres de drogas, pois na maioria das vezes havia a prescrição de psicofármacos durante o processo terapêutico.

11. São clássicos a este respeito os trabalhos de Rudolph Ingold (1984), para o contexto francês, salientando a dimensão económica da dependência; e os de Peter Cohen (1992), para o holandês, que, sob a designação *junkiefication*, analisam a espiral de estigmatização nos heroinodependentes. Para o contexto ibérico, remetemos para Romani e Funes (1985), Romani, Pallarés e Díaz (2001), Gamella (1991), Vasconcelos (2004) e Chaves (2000). Esta evidência não é propriedade, obviamente, dos trabalhos etnográficos. Em geral toda a investigação conduzida de acordo com o modelo sociocultural (por oposição aos modelos médico-psicológico e jurídico-moral) conduz a evidências semelhantes. Destacamos, pela sua singularidade, os trabalhos baseados no método biográfico com heroinodependentes de longa trajetória, e, só para citarmos trabalhos portugueses, remetemos para Tinoco (2005) e Frazão e col. (2005).

Com o decorrer do tempo, à evidência científica somar-se-ia uma outra que se avolumava no interior do próprio sistema de tratamento: a incapacidade de promover a abstinência para uma vida livre de drogas e de conter a epidemia do VIH. Esta tomada de consciência conduziria à adoção de uma política de saúde que vinha sendo ensaiada há já alguns anos noutros países. A partir do final dos anos 1980, são dados passos importantes, principalmente em Inglaterra, na Holanda, na Suíça e em Espanha: programas de substituição opiácea com metadona, troca de seringas em meio livre e em meio prisional, salas de injeção assistida, programas de administração terapêutica de heroína. O *locus* e os intérpretes destas medidas também se modificam: trabalho de proximidade através de equipas de rua, grupos de autoajuda promovidos por associações de utilizadores de drogas, envolvimento destes na intervenção.

A RR põe, assim, em causa a ideologia que dominou o tratamento desde o seu início. É, pode dizer-se, o pragmatismo da intervenção no terreno a confrontar o teorismo do trabalho terapêutico de gabinete. A posição do indivíduo dependente de drogas altera-se substancialmente com esta mudança: de objeto da terapia passa a ator da intervenção, podendo decidir da sua relação com os psicotrópicos sem que a decisão, qualquer que seja, ponha em causa o seu direito à assistência.

Em suma, a relação que o técnico de RR mantém com o *junkie* é duma ordem diferente daquela que caracterizou a ordem terapêutica que marcou o dispositivo de tratamento desde o seu início. Algo que poderíamos tornar mais claro recorrendo à dicotomia de Romani (1999) entre modelo prescritivo, assente na racionalidade positivista em que o médico *sabe* a doença e impõe a terapêutica, e modelo participativo, em que o utilizador de drogas é concebido como ator social. Numa investigação sobre normatividade terapêutica, Margarida Agra (2000) corrobora esta afirmação no que toca às práticas interventivas nas drogas em Portugal: “Estes estudos atribuem um papel determinante ao efeito das substâncias (Naltrexona, Metadona, LAAM, etc.) e portanto ao poder do exterior associado aos saberes clínicos sobre o indivíduo, deixando pouco espaço à expressão dos saberes e possibilidades de auto-gestão do sujeito. O sujeito é heterodeterminado e dependente de uma droga de tratamento que condiciona a sua adesão a outras ligações e formas de intervenção. [...] Em todos os casos está implícita a noção de renúncia parcial às drogas, por vezes, mesmo a abstinência total”. No modelo médico-psicológico o especialista era o detentor do saber sobre a doença do

toxicodependente, cuja verdade profunda escapava ao próprio. Com a RR o utilizador de drogas é concebido como especialista, um pouco à semelhança do princípio etnometodológico, que considera os atores sociais uma espécie de sociólogos em estado prático, para efeitos do conhecimento da vida social.

A construção médico-psicológica do objeto droga tinha assimilado a dependência de psicoativos (e mesmo até, por vezes, o simples consumo) à lógica de toda e qualquer outra doença do foro psicológico. O poder desta leitura patologizante revela-se claramente no facto de ser a doença o elemento nuclear da representação social do “drogado” (Quintas, 1997). Congruente com este racional, o consultório seria o espaço privilegiado do encontro terapêutico. Neste encontro encena-se uma relação de poder em que o especialista, através da escuta (e mesmo às vezes sem ela...), revela ao doente a verdade sobre a sua condição perturbada. Enquanto espaço ritual de manifestação dum poder, produz um forte efeito normativizante. Reconhecemo-lo facilmente no modo como o utente dos serviços de tratamento passa a ser capaz de se referir a si próprio nos termos em que é definido pelos especialistas. O poder normativizante torna-se ainda mais explícito nos casos em que o encontro terapêutico é obrigatório, ao fazer parte das condições que o tribunal impõe a alguns arguidos como condição para a manutenção da pena suspensa – norma clínica e norma jurídica aliam-se e participam numa mesma estratégia ortopedizante.

As comissões de dissuasão da toxicodependência, criadas em 2001 na sequência da despenalização do consumo, seriam também um bom analisador do labor das grelhas morais: “O consumo, a aquisição e a detenção para consumo próprio de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas referidas no artigo anterior constituem contra-ordenação” (Decreto-lei n.º 30/2000, de 29 de novembro). Despenaliza-se o consumo, mas dá-se o sinal claro da sua censurabilidade. Eis aquilo com que rompe a relação entre o interventor em RR e o utilizador de drogas: a verdade deixa de ser um produto do encontro terapêutico e está agora exposta nos seus lugares do dia a dia, que são os palcos onde deve chegar a ação das equipas de RR. No seu *habitat*, o utilizador recupera o papel de ator da sua própria trajetória, sendo-lhe reconhecido o direito a decidir sobre o seu estilo de vida. Percurso nas drogas e percurso assistencial deixam assim de ser entidades antagónicas¹².

12. Esta disjunção é particularmente visível no corte que o internamento em comunidades terapêuticas produz no percurso biográfico do sujeito, desapossado na fase inicial do tratamento de todo o poder sobre si.

Esta mudança nas relações entre o consumidor problemático e o sistema de cuidados tem também consequências ao nível da hierarquia dos profissionais: se os centros de atendimento a toxicodependentes assentavam no modelo médico, tendo sempre esta figura no topo da hierarquia, a intervenção em RR é concebida como horizontal. O lugar dos centros de tratamento deve, idealmente, ser apenas um dos nós numa vasta rede, que vai desde os hospitais gerais (nomeadamente na consulta de doenças infecciosas) às equipas de rua, da farmácia local às organizações que intervêm na exclusão social urbana, das casas-abrigo às salas de injeção assistida, do projeto de intervenção em contextos festivos aos programas junto de trabalhadores sexuais de rua que consomem drogas. A filosofia da RR não a concebe como um passo prévio que deve conduzir ao tratamento em centro especializado, espécie de espaço nobre da intervenção para o qual deveriam convergir todos os esforços a montante de si, mas como um conjunto de práticas que visam minorar o impacto indesejável do consumo de psicoativos, tanto ao nível do utilizador como da comunidade envolvente. Intervenções como o teste de qualidade das pastilhas nos ambientes de festa juvenil ou a assistência direta, no momento do consumo injetado, de modo a minorar as consequências de práticas instrumentais deficientes, nada têm a ver com o direcionamento para o tratamento, nem o alvo do técnico é necessariamente o toxicodependente, mas o utilizador de psicoativos, legais ou ilegais.

Aquilo que se configura com a progressiva normalização dos projetos e programas em RR – normalização entendida aqui no sentido da sua incorporação mais ou menos assumida no sistema público de cuidados – é uma mutação na esfera dos poderes de controle do fenómeno droga. Esta normalização tem características próprias em cada país, pois não é ditada por pressões internacionais como as que foram produzidas pelos convénios proibicionistas das Nações Unidas, que impulsionaram políticas semelhantes em todos os países signatários. A RR vem sendo consagrada nas legislações de vários países: em Portugal foi-o em 2001, através do Decreto-lei n.º 183, em França foi-o em 2004, e no Brasil aconteceu já durante o governo de Lula da Silva; a Suíça tem optado por referendar sucessivamente os programas de administração terapêutica de heroína

desde 1994; a Noruega abriu em fevereiro de 2005 a primeira sala de injeção assistida, seguindo o exemplo de outros países europeus que, no seu conjunto, têm mais de quarenta estruturas deste tipo. Pelo contrário, nos EUA tem havido fortes resistências à implantação de medidas de RR, bem como nos países africanos da bacia mediterrânica, onde os quase inexistentes projetos de RR esbarram com medidas de forte perseguição aos consumidores, que vivem numa grande clandestinidade.

Um outro analisador da mutação nos poderes de controle da droga é-nos dado por um breve olhar sobre o modo como as ações que viriam a agrupar-se sob a etiqueta “redução de riscos e minimização de danos” se foram integrando nas políticas vigentes no campo das drogas. Voltamos ao excerto com que abrimos esta secção para sublinhar o papel que organizações formadas pelos utilizadores de psicoativos tiveram no lançamento das políticas de RR. Foi paradigmática a ação da *Junkiebond*, pioneira na troca de seringas com o primeiro programa em Amesterdão em 1984. É curioso assinalar a praticamente inexistente auto-organização de utilizadores de psicoativos no nosso país, partindo a iniciativa das primeiras ações de RR, no início dos anos 1990, de técnicos que trabalhavam no campo das drogas.

Com a RR a questão já não está em proibir a droga (modelo da abstinência) ou em substituir droga suja (a do cliente, obtida na rua) por droga limpa (a do médico, obtida na farmácia), mas em poder aceder ao produto em condições de segurança. A este respeito, os testes de qualidade das pastilhas (*pill-testing*) são uma prática de RR prototípica. Avançar nas medidas e programas de RR é muito mais do que adotar intervenções técnicas pragmáticas perante problemas a que o modelo clínico não dá resposta, como é tipicamente o caso da escalada do VIH entre os utilizadores por via intravenosa. A discussão sobre a RR implica necessariamente o questionamento e o abandono das políticas proibicionistas. Estamos perante uma situação que ilustra claramente as teses interacionistas de Lemert já nos anos 1950: a norma produz o desvio, servindo-se das manifestações deste para se reforçar a si própria, numa escalada simétrica em que a partir de certo momento não há causa nem efeito, mas espiral de reforço mútuo¹³. Estamos já a falar das questões jurídico-legais, a que dedicaremos a secção a seguir.

13. Jock Young (1971) estabeleceu a dinâmica das espirais da desviância para o caso da repressão ao consumo de drogas em *The Drugtakers*, que é hoje um dos clássicos da análise sociológica do controle social das drogas.

Difração da norma jurídica

“Juntos, a União Europeia e os Estados Unidos da América, gastam mais de 15 biliões de euros por ano, ou seja, 40 milhões de euros por dia, em repressão e custos processuais para manter o sistema proibicionista. A regulação legal destes mercados tornaria disponíveis estes valores para outras despesas, sejam elas sociais, de educação ou de desenvolvimento.

Na ENCOD acreditamos que o proibicionismo deve ser substituído por um olhar racional e equilibrado destas temáticas; é a única forma possível de reduzir os problemas sociais e económicos relacionados com as drogas, desferindo, simultaneamente, um golpe importante no crime organizado, libertando mais meios policiais e jurídicos para outras prioridades.”

In *Cânhamo*, n.º 6, 2005

No respetivo sítio da Internet, a ENCOD – European NGO Council on Drugs and Development – apresenta-se do seguinte modo: “A Coligação Europeia por Políticas de Drogas Justas e Eficazes é uma rede pan-europeia de atualmente 120 ONG e indivíduos relacionados com o tema das drogas de forma diária. Somos a secção europeia de uma Coligação Internacional constituída por mais de 200 ONG de todas as partes do mundo que aderiram ao *Manifesto por Políticas de Drogas Justas e Eficazes* (estabelecido em 1998). Entre os nossos membros estão organizações de consumidores de canábis e outras drogas, de trabalhadores de saúde, investigadores, ativistas de base, bem como empresas”. Vimos atrás como a difração da norma terapêutica punha em questão a hegemonia do modelo médico-psicológico assente no princípio da abstinência. Veremos agora como também está em curso uma difração da norma jurídica, implicando igualmente o questionamento da hegemonia jurídico-moral assente na proibição e na convicção de que “a droga” e o seu consumo são naturalmente nefastos.

A epígrafe com que abrimos esta secção pretende ilustrar este movimento em curso, também ele assente na constatação dum fracasso – desta vez o da eliminação da oferta através da “solução repressiva”. Há quarenta anos era ainda incomum discutir abertamente as consequências disfuncionais da política criminal das drogas e, em Portugal, praticamente tabu sugerir vias descriminalizadoras. Hoje, é uma instância como o Parlamento

Europeu que avalia negativamente os resultados das políticas criminais dos países da União Europeia no campo das drogas, considerando necessário olhar atentamente para os resultados de políticas alternativas e apoiar futuras decisões na consulta a organismos da sociedade civil e a peritos independentes que têm sistematicamente chamado a atenção para os efeitos colaterais das políticas oficiais¹⁴. Que se passou neste período para assim se terem abalado os consensos cristalizados ao longo dum século de políticas criminalizadoras? Porque se terá difratado a norma jurídica que parecia tão clara nas legislações dos vários países que foram adotando a “guerra às drogas”?

Poderíamos remontar a reação contra os produtos psicoativos não autóctones às cruzadas morais contra a marijuana consumida pelos imigrantes mexicanos ou contra o ópio consumido pelos imigrantes chineses nos EUA, já nos finais do século XIX. O movimento que, genericamente, é designado por proibicionismo começa a organizar-se internacionalmente através da realização duma série de convénios que proibiram a circulação e o consumo de certas substâncias psicoativas. As legislações internas aos países signatários encarregar-se-iam de refletir o espírito de tais convénios, estabelecendo ilícitos penais para a circulação e consumo daquilo que designavam por estupefacientes e psicotrópicos. Iniciaram-se em 1909 em Xangai e tiveram nos convénios de 1961, 1971 e 1988, já sob a égide da ONU, os seus momentos mais marcantes¹⁵. Os EUA desempenharam neste processo um papel de locomotiva: a “War on drugs” inspiraria as medidas

14. Salientamos as seguintes passagens do documento do Parlamento Europeu: “Considerando que, apesar das políticas até hoje aplicadas a nível internacional, europeu e nacional, o fenómeno da produção, do consumo e do comércio de substâncias ilícitas que figuram nas três convenções das Nações Unidas acima referidas atinge níveis muito elevados em todos os Estados-Membros e que, face a tal insucesso, é imprescindível que a União Europeia reveja a sua estratégia global em matéria de estupefacientes [...]. Considerando igualmente fundamental que, com base nessas análises e avaliações, se lance um processo de revisão das políticas em matéria de estupefacientes a fim de as tornar mais eficazes e eficientes relativamente aos objetivos a atingir, dedicando uma particular atenção às políticas alternativas que obtêm já hoje os melhores resultados em muitos Estados-Membros, por exemplo no que respeita à diminuição dos casos de morte provocada pelos estupefacientes, à proteção da saúde e à reinserção social e económica dos toxicodependentes; [...] crie uma rubrica orçamental específica destinada a facilitar um processo de consulta permanente com as organizações pertinentes da sociedade civil e peritos independentes sobre as consequências das políticas em matéria de estupefacientes a nível dos cidadãos” (Recomendação do Parlamento Europeu ao Conselho Europeu sobre a Estratégia europeia em matéria de luta contra a droga (2005-2012) (2004/2221(INI)) – Aprovado em 15 de dezembro de 2004).

15. Para uma história destes convénios e da sua tradução numa política de combate à droga em Portugal, cf. C. Poiares (1996).

penais e políticas da maioria dos países, que apostaram na erradicação da oferta e da procura como meta a atingir – algo que poderíamos dizer simétrico, para o mundo jurídico, do ideal da abstinência no modelo médico¹⁶.

Também neste caso foi a progressiva constatação do fracasso de tal meta, primeiro admitido apenas nos bastidores e depois assumido por alguns dos próprios protagonistas das políticas repressivas, que obrigou a pôr em causa as respostas que o Direito tinha produzido¹⁷. Simultaneamente, uma série de trabalhos de investigação evidenciava o facto de serem as respostas repressivas instigadas pela política proibicionista que estavam na base dos aspetos mais preocupantes das drogas em meio urbano. Destacaremos as principais: a prática do consumo injetado como modo de rentabilização dum produto excessivamente caro para o utilizador; a organização de mercados de rua que se instalavam nas zonas mais fragilizadas das cidades, contribuindo para o agravamento das suas dificuldades estruturais; a ilegalidade dos mercados como favorecedora do envolvimento no negócio de delinquentes de carreira, reforçando assim a sua posição na hierarquia do crime; a condenação do utilizador regular a uma série de juízos negativos que, em muitos casos, terminavam em forte estigmatização social; a associação do consumo ao pequeno delito urbano e do abastecimento ao crime organizado; os problemas causados à gestão do sistema penitenciário pela chegada à prisão duma grande quantidade de dependentes de drogas duras; a violência policial contra certos grupos marginalizados com o pretexto da repressão do tráfico... Em suma, o proibicionismo seria responsável por uma série de efeitos colaterais ao objetivo de erradicação das drogas – como é, aliás, típico de toda e qualquer guerra. Dito de outro modo, uma parte importante dos riscos e danos que as políticas de saúde baseadas na RR procuram minorar é decorrente, não da natureza química das drogas, não da natureza psicológica dos seus utilizadores, mas do próprio modelo proibicionista.

Já vimos na secção anterior como a intervenção em RR implicava mutações no sistema de tratamento. Dum modo simétrico, trata-se de

16. Para uma síntese do estado atual da “guerra às drogas”, cf. A. Labrousse (2005) ou T. Szasz (2001).

17. Exemplificamos com um dos mais significativos elementos deste combate: Raymond Kendall, secretário-geral da Interpol entre 1985 e 2001, em declarações ao *Le Monde* em outubro de 2004, afirma que “a proibição falhou, não protegeu o mundo em relação às drogas, e a Europa tem de liderar as reformas” (fonte: *Revista Cânamo*, n.º 4, dez. 2004).

evidenciar agora como ela produz mutações no poder de proibir e de punir. A RR torna a questão do proibicionismo uma premissa sem a qual não se pode analisar o estado a que chegou a vida dos *junkies*, do mesmo modo que chama a atenção para o facto de não ser possível fazer uma intervenção eficaz de saúde pública sem enfrentar os princípios proibicionistas. Annie Mino (2005) toma as salas de injeção assistida como a pedra de toque da contradição entre políticas de saúde e *statu quo* jurídico-penal: criamos lugares para consumo seguro onde são dadas seringas limpas para injetar drogas sujas (traçadas com produtos de corte sem qualquer controle da sua toxicidade ou letalidade); os utentes consomem aí dum modo legitimado pelos técnicos de intervenção produtos cuja aquisição e detenção é proibida. Poderíamos aprofundar este argumento analisando as contradições inerentes aos programas de administração terapêutica de heroína ou aos programas de troca de seringas nas prisões. Qualquer destas medidas tem o poder de instaurar de imediato o fogo cruzado dos argumentos e bastaria atentar nalguns dos seus protagonistas para perceber que estamos em pleno epicentro do poder de definir os limites do legal e do ilegal, do aceite e do proibido, do legítimo e do ilegítimo¹⁸.

Mas podemos ir ainda mais longe: o proibicionismo não se limita a causar danos aos utilizadores, ao seu meio social próximo ou mesmo ao *habitat* urbano. Faz mal à própria ordem jurídica e, por extensão, ao próprio Estado de Direito, tal como nos habituámos a concebê-lo nas nossas sociedades, fundado nas liberdades, direitos e garantias. Tal como aconteceu no interior do dispositivo de tratamento, é também do interior do dispositivo jurídico-penal que se levantam vozes críticas. Argumentam que a via seguida pelo direito das drogas, ao escolher o endurecimento como a tónica de fundo, conduz à contradição interna das próprias regras da filosofia penal que marcou o direito desde Beccaria. No limite, estaríamos perante a incompatibilidade entre a justiça criminal das drogas e os direitos dos cidadãos, por um lado, e a incompatibilidade entre ela e o próprio estado de direito, por outro:

18. Pensemos nos tempos mais recentes do panorama político português, em que vários partidos propuseram projetos-lei sobre o estatuto legal do consumo, em que o Provedor de Justiça recomendou a introdução de medidas de RR nas prisões, incluindo a troca de seringas (cf. “As nossas prisões”, Provedor de Justiça, 2003), ou em que o Presidente da República, em dezembro de 2005, na sequência de declarações do presidente do Instituto da Droga e da Toxicodependência acerca da possibilidade de criação das salas de injeção assistida, se pronuncia publicamente sobre a necessidade deste debate.

“Esta obediência do legislador português ao modelo das convenções internacionais constitui, no entanto, uma estranha opção. Na verdade, o diploma sobre estupefacientes de 1983 (o Decreto-Lei n.º 430/83, de 13 de dezembro) é estruturalmente contraditório com o Código Penal que nesse ano entrou em vigor. Enquanto este adoptou o modelo, dominante na doutrina, do “direito penal mínimo”, ou seja, da redução ao mínimo da intervenção penal (quer nos comportamentos descritos como puníveis, quer nas molduras penais aplicáveis, com a consagração do princípio da preferência pelas penas não detentivas), única concepção do direito penal considerada compatível com o Estado de Direito democrático, a lei da droga, intencionalmente não incluída no Código Penal, assenta numa concepção autoritária, na convicção de que a ameaça das penas e a maximização da intervenção penal resolverão o problema da droga.” (Eduardo Maia Costa, 1998)

“Esse é um doloroso exemplo de que os maiores riscos e danos relacionados às drogas qualificadas de ilícitas não provêm delas mesmas. Os maiores riscos e danos relacionados às drogas qualificadas de ilícitas provêm sim do proibicionismo. São danos aos direitos fundamentais, que estão a ameaçar a própria preservação do modelo do Estado de direito democrático. Em matéria de drogas, o perigo não está em sua circulação, mas sim na proibição, que aproxima democracias de Estados totalitários.” (Lúcia Karam, 2005)

Estes excertos revelam algo de surpreendente: não se trata aqui de a desobediência sistemática do transgressor atingir a eficácia da norma; não se trata também de a norma, por deficiência de aplicação ou falta de meios, não chegar a atingir o transgressor – trata-se, sim, de ser a norma a atingir a própria norma. Regressando à metáfora ótica, mais do que a difração dum raio luminoso num padrão irreduzível ao binómio luz-sombra, estamos agora perante a sua reflexão, projetando-se na própria fonte que o tinha emanado. O direito das drogas produziu o estranho efeito de voltar as suas leis contra o próprio direito... Nada de surpreendente, bem vistas as coisas: também a tentativa de dominar clinicamente a “doença da adição” tinha redundado na instalação da desordem na ordem terapêutica vigente. Mundo clínico e mundo jurídico-penal, como tantas vezes ao longo da Modernidade, conhecem as mesmas peripécias e destino – dois dispositivos cuja lógica profunda enraíza no mesmo terreno, o do controle dos corpos, das mentes e do corpo social.

Nota final: sobre a gestão do conflito social

“A noção de redução (dos riscos e dos danos) pode já não ser um artifício de linguagem. Pode significar uma profunda mudança de estratégia: da estratégia megalómana da eliminação ou erradicação da droga passou-se a uma estratégia mais modesta, pragmática e realista que consiste em contentar-se com a minimização dos males provocados pela droga. Poderíamos transportar para o fenómeno da droga a análise sociológica elaborada por Durkheim, há um século atrás, a propósito da criminalidade e dizer: o fenómeno da droga é um facto social normal tendo em conta o tipo de sociedade em que vivemos e o seu estado actual de desenvolvimento.”

In C. da Agra, 2003

A droga, enfim, entrou na normalidade. Tal como a insegurança urbana, tal como a criminalidade. São todas elas elementos constitutivos da sociedade do risco, em que a ameaça é reconceptualizada como algo que habita connosco. Reconhecida a impossibilidade da sua eliminação, a ameaça passa a constituir, por sua vez, uma nova oportunidade de mercado: a indústria da segurança cresce solidamente desde há anos, o planeamento das cidades começa a tê-la em conta no seu desenho, gerando zonas de condomínio fechado e levando a cabo operações de renovação urbana em áreas problemáticas¹⁹.

Escrevemos já noutro lugar que a quotidianidade apaga os mitos. É quando a droga se torna um lugar-comum mediático e, em certas zonas da urbe e do subúrbio, uma banalidade integrada no dia a dia, que se vai tornando clara a miragem da sua erradicação. Enquanto os discursos do proibicionismo internacional iam reafirmando a sua retórica, a vida comum ia assimilando o fenómeno droga ao seu curso diário. Esta assimilação dá-se, no entanto, à custa dum forte conflito, de que as rusgas policiais em “zonas difíceis”, os confrontos entre milícias populares e

19. Cf. as análises antropológicas de Paulo Castro Seixas (1999) para o Porto e de Teresa Caldeira (1992) para São Paulo, sobre a espacialização da cidade em função da criação de segurança; cf. Fernandes e Pinto (2004) para a análise das operações de renovação urbana como novas estratégias para controlar os riscos associados às “drogas na rua”.

vendedores de drogas, as mortes por *overdose* e a pequena criminalidade, contínua e persistente, atribuída aos “drogados” são só os elementos mais relevantes.

Não se trata portanto agora de erradicar o conflito, mas de gerir dentro de limites de razoabilidade as suas manifestações – algo a que poderíamos chamar, utilizando uma expressão de Oriol Romani, gestão do conflito social. Eis o que vem dizer-nos a emergência das políticas de redução de riscos: “O paradigma positivista tradicional (e o seu Estado do bem-estar) falhou na solução dos problemas sociais e encontrou-se um modelo de gestão de conflitos que, mais do que resolver os problemas, procura mantê-los num nível de baixa conflitualidade. É neste contexto que surgem as políticas de redução de danos e/ou de riscos. O que foi fundamental nisto foi termos dado voz aos afetados (p. ex., os consumidores de drogas), e isto provocou uma reviravolta muito grande, a resposta deixou de estar nos peritos (como no positivismo)” (Romani, 2004). Poderíamos detetar outras áreas em que a gestão do conflito social toma o lugar das estratégias da erradicação. Por exemplo, à constatação de que a criminalidade se tornou um facto social normal (Garland, 1998), segue-se a opção por estratégias que visam baixar a conflitualidade nas comunidades urbanas em vez de procurar eliminar os focos de transgressão – a polícia de proximidade substitui-se à polícia repressiva, as penas alternativas à encarceração, a mediação à punição. Enfim, voltamos aos termos em que Romani (2004) define a gestão do conflito social: “Todas estas mudanças se produziram, por sua vez, no interior de profundas transformações no que se refere ao controle social. Depois do fracasso da utopia moderna, encenado de algum modo pelos acontecimentos de 68 e 77, as ideias que pensavam mudar a sociedade eliminando os problemas que a acometiam mediante a articulação de consenso/prevenção e cocção/castigo, foram dando lugar a políticas que já não se propõem solucionar os problemas, mas fazer uma gestão eficaz dos mesmos”.

A droga é também normal ainda por outra razão. Em certos grupos juvenis, a utilização de psicoativos variados (canábis nas suas diversas formas, alucinogénios sintéticos e naturais, *ecstasy*, cocaína...) foi sendo incorporada como elemento de um estilo de vida e de um certo tipo de encontro e de festa. Enquadrado simbolicamente deste modo, o psicoativo aparece aos olhos dos seus utilizadores como perfeitamente natural, longe da conotação que a palavra “droga” tem nas representações sociais

dominantes. Dito de outra maneira, as drogas tornam-se um elemento integrado nas práticas de sociabilidade em amplos grupos do sector juvenil: a *techno*, a *rave party*, a *house*, o *trance*, são modos de designar tais sensibilidades e estilos em que as drogas se tornaram um facto social normal desligado da sua conotação problemática e estigmatizada (Carvalho, 2004; Silva, 2005). Por outro lado, a crescente conotação da canábis como droga leve, associada a modos de estar alternativos e a culturas urbanas de vanguarda, bem como à redescoberta das suas virtudes medicinais, foi criando um movimento de reivindicação da sua legalização fundado na ideia de que os seus usos já estão largamente disseminados nas nossas sociedades, constituindo um verdadeiro movimento social canábico (Gamella, 2004; Romani, 2005). Mas também nestes casos tais processos estão longe de ser pacíficos, revelando zonas de conflito entre estilos juvenis e sociedade adulta ou entre movimentos sociais alternativos e políticas *mainstream*. É como expressão destes conflitos que devemos situar a eterna discussão dos limiares de tolerância em relação aos consumos de drogas, que se exprimem na atualidade por uma flexibilização em torno da *canábis* e por um endurecimento em torno do tabaco. Numa metáfora, diríamos que estes dois produtos constituem a zona de choque, incessantemente dinâmica e movediça, entre duas placas tectónicas: a do proibicionismo e a da descriminalização. No choque destas placas, as substâncias de estatuto ambíguo, como a *canábis* e o tabaco, serão sempre mais relevantes do que as substâncias nitidamente duras, como os opiáceos e a cocaína, pois prestam-se melhor ao jogo de forças entre ordem vigente e (des)ordens alternativas.

Se a norma, teoricamente, define o que é normal, então o fenómeno droga, ao tornar-se um facto social normal, devia deixar de inquietar tanto a norma – até poder integrá-la sob a forma de cultura vigente, como acontece com o álcool nas sociedades mediterrânicas ou como reclama o movimento social canábico para a utilização dos canabinoides. Enquanto não se dilui nas práticas culturais espontâneas – coisa que, aliás, poderá nunca vir a acontecer... –, continuaremos a desenvolver estratégias realistas que procurem reduzir o conflito social. Assim possamos saber escutar o que a droga faz à norma.

Bibliografia

- AGRA, C. da (1993). Dispositivos da droga: a experiência portuguesa. In C. da Agra (ed.). *Dizer a droga ouvir as drogas*. Porto, Radicário.
- AGRA, C. da (2003). Ciência, ética y arte de vivir. Elementos para un sistema de pensamiento crítico sobre el saber y las políticas de las drogas. In C. da Agra, J. Domínguez, J. Amado, P. Hebberecht, P. & A. Recasens (eds.). *La seguridad en la sociedad del riesgo. Un debate abierto*. Barcelona, Atelier.
- AGRA, M. (2000). *Subjectivação nos utilizadores de drogas e normatividade terapêutica*. Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado).
- ANDRÉS, M., & Trujols, J. (2004). Las drogodependencias tras la reducción de daños. *Monografías Humanitas*, 5, 139-146.
- BECK, U. (1992). *Risk Society: Towards a new modernity*. London, Sage.
- BECKER, H. (1963). *Outsiders – Studies in sociology of deviance*. New York, The Free Press of Glencoe, Inc.
- CALDEIRA, T. (1992). *City of Walls: Crime, segregation and citizenship in S. Paulo*. S. Francisco, Universidade de Berkeley (Tese de Doutoramento).
- CARVALHO, M. (2004). *Culturas juvenis e novos usos de drogas em meio festivo: trance psicadélico como analisador*. Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado).
- CASTEL, R. (2005). La remontée de l'insécurité sociale dans les sociétés occidentales. *Conferencia Latino-americana sobre Toxicodependências*, 30 jun.-2 jul. (policopiado).
- CHAVES, M. (1999). *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- COHEN, P. (1992). Junkiefication: some ways of explaining it and dealing with it. From a pharmacological explanation of junkie behaviour to a social one. *Wiener Zeitschrift fur Suchtforschung*, 14, 59-64.
- CONDE, F. (1999). Jóvenes, usos y abusos en los consumos de drogas. Madrid, Fundación CREFAT.
- COSTA, E. M. (1998). Direito Penal da droga: breve história de um fracasso. *Revista do Ministério Público*, 74, 103-129.
- COSTA, E. M. (2001). Redução de danos: preconceitos, obstáculos, justificação. *Toxicodependências*, 7 (3), 53-58.
- CRUZ, M. (2005). Antes intervir que desviar o olhar – Como a redução de riscos se fez incontornável. *Toxicodependências*, 11 (2), 65-72.
- DUBET, F. (1995). Sociologie du sujet et sociologie de l'expérience. In F. Dubet & M. Wieviorka (eds.). *Sociologie du sujet*. Paris, Fayard.

- FERNANDES, L. (2004). Bases ecossociais do sentimento de insegurança. *Educação, Sociedade & Culturas*, 21, 93-123.
- FERNANDES, L. (2005). Encontros e desencontros entre os consumidores problemáticos e o sistema de tratamento. *Toxicodependências*, 11 (1), 79-81.
- FERNANDES, L., & Carvalho, M. (2000). Problemas no estudo etnográfico e objectos fluidos: os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social. *Educação, Sociedade & Culturas*, 14, 59-87.
- FERNANDES, L., & Neves, T. (1997). *Periferias urbanas, sentimento de insegurança e controlo social*. Porto, Observatório Permanente de Segurança (policopiado).
- FERNANDES, L., & Pinto, M. (2004). El espacio urbano como dispositivo de control social: territorios psicotrópicos y políticas de la ciudad. *Monografías Humanitas*, 5, 147-162.
- FRAZÃO, C., Teles, L., Pereira, E., & Magalhães, C. (2005). *O carrocel da vida: histórias do agarrar*. Lisboa, Climepsi.
- GAMELLA, J. (1991). Drogas: la lógica de lo endovenoso. *Claves de Razón Práctica*, 18, 72-80.
- GAMELLA, J., & Rodrigo, M. (2004). La cultura cannábica en España: la construcción de una tradición ultramoderna. *Monografías Humanitas*, 5, 23-54.
- GARLAND, D. (1998). Les contradictions de la société punitive : le cas britannique. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, 124, 49-67.
- GOFFMAN, E. (1961). *Asylums*. New York, Simon and Schuster.
- GOFFMAN, E. (1963). *Stigma – Notes on the management of a spoiled identity*. New York, Simon and Schuster.
- ILUNDAIN, E. (2004). Drogas, enfermedad y exclusión. Can Tunis (Barcelona) como paradigma?. *Monografías Humanitas*, 5, 105-118.
- INGOLD, F. (1984). La dépendance économique chez les héroïnomanes. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique*, 3, 331-338.
- KARAM, M. (2005). As leis e a política brasileira de drogas. *Comunicação ao I Seminário Nordestino de Redução de Riscos relacionados ao álcool e outras drogas*. Recife, 14-16 dez.
- LABROUSSE, A. (2004). La “Guerra de la Droga”: estado de la cuestión. *Monografías Humanitas*, 5, 173-185.
- MACHADO, C. (2004). *Crime e insegurança: discursos do medo imagens do outro*. Lisboa, Notícias.
- MATZA, D. (1964). *Delinquency and Drift*. New Jersey, Transaction Publishers.
- MATZA, D. (1969). *Becoming Deviant*. New Jersey, Prentice-Hall.

- MINO, A. (2005). Naissance de la Réduction de Risques en Europe, perspective de santé publique : un témoignage. *Conferencia Latino-americana sobre Toxicodependências*, 30 jun.-2 jul. (Livro de resumos).
- NEWCOMBE, R. (1995). La reducción de los daños relacionados con la droga: Un marco conceptual para la teoría, la práctica y la investigación. In P. O'Hare, R. Newcombe, A. Matthews, E. Buning & E. Drucker (eds.). *La reducción de los daños relacionados con las drogas*. Barcelona, Grup Igia.
- O'HARE, P. (1995). Introducción: Apuntes sobre el concepto de reducción de daños. P. O'Hare, R. Newcombe, A. Matthews, E. Buning & E. Drucker (eds.). *La reducción de los daños relacionados con las drogas*. Barcelona, Grup Igia.
- PERALVA, A. (2000). *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo, Paz e Terra.
- POIARES, C. (1996). *Análise psicocriminal das drogas: o discurso do legislador*. Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Tese de Doutoramento).
- QUINTAS, J. (1997). *Drogados e consumos de drogas: análise das representações sociais*. Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado).
- RODRIGUES, A. (2004). *Desvio com via dupla: trabalho e drogas na construção de carreiras desviantes*. Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado).
- ROMANI, O. (1999). *Las drogas: sueños y razones*. Barcelona, Ariel.
- ROMANI, O. (2004). *Globalización, anti-globalización y políticas de reducción de daños y riesgos* (policopiado).
- ROMANI, O. (2005). *La cultura del cannabis treinta años después... unas reflexiones personales* (policopiado).
- ROMANI, O., & Fúnes, J. (1985). *Dejar la heroína*. Madrid, Cruz Roja Española.
- ROMANI, O., Pallarés, J., & Diaz, A. (2001). ¿Dependencia o estilo de vida? La vida de un grupo de heroinómanos catalanes de los 80s. *Trabajo Social y Salud*, 39, 205-216.
- SEIXAS, C. P. (1999). *Paradigmas socioespaciais e políticas da diferença – Ilhas e novos condomínios: uma interpretação dialógica da cidade do Porto*. Santiago de Compostela, Universidade Santiago de Compostela (Tese de Doutoramento).
- SILVA, V. (2005). Techno, house e trance: uma incursão pelas culturas da “dance music”. *Toxicodependências*, 11 (3), 63-73.
- SZASZ, T. (2001). *Nuestro derecho a las drogas*. Barcelona, Editorial Anagrama.
- TINOCO, R. (2005). *Adaptações cognitivas à carreira de toxicodependente: a utilização de técnicas de neutralização ao longo de trajetórias de vida de heroinómanos*.

Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Tese de Doutoramento).

VASCONCELOS, L. (2004). *Heroína: Lisboa como território psicotrópico nos anos 90*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

WACQUANT, L. (2000). *Prisões da miséria*. Oeiras, Celta.

YOUNG, J. (1999). *The Exclusive Society: Social exclusion, crime and difference in late modernity*. Londres, Sage.

ABORDAGEM RELACIONAL DO RISCO E DA TRANSGRESSÃO NAS RELAÇÕES SEXUAIS

Luc Van Campenhoudt*

A sexualidade representa um terreno privilegiado de exploração para o tema das difrações normativas, dos comportamentos escondidos e das identidades transversas, que é o tema deste livro. Esta contribuição baseia-se num conjunto de trabalhos realizados, desde o início dos anos 1990, sobre os comportamentos face ao risco de contaminação com o VIH através de relações sexuais¹. Abordar os comportamentos sexuais pelo prisma da sida na Europa implica, evidentemente, tomar um sentido enviesado. Mas, a partir do momento em que se esteja consciente e se permaneça atento, esta conjuntura particular permite atingir certos aspetos dos comportamentos sexuais e das relações sexuais que geralmente não se apresentam de uma maneira tão evidente em outras circunstâncias. As situações problemáticas, isto é, de crise, podem ser reveladoras de lógicas existenciais, relacionais e sociais com um carácter mais geral.

No decurso dos anos 1980-90, a sida revelou-se, de uma forma extraordinariamente rápida, como sendo um risco importante, tanto mais inquietante quanto permanecia, em grande parte, inexplicada. “Cancer gay”, “doença dos haitianos”, “doença do macaco verde”..., as diversas formas de nomear a doença revelavam as incertezas sobre a sua causa, bem como os modos de contaminação. Foram necessários diversos anos para que os

* Facultés Universitaires Saint-Louis, Bruxelles.

1. Estes trabalhos consistem num conjunto de pesquisas realizadas na Bélgica pelo Centro de Estudos Sociológicos das Faculdades Universitárias Saint-Louis, assim como por outras equipas de uma dezena de países europeus que participaram numa ação concertada a nível europeu e coordenada durante os mesmos anos pela mesma equipa (Hubert *et al.*, 1998; Van Campenhoudt *et al.*, 1997; Van Campenhoudt, 1998).

conhecimentos médicos se consolidassem e que pudessem ser dirigidas claras mensagens de proteção à população. A prevenção necessitava das ciências sociais para ter uma estimativa do nível de conhecimento e uma estimativa dos comportamentos em matéria de sexualidade, *a fortiori* com a inexistência de vacinação e de tratamento eficaz (a terapia tripla só apareceria mais tarde, não seria diretamente acessível a todos e não iria evitar que os doentes morressem, mesmo em países mais ricos e mais bem equipados).

Abordagem individualista dos comportamentos face ao risco

Os primeiros inquéritos, ditos KABP (*Knowledge, Attitudes, Beliefs and Practices*), visavam estimar o grau de conhecimento da população sobre o risco, revelar as “falsas crenças” em matéria de contaminação, examinar as atitudes face ao risco (de consideração ou de rejeição, por exemplo) e dar conta das práticas concretas (frequência das relações, número e perfil dos parceiros, utilização ou não do preservativo, etc.). Assentavam, fundamentalmente, no paradigma do indivíduo racional. A partir do momento em que o seu conhecimento sobre o risco estivesse correto..., não se tranquilizasse com crenças perigosas e estivesse bem convencido da necessidade de adotar uma atitude responsável, este indivíduo racional deveria forçosamente adotar um comportamento conforme com os seus interesses: limitar-se a um(a) parceiro(a) seguro(a) ou utilizar preservativo. A normatividade implícita é “moderna”, individualista e higienista: a vida sexual é um assunto pessoal; é possível ter tantos parceiros quantos se queiram e fazer seja o que for que se pretenda com parceiros que o consintam, desde que se protejam. Não usar proteção é irracional. Alguns autores utilizam a expressão “recaída” (*relapse*) para qualificar a situação de um indivíduo que, à semelhança do alcoólico que continua a beber, falha na utilização do preservativo um dia ou uma noite, tendo no entanto tomado a decisão e o hábito de o fazer.

À semelhança dos pressupostos da economia de mercado, esta abordagem apresenta-se em simultâneo individualista e funcionalista: aquilo que é bom para o indivíduo é bom para a sociedade. Se a transgressão ocasional da norma de proteção constitui uma prova de fraqueza, a sua transgressão sistemática constitui uma prova de anomia (Durkheim, 1975).

Se o indivíduo assume e cultiva deliberadamente esta opção de transgressão anômica pondo em causa o sistema de valores (Duvignaud, 1973) e tendo, por exemplo, relações de risco sem preservativo, ele pode viver a sua transgressão como uma provocação sacrílega (Van Campenhoudt, 1992a). Romantismo épico à parte, esta visão do transgressor anômico foi aquela apresentada por certos responsáveis pela prevenção que consideravam os homossexuais que tinham relações não protegidas (nomeadamente nos *backrooms* das discotecas gay) como uma espécie de “gauleses irredutíveis”² impermeáveis a qualquer bom senso porque se deixavam levar pelas suas paixões e eram dominados pelas suas pulsões.

Sendo inegável que é preferível conhecer os modos de contaminação, esta abordagem individualista apresenta algumas fraquezas importantes no que respeita à possibilidade de ela dar conta dos comportamentos sexuais face ao risco de contaminação pelo VIH (Moatti *et al.*, 1997). Mais do que os argumentos teóricos, foram as observações empíricas que permitiram evidenciar estas fraquezas.

Desde os primeiros inquéritos realizados sobre esta questão (por exemplo, Peto *et al.*, 1992) que parecia que os indivíduos perfeitamente informados sobre os riscos podiam, apesar disso, corrê-los deliberadamente, com perfeito conhecimento de causa. Os seus propósitos mostravam que estes indivíduos não eram irracionais, tendo no entanto boas razões para se comportarem desse modo. A redução do indivíduo a um cérebro racional parecia pouco pertinente num campo da experiência humana caracterizada pela revelação da intimidade e a força das emoções (Reiss, 1986). Os investigadores em ciências sociais tinham dificuldade em integrar nas suas análises as dimensões sexual e emocional da relação... sexual. Contudo, o coração tem razões que a razão pode conhecer.

Subsidiariamente, a transposição da transgressão arcaica para a sociedade contemporânea parecia errada. A transgressão arcaica é individual, excecional, altamente arriscada e definida em relação a um sagrado (Levi-Makarius, 1974). Em troca do risco corrido, o transgressor espera um poder mágico ligado a uma realização futura como a fecundidade de um campo ou uma vitória sobre o inimigo. Para Levi-Makarius (1979), a transposição da transgressão arcaica para os comportamentos desviantes ou de “desafio” de hoje não é sustentável: a dita transgressão atual apresenta formas mais

2. A expressão é de François Delor.

abrangentes, mais coletivas (em matéria sexual, e sem que se ponha tudo no mesmo saco: perversão, sadomasoquismo de grupo, troca de parceiros, violações coletivas...), menos secretas (vangloriadas e expostas nas revistas e nos filmes X...) e, sobretudo, mais triviais (muito particularmente, com a ajuda de sítios na Internet e de linhas telefónicas cor-de-rosa). Encontra-se dessacralizada porque já não se define em relação a um sagrado de que ela seria, enquanto sacrilégio, uma espécie de homenagem violenta (Van Campenhoudt, 1992b).

Esta visão trágico-romântica da questão do risco e da transgressão apresenta benefícios subjetivos: pode apimentar a relação sexual ou proporcionar ao indivíduo uma certa autossatisfação, permitindo-lhe designar-se a si mesmo como transgressor ou “rebelde”, entregando-se assim a uma tendência atual muito comum. Mas esta visão é superficial em relação ao drama humano que se joga em certas situações sobre as quais voltaremos a falar. Todavia, é sobretudo devido à sua incapacidade para levar em conta o essencial que as abordagens individuais dos comportamentos de risco em matéria sexual falham: é que, por definição, o ato sexual não se pratica só. Proteger-se, ou não, depende do jogo relacional e do seu contexto.

A estrutura e a dinâmica da relação sexual

É na estrutura e/ou na dinâmica da relação sexual que muitos autores têm procurado as chaves dos comportamentos face ao risco (Ingham & Van Zessen, 1997). Uma outra observação banal impunha que o interesse fosse colocado na estrutura da relação: os comportamentos de uma mesma pessoa variam, muitas vezes, consoante as relações em que está envolvida. Tão depressa se protege, como não. A regra estrutural mais evidente permanece, aqui como em outras situações, a da homogamia: quanto mais os parceiros são homógamos (como um agrónomo belga e as amigas belgas do mesmo meio social que reencontra quando regressa das suas missões regulares em África), menos provável é a proteção; quanto mais os parceiros são heterógamos (como o mesmo agrónomo e as parceiras africanas que reencontra no decurso das missões), mais provável é a proteção. O exemplo é extremo, mas a lógica estrutural é mesmo esta: a semelhança social incita à confiança e não existe nada a que se atribua tanta importância como a imagem que se dá de si aos mais próximos.

Concebida como uma aplicação direta da teoria dos sistemas sociais de Luhmann, a teoria dos sistemas íntimos (Ahlemeyer & Ludwig, 1997) desenvolve o raciocínio estrutural. A relação sexual não existe; o que existe são apenas sistemas íntimos de que Ahlemeyer distingue quatro: o sistema romântico, o sistema hedonista, o sistema matrimonial e o sistema da prostituição. Enquanto íntimos, têm como ponto comum a afirmação de um corte com “a vida de todos os dias”. Mas este é mesmo o único ponto; no resto, cada um tem a sua autopoiese³ própria, os seus códigos próprios e, neste caso, as suas maneiras de se organizar face ao risco. O sistema matrimonial constitui um princípio exclusivo, e o preservativo torna-se incongruente, uma vez que se trata de reproduzir. O sistema romântico assenta sobre o risco corrido com entusiasmo, se não mesmo procurado, para e com o outro. No sistema de prostituição, onde o risco de contaminação é particularmente elevado, ele não é corrido normalmente, salvo em certos casos de prostituição de miséria ou então muito bem paga. No sistema hedonista, a cabeça mantém-se, em princípio, mais fria que no entusiasmo romântico⁴. Para a teoria dos sistemas sociais (como para outras abordagens relacionais que não podemos evocar aqui⁵), os comportamentos representam comunicações constitutivas da relação. O facto de o indivíduo correr o risco pode, por exemplo, apresentar-se como uma demonstração da sua paixão; a utilização do preservativo pode ser uma maneira de marcar uma distância ou, pelo contrário, de demonstrar a preocupação com uma responsabilização adulta partilhada.

É mais uma vez uma observação banal que pode mostrar a importância de se interessar pela dinâmica da relação: os comportamentos de um mesmo indivíduo variam consoante a evolução da relação. Assim, podemos observar, de maneira paralela em variados países, que a maior parte dos novos parceiros que utilizavam o preservativo no decurso das suas primeiras relações abandonava o seu uso depois de somente três ou quatro relações, ainda que não dispusesse de informações novas sobre os estatutos serológicos respetivos. A intimidade própria de uma relação sexual que satisfizesse suficientemente os parceiros para que eles desejem prosseguir

3. Ou seja, a sua autodefinição e os processos comunicacionais através dos quais ela se (re)produz.

4. Mas é necessário ainda que os parceiros se identifiquem como participantes de um mesmo sistema íntimo.

5. Ver Van Campenhoudt *et al.*, 1997.

gera rapidamente uma impressão de familiaridade e de convivência mútuas que lhes dá um sentimento de confiança e segurança. Correr o risco pode, então, equivaler a participar da construção de uma relação que se deseja que prossiga e se desenvolva.

A teoria da troca social (Emerson, 1976) e diversas correntes da psicologia social (estudadas nomeadamente por Ludwig; Ahlemeyer & Ludwig, 1997) foram mobilizadas para darem conta desta dimensão processual da relação. Numa perspectiva interacionista, a teoria dos cenários sexuais (*sexual scripts*) de Gagnon e Simon (1974, 1986) pareceu particularmente interessante para se compreender os comportamentos sexuais no contexto do risco de contaminação pelo VIH e, em particular, da dificuldade de proteção em certas situações. Para estes autores, toda a relação sexual decorre num cenário onde os papéis de cada um dos parceiros se encontram já previstos até um certo ponto. Cada um desempenha o seu papel em função de esquemas culturais (incidindo, por exemplo, nos papéis respetivos e complementares do homem e da mulher), esquemas psíquicos (incidindo, por exemplo, sobre as representações do outro sexo e sobre os fantasmas mobilizadores) e esquemas de interação (incidindo, por exemplo, sobre a maneira como convém que os comportamentos de um e de outro respondam num jogo de ajustamento progressivo que possa conduzir à relação íntima). Na ótica goffmaniana, estes cenários permitem a cada um dos parceiros salvar a face e ser o garante da face do outro, coisa que não se encontra assegurada *a priori* no campo da intimidade. A prevenção, e em especial a utilização do preservativo, tem a particularidade de ser problemática porque obriga a modificar cenários que os parceiros tinham integrado previamente.

Em resumo, a relação sexual é um processo estruturado: estruturado, no sentido em que a relação não se desenrola de qualquer maneira; processo, no sentido em que ela tem uma dinâmica actancial que se desenvolve numa temporalidade, de cada vez de maneira singular. Numa perspectiva relacional, os comportamentos são desempenhos relacionais, não os efeitos de fatores logicamente anteriores. A racionalidade não é somente suscetível de ser aplicada aos indivíduos; a relação tem ela mesma a sua própria racionalidade (Van Campenhoudt, 1999), as suas próprias lógicas, cuja razão se pode observar a partir de conceitos tais como os de sistema íntimo, interação, sequência, troca social ou cenário sexual.

A estrutura e a dinâmica de conjunto do sistema relacional dos parceiros

Cada estrutura inscreve-se ela própria num sistema relacional mais alargado, um conjunto de relações sexuais ou não, “sexualizáveis” ou não com parceiros. Para a teoria das redes sociais, o que se passa em cada relação está ligado à configuração do conjunto do sistema relacional dos parceiros (Laumann *et al.*, 1995). A influência da rede é particularmente clara sob dois pontos de vista.

Por um lado, a configuração da rede de cada um dos parceiros e da sua rede comum, define as respetivas estruturas de oportunidade, ou seja, a sua capacidade social para ter parceiros sexuais. A estrutura de oportunidade de cada um é tanto maior quanto a sua rede social for alargada e heterogénea, em parte diferente da do seu/sua parceiro/a principal eventual, podendo ele/ela dispor de “espaços secundários” (Remy & Voyé, 1981) onde possa libertar-se dos controlos sociais da vida comum⁶. Nos espaços secundários, as condutas de transgressão das normas permitidas nos espaços primários (da família, da vizinhança, do trabalho ou da escola) são mais plausíveis, mas a proteção também o é, caso se encontre nos sistemas íntimos onde predomina o hedonismo. O indivíduo não está, forçosamente, sujeito à estrutura da sua rede, e algumas pessoas modelam-na estrategicamente em função de objetivos de ordem sexual. Assim aconteceu no caso de uma docente belga que, como compensação por uma educação que julgava demasiado estrita, se esforçava todos os anos por mudar de escola e de funções a fim de poder recrutar parceiros sexuais entre uma vasta reserva de antigos colegas. Calculando ser demasiado arriscado e demasiado problemático manter relações sexuais com os colegas atuais, aplicava o provérbio segundo o qual “a raposa caça longe do seu território”.

Por outro lado, a influência da rede social é decisiva no plano normativo. Numa perspetiva de análise das redes sociais, as normas efetivas, a que se conformam os comportamentos dos parceiros, nada mais são que os comportamentos dos “outros significativos” tal como são apercebidos por esses parceiros (Ferrand & Snijders, 1997). Mesmo que a norma declarada num meio qualquer seja a fidelidade ao cônjuge, se alguém

6. Pode encontrar-se uma aplicação detalhada em Peto *et al.*, 1992.

se convence de que acontecem aos outros significativos infidelidades passageiras e discretas, então a norma efetiva dirá que é aceitável ser infiel ao cônjuge, na condição de a infidelidade acontecer de uma forma ocasional e discreta. O peso das normas efetivas encontra-se, bem entendido, diretamente ligado à intensidade das relações na rede dos que são próximos (Bott, 1937).

A configuração geral das relações sociais e simbólicas

Os processos relacionais experimentados pelos parceiros inscrevem-se nas relações sociais e simbólicas mais vastas que influenciam diretamente o seu progresso. Pensamos, primeiramente, nas relações entre géneros que se caracterizam nomeadamente pelas relações de poder (no limite, as relações de força bruta), uma divisão sexual dos papéis respetivos do homem e da mulher, das expectativas recíprocas ligadas a imaginários psíquicos e culturais. Estas relações não constituem um contexto exterior à relação sexual que vai, de alguma maneira, completar o cenário; elas incrustam-se intimamente em cada troca de gestos e de palavras. Deste modo, cada uma das dimensões observadas mais acima deve ser considerada como transformação relacional de uma relação social, ainda que a sua dinâmica não se reduza a isso. Por exemplo, nas relações heterossexuais, os cenários sexuais são, em parte, transformações sequenciais de relações entre géneros num determinado contexto sociocultural.

É essencial ter em conta as relações de dominação simbólica para compreender a experiência homossexual e certos episódios particularmente problemáticos que podem dela fazer parte. Delor (1997) mostrou que a experiência de numerosos homossexuais se caracterizava, por vezes durante longos anos, por uma dupla trajetória. Uma delas é a trajetória “oficial” ou primária. A pessoa é considerada pelo seu meio como heterossexual e comporta-se aparentemente como tal. Muitas vezes, tentando resistir à sua preferência sexual e aos seus desejos íntimos, vê-se a si mesma como heterossexual, chegando por vezes ao casamento e à fundação de uma família. Uma mistura complexa de controlo externo e de autocontrolo leva-a a constituir para si uma “identidade para os outros” que não corresponde à sua preferência sexual. Paralelamente, a mesma pessoa prossegue numa outra trajetória, feita de desejos, de fantasmas, de

sonhos, de emoções dirigidas para pessoas do mesmo sexo. A passagem ao ato faz-se muitas vezes em segredo, depois de longos anos de dúvidas, frustrações e sofrimentos. Torna-se então efetiva uma vida dupla, secreta, difícil de manter. O *coming out* põe fim a esta insuportável divisão identitária. Durante estes episódios difíceis, a penetração anal pode ser vivida como uma espécie de ato fundador de uma nova identidade que corresponde finalmente à preferência sexual, uma espécie de ritual de inscrição num novo grupo de referência, a marca de uma reconstrução de si, indissociavelmente social e psíquica. O preservativo pode, então, simbolizar a impossibilidade de realizar o desejo inconsciente de fusão total com o parceiro e, por esse motivo, o acesso pleno e inteiro à sua nova identidade, de forma que as relações anais não protegidas se tornam mais plausíveis.

Não é de excluir que alguns destes episódios sejam vividos no registo do imaginário da transgressão, do desafio, mesmo da provocação, cujos mecanismos são complexos: salvar a face, dotar-se de uma consciência orgulhosa (*gay pride*), entrar em convivência com os seus novos pares ou, muito simplesmente, desdramatizar a sua própria experiência dolorosa. Mas encontramos-nos na superfície de um drama que, no seu âmago, nada tem de romântico ou de épico. Este drama existencial – que todavia pode conduzir a uma profunda felicidade – é incompreensível se não se perceber o que representa verdadeiramente uma instituição: um conjunto de relações sociais instituídas, socialmente legitimadas, a partir das quais se concebe e se organiza um campo da atividade social (aqui, a sexualidade) cuja força tem a ver com a evidência (Guilhon Albuquerque, 1989). Nesta circunstância, a heterossexualidade constitui a instituição de referência que não tem de se justificar nem de lutar para se fazer admitir. Em resposta à “pergunta banal”: “Quais são as causas da homossexualidade?”, o sociólogo só pode responder com uma outra pergunta: “Como é que esta questão pode ser considerada legítima e colocada sem que suscite admiração?”; ou, pelo contrário, “Qual a razão por que parece totalmente incongruente questionar-se sobre as causas da heterossexualidade?”. A heterossexualidade é a instituição, a norma não interrogada que serve para interrogar os outros modos de vida.

Regresso ao indivíduo

No final deste rápido percurso que partiu do indivíduo para terminar na dominação social e simbólica, passando pelos processos relacionais, podemos regressar ao indivíduo. Não ao átomo racional associal e assexuado, mas antes à pessoa tomada na sua experiência humana e social, ali onde se fazem sentir as “identidades transversas”, as “difrações normativas”, e onde os comportamentos estão muitas vezes ocultos.

Correr o risco inscreve-se nesta experiência mais ou menos marcada pela vulnerabilidade (Delor & Hubert, 2000). Para alguns, será o deserto afetivo que se segue à rutura de uma relação que é importante, a descoberta mais ou menos desajeitada e casual da sexualidade, a imersão passageira num universo secundário (como um país estrangeiro) ou fechado (como a prisão), a submissão a um parceiro dominante que faz com que se autorize aquilo que se recusa ao outro ou a adoção de uma nova identidade sexual... Reduzir nestes casos o risco à irracionalidade, à anomia ou à transgressão deliberada e prazenteira da norma, oculta muito mais a verdade desta experiência do que a esclarece. Consoante o caso, correr o risco consiste numa maneira de construir uma relação na qual se escolheu implicar-se intensamente, numa mensagem amorosa com o parceiro, numa escolha face a uma dificuldade alternativa, num meio de (re)construção identitária... Em resumo, correr o risco tem a ver com a maneira de lidar com a sua própria vida e com o outro íntimo, com todas as ambivalências e ambiguidades desta prova. Vimos que num caso se trata, nem mais nem menos, de arriscar a sua vida para salvar a sua existência. Para compreender um comportamento, é necessário, pois, apreendê-lo nos seus episódios e nas suas experiências, problemáticas ou não, do drama humano e relacional de que procede. Este drama deve ser ele próprio observado em ligação com as relações de dominação social e simbólica que contribuem para o configurar.

Bibliografia

- AHLEMEYER, H., & Ludwig, D. (1997). Norms of communication and communication as a norm in the intimate social system. In L. Van Campenhoudt, M. Cohen, G. Guizzardi e D. Hausser (eds.), *Sexual Interaction and HIV-Risk. New conceptual perspectives in European research* (pp. 22-43). London/Bristol, Taylor & Francis.
- BOTT, E. (1937). *Family and Social Network*. Londres, Tavistock.

- DELOR, F. (1997). *Séropositifs, trajectoires identitaires et rencontres du risque*. Paris, L'Harmattan.
- DELOR, F., & Hubert, M. (2000). Revisiting the concept of 'vulnerability'. *Social Science and Medicine*, 50, 1557-1570.
- DURKHEIM, E. (1975). *Textes, 2: Religion, morale, anomie*. Paris, Minuit.
- DUVIGNAUD, J. (1973). *L'Anomie, hérésie et subversion*. Paris, Anthropos.
- EMERSON, M. (1976). Social exchange theory. *Annual Review of Sociology*, Vol. 2, 335-363.
- FERRAND, A., & Snijders, T. (1997). Social networks and normative tensions. In L. Van Campenhoudt, M. Cohen, G. Guizzardi e D. Hausser (eds.), *Sexual Interaction and HIV-Risk. New conceptual perspectives in European research* (pp. 6-21). London/Bristol, Taylor & Francis.
- GAGNON, J. H., & Simon, W. (1974). *Sexual Conduct. The social sources of human sexuality*. Chicago, Adline Publishing Company.
- GAGNON, J. H., & Simon, W. (1986). Sexual Scripts: Permanence and change. *Archives of Sexual Behavior*, Vol. 15, 2, 97-129.
- GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. (1989). La nature du changement dans les institutions. In M. Molitor, J. Remy & L. Van Campenhoudt (dirs.), *Le Mouvement et la forme* (pp. 171-179). Bruxelles, Publications des Facultés universitaires Saint-Louis.
- HUBERT, M., Bajos, N., & Sandfort, T. (eds.) (1998). *Sexual Behaviour and HIV/AIDS in Europe*. London, UCL Press.
- INGHAM, R., & Van Zessen, G. (1997). From individual properties to interactional processes. In L. Van Campenhoudt, M. Cohen, G. Guizzardi e D. Hausser (eds.), *Sexual Interaction and HIV-Risk. New conceptual perspectives in European research* (pp. 83-99). London/Bristol, Taylor & Francis.
- LAUMANN, E., Gagnon, J. H., Michael, R., & Michaels, S. (1995). *The Social Organisation of Sexuality. Sexual Practices in the United States*. Chicago/London, The University of Chicago Press.
- LEVI-MAKARIUS, L. (1974). *Le Sacré et la violation des interdits*. Paris, Payot.
- LEVI-MAKARIUS, L. (1979). Transgression et pouvoir magique. In M. Maffesoli & A. Buruston (dirs.), *Violence et transgression*. Paris, Anthropos.
- MOATTI, J.-P., Hausser, D., & Agrafiotis, D. (1997). Understanding HIV risk-related behaviour: a critical overview of current models. In L. Van Campenhoudt, M. Cohen, G. Guizzardi e D. Hausser (eds.), *Sexual Interaction and HIV-Risk. New conceptual perspectives in European research* (pp. 100-126). London/Bristol, Taylor & Francis.
- PETO, D., Remy, J., Van Campenhoudt, L., & Hubert, M. (1992). *Sida: l'amour face à la peur*. Paris, L'Harmattan.

- REISS, I. (1986). A sociological journey into sexuality. *Journal of Marriage and the Family*, 48, 233-242.
- REMY, J., & Voye, L. (1981). *Ville, ordre et violence*. Paris, PUF.
- VAN CAMPENHOUDT, L. (1992A). Le rappel au désordre. *La Revue Nouvelle*, 7-8/XVI, Juillet-Août, dossier sobre “La société défiée”, 32-42.
- VAN CAMPENHOUDT, L. (1992b). Ambiguïtés et ambivalences de la transgression. *Revue de l'Institut de Sociologie*, Université Libre de Bruxelles, 1-4, 115-129.
- VAN CAMPENHOUDT, L. (1998). Nouvelles tendances théoriques dans la recherche européenne sur les comportements sexuels face au risque du VIH. *Le Sida en Europe. Nouveaux enjeux pour les sciences sociales*. 2.^a conferência europeia sobre os métodos e os resultados das investigações em ciências sociais sobre a sida, ANRS, Collection Sciences sociales et Sida, Juillet, 71-80.
- VAN CAMPENHOUDT, L. (1999). The relational rationality of risk and uncertainty reducing processes explaining hiv risk-related sexual behaviour. *Culture, Health & Sexuality*, Vol. 1, 2, 181-191.
- VAN CAMPENHOUDT, L., Cohen, M., Guizzardi, G., & Hausser, D. (eds.) (1997). *Sexual Interaction and HIV-Risk. New conceptual perspectives in European research*. London/Bristol, Taylor & Francis.

TERCEIRA PARTE
**IDENTIDADES
TRANSVERSAS**

O PECADO DA “GANZA” E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TRANSVERSA

Policarpo Lopes*

Os mundos dos consumos tóxicos são multiformes e os percursos dos seus protagonistas diversificados. Contudo, na trajetória dos sujeitos dos poli-consumos de substâncias tóxicas, há um elemento comum. Todos passam pela experiência do confronto com a ordem normativa específica ao seu universo simbólico, inevitavelmente com efeitos tanto no seu comportamento como na sua identidade.

Na estruturação da autoimagem dos indivíduos identificamos três sistemas de combinatórias de sentido em contínua transação. O primeiro é constituído pelas combinatórias de percepção e de intelecção. São da ordem da verosimilhança e da competência e têm uma função cognitiva. Organizam a coerência global dos universos representados e vividos, contribuem para a estruturação das hierarquias e dos poderes sociais e estão na base da organização da legitimidade. O segundo engloba as combinatórias simbólicas propriamente ditas que regulam a articulação da energia psíquica dos indivíduos com a dinâmica social, combinando um efeito de mobilização afetiva com um efeito de legitimidade social. E o terceiro sistema é formado pelas combinatórias normativas que apreendem as modalidades de organização e orientação das práticas e elaboram as representações da ordem normativa codificada nos códigos do exigível-do prescrito-do permitido/proibido-não permitido-interdito-tabu-coercitivo (Hiernaux & Remy, 1978: 105).

A transação entre estes três sistemas da ordem simbólica estrutura simultaneamente a elaboração interna da verosimilhança, a variação das

* † | CESNOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

competências, os modos de intelecção necessários à ação, a mobilização afetiva baseada num efeito de legitimidade social. Isso significa que ela, não só define a orientação das práticas, como contribui diretamente para a produção e a construção da autoimagem dos indivíduos, bem como a estruturação das suas relações, das hierarquias e dos poderes sociais onde se inscreve. A inflexão ou a variação de cada um dos parâmetros destes três sistemas, apesar da sua relativa autonomia, repercute-se nos outros. Assim a violação dos códigos normativos tem efeitos, quer na autoimagem do indivíduo, quer nas suas relações sociais. É o que acontece com o contacto e a instalação na prática do consumo de substâncias psicoativas ilícitas quando estas são percebidas e vividas como uma violação dos códigos normativos em vigor. Esta violação, não só produz uma alteração na orientação das práticas colocando o indivíduo numa situação de não conformidade com a ordem normativa estabelecida, como afeta a sua autoimagem e as suas relações e interações sociais. Se a violação tem visibilidade social, o transgressor fica sujeito a um regime repressivo de censura e/ou de coerção; se não tem visibilidade social, o regime censório atua ao nível da subjetividade, produzindo designadamente a consciência da falta que provoca o sentimento de culpabilidade com efeitos inevitáveis a nível social.

O nosso objetivo é perguntarmo-nos, por um lado, como é que o consumo de substâncias tóxicas ilícito produz esta consciência da falta e provoca a emergência do sentimento de culpabilidade e, por outro lado, qual o impacto do sentimento de culpabilidade na identidade do sujeito, abrindo assim um novo campo de observação da problemática da identidade transversa. Partindo da observação de um microuniverso onde o contacto e a instalação na prática do consumo de substâncias tóxicas ilícitas são representados e vividos como uma violação das normas em vigor, pretendemos apreender os seus efeitos negativos desta tanto na autoimagem do consumidor como no seu meio familiar e social. Formulamos a hipótese de que a culpabilidade pode tornar-se um operador da identidade transversa e eventualmente desencadear um processo de reabilitação do indivíduo.

O consumo de substâncias psicoativas ilícitas no nosso microuniverso é, de facto, representado e vivido como uma violação da ordem normativa em vigor. Provoca uma falha face aos códigos normativos vigentes que desperta a consciência da falta e consequentemente provoca

a emergência do sentimento de culpabilidade. Este sentimento atinge níveis variáveis segundo o vigor da simbólica da culpa no processo de socialização do sujeito, a durabilidade dos consumos e ainda a relação dos pais com os produtos tóxicos. Assim atinge níveis mais elevados, quando o indivíduo entra em contacto com o produto proibido, e mais fracos, quando os pais já foram ou são eles próprios consumidores, o que acontece com certa regularidade nas gerações dos 30-40 anos de certas classes e meios sociais.

No nosso universo de observação, a regulação da consciência da falta e do sentimento de culpa processa-se ainda através da simbólica da culpa, cujo paradigma matricial é o da seleção vitimária, de que fala R. Girard (1972), representado na imagem do bode expiatório e formalizado nos códigos do proibido-não permitido/falta-pecado-vitimação-confissão-remissão-purificação-integração. Trata-se de uma invariante socioantropológica que persiste como paradigma analógico de toda a violação da norma social. Contudo, tem tanto mais vigor quanto mais a lógica social dominante atua através do poder da observância da norma e da conformidade com a regra social, como acontecia nas sociedades tradicionais. Os indivíduos interiorizavam-na como uma função de regulação das práticas e comportamentos individuais e coletivos através de numerosos dispositivos simbólicos cujos elementos subsistem ainda no inconsciente coletivo dos indivíduos do nosso microuniverso (Lopes, 2003: 29); o mesmo sucede, aliás, sob formas e expressões diferentes na sociedade do risco, como o sugere P. Peretti-Watel (2000: 227).

Para encontrarmos alguns elementos de observação e de análise que nos permitam sustentar a nossa hipótese, vamos seguir a trajetória de um jovem do nosso microuniverso na qual identificamos três sequências diacrónicas cujos polos têm como referenciais práticas tabágicas, alcoólicas e tóxicas ilícitas. Ela oferece-nos um ideal-tipo dos mundos destes “*ados* que a consomem”¹ de que fala Sophie la Garrec (2002-2005). Mas antes clarifiquemos o conceito de culpabilidade.

1. “Ados” como abreviatura de *adolescentes* no título do livro.

1. Clarificação do conceito de culpabilidade

Na linguagem corrente, a culpabilidade é uma categoria espontânea associada, por um lado, à noção de falha, falta, pecado e, por outro lado, à noção de perdão e de reconciliação. O dicionário Petit Robert define-a, em geral, como o estado daquele que é culpado e, psicologicamente, como o sentimento pelo qual se sente culpado. O seu horizonte semântico inscreve-se no campo do não permitido, do interdito, do tabu que os antropólogos e sociólogos formalizaram no paradigma da seleção vitimária a que já nos referimos, onde a culpabilidade mantém estreitas ligações com a estrutura social. Isso quer dizer que a abordagem que dela fazemos não coincide com a que fazem os psicanalistas, que opõem culpabilidade consciente a culpabilidade inconsciente, enquanto nós preferimos abordá-la através do registo do simbólico.

A culpabilidade manifesta-se quando alguém tem o sentimento de uma falha em relação à autoimagem afetivamente valorizada, o que nos remete para a definição de Laplanche e Pontalis (1968: 440) quando dizem que a culpabilidade está associada a um estado afetivo consecutivo a um ato que o sujeito representa e vive como repreensível. A culpabilidade aparece portanto quando o sujeito tem consciência de que o seu comportamento não corresponde à imagem de si próprio, interiorizada e valorizada no seu processo de socialização (Remy *et al.*, 1978: 28-31). O ato repreensível produz a consciência da falta, provoca e alimenta o sentimento de culpabilidade. Manifesta-se como o hiato entre o comportamento do indivíduo e as normas do grupo (Lopes, 2003: 29), mesmo se não é percebido como tal. É uma invariante socio-antropológica com diferentes modos de regulação através de diversos dispositivos simbólicos. Será tanto mais forte quanto a simbólica da falta residir na lógica que regulou o processo de socialização que se verifica no nosso microuniverso.

A falta pressupõe, por um lado, a interiorização de uma certa ordem normativa pelo sujeito e, por outro lado, que o fundamento da sua identidade se encontre na interiorização dos modelos culturais coletivos que integram os códigos normativos do sistema simbólico. Este processo supõe simultaneamente a individualização da responsabilidade individual e um mecanismo de institucionalização dos modelos e esquemas culturais do grupo onde o sujeito se insere. Os códigos normativos são, portanto, eficazes, quer pela via da visibilidade, atuando através do regime de coerção, de

remuneração ou de meritocracia, quer pela via da interiorização, através da consciência da falha e do sentimento de culpabilidade que dela resulta. Estas duas vias têm uma função de integração social.

A culpabilidade não só afeta a autoimagem do sujeito criando na consciência um mal-estar, mas também induz opacidade nas relações interpessoais, designadamente no universo familiar e no universo dos “outros significantes”. Com efeito, o processo de interiorização e institucionalização da culpabilidade desperta a sensibilidade e a consciência da culpa e provoca a emergência da culpabilidade, inevitável fonte de insegurança, de angústia, de ansiedade e de incerteza. Este processo leva o sujeito a desenvolver estratégias de ocultação e dissimulação a fim de salvaguardar a sua imagem no seu campo de interação, o que nos remete para o conceito de desviância secreta de que fala H. Becker. Este conceito define o desvio, não como uma qualidade da pessoa ou do comportamento que viola a norma, mas sim da interação de dois grupos, o dos que violam a norma e o dos que estão encarregados de a fazer respeitar. O “Outsider” (Becker, 1985) é, pois, fruto de um duplo olhar: o do desviante para os normais e o dos normais para o desviante. Os dois interiorizam este olhar que os mobiliza afetivamente a perceber, agir e julgar, articulando assim a autoimagem com a legitimidade social. Porém o desviante oculta cuidadosamente a sua prática, receando ser rejeitado por aqueles que o estimam e pelos que integram o mundo da norma.

A culpabilidade desenvolve pois uma dupla lógica: a simbólica da culpa que conduz e alimenta a lógica da visibilidade/ocultação-dissimulação. Vejamos como elas atuam na emergência e construção da identidade transversa.

2. A culpabilidade na trajetória de um consumidor de canábis

Para isso centramos a nossa atenção na narratividade de um jovem do nosso microuniverso, em cuja estrutura diacrónica da sua trajetória identificamos como correspondendo ao tipo-ideal dos jovens deste meio social, que se instalam na prática do consumo de canábis, situação que se está a tornar norma em certos meios sociais. Trata-se de alguém que desde a infância sente necessidade de integração no grupo para satisfazer a sua pulsão lúdica. O núcleo central do seu “entre-si-adolescente-jovem” inscreve-se

nas relações de vizinhança de jovens que pertencem aos “betinhos” da linha de Cascais, caracterizados pela experiência de destruturação familiar, por uma taxa de sucesso escolar relativamente baixa e a quem nada falta em termos materiais. Por vezes os pais colocam à sua disposição apartamentos, onde se juntam para as chamadas “festas brancas” ou “parties”, onde não falta o *kit* com o pó branco e o pequeno tubo para “snifar”.

Participando no tipo de sociabilidade que caracteriza este meio, o sujeito que está no centro da nossa observação, sob pressão da ditadura do grupo, cedo entra em contacto com o tabaco e o consumo desordenado de álcool, primeiro por mimetismo e conformismo social e, em seguida, por prazer. Apesar de a prática tabágica usufruir de alta legitimidade social e cultural como expressão de virilidade e maturidade, no seu universo familiar não era admitida, tanto mais que um dos avós tinha morrido devido aos efeitos perversos do cigarro. A mãe proibiu-o de fumar em casa, mas tolerava que o fizesse à janela e na rua. Aos 19 anos, ainda sob pressão do grupo, toca no haxixe (no início por curiosidade e depois por prazer), o que o conduz naturalmente à aprendizagem e à instalação na prática canábica, visando a desinibição e o esquecimento de aborrecimentos e constrangimentos. Aos 21 anos vive uma crise amorosa que o fragiliza e leva a reforçar o consumo de canábis. Em casa, o seu comportamento torna-se progressivamente agressivo e intolerante face a qualquer crítica e observação, e o rendimento escolar baixa significativamente.

Como se trata de uma prática ilícita, procura satisfazer o seu prazer e as suas necessidades de consumo do produto em “espaços-tempos” paralelos, designadamente entre os tempos escolares, e nos espaços-tempos do “entre-si-jovem” como, por exemplo, na praia, depois, sozinho, à noite na rua passeando o cão, sempre num quadro de não visibilidade social, imanente à desviância, secreta como dissemos. Quando entra em crise, chega a fumar uma “ganza” em casa, à janela, sob o olhar cúmplice dos irmãos. Aos 22 anos o ambiente em casa degrada-se, os aborrecimentos aumentam e com eles a prática do consumo canábico. Nesse momento os irmãos alertam a mãe. Esta, para não os comprometer, procura apanhá-lo em flagrante. Vasculha-lhe os fatos e descobre resíduos do produto. Face a face, confronta-o com o produto, desmascarando assim a sua identidade transversa. No início, instala-se uma grande conflitualidade, mas depois, jogando o registo afetivo, consegue não só fazê-lo confessar a sua prática e trajetória de consumidor como também que ele lhe explique todos

os procedimentos de compra e consumo. Como sabe que o filho estava afetivamente mobilizado por um projeto de formação nos EUA, usa este elemento como fator dissuasor para o fazer romper com a prática e o comprometer pela via do autocontrolo e voluntarismo; procura assim que ele reconstrua a imagem positiva de que gozava antes, como condição para restabelecer a confiança. Ao mesmo tempo fá-lo comprometer-se a revelar ao pai e aos “outros significantes” o seu percurso de consumidor de canábis. Após seis meses, mantém os compromissos assumidos. Restabelece assim a sua autoimagem, recupera credibilidade e é reintegrado no jogo social e afetivo no seio da família, distanciando-se consequentemente do grupo de amigos.

Todas as sequências deste percurso encontram-se nos outros três protagonistas do nosso microuniverso, com uma ou outra variação, designadamente no processo de transição da desviância secreta para a desviância desmascarada, assim como na destruturação da identidade transversa e no processo de reabilitação da autoimagem. Um dos três focaliza a dureza do combate e da luta para assumir os compromissos depois da rutura: “é demasiado duro”. Outro põe em evidência a reação do pai, que, ao constatar que os projetos que tinha feito para o filho, com todas as expectativas de sucesso, tinham caído por terra, saiu de casa durante algum tempo.

3. A culpabilidade como regulador da construção da identidade transversa

Na estrutura diacrónica deste percurso, constatamos que a identidade do sujeito se inscreve num quadro normativo com um tríplice princípio de normatividade. Primeiro, a que tem a legitimidade social. Tem o seu fundamento na interiorização dos modelos culturais dominantes cujos códigos estruturam o eixo normativo do universo simbólico da família, que proíbe o consumo de substâncias psicoativas ilícitas. A violação deste princípio é percebida e vivida, não só como transgressão da normatividade em vigor na sociedade, mas também como uma infelicidade de consequências imprevisíveis no seio de todo o universo familiar. Segundo, temos uma normatividade que tem um princípio de semilegitimidade, a que regula o consumo de substâncias psicoativas legais como o tabaco e o álcool. Goza de legitimidade no inconsciente coletivo, como indicador de maturidade e

virilidade. Em terceiro lugar, temos o princípio da não legitimidade, onde se inscreve designadamente o consumo de substâncias tóxicas ilícitas que, no quadro normativo do “entre-si-adolescente-jovem”, goza de toda a legitimidade e deve mesmo ser socialmente legitimado. É considerado como meio de autoafirmação e de integração no grupo, mas socialmente inscreve-se no campo da ilegitimidade, o que é qualificado pelos transgressores como uma hipocrisia social. Primeiro, porque os efeitos neurobiológicos e psicológicos do consumo de substâncias ilícitas e legais são idênticos; depois, porque se trata de uma prática que se está a transformar na norma quase quotidiana em certos meios sociais, o que afasta a hipótese do consumo puramente ocasional ou festivo.

Tomamos o conceito de legitimidade na perspetiva weberiana (Weber, 1971: 219), definindo-a como a atribuição de uma qualidade a um sistema normativo (convenção ou lei) em virtude da qual esta ordem normativa é reconhecida, aceite e vivida com uma atitude de respeito e submissão afetiva, adquirindo assim força moral. Trata-se de uma construção social cuja regulação e gestão individual e coletiva se opera através de dispositivos específicos e variáveis de acordo com a cultura do grupo.

Na situação em observação, a culpabilidade emerge quando o sujeito, ao instalar-se na prática de consumidor de canábis, passa o limiar do quadro da semilegitimidade e entra no campo da não legitimidade. Esta prática é percebida e vivida como uma falha face ao quadro normativo que goza de legitimidade social e familiar. A violação da norma cria a consciência da falta, provoca a emergência do sentimento de culpa e introduz a identidade do transgressor numa difração normativa. Esta difração situa a sua autoimagem em sinusoide em relação aos três princípios de legitimidade normativa do seu universo cultural, de onde emerge a identidade transversa. Esta situação não só degrada a autoimagem na consciência do transgressor como afeta as relações e interações no seu universo familiar. O transgressor procura legitimar o seu comportamento oblíquo na vontade de não desgostar nem de fazer sofrer os pais, bem como os “outros significantes”.

Desta vontade surge uma exigência de ocultação e dissimulação da sua prática de consumidor de canábis que lhe permita assim salvaguardar a sua imagem positiva no interior do universo familiar. A tensão entre esta dupla imagem é fonte de angústia, de ansiedade e de insegurança, manifestas num mal-estar generalizado, no comportamento agressivo e

na incapacidade de aceitar qualquer tipo de observação que lhe possam fazer. A relação visibilidade/não visibilidade, alimentada pela lógica da ocultação e dissimulação, parece-nos, pois, um dos elementos estruturantes desta identidade oblíqua, o que, aliás, é confirmado por outros casos. Cite-se o exemplo do jornalista que, na casa do seu amigo no Dubai, fumava um “joint” com regularidade e toda a legitimidade. Contudo, assim que a prática foi denunciada e tornada pública, adquiriu visibilidade e entrou no campo da não legitimidade. Foi assim considerada inaceitável, socialmente criminalizada e sujeita ao poder coercitivo que acabou por conduzi-lo à prisão.

A identidade transversa instala-se na opacidade, exigência da vontade de preservar a autoimagem positiva no seio da família, como garantia de confiança e credibilidade junto dos pais e de não os fazer sofrer. Mas a consciência da falta e o sentimento de culpabilidade criam uma imagem negativa de si na sua consciência e lançam o nevoeiro nas relações e interações pessoais. Assim, pelo menos de forma latente, cria-se uma lógica de sujidade/limpeza que conduz a uma nova integração na ordem normativa estabelecida. Esta lógica torna-se explícita no momento em que a identidade oblíqua se torna visível e propõe ao sujeito contaminado um processo de desintoxicação, quer por via terapêutica, quer por via do voluntarismo e do autocontrolo.

A confissão da falta faz com que se tome consciência da necessidade de um processo de purificação, remissão ou perdão, com códigos similares aos do universo religioso; neste processo o sujeito abandona a carreira de desviante, o estatuto de estigmatizado, como garantia de reabilitação. O perdão, aqui, mais do que um gesto, constitui a necessidade do indivíduo que se sente faltoso de passar por um processo de reabilitação e de reintegração na ordem normativa em vigor e de assim se fazer progressivamente aceitar.

Estes elementos de observação e análise permitem-nos, por um lado, dizer que a identidade transversa produzida e construída pelo sentimento de culpabilidade parece-nos estruturada por um conjunto de elementos da simbólica da falta e regulada pelos códigos da visibilidade/ocultação-dissimulação e sujidade/limpeza-purificação-perdão-integração; por outro lado, permitem-nos prosseguir o caminho de validação da nossa hipótese de trabalho, que consiste em ver na culpabilidade um regulador

da identidade transversa e um fator que eventualmente pode desencadear um processo de reabilitação pessoal e portanto de “religação” e integração social. Esta conclusão, que não ultrapassa o estatuto de exploratório, exige, como é óbvio, novas análises para adquirir mais consistência.

Bibliografia

- BECKER, S. H. (1985). *Outsiders*. Paris, Ed. A. M. Métailié.
- GIRARD, R. (1972). *La Violence et le sacré*. Paris, Ed. Grasset.
- HIERNEUX, J.-P. & Remy, J. (1978). Rapport de sens et rapport social. Éléments pour une problématique et une perspective d’observation. *Recherches Sociologiques*, Vol. IX, 1, 101-132.
- LAPLANCHE, J., & Pontalis, J. B. (1964). *Vocabulaire de la psychanalyse*. Paris, P.U.F.
- LE GARREC, S. (2002). Ces Ados qui en prennent. *Sociologie des consommations toxiques Adolescents*. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail.
- LE GARREC, S. (2005). Constructions de confiance-s et consommations de toxiques chez les adolescente-e-s. In C. Balsa (Ed.). *Confiance et lien social*. Fribourg, Ed. Academic Press Fribourg.
- LOPES, P. (2003). *A gestão do risco*. Lisboa, EDIUAL.
- PERRETTI-WATEL, P. (2000). *Sociologie du risque*. Paris, Ed. Armand Colin.
- REMY, J. (1973). La faute et la culpabilité dans une perspective sociologique. *Concilium*, 81, 11-22.
- REMY, J., et al. (1978). *Produire et reproduire une sociologie de la vie quotidienne*. Bruxelles, Les éditions Vie Ouvrière.
- WEBER, M. (1971). *Economie et société*. Paris, Ed. Plon.

A DIFRAÇÃO DA NORMA E AS IDENTIDADES TRANSVERSAIS COMO ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO PSICOLÓGICA DOS ATORES DO TRABALHO SEXUAL

Alexandra Oliveira*

A partir dos dados de terreno que temos vindo a obter com um trabalho de investigação etnográfica junto de prostitutas e prostitutos de rua no Porto, propomo-nos refletir sobre “A difração normativa, os comportamentos escondidos e as identidades transversas”. Começaremos por situar o nosso trabalho enunciando os seus objetivos, depois descreveremos brevemente o método utilizado na pesquisa de terreno e, finalmente, daremos conta de algumas reflexões sobre dados que obtivemos.

Objetivos e método

A investigação a que nos referimos dá sequência a outras pesquisas anteriormente realizadas no âmbito da mesma temática: o trabalho sexual (Oliveira, 2004a, 2004b; Manita & Oliveira, 2002). Se tivermos por referência os diferentes modos do conhecimento científico: descrição, explicação e interpretação (Agra, 2001), o que fizemos nos trabalhos precedentes foi descrever os diversos contextos em que decorre o trabalho sexual (rua, bares, apartamentos/casas e hotéis) e as práticas que aí se realizam (prostituição, *striptease*, alterne, massagens eróticas); caracterizar os diversos atores (ou atrizes) destes trabalhos (entre outras, as características socio-demográficas e os comportamentos – e.g., de consumo de drogas e de saúde); tentar explicar os seus comportamentos (e.g., percebendo as suas motivações) ou interpretá-los dirigindo-nos aos significados atribuídos

* Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

ao seu trabalho e às relações que têm com os clientes ou à gestão do seu corpo e das suas emoções.

Agora, pretendemos aprofundar os nossos conhecimentos relacionados com este fenómeno e interpretar (muito mais do que descrever). Para isso, iniciámos uma investigação etnográfica sobre a prostituição de rua. O propósito é fazer um estudo intensivo (e não extensivo) que nos permita conhecer o mundo social da prostituição de rua e a forma como as prostitutas e os prostitutos o vivem¹.

Para atingir os nossos objetivos, considerámos o método etnográfico como aquele que revelaria melhores potencialidades. Assim, para o colocar em prática, começámos por seleccionar as unidades de análise – algumas ruas/segmentos de rua do centro do Porto – e tentámos aceder aos locais escolhidos. Para tal, foi importante a nossa experiência anterior, quer na investigação, quer no trabalho social em projeto de intervenção na área da saúde com pessoas que se prostituem na rua.

Mas o facto de haver já um conhecimento prévio com prostitutas e prostitutos de rua e de possuímos uma boa relação com algumas delas e alguns deles não garantiu um acesso fácil ao terreno. Tivemos de encetar um trabalho de perseverança e de grande resistência à frustração. Várias das pessoas com quem contactámos e a quem apresentámos os nossos objetivos recusaram ser informantes ou sujeitos na nossa pesquisa. E mesmo nos casos em que acederam ao nosso pedido, passou longo tempo até que conquistássemos a sua confiança. A título exemplificativo, numa das ruas de prostituição onde a nossa investigação se realizou de forma mais intensiva, tivemos a ajuda de uma prostituta que nos foi apresentada por uma técnica de um dos projetos que intervêm junto de prostitutas e prostitutos de rua. Com essa mulher, portuguesa com cerca de 50 anos, o nosso relacionamento foi fácil e imediato, mas com as restantes mulheres da rua, quase todas jovens imigrantes, passaram-se alguns meses até que confiassem em nós.

Entre as estratégias desenvolvidas para ganhar acesso ao terreno, além da manutenção dos contactos das experiências anteriores de investigação e de trabalho social, recorremos aos informantes privilegiados e a duas plataformas espaciais – locais implementados no terreno que se pretende

1. Entre outros objetivos mais vastos que fazem parte do mesmo projeto de doutoramento, como, por exemplo, a análise do percurso biográfico individual pela introdução da dimensão temporal.

estudar (Fernandes, Neves & Chaves, 2001). Neste caso, em dois dos projetos direcionados para pessoas que se prostituem e que possuem centros *drop in*, onde aguardávamos os nossos informantes, estabelecemos novos contactos e fizemos entrevistas e observações.

Mas os nossos locais de observação e de interação foram quase sempre a rua: entre novembro de 2004 e outubro de 2005, fizemos, de forma sistemática, a nossa observação participante. A uma média de três dias por semana e permanecendo entre alguns minutos e 12 horas no terreno, estivemos lá, vendo o que as pessoas faziam, ouvindo o que elas diziam, experienciando os fatores que influenciam as suas vidas (Addler, 1993, cit. in Koester, 1996). Em alguns locais de prostituição de rua do Porto, sobretudo aquela que se pratica em pensões, fizemos parte de todas as ações (exceto trocar sexo por dinheiro), bem como das restantes atividades diárias e rotineiras de muitas das mulheres². Isto quer dizer que permanecemos na rua com elas, observámos e participámos da interação com os clientes (aos quais tínhamos de explicar que a nossa profissão não era aquela), conversámos com os seus companheiros, vimos televisão com as donas e as empregadas das pensões quando todas as mulheres estavam ocupadas com os seus clientes, fizemos compras no comércio local; mas também conhecemos os seus filhos e outros familiares, fizemos refeições com elas, fomos a festas em suas casas, fizemos de psicóloga a seu pedido (mesmo com clientes)³.

Neste ponto, pensamos que atingimos os objetivos, que eram: aprender e conhecer perguntando, fazendo, observando, testando e experimentando as mesmas atividades, rituais, regras e significados do sujeito (Estroff, 1981, cit. in Koester, 1996). E acreditamos que o conseguimos sobretudo a partir do momento em que nos pareceu que elas começaram a atuar como se não estivéssemos lá⁴.

Ao longo do tempo fomos fazendo o registo dos dados observados e, quando considerámos que já estavam saturados, deixámos o terreno.

2. Embora pretendéssemos abranger homens e mulheres que praticam prostituição de rua, foi com a população feminina que melhor conseguimos atingir os nossos objetivos.

3. Também fizemos de taxista muitas vezes, porque tínhamos carro e elas não.

4. Uma das primeiras evidências que tivemos desta não interferência foi o uso de linguagem brejeira, ao princípio seguido de pedido de desculpas, sendo depois os palavões usados com muitíssima frequência, tal como o fazem habitualmente.

Resta-nos, agora, descrevê-los, analisá-los e interpretá-los (Creswell, 1998).

Este é um dos primeiros exercícios que fazemos de pensar sobre os nossos dados, o primeiro esforço de sistematização e de leitura dos dados que obtivemos ao longo de um ano. É um exercício que não é fácil porque estamos, neste momento, ainda muito ligados ao terreno e aos dados empíricos brutos, não tendo distanciamento. Por exemplo, é-nos impossível atualmente olhar para a prostituição como um comportamento desviante: o desvio é uma construção da sociedade dominante e, ao passarmos a fazer parte deste meio e ao olharmos o mundo através dos seus olhos, para nós ele passou a ser o centro. A lógica inverteu-se, os desviantes passaram a ser os outros, como os que circulam por estas ruas e insultam ou agredem as prostitutas e os prostitutos.

Portanto, o que apresentamos aqui não são mais do que pontas que vimos soltarem-se do novelo que constituem as centenas de páginas que escrevemos ao longo do último ano sobre o nosso trabalho de campo, reflexões sobre os temas-chave do colóquio.

Difração da norma e identidades transversas: estratégias de adaptação psicológica

Os trabalhadores do sexo constituem uma população em relação à qual geralmente estão associadas questões de carácter moral, legal ou social. Destaque-se a ideia religiosa de relação com o pecado, a exclusão de que são alvo, o estigma – ou a marca que confere descrédito (Goffman, 1975) – e o carácter de imoralidade associado. Estas ligações têm, não poucas vezes, consequências psicológicas, familiares e sociais. Por exemplo, quando os serviços com competências para regular ou dar apoio à regulação do poder parental decidem contra a mãe prostituta apenas porque o seu comportamento é, segundo eles, reprovável, obtemos resultados negativos para a mulher que se prostitui contra os quais ela dificilmente poderá lutar. Quando agem assim, estes agentes, ou a sociedade em geral, encaram a norma como tendo um carácter binário; ou seja, há as mulheres que são mães, esposas e puras e há as outras que são prostitutas e pecadoras. E há uma linha a meio, estanque, que as divide. Como se estas categorias se anulassem mutuamente: ser-se esposa e mãe anularia a possibilidade de

se ser prostituta e ser prostituta anularia a capacidade de se ser mãe. Ora, conhecendo de perto a realidade, percebe-se que estas categorias se fundem: a quase totalidade das prostitutas é mãe (e, muitas delas, excelentes mães) e muitas são esposas zelosas.

Aquela conceção tem implicações na forma como os atores do trabalho sexual se relacionam consigo próprios e com o seu trabalho. Quando a sociedade assim pensa e age, está a contribuir para a ocultação do trabalho sexual. Uma atividade que tem sido sempre desvalorizada não pode ser assumida em pleno. Por isto, a esmagadora maioria dos trabalhadores sexuais dissimula o seu comportamento. Para ocultarem o seu comportamento prostitutivo, estes atores socorrem-se de várias estratégias: empregos-fachada reais ou fictícios (por exemplo, a funcionária de comércio a meio tempo que no outro meio é prostituta, sendo que para a família e amigos trabalha no comércio a tempo inteiro; a prostituta de rua que “é” empregada num café – por sinal ao lado da pensão onde exerce prostituição); uso de nomes falsos que permitem, caso sejam abordados por um cliente quando estão acompanhados por alguém que não sabe do seu trabalho sexual, dizer que foram confundidos com outra pessoa; esquemas de vigilância quer para quem trabalha na rua (por exemplo, entrar rapidamente na pensão porque veem aproximar-se uma vizinha, um amigo do filho ou qualquer outro conhecido que ignora o trabalho sexual da mulher), quer para quem trabalha em contextos de interior, como apartamentos, onde podem ver o cliente antes de serem vistos por este para não se encontrarem com pessoas conhecidas.

Esta ocultação pretende evitar o estigma nos contextos que não o de trabalho. Ao terem esta “vida dupla”, as trabalhadoras sexuais forjam uma identidade transversa. São prostitutas, alternadeiras, *strippers* durante uma parte do dia e mulheres-esposas, mulheres-mães na restante. Esta dualidade reflete-se ao nível dos seus comportamentos: seduzem, são sexualmente ativas e extrovertidas no trabalho e, simultaneamente, são fiéis e recatadas com os maridos ou companheiros.

A duplicidade aplica-se também aos clientes. São casados (a maior parte) e pais de filhos, pertencem à sociedade normativa, mas, não só visitam as margens, como muitos deles as habitam numa grande parte do seu tempo. Há os clientes que vão ocasionalmente às prostitutas e há os que frequentam o seu mundo, a noite e a rua, convivendo com as prostitutas e levando-as a jantar. Conhecemos durante o nosso trabalho de campo um

senhor com uma vida aparentemente normativa: casado, com emprego estável, filhos licenciados, netos e que, simultaneamente, é um cliente assíduo de várias prostitutas. Tem quase uma vida paralela, pois, além de procurar as trabalhadoras sexuais para lhes comprar os seus serviços, é amigo de várias delas, acompanhando-as nos seus momentos de lazer. No final de um dia de trabalho ou durante os fins de semana, substitui as suas relações familiares pelo convívio e atos sexuais com prostitutas de rua. Eis um exemplo claro da difração da norma social e familiar.

Também no mundo do trabalho sexual se assiste à difração da norma sexual. Muitos homens que são sexualmente normativos com as esposas, com as quais praticam apenas o coito genital, têm com as prostitutas comportamentos parafilicos. A procura de práticas sadomasoquistas, urofílicas, coprofílicas e tantas outras habitualmente apelidadas de desvios da sexualidade, ocorre por parte de homens considerados normativos. Homens que ocultam os seus comportamentos socialmente reprovados com o auxílio de uma outra identidade: podem ser masoquistas com as prostitutas enquanto são “normais” com as esposas.

Para isto, ou seja, para que se tenha esta identidade transversa (sejam clientes, prostitutas ou outros trabalhadores sexuais), é preciso que a norma se molde, que não seja apercebida como simples. No exemplo anterior, a norma sexual – a regra sobre o que se pode e o que não se pode fazer em termos sexuais – não é linear. Não há apenas um polo positivo e um outro negativo, um tipo de comportamento e o seu oposto (que seria a sua ausência). Quanto à norma sexual, não existe apenas o coito genital por oposição a outras formas de obtenção de prazer; ou a monogamia e a fidelidade por oposição à poligamia e à infidelidade, mas um *continuum* de possibilidades comportamentais.

Mais: uma prostituta, pelo facto de ter relações sexuais com vários homens, não tem de considerar-se infiel ao companheiro. Não tem de sentir-se mal por o fazer porque aquelas relações são tidas no âmbito do seu trabalho, logo, por definição, não implicam prazer, nem afetividade. Porque com os clientes não têm prazer e o corpo tem carácter instrumental, elas continuam a entender-se monogâmicas e a defender o “sexo amoroso” no seio de uma relação de afeto. A norma aqui sofre as adaptações necessárias que possibilitam ao sujeito psicológico integrar as suas atividades de carácter socialmente reprovado. Embora haja prostitutas que admitem que em certas alturas podem ter prazer com alguns clientes, outras negam essa

possibilidade e sentem-se culpadas se o obtêm. N., uma das informantes privilegiadas durante o nosso trabalho de terreno, num dia em que estávamos junto dela no momento em que saiu do quarto com o cliente vinha com sinais de estar embaraçada. Contou-nos então que aquele cliente, que nem sequer era habitual, lhe tinha proporcionado prazer sexual, sem que ela tivesse conseguido controlar-se. Estava visivelmente perturbada e expressava-o: “Sei que não o devia ter feito... não percebo o que aconteceu... não sei o que ele me fez mas gostei... Que vergonha, meu Deus, não devia ter acontecido” (N.).

Por isso também os seus companheiros dizem: “Eu sei que ela não me trai, eu confio nela, o que ela faz é um trabalho; portanto não há envolvimento com os clientes. Mesmo eu, às vezes, via-a com um cliente, ia para a pensão e ao fim de um quarto de hora, 20 minutos, já estava cá fora, isso não dava para nada” (O., companheiro de uma prostituta). O seu orgulho masculino não é tocado porque a atividade sexual da sua companheira não é considerada infidelidade – tal como elas não acham que estejam a trair os companheiros ou maridos.

São técnicas de neutralização ou de racionalização, tal como Sykes e Matza (1996, [1957]) defenderam existir para o comportamento delinquente. Os atores do trabalho sexual estão de acordo com a ordem social dominante e, para que não sintam culpa ou vergonha, racionalizam os seus atos. Esta racionalização poupa a norma, mas “dobra-a” deixando-a com *nuances*. A difração da regra moral sobre o comportamento sexual feminino apropriado permite que as trabalhadoras sexuais não se autoexcluam do domínio dessa norma. A difração da norma surge assim como uma estratégia de adaptação psicológica, que tem como objetivo a minimização ou eliminação de eventuais danos causados pela infração da norma rígida.

A maioria das prostitutas são mães, e os filhos estão presentes nas suas histórias enquanto motivo de entrada no trabalho sexual. Dizem que os filhos são a razão dos seus sacrifícios. É o amor pelos filhos que as fez “aligeirar” as normas da sociedade, é o apelo à fidelidade a normas superiores de que falam Sykes e Matza. Foi pelos filhos que se efetuou uma difração da norma (as regras de moral e boa conduta com as quais se identificam). Um certo desvio dos valores não ocorreu porque estes tivessem sido rejeitados, mas porque se consideraram outros valores. O amor pelos filhos é, para qualquer progenitor, mais importante do que tudo.

Eis, então, um jogo que não tem intenção de violar a norma porque estes atores estão de acordo com a ordem social dominante. A norma vai sendo refeita: para não ser rejeitada, é alargado o seu espectro. Entre o lícito e o ilícito, entre a virtude e o pecado, entre a norma e o desvio, existem vários raios difratados ao serviço do equilíbrio psicológico de quem é tão fortemente estigmatizado. “Dobra-se” a norma para dar coerência aos seus atos e a sua autoimagem (autoestima) não ser lesada.

Bibliografia

- AGRA, C. (2001). Elementos para uma epistemologia da criminologia. *Estudos em comemoração dos cinco anos da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*. Coimbra, Coimbra Editora.
- CRESWELL, J. (1998). *Qualitative Inquiry and Research Design. Choosing among five traditions*. Thousand Oaks, Sage Publications.
- FERNANDES, L., Neves, T., & Chaves, M. (2001). Investigação etnográfica em territórios psicotrópicos: notas de terreno e comentários. *Educação, sociedade & cultura*, 16, 171-201.
- GOFFMAN, E. (1975). *Stigmaté. Les usages sociaux des handicaps*. Paris, Les Editions de Minuit.
- KOESTER, S. (1996). The process of drug injection. Applying ethnography to the study of HIV risk among IDUs. In T. Rhodes & R. Hartnoll (eds.). *AIDS, Drugs and Prevention. Perspectives on individual and community action*. London, Routledge.
- MANITA, C., & Oliveira, A. (2002). *Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e Matosinhos*. Porto, CIDM.
- OLIVEIRA, A. (2004a). *As vendedoras de ilusões. Estudo sobre prostituição, alterne e striptease*. Lisboa, Editorial Notícias.
- OLIVEIRA, A. (2004b). Prostituição, exclusão e violência. Estudo empírico da vitimação sobre prostitutas de rua. *Actas do II Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sociocultural*. Centro Cultural de Paredes de Coura, 28 a 30 de outubro.
- SYKES, G. M., & Matza, D. (1996, [1957]). Techniques of neutralization. In J. Muncie, E. McLaughlin & M. Langan (eds.). *Criminological Perspectives. A reader*. London, Sage Publications.

NÃO SER COMO OS OUTROS

*Resistência à imposição identitária num contexto difícil**

Fernando Diogo**

1. A construção do beneficiário do Rendimento Mínimo Garantido como uma categoria social de classificação negativamente conotada

Imposição identitária e margem de manobra

Este trabalho incide na análise do processo de construção identitária, sublinhando-se a margem de manobra dos indivíduos.

Optámos pela análise dos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), dado tratar-se de uma categoria social envolvida num contexto de grande imposição identitária a partir da escassez de recursos com origem numa situação de pobreza material, de escassez de recursos escolares e de uma dupla estigmatização simbólica. Esta última deriva, quer da condição de pobre, quer da condição de beneficiário desta medida.

À partida, lidamos com uma categoria social extremamente vulnerável a processos de categorização negativa por parte dos outros e com uma baixa margem de manobra, entendida como a capacidade de os indivíduos resistirem à definição de si a partir dos outros, desenvolvendo estratégias de ação que podem ser contraditórias com as estratégias esperadas pelos outros a partir da categorização que fazem (Diogo, 2003).

Pretendemos, contudo, demonstrar que os processos de imposição identitária têm limites e a adesão a uma identidade negativa (Pinto, 1991)

* Esta comunicação foi possível com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, concedido às deslocações dos docentes da Universidade dos Açores a congressos científicos em Portugal.

** CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

não é um processo automático e inevitável. Assim, mesmo nas situações mais extremas, como a que analisamos, existe um trabalho de construção identitária por parte dos indivíduos que, de diversas maneiras, procura conciliar o que cada um percebe dos outros em relação a si (identidade para os outros) com o que percebe sobre si próprio (identidade para si)¹, através da utilização de estratégias.

Elementos sobre a legalidade do RMG

Um primeiro elemento a reter prende-se com as noções de RMG e de beneficiário do RMG, dado os efeitos que os processos de categorização produzidos pelo Estado têm na categorização social dos indivíduos.

O RMG é, ao mesmo tempo, uma prestação do regime de prestações não contributivas e um programa de inserção².

A prestação do regime não contributivo diz respeito a uma quantia em dinheiro, atribuída mensalmente a uma família através do adulto que requereu o benefício da medida. Esta quantia varia consoante a dimensão da família em causa e os rendimentos familiares, tendo por base a pensão social.

Por sua vez, a referência a um programa de inserção tem como aspeto central a realização de atividades muito variadas, “ações de inserção” tendentes à melhoria da inserção social dos indivíduos.

Os objetivos da medida estão intimamente relacionados com a sua configuração e definem-se em dois passos: em primeiro lugar, minorar os efeitos mais severos da exclusão social e, em segundo, proporcionar aos indivíduos condições para que, através do trabalho, se autonomizem e se insiram socialmente³.

Entretanto, a medida mudou de nome, passando a designar-se Rendimento Social de Inserção (RSI); no entanto, as modificações foram pouco significativas.

1. A propósito da noção de identidade, utilizamos os trabalhos de Dubar e a leitura que deles fazemos em Diogo (2003).

2. Lei n.º 19-A/96 de 29 de junho, art. 1.º; veja-se também Rodrigues (1996: 2214).

3. Não há, aliás, nos documentos consultados, distinções entre o conceito de autonomização e de inserção social. Referimo-nos às três peças legais que constituem o cerne do RMG (lei e decretos-lei regulamentares indicados na bibliografia). Concretamente, veja-se a lei nos artigos 1.º, 3.º e 11.º e o D.-L. n.º 84/2000 de 11 de maio, D.R. I Série-A, n.º 109, art. 2.º, alínea c.

A ideia de beneficiário ideal

Quais são, portanto, os efeitos desta medida no processo de imposição identitária?

Para o perceber, analisámos a legislação que a constitui, socorrendo-nos do conceito de beneficiário ideal, construído a partir das propostas referentes à noção de assistido, de Simmel, por autores como Ogien (1983) e Paugam (1991), bem como do conceito de categoria oficial de Demazière (1992) e Demazière e Dubar (1997).

Este é o beneficiário que está implícito na legislação e para o qual são produzidas as medidas que contém. A categoria de beneficiário ideal impõe-se aos indivíduos, projetando-se como princípio identitário sobre estes. Desta maneira, obriga-os a contar com ela na produção e reprodução das suas identidades sociais, implicando o desenvolvimento de estratégias identitárias que permitam aos indivíduos lidarem com essa forma de classificação nas suas transações identitárias (Dubar, 1997, 2000).

O beneficiário ideal pode ser encontrado na legislação, mas também nas estatísticas e nas justificações dos programadores políticos das leis, designadamente nas que se projetam em discursos e prólogos à apresentação da legislação.

Concluímos, por um lado, que o beneficiário ideal que a lei propõe é distinto dos beneficiários concretos, vistos através das suas características, e, por outro, que, contido nesta ideia de beneficiário, existe um conjunto de julgamentos de valor que categorizam os beneficiários concretos desvalorizando-os (Diogo, 2003).

Assim, de entre as várias modalidades que caracterizam negativamente o beneficiário ideal, destacam-se as referentes à ideia de inserção. O conceito de inserção que a lei encerra, embora não sendo claro⁴, parece ser o de autonomia pelo rendimento. Se o acesso à medida depende de os rendimentos familiares serem baixos ou inexistentes, deixar de ser beneficiário depende da substituição do montante fornecido sob a forma de prestação por outro tipo de fontes⁵, entre as quais avulta o rendimento de trabalho. A autonomização pelo rendimento tem como contraponto

4. Não somos os únicos a constatar esta falta de clareza (cf. Moreira, s.d.).

5. Para além do trabalho, a Lei n.º 19-A/96 apresenta como fontes alternativas outras prestações potenciais da Segurança Social, créditos de dívidas ou pensões de alimentos (art. 5.º, al. d)).

não explícito a ideia da dependência (Fernandes, 2000: 207). Os beneficiários do RMG são dependentes, enquanto tal, do apoio económico que a prestação proporciona, e a questão central parece ser a da criação, via inserção, de apoios para a minimização da dependência em causa. Neste sentido, o beneficiário ideal é alguém que se encontra desempregado ou numa situação de subemprego, que não dispõe dos rendimentos de trabalho que o autonomizem da medida e que é dependente desta para a sua sobrevivência.

O conceito de inserção, visto na perspetiva da noção de beneficiário ideal, mostra bem o grande alcance deste processo de categorização social produzido pelo Estado, designadamente na produção de uma classificação negativa dos beneficiários concretos.

No entanto, as categorizações produzidas pelo Estado podem ter um alcance muito maior do que o condicionamento da relação dos indivíduos com a administração pública. A comunicação social, os políticos ou a população em geral podem apropriar-se desta designação, transformando-a numa nova representação social com efeitos categorizantes na generalidade das relações sociais e não apenas nas que se realizam no seio do Estado.

Encontrámos dois fatores de peso que nos permitem concluir pela existência de uma apropriação pública da categoria “beneficiário do RMG” e da sua transformação numa forma comum de designar e identificar os indivíduos: em primeiro lugar, a existência de uma imagem pública negativa. Esta é visível nos discursos políticos, nomeadamente os dos partidos de direita, que chegaram a considerar os beneficiários como malandros que não queriam trabalhar. As mudanças à volta do nome da medida são um efeito dessa reação conservadora.

Em segundo lugar, a nossa investigação, através de um conjunto de análises qualitativas⁶ de narrativas dos beneficiários, dá conta, quer da opinião negativa sobre a condição de beneficiário por parte dos cidadãos não beneficiários com quem contactam, quer da opinião negativa dos

6. Uma consequência da opção pelas análises qualitativas respeita à inexistência de representatividade estatística dos resultados. Existe, contudo, uma representatividade presente no material, respeitando as várias possibilidades nele contidas e os mundos sociais que subjazem às declarações e ações dos indivíduos entrevistados. Trata-se, basicamente, de uma análise que permite encontrar a diversidade de representações, estratégias e ações presentes numa população definida objetivamente, quer dizer, a partir da sua condição de beneficiária do RMG. Finalmente, os trabalhos de cariz qualitativo referidos são: Diogo (2003) e Diogo e Roque (2002).

próprios sobre os outros beneficiários (mas não sobre si mesmos), reproduzindo, fielmente, os mesmos argumentos que utilizaram para relatar o que os não beneficiários pensam deles (Diogo, 2003; Diogo & Roque, 2002).

A contestação dos outros relativamente aos apoios financeiros que o RMG proporciona tem destinatários concretos, os próprios narradores, e é feita na primeira pessoa pelos seus vizinhos e colegas de trabalho. Os entrevistados veem recair sobre si os ónus associados à condição de beneficiário, não de forma indireta e difusa, mas de forma clara e unívoca, quer dizer, a eles dirigida em concreto.

Não estamos em presença de algo com o qual os indivíduos possam viver com sentimentos de desconforto mais ou menos difusos. Neste sentido, a análise dos processos identitários tendo em conta os efeitos classificatórios do RMG permite revelar com eficácia as formas de construção destes processos, dado que se apresentam vincados e claros.

Alguns dados sobre a rejeição da imposição face a si mesmo

Como lidam, então, os indivíduos com esta categorização identitária negativa? Através do desenvolvimento de estratégias que lhes permitem reduzir a tensão entre uma identidade para si, mais positiva por defeito, e esta forma de categorização.

Numa investigação de carácter qualitativo (Diogo, 2003), pudemos constatar a existência dessas estratégias entre os beneficiários do sexo masculino que trabalham. Estas estratégias passavam por uma racionalização e uma justificação da condição de beneficiário relativamente a si mesmos, e aos que eram parecidos com eles, para si e para os outros.

A justificação do beneficiário assenta na sua situação de necessidade e na apresentação de si como trabalhador e como alguém que coloca a família e o bem-estar dos seus filhos em primeiro lugar. Os beneficiários recebem o RMG para promover o sustento dos seus, com destaque para as crianças, e como complemento à atividade laboral.

Ainda assim, alguns entrevistados colocam limitações ao seu envolvimento numa atividade laboral, sobretudo por se considerarem doentes crónicos.

A questão da legitimidade do recebimento da prestação é algo que perpassa as estratégias apresentadas: cada entrevistado procurou apresentar

razões para convencer o seu interlocutor da legitimidade da prestação recebida.

Por outro lado, as estratégias passam pela distinção de si e de alguns beneficiários face a outros. Este movimento de distinção tem como base a adesão, por parte dos entrevistados, às críticas feitas pela população em geral relativamente aos beneficiários do RMG.

Estas críticas assumem um duplo sentido: não apenas referem os defeitos dos outros beneficiários (processo de crítica propriamente dito), como evidenciam, em contraste, as suas próprias qualidades. Este duplo movimento, crítica dos outros/elógio de si, é, aliás, o próprio âmagô deste processo. As críticas só fazem sentido tendo como contraponto as evocações das qualidades próprias; umas não existem sem as outras. Aliás, pode até dizer-se que umas existem *pelas* outras, pois este movimento de distinção social assume um papel instrumental na valorização de si, na medida em que as críticas aos outros são usadas como forma de se demarcarem de uma condição percecionada como indesejável e realçarem as suas próprias qualidades pessoais. Dito de outro modo, os entrevistados apresentam os outros beneficiários como alguém que recebe ilegítimamente a prestação para, contrastadamente, se destacarem como alguém que a recebe legitimamente.

Em concreto, as críticas em causa passam pela assunção de uma distância face ao comportamento e características dos outros, considerados como reprováveis, designadamente no que respeita à recusa em trabalhar para se ficar em casa a receber o dinheiro do RMG, aos gastos da prestação de forma reprovável, aos excessos na bebida e ao menor cuidado com as crianças.

A coincidência das críticas (nomeadamente com os episódios que os próprios beneficiários do RMG relatam relativamente aos outros) pode, pois, ser interpretada como uma estratégia de defesa face a uma categoria de designação negativamente conotada e com a qual se sente *uma proximidade indesejada*; procura-se assim reduzir a tensão identitária resultante da sua condição de beneficiário, apresentando-se como um beneficiário legítimo. Desta forma, os indivíduos procuram limitar os danos relativos à imposição de uma identidade social negativa.

Em resumo, verifica-se a contestação dos processos classificatórios negativos através da elaboração de discursos justificativos da condição de beneficiário, para si e para os outros, e da demarcação de si em relação

aos outros beneficiários. Quer dizer, a existência destes processos não se traduz automaticamente em identidades sociais negativas, pois os indivíduos mobilizam os seus recursos simbólicos para “subverter” a ordem das coisas no que a eles diz respeito, inclusive quando estão em causa pessoas caracterizadas e caracterizáveis pela escassez de vários tipos de recursos.

2. Não ser como os outros

Resta, contudo, uma questão: como explicar a utilização desta estratégia de defesa, assente na adesão às críticas em relação aos outros beneficiários, mas também na sua contestação em relação a si?

Esta adesão seletiva parece apontar para uma contradição. No entanto, essa contradição é meramente aparente, dissolvendo-se quando se entra em linha de conta com o universo social de referência a partir do qual estes indivíduos constroem as suas referências, em termos de identidade e de processos.

O que está em jogo nesta ideia de universo social é o conjunto de crenças a partir do qual os indivíduos se definem e no qual vivem imersos (Demazière & Dubar, 1997: 2 e 122). Este universo social contém as experiências sociais que são familiares aos indivíduos e é nele e com ele que se sentem bem, fundamentando a sua ação e as suas formas de ver e julgar o mundo. Quer dizer, os discursos dos indivíduos expressam, através de palavras (e é nestas que as ideias estão contidas), “o seu ponto de vista sobre o mundo” (Demazière & Dubar, 1997: 7). Ora, esse ponto de vista é produzido através de uma “estrutura de ordem categorial que organiza a produção” do discurso (Demazière & Dubar, 1997: 37), construindo a apropriação do mundo e de si.

Assim, pudemos encontrar um universo social de referência constituído a partir do eixo trabalho-família, em que o primeiro termo se constitui como um espaço de investimento identitário⁷ subordinado ao segundo. O trabalho aparece como um instrumento para assegurar o bem-estar

7. Entendido como lugares onde os indivíduos se consideram suficientemente reconhecidos (Dubar, 1997: 117) para representar a ideia de que o investimento identitário pode ser direcionado para outras esferas da vida social que não o trabalho.

familiar, e apenas nesse sentido. Apoiamos esta nossa conclusão em duas constatações principais.

Em primeiro lugar, a razão pela qual os indivíduos trabalham é, precisamente, para “sustentar” a família. Além disso, a família e as suas necessidades aparecem como um importante argumento de legitimação do recebimento da prestação do RMG e de redução da tensão identitária. Esta ideia é reforçada pela menção nas entrevistas a outros beneficiários que não trabalham devido a receberem a prestação e/ou que gastam mal o dinheiro da prestação por não o fazerem com a família; esta menção constitui um elemento importante das estratégias identitárias dominantes, de defesa, entre os entrevistados.

Em segundo lugar, atente-se nas características do trabalho e do emprego que os entrevistados (e a maioria dos beneficiários da ilha de São Miguel, Açores) têm, e que podem ser descritas pela combinação de precariedade, penosidade, perigosidade, clandestinidade e escassez de ordenados.

É, pois, fora do trabalho, no papel familiar de provedor de recursos através de uma atividade profissional, que os homens encontram uma âncora identitária a partir da qual se podem valorizar e sentir valorizados, ao mesmo tempo que se torna mais fácil a adesão ao trabalho e ao emprego, apesar das condições difíceis em que têm lugar. De certa forma, a família justifica o trabalho. Quer dizer, é considerando o espaço de investimento identitário prioritário familiar que se investe no trabalho, espaço de investimento identitário subordinado ao primeiro.

A valorização de si pelo trabalho é algo que não é imediato, as condições em que este se exerce para a maioria dos entrevistados (e até dos beneficiários da ilha de São Miguel) não são de molde a facilitar uma adesão a este espaço de investimento identitário. Note-se a inexistência de valores que associam o trabalho a algo mais do que a função de subsistir, aquilo que Vala (2000) designa como valores extrínsecos. Os indivíduos declaram que gostam do trabalho, mas esse gosto traduz-se por momentos de descontração com os colegas e/ou com o patrão, com a satisfação de receber o ordenado e, raramente, com a realização profissional.

É neste sentido que as críticas dos outros não são aceitáveis e interiorizadas na sua identidade para si, dado que chocam com a conceção de si e do mundo social que os indivíduos constroem. Essas críticas vão no sentido de enfatizar o não trabalho dos beneficiários quando, para os

nossos entrevistados, é precisamente através do trabalho que definem a sua posição no seio da família e a sua identidade para si. É ainda com base nesta concepção de universo social que se percebe que as críticas em causa possam ser aceitáveis em relação aos outros, pois vão na direção do estabelecimento de fronteiras com os outros beneficiários ilegítimos. Com esta distinção, cumpre-se a condição de alternidade da identidade, identificando-se os outros contra os quais cada ego se define. Estes outros não são apenas pessoas, constituem-se também como a antítese das ideias em que os entrevistados assentam a sua concepção de si e do mundo, ou seja, o seu mundo social.

Em resumo, o ser trabalhador é uma bitola que divide os beneficiários legítimos dos ilegítimos; contudo, por detrás dessa divisão, está uma concepção do trabalho que relativiza a sua importância na identificação dos indivíduos. Esta concepção passa pela instrumentalidade: o trabalho não é um fim em si, mas apenas um meio para prover o sustento às famílias. O lugar que o RMG vem aí ocupar é ditado por esta forma de ver as coisas e tem de se encaixar nela: constitui-se como um auxílio ao rendimento do trabalho para proporcionar melhores condições de vida à criança e à esposa, um complemento aos rendimentos de trabalho.

O modelo dominante sobre o que é ser beneficiário do RMG encaixa-se na perfeição nesta concepção do mundo e, como tal, funciona como um instrumento auxiliar da sua perpetuação, um elemento de consonância. Por este motivo, os indivíduos contestam o modelo quando ele se aplica a si, em concreto, mas são incapazes de lhe fugir quando se aplica de forma abstrata, aos outros. Esta é uma das razões pelas quais a categorização social do beneficiário do RMG não permite a construção de uma consciência de situação comum, primeiro passo para uma contestação coletiva deste processo de categorização social. Vista como uma questão individual, a contestação é igualmente individual, muito embora fundada nos universos sociais de referência socialmente construídos e partilhados.

Em resumo, se a sociedade se encarrega de gerar contradições substanciadas num elevado número de categorizações sociais que se contrariam entre si e produzem tensões identitárias importantes como as que acabamos de analisar, os indivíduos desenvolvem um trabalho de construção de coerência que lhes permite manter a unidade do eu e suportar processos extremos de categorização social negativa, sem que por isso desenvolvam uma identidade social negativa.

É a partir da sua identidade para si e do universo social de referência no qual esta, em parte, se funda, que os indivíduos encontram recursos para lutarem por uma identidade social mais consentânea com uma visão positiva, de si para si e para os outros.

Conclusão

A escassez de recursos económicos e escolares encontra-se muitas vezes associada a situações de imposição simbólica forte, quer na relação com o Estado, quer noutros contextos sociais. Estes processos de imposição são um fator importante na construção identitária, sendo particularmente visíveis na categoria de beneficiário do RMG, dada a crueza e a pouca eufemização com que esta categorização se impõe aos indivíduos no quotidiano.

Poderíamos ser tentados a considerar que a força dessa imposição levaria os indivíduos a ela sujeitos a interiorizarem as categoriais sociais em que se expressa, acomodando-as na identidade para si e, dessa forma, gerando uma identidade social negativa.

No entanto, os indivíduos mobilizam os seus recursos simbólicos com vista a reduzirem a tensão entre as categorizações dos outros e a forma como se veem a si próprios, através de estratégias variadas, demonstrando uma margem de manobra face aos constrangimentos onde seríamos tentados a não esperar nenhuma.

Encontramos a resistência dos indivíduos às imposições identitárias, um processo fundado, em boa parte, num universo social estruturado em torno do lugar que o trabalho ocupa face à família entre os espaços de investimento identitários dos indivíduos. Trabalhar é um dever, sobretudo masculino, em ordem a prover o sustento da família, e é em torno desta e para esta que encontrámos a força da definição de si destes indivíduos: trabalham para a família, recebem o RMG para a família. É nesta articulação que o RMG se situa, como elemento auxiliar, e é contra a sua perturbação que se dirigem as críticas e o movimento de distinção expressos pelos entrevistados. Em concreto, os indivíduos criticam os que se afastam desta forma de conceber o mundo em que se vive para, desta forma, vincarem a sua adesão aos valores nos quais se reveem.

Os aparentes zigzagues dos nossos entrevistados deixam de ser contraditórios se tivermos em linha de conta que estamos em presença

de um processo de construção de coerência identitária para o qual os indivíduos mobilizam o seu universo social de referência, julgando-se (e construindo-se) a si e aos outros.

Bibliografia

- DEMAZIÈRE, D. (1992). *Le Chômage en crise? La négociation des identités des chômeurs de longue durée*. Lille, PUL.
- DEMAZIÈRE, D., & Dubar, C. (1997). *Analyser les entretiens biographiques : l'exemple de récits d'insertion*. Paris, Nathan.
- DIOGO, F., & Roque, R. (2002). *Vidas no feminino: um estudo dos impactos biográficos do RMG nas famílias monoparentais femininas*. Lisboa, IDS.
- DIOGO, F. (2003). *Trabalho e Rendimento Mínimo Garantido: tensão identitária e (re) produção das identidades sociais*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores (Tese de Doutoramento).
- DIOGO, F. (2004). Quando o Estado e os cidadãos não se entendem: o caso do programa de inserção do Rendimento Mínimo Garantido. *Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia*. Braga, 12 a 15 de maio.
- DUBAR, C. (1997). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto, Porto Editora.
- DUBAR, C. (2000). *La Crise des identités*. Paris, PUF.
- FERNANDES, A. T. (2000). Desigualdades e representações sociais. *Sociologia*, 10, 203-214.
- MOREIRA, A. (s.d.). Inserção profissional dos beneficiários do RMG. *IV Congresso Português de Sociologia*. [Em linha]. Disponível em <http://www.aps.pt/ivcongresso/actas/Actao15.PDF>.
- OGIEN, R. (1983). *Théories ordinaires de la pauvreté*. Paris, PUF.
- PAUGAM, S. (1991). *La Désqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris, PUF.
- PINTO, J. M. (1991). Considerações sobre a produção social de identidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, Julho, 217-231.
- VALA, J. (2000). Mudanças nos valores associados ao trabalho e satisfação com o trabalho. In M. V. Cabral, J. Vala & J. Freire, *Trabalho e cidadania*. Lisboa, ICS.

Legislação e outros documentos acedidos

- LEI N.º 19-A/96 DE 29 DE JUNHO, D.R., I Série, n.º 149 [cria o RMG].
- DECRETO-LEI N.º 196/97 DE 31 DE JULHO, D.R. I Série-A, n.º 175 [regulamenta a lei].

DECRETO-LEI N.º 84/2000 DE 11 DE MAIO, D.R. I Série-A, n.º 109 [altera a regulamentação da lei].

DECRETO-LEI N.º 164-A/97 DE 27 DE JUNHO, D.R. I Série-A, n.º 146 [regulamenta a organização e funcionamento das CLA].

RODRIGUES, E. F. (1996). *Discurso de defesa do projecto de lei sobre um Rendimento Mínimo*. Disponível em http://debates.parlamento.pt/r3/dar/Imp_Img_dar.asp.

CIGANOS PORTUGUESES

*Fechamento identitário e racismo diferencialista**

João Filipe Marques**

“Os ciganos mostram até que ponto as democracias contemporâneas os excluem, quer seja na Europa de Leste, quer na Europa Ocidental [...] nestes dois contextos nacionais, os ciganos são indesejáveis, são rejeitados, nenhum espaço democrático lhes está aberto.”

Philippe Bataille

1. Em 1996, em Oleiros, uma pequena aldeia do Norte do país, algumas milícias populares, apoiadas por autarcas locais, expulsaram violentamente uma pequena comunidade cigana sob acusação de tráfico de drogas. Este incidente rapidamente se mediatizou e estendeu a outras localidades vizinhas¹. Em 1997, em Montemor-o-Novo, algumas crianças ciganas foram, sem razão aparente, excluídas da escola primária e impedidas de

* Este texto retoma algumas ideias desenvolvidas na tese de doutoramento em Sociologia, intitulada *Je ne suis pas raciste mais... Du "non-racisme" portugais aux deux racismes des Portugais* (Paris, EHESS, 2004). A pesquisa que lhe deu origem beneficiou de uma bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do Fundo Social Europeu no âmbito do III Quadro Europeu de Apoio. Para uma versão significativamente mais aprofundada, ver João Filipe Marques, *Tsiganes portugueses; marginalité historique et ségrégation contemporaine*, *Études Tsiganes*, n.º 23/24, 2006, 117-138.

** Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações (CIEO) e Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.

1. Os pormenores e a análise sociológica do “caso Oleiros” podem ser encontrados em: M. C. Silva & S. Silva, *Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Vila Verde, Sociedade Portuguesa. Passados Recentes, Futuros Próximos. Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 2002, CD-Rom.

se relacionarem com as outras crianças. Durante a década de 1990, um pouco por todo o lado, em Portugal, as populações reagiram com maior ou menor grau de violência ao alojamento de famílias ciganas na sua vizinhança. No verão de 2003, em Faro, o Presidente da Câmara fez publicar um edital que ameaçava de expulsão as famílias nómadas instaladas nos arredores da cidade.

Os ciganos, que desde há quinhentos anos são segregados – de forma imposta ou desejada –, são atualmente, sobretudo nos meios rurais, perseguidos, excluídos da vida social, acusados de tráfico de drogas, de burlas no acesso ao Rendimento Mínimo de Inserção e vítimas de uma violenta rejeição.

Quase se poderia afirmar que, após a sua chegada ao território nacional, vindos do Norte da Índia através do Magrebe e da Espanha, os ciganos têm sido sistematicamente perseguidos ou obrigados a assimilar-se à população majoritária. A sua presença em Portugal é marcada pelas continuadas tentativas de eliminação do nomadismo e erradicação total ou parcial das comunidades em que vivem ou pela sua assimilação cultural forçada – medidas que foram geralmente ineficazes.

O que é paradoxal é que, aparentemente, mesmo tendo sofrido enormes pressões e perseguições, os ciganos tenham conseguido escapar à assimilação total na cultura envolvente. Por outras palavras, subsistem ainda entre os ciganos traços culturais e identitários que permitem que se afirme que estamos em presença de uma “coletividade histórica” significativamente diferenciada do resto da população portuguesa.

Para além da heterogeneidade que é observável a diversos níveis – social, económico, estatutário, etc. –, a maior parte dos ciganos portugueses continua a reconhecer-se nessa designação “étnica”, a reivindicar uma identidade comum e a partilhar certos traços culturais. Sublinhem-se, por exemplo, a existência de um código de “honra” específico, a enorme valorização da endogamia, a forte coesão familiar, a solidariedade grupal e a utilização de um conjunto de normas que, frequentemente à margem do sistema judicial, regem grande parte das relações entre ciganos. Segundo Paulo Filipe Machado (1994), “não existe uma *etnoclasse* cigana, mas sim vários estratos sociais ciganos que compartilham [...], porventura com níveis de participação diversos, uma mesma etnicidade e assumem uma identidade étnica comum que se pode expressar diferentemente”.

Ainda que se tenham mantido à margem, os ciganos ocuparam, até há duas ou três décadas, sobretudo nos meios rurais, atividades profissionais que preenchiam importantes funções sociais. Eram comerciantes e tosquiadores de animais, funileiros, artesãos, trabalhadores agrícolas e vendedores ambulantes de todo o tipo de objetos. O seu modo de vida era itinerante ou baseado no nomadismo parcial. Certas famílias possuíam habitações fixas nas aldeias ou vilas, mas continuavam a subsistir de uma atividade comercial itinerante, sobretudo nas feiras e mercados.

Numa sociedade agrícola que quase não possuía vias de comunicação e meios de transporte, os ciganos efetuavam o comércio de bens e serviços essenciais à vida das populações rurais. A partir do primeiro quarto do século XX, com a mecanização da agricultura e a substituição dos animais pelas máquinas, um grande número de famílias ciganas começa a sedentarizar-se nos grandes centros urbanos, dedicando-se, fundamentalmente, ao comércio ambulante de tapetes, artigos domésticos e, mais recentemente, vestuário e calçado.

Dado tratar-se de cidadãos portugueses, não existem estatísticas específicas acerca da situação sociodemográfica dos ciganos. Estima-se que o seu número se situe em torno dos 50 000 indivíduos disseminados por todo o território nacional. Sabe-se, todavia, que uma grande parte dos ciganos portugueses vive atualmente em situações de exclusão social e marginalização extremas, muitos vivendo mesmo abaixo do limiar do índice de pobreza absoluta. O desemprego, a falta de habilitações escolares, o insucesso escolar, a toxicodependência, as más condições de habitação, a reprodução de uma “cultura da pobreza” são apenas algumas das condições com as quais se confrontam hoje muitas famílias ciganas. Como se afirma no Relatório do Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos,

A comunidade cigana portuguesa é afectada por graves problemas de integração social, económica, cultural e mesmo política, que tendem não só a reproduzir a posição de “excluídos”, como a gerar um duplo efeito “desintegrador”. Por um lado, a falta de competências sócio-profissionais adquiridas, facto visível nos elevados níveis de analfabetismo, no recorrente insucesso escolar dos jovens ou na ausência de adaptação a perfis profissionais inseríveis no mercado regular de trabalho, contribuem para a situação de pobreza e miséria sofrida pela maioria dos ciganos; por outro lado, a estes factores de ordem estrutural associa-se a discriminação social, que faz desta comunidade

um grupo estigmatizado, votado a uma certa indiferença social ou até, em caso limite, à intolerância declarada e ofensiva, chegando a extremos que redundam na expulsão das localidades onde se instalaram.²

Existem fundamentalmente três ordens de fatores que permitem compreender a situação vivida pela coletividade cigana na sociedade portuguesa. Em primeiro lugar a crise profunda das atividades às quais, tradicionalmente, os ciganos se dedicavam. As funções sociais que desempenhavam até há alguns anos tornaram-se incompatíveis com a modernização geral da sociedade portuguesa. Alterações no comércio e no consumo, por exemplo, com a abertura de grandes centros comerciais ou hipermercados, tornaram obsoletas as formas de vida dos vendedores ambulantes. A urbanização crescente, por seu lado, tem vindo a “empurrar” os ciganos para as cidades e, naturalmente, para a sedentarização. Em segundo lugar, o fechamento identitário relativamente aos não ciganos, enquanto característica da cultura cigana, tem vindo a colocá-los numa situação de autoexclusão que reforça o desconhecimento mútuo e os pesados preconceitos que pesam sobre eles. Isto leva-nos à terceira ordem de fatores: os seculares preconceitos do resto da população portuguesa relativamente aos ciganos. Estes são, ainda hoje, percebidos como ladrões, mendigos, abusadores das prestações do Estado-Providência e, ultimamente, como traficantes de droga.

Ao contrário do que se passa noutras sociedades – onde persiste uma visão “romântica” associada à figura do cigano nómada –, em Portugal os estereótipos sobre os ciganos são quase exclusivamente negativos, tendo como efeito significativo o fechamento identitário que é hoje observável. Na língua portuguesa, por exemplo, a maior parte das expressões que se referem aos ciganos tem conotações pejorativas. Como notam dois investigadores (Silva & Silva, 2002: 6) que se dedicaram ao estudo das relações entre ciganos e não ciganos no Norte do país,

A acentuação dos estereótipos negativos sobre a comunidade cigana exprime e reflecte a exclusão/rejeição da mesma por parte considerável da maioria não cigana. Se, por um lado, tais atitudes incitam os ciganos a reforçar a sua identidade refugiando-se nela para alimentar um sentimento de

2. Relatório do Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos, p. 8. <http://www.acime.gov.pt>.

pertença e coesão de grupo e para garantir a sua reprodução social, tal reforço identitário acentua, por sua vez, a exclusão a que estão sujeitos funcionando estes mecanismos num sentido circular.

2. A literatura sociológica sobre o racismo é unânime em afirmar que este obedece a duas lógicas estreitamente ligadas mas passíveis de uma análise ideal-típica: a lógica “desigualitária”, ou de “inferiorização”, e a lógica “diferencialista”. São duas lógicas observáveis, quer ao nível ideológico e doutrinário do racismo, quer ao nível das práticas e representações sociais.

A lógica de inferiorização inscreve os grupos dominados na trama das relações sociais, na condição de ocuparem os lugares que lhe estão destinados – sempre os mais desvalorizados – e de se situarem também nos espaços socialmente desprezados. Esta forma de racismo, claramente ligada aos sistemas de estratificação social, faz com frequência apelo aos argumentos das doutrinas biodeterministas, sublinhando a desigualdade dos atributos naturais entre “racizantes” e “racizados”, por forma a racionalizar e a legitimar, quer os comportamentos discriminatórios, quer a manutenção de sistemas sociais baseados na dominação e na exploração. Os paradigmas históricos do racismo desigualitário ou de inferiorização encontram-se nas sociedades coloniais ou na sociedade sulista americana até aos primeiros anos do século XX.

De acordo com a segunda lógica do racismo, diferencialista, o grupo-vítima é percebido como uma ameaça endógena que é necessário afastar, não lhe sendo concedido nenhum lugar no sistema social. Pelo contrário, esta lógica do racismo corresponde a um desejo de exclusão, de distanciamento e, no limite, de expulsão ou destruição. Mesmo naturalizando os atributos do grupo racizado, a lógica diferencialista sublinha as suas características culturais e identitárias, mas estas são tomadas como traços essenciais, logo imutáveis. O “Outro” é considerado como poluente, como um corpo estranho que atenta à pretensa homogeneidade cultural do “Nós”. Trata-se de uma forma de racismo que, não apenas coloca em evidência a incomensurabilidade das diferenças culturais entre os grupos, como sublinha a sua irredutibilidade e, consequentemente, a sua incompatibilidade. Os paradigmas históricos desta lógica do racismo são, naturalmente, o antisemitismo nazi e, segundo alguns autores, o neorracismo europeu contra as populações originadas pela imigração.

Esta tipologia das expressões do racismo está ligada, como afirma Wieviorka (1991: 92), às próprias lógicas do funcionamento das sociedades.

[...] a distinção entre racismo da diferença e racismo da desigualdade remete para duas famílias de problemas, também elas bastante mais gerais, que os sociólogos conhecem bem e que há muito tempo aprenderam a não confundir. A ideia de desigualdade é, com efeito, apenas uma formulação entre outras da divisão da sociedade e das suas relações de dominação; a ideia de diferença, pelo contrário, prende-se com a unidade do corpo social, ou de um dos seus subconjuntos, seja esta designada, quer nos termos mais gerais de cultura, de comunidade e de identidade, quer em termos mais precisos de nação, de religião ou, no limite, de raça.

No que diz respeito às formas de objetivação social das duas lógicas do racismo, pode dizer-se, de um modo genérico, que, enquanto o racismo desigualitário *discrimina* e *explora*, o racismo diferencialista se traduz na *segregação* ou na *expulsão*.

O racismo, independentemente daquilo que pensam os portugueses, faz parte dos problemas com os quais se confronta atualmente a sociedade portuguesa; e são inegavelmente os ciganos e os indivíduos de origem africana que constituem as suas principais vítimas³. Contudo, a forte participação dos imigrantes de origem africana e dos seus descendentes na economia “normal” e a rejeição de que os ciganos são vítimas podem ser vistas como o sinal de um racismo mais intenso e mais perigoso contra estes últimos.

As atitudes e comportamentos relativamente aos ciganos demonstram claramente que o racismo na sociedade portuguesa contemporânea não pode, como em outros países europeus, ser reduzido à questão migratória. Existe, efetivamente, na sociedade portuguesa, como afirma Fernando Luís Machado (2001: 55), uma verdadeira “questão cigana”.

3. As análises aqui apresentadas resultam da interpretação das transcrições de entrevistas a dirigentes de associações ciganas, associações de imigrantes, associações de luta contra o racismo, ONG de defesa dos direitos humanos e associações sindicais, a responsáveis políticos nacionais e locais ligados às problemáticas das minorias étnicas e da imigração, bem como a cidadãos nacionais e estrangeiros realizadas no âmbito de uma pesquisa sobre as “lógicas” do racismo na sociedade portuguesa. Foram também utilizadas outras fontes de informação e diversos textos académicos e políticos sobre os ciganos e as minorias étnicas presentes na sociedade portuguesa. Cf. João Filipe Marques, *Je ne suis pas raciste mais... Du “non-racisme” portugais aux deux racismes des Portugais*, Thèse de doctorat, Paris, EHESS, 2004.

Os ciganos são percebidos como inassimiláveis na sociedade, como corpos estranhos que atentam às pressupostas harmonia e segurança das coletividades. As entrevistas realizadas no decorrer desta pesquisa, bem como o recurso a outras fontes de informação, confirmam, de um ponto de vista empírico, esta hostilidade contra a comunidade cigana portuguesa. Os preconceitos que pesam sobre ela estão carregados de referências a uma diferença cultural essencial.

Uma vez que não existem quaisquer diferenças fenotípicas entre os ciganos e o resto da população portuguesa, o racismo diferencialista de que atualmente são vítimas torna-se ainda mais intenso. Com efeito, os ciganos só se distinguem dos outros através do vestuário – sobretudo das mulheres – e, por vezes, da pronúncia. Contudo, são percebidos como tanto mais perigosos quanto mais indiscerníveis do resto da população.

Os ciganos são também vítimas de uma forte discriminação sobretudo no domínio do emprego e nos locais de consumo e de lazer. O tratamento quotidiano a que estão sujeitos parece ter como fim o seu completo afastamento da vida social, o seu afastamento enquanto cidadãos. Para além dos comportamentos discriminatórios explícitos, os ciganos parecem viver igualmente uma intensa segregação espacial institucionalizada. No início dos anos 1980, com o desenvolvimento das políticas de erradicação das barracas e dos processos de realojamento em bairros de habitação social, apareceram, um pouco por todo o lado, petições e manifestações populares contra a instalação de famílias ciganas nesses bairros. Os autarcas e técnicos, provavelmente com o intuito de minimizarem os protestos e outro tipo de problemas ligados aos processos de realojamento, tiveram tendência a promover a concentração étnica – fenómeno que revela também as representações diferencialistas que os poderes públicos mantêm relativamente aos ciganos.

3. Contrariamente às explicações clássicas, o racismo contra as populações ciganas não pode ser explicado pela crise, pela desestruturação das relações sociais, pela decadência do ator racista, aspetos que, eventualmente, seriam responsáveis pela típica constituição de bodes expiatórios racializados. A explicação para as origens sociais deste tipo de comportamentos racistas deve ser procurada noutro tipo de processos sociais. Com efeito, a maior parte dos incidentes entre as populações ciganas e não ciganas

teve paradoxalmente lugar nas regiões de crescimento económico e de desenvolvimento urbano recente.

As situações de rejeição, ou mesmo de expulsão, de famílias ciganas de certas aldeias, vilas ou bairros urbanos, têm muito mais a ver com a situação do tipo *established outsiders* descrita por Norbert Elias e John L. Scotson (1997), a propósito da localidade de Winston Parva na Grã-Bretanha. Num contexto de crescimento económico, os *outsiders*, ou seja, os “intrusos”, são estigmatizados e tratados enquanto poluentes ou contaminantes. Todo e qualquer contacto com esta categoria de indivíduos é sujeito a um rigoroso tabu. Não se trata de uma hostilidade motivada pela crise mas antes por uma espécie muito particular de racismo dos “pequenos brancos”, cuja identidade burguesa e cujo estatuto social recém-adquiridos dependem diretamente do afastamento daqueles que são considerados como *outsiders* ou “marginais”.

Para os instalados, cerrar fileiras tem uma função social: a de preservar a superioridade do seu grupo em termos de poder. Ao mesmo tempo, evitar qualquer contacto social mais estreito com os membros do grupo marginal apresenta todas as características emocionais do que aprendemos a designar, noutros contextos, por “medo da poluição”. Uma vez que os intrusos são reputados de anómicos, conviver com eles é arriscar-se a contrair uma “infecção anómica”. Um membro do grupo dos instalados que se associasse aos membros de um grupo intruso estaria a infringir as normas e tabus do seu grupo. Qualquer contacto com os intrusos constituiria uma ameaça de redução do seu estatuto no seio dos instalados; arriscar-se-ia, assim, a perder a consideração dos outros, aos olhos dos quais já não partilharia a superioridade que os instalados se atribuem a si próprios. (Elias & Scotson, 1997: 39)

Os ciganos que se sedentizam nas cidades, os que são instalados pelas autoridades nos bairros de habitação social ou os que acampam de forma mais ou menos definitiva nos arredores das pequenas aldeias são percebidos como uma ameaça simbólica ao estatuto recentemente obtido pelas coletividades de não ciganos.

Ao instalarem-se nas imediações das populações não ciganas, os ciganos aproximam simbolicamente as duas coletividades. Tornando-se vizinhos das famílias ciganas, os não ciganos tornam-se “como ciganos”, o que se tornou na pior etiqueta na sociedade portuguesa contemporânea.

As fontes do racismo vivido pelos ciganos encontram-se simultaneamente nas mutações recentes sofridas pelos seus modos de vida e nas mudanças concomitantes que se verificaram na sociedade portuguesa. Por um lado, duas formas através das quais os ciganos têm conseguido manter a sua identidade e os seus modos de vida são, entre outras, a defesa firme da endogamia e uma certa recusa das regras do mercado de trabalho de tipo capitalista. Ora, essa recusa é incómoda para o resto da população, para quem o trabalho, segundo as regras e ritmos das sociedades industriais, é o grande integrador. São as relações de trabalho que organizam a vida moderna. É o trabalho – a que se junta, atualmente, o consumo – que confere identidade aos atores. O trabalho constitui a base do sistema económico, social e cultural. Como referem Magano e Ferreira (2002: 2),

É à volta do trabalho e dos horários por este impostos que toda a vida social se regula. Ora os ciganos têm-se mantido afastados deste tipo de trabalho, preferindo manter actividades económicas que lhes permitem ter os seus próprios horários e a sua liberdade, afastando da sua cultura um dos principais valores reconhecidos pelas sociedades modernas.

O que funda a singularidade da identidade étnica cigana é precisamente um tipo de organização social que continua a ser baseado nas relações de parentesco; não é o trabalho, mas a família que confere identidade aos indivíduos. E este fenómeno contraria as tendências cada vez mais individualistas da sociedade portuguesa, contribuindo assim para o alargamento do espaço do racismo. As tensões entre não ciganos e ciganos têm vindo a agravar-se com as crescentes individualização e igualitarização da sociedade portuguesa, a que se alia a tendência da coletividade cigana para a sedentarização. Até há pouco tempo, as relações entre os ciganos e as populações sedentárias eram, antes de mais, caracterizadas pela diferença de estatutos e pela simbiose. Ora, como afirma Alain Touraine (1993: 25),

O racismo, a naturalização da inferioridade ou da superioridade das categorias sociais, só pode aparecer quando se forma uma sociedade “ativa”, isto é, cuja hierarquia se baseia no papel desempenhado na mudança social. É precisamente quando os particularismos e as fronteiras culturais enfraquecem ou desaparecem, quando tudo se mistura e cada um deixa de estar protegido pela sua diferença, que o racismo aparece.

Com as recentes mutações societais que os empurraram para a fixação e para a sedentarização, sobretudo na periferia dos meios urbanos, os ciganos tiveram de fazer grandes esforços de adaptação. Numa sociedade que se modernizou e “desruralizou” de forma acelerada, as atividades às quais se dedicavam e as funções sociais que cumpriam – a venda de animais, o trabalho agrícola sazonal, a venda ambulante de objetos ou vestuário – não apenas entraram em declínio como, algumas delas, foram proibidas. A abolição das fronteiras europeias, a abertura de grandes superfícies comerciais, as mudanças profundas nos hábitos de consumo, a facilidade com que se compra a crédito, a adoção de modas cada vez mais efêmeras, tornam as atividades tradicionais dos ciganos em profissões completamente anacrônicas.

Uma outra pista para se compreender a rejeição e a demonização contemporâneas de que esta coletividade é vítima, a repulsa que provoca em contextos de desenvolvimento económico e urbano, é fornecida pela reprodução daquilo que, em sociologia, é conhecido como “cultura da pobreza” (cf. Hoggart, 1970).

A maior parte das famílias ciganas vive atualmente graves situações de precaridade e pobreza, reproduzindo, quase completamente, os traços que as Ciências Sociais atribuem à “cultura da pobreza”: o fechamento comunitário extremo, a existência de um conjunto de normas “jurídicas” à margem do resto da sociedade, a focalização no presente e no quotidiano, a quase inexistência de projetos de futuro e os consumos desregulados e ostentatórios, frequentemente ligados à economia subterrânea (cf. Almeida, 1992). Estes comportamentos estão normalmente associados a uma intensa sociabilidade familiar e grupal, que certas categorias de pobres reproduzem.

Sabemos desde há muito que as classes médias ou aquelas que aspiram à mobilidade social ascendente não veem com bons olhos estes traços culturais ligados às situações de pobreza. Esses comportamentos e atitudes são frequentemente associados a uma “essência” que seria a principal responsável pela situação em que vivem aqueles que as manifestam. No que diz respeito às atitudes da população não cigana relativamente aos ciganos pobres, estamos em presença de uma situação mais intensa mas que não se afasta muito do fenómeno clássico do “etnocentrismo de classe”. As práticas sociais dos ciganos pobres são vistas como realidades essenciais, profundamente condenadas.

As fontes desta rejeição diferencialista podem também ser procuradas nas mudanças que atravessam o mundo camponês português e, sobretudo, na sua desestruturação e na emergência de um sentimento de crise identitária que tem vindo a atingir o mundo rural em vias de desaparecimento. É o sentimento de perda de sentido, a sensação de que o mundo antigo se escapa e de que o mundo novo é ameaçador, aliados à realidade do tráfico de droga, do aumento da criminalidade e da insegurança, típicas das sociedades modernas que fazem dos ciganos o bode expiatório ideal.

Os ciganos portugueses encontram-se atualmente numa situação que não apresenta muitas alternativas: a sedentarização e assimilação ou o ingresso na economia paralela e, eventualmente, no tráfico. Se a primeira é dificultada por muitos fatores, onde se incluem os preconceitos herdados do passado e um certo afastamento voluntário que cumpre propósitos identitários, a segunda parece ter alimentado o pensamento essencialista de muitos portugueses: de repente, todos os ciganos apareceram como a encarnação daquele que é percebido como o principal mal da modernidade, a droga.

Existem efetivamente sinais da participação de alguns indivíduos ciganos no tráfico de estupefacientes; seria, contudo, ilegítimo e absurdo generalizar esta prática a toda a coletividade. O pequeno tráfico a que se dedicam algumas famílias ciganas, fazendo parte do último elo da “economia da droga”, é antes uma consequência da extrema vulnerabilidade à pobreza e exclusão social de que são vítimas. Todavia, não podemos esquecer que, quer o tráfico quer a toxicodependência são severamente criticados pela maior parte dos membros da coletividade. Também não podemos esquecer que a toxicodependência atinge cada vez mais os jovens ciganos mais pobres.

Mas, mesmo as acusações generalizadas de tráfico de drogas, que assumem frequentemente a forma do boato, e o esquecimento do facto de que a maior parte do tráfico é perpetrado por indivíduos não ciganos parecem obedecer a uma lógica também explicitada por Elias e Scotson: a lógica que imputa ao grupo estigmatizado os principais defeitos do próprio grupo. Os traços mais negativos da maioria são projetados na minoria.

Como indica o estudo de Winston Parva, um grupo instalado tem tendência a atribuir ao grupo intruso, na sua totalidade, as “más” características dos seus “piores” elementos – da sua minoria anómica. Inversamente, o grupo

instalado tem tendência a imprimir a imagem que tem de si próprio sobre a parte mais exemplar, sobre a mais “nómica” ou normativa, sobre a minoria dos “melhores”. Esta distorção *pars pro toto*, com direções opostas, permite que o grupo instalado se convença a si próprio – ao mesmo tempo que aos outros – das suas alegações: há sempre um ou outro elemento para provar que o seu grupo é “bom” e que o outro é “mau”. (Elias & Scotson, op. cit.: 34)

Existe efetivamente uma “questão cigana” em Portugal; essa questão passa pelo racismo mas também por problemas ligados à inserção desta coletividade no conjunto mais largo da sociedade. E o processo de inserção dos ciganos na sociedade portuguesa parece atualizar bastante bem o conceito da sociologia clássica de “profecia que se cumpre a si própria” (*self-fulfilling prophecy*). Praticamente todos os indivíduos entrevistados durante a pesquisa que deu origem a este texto – exceto, claro, os próprios ciganos – afirmaram convictamente que os ciganos não se integravam na sociedade porque não queriam integrar-se.

Segundo o célebre “teorema de Thomas”, “quando os homens consideram certas situações como reais, elas tornam-se reais nas suas consequências”. Os ciganos não conseguem integrar-se plenamente na sociedade portuguesa, entre outros motivos, porque a maior parte dos portugueses – incluindo os militantes antirracistas – considera que eles não desejam integrar-se. Por outras palavras, não estamos longe da verdade ao afirmarmos que atualmente os ciganos são diferentes – e, por isso, vítimas do racismo diferencialista – porque a sociedade como um todo acredita verdadeiramente na sua diferença e na sua falta de vontade de se integrar.

Ainda que alimentado por preconceitos herdados do passado, o racismo que se manifesta contra os ciganos não constitui uma “sobrevivência” da tradição no seio da modernidade. É, pelo contrário, uma das consequências do processo de modernização. Esta forma de racismo é, como diria Michel Wieviorka (1998: 93), uma espécie de doença da modernização, “ao mesmo tempo doença senil das formas de vida que se decompõem e doença infantil das que se inventam”.

A presença dos ciganos nos terrenos limítrofes das aldeias e vilas, nos bairros de habitação social ou nas escolas, é recusada em virtude da ambiguidade daquilo que eles passaram a representar para o resto da população. Os ciganos simbolizam, simultaneamente, o que a sociedade não quer da tradição – a exclusão, a pobreza, o analfabetismo, a ruralidade, a dureza da

vida e a sua precaridade – e aquilo que não quer da modernidade – o anonimato das relações sociais, a igualdade de estatutos, a insegurança ou a criminalidade. É esta ambiguidade simbólica que os transforma no bode expiatório ideal e no objeto privilegiado de um perigoso diferencialismo que preconiza e põe em ato a sua expulsão.

Bibliografia

- ALMEIDA, J. F. (1992). *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras, Celta.
- ELIAS, N., & Scotson, J. L. (1997). *Logiques de l'exclusion. Enquête sociologique au cœur des problèmes d'une communauté*. Paris, Fayard.
- HOGGART, R. (1970). *La Culture du pauvre*. Paris, Minuit.
- MACHADO, P. F. (1994). A presença cigana em Portugal: um caso de exclusão secular. *Mediterrâneo* (4).
- MACHADO, F. L. (2001). Contextos e percepções de racismo no quotidiano. *Sociologia – Problemas e práticas* (36).
- MAGANO, O., & Ferreira da Silva, L. (2002). A integração/exclusão social de uma comunidade cigana residente no Porto. *Sociedade Portuguesa. Passados Recentes, Futuros Próximos. Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 2002, CD-Rom.
- MARQUES, João Filipe (2001). *Je ne suis pas raciste mais... Du "non-racisme" portugais aux deux racismes des Portugais*. Thèse de doctorat, Paris, EHESS.
- SILVA, M. C., & Silva, S. (2002). Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Vila Verde, Sociedade Portuguesa. *Passados Recentes, Futuros Próximos. Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, CD-Rom.
- TOURAINÉ, A. (1993). Le racisme aujourd'hui. In M. Wieviorka (dir.), *Racisme et modernité*. Paris, La Découverte.
- WIEVIORKA, M. (1991). *L'Espace du racisme*. Paris, Seuil.
- WIEVIORKA, M. (1998). *Le Racisme, une introduction*. Paris, La Découverte.

É com grande satisfação que acolhemos esta excelente publicação, no âmbito das comemorações dos 20 anos da Estratégia Nacional de Luta contra a Droga, que, para além de proporcionar uma reflexão sociológica sobre diferentes modelos políticos, abre espaço ao cruzamento de saberes e à coexistência de metodologias e estratégias de investigação nestas áreas.

A Estratégia Nacional de Luta contra a Droga de 1999 surge da urgência de agir num cenário de perigo, em particular para os jovens. O pragmatismo e o humanismo, valores intrínsecos às políticas preconizadas, a coragem política de então que respaldou e facilitou a tomada de decisões fundamentadas na evidência científica, na experiência, nas práticas em curso e no conhecimento da situação do país, fizeram parte do pacote ganhador, com resultados positivos nos principais indicadores sociais e de saúde. [...]

Tal como no passado, a coragem e o investimento político, a inovação, a qualidade dos serviços e dos profissionais e a construção do conhecimento são fatores determinantes para enfrentar os desafios resultantes dos atuais problemas sociais do fenómeno, num contexto de elevada complexidade característico da Modernidade, que nos remete cada vez mais para a necessidade de novas abordagens ao nível do conhecimento, da decisão e da ação.

Excerto do Prefácio

João Castel-Branco Goulão

O Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Alcool

A sociedade não cessa de investir na construção de quadros normativos, ao mesmo tempo que desenvolve meios para os transgredir, através da criação de quadros alternativos ou contra normativos. No entanto, os efeitos de integração que estes diferentes quadros permitem não têm o mesmo sentido social, para além de se jogarem sobre valores, interesses e níveis de acesso aos recursos distintos, motivando, ao mesmo tempo, comportamentos divergentes e expectativas diferentes. A difração normativa resulta do entrelaçamento destes quadros referenciais da ação e das margens de jogo, que se abrem, assim, para sistemas de transação entre as ações e os posicionamentos dos atores quando estes estabelecem uma relação enviesada. Nestas circunstâncias, os comportamentos que aí se perfilam podem ser analisados nas suas dimensões escondidas ou através dos efeitos de dissimulação que eles produzem, e as populações visadas sob o prisma de identidades transversas.